

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**O BRASIL NA COLEÇÃO POMBALINA DA
BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL**

“CARTAS DO BRASIL”

1593-1811

JOÃO CASTELA OLIVEIRA

Relatório de Estágio orientado pelo Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva, elaborado para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Documentação e Informação: Variante Biblioteconomia

2016

À minha mãe.

Sumário

Índice de Tabelas	v
Índice de Gráficos.....	vi
Índice de Figuras	vii
Índice de Apêndices e Anexos.....	ix
Agradecimentos	x
Resumo	xi
Abstract.....	xii
Lista de abreviaturas	xiii
Introdução	1
Capítulo 1 – Metodologia de investigação e técnicas de recolha de dados	6
1.1 – A pesquisa documental	12
1.2 – A análise de conteúdo	17
1.3 – A relação entre a análise de conteúdo e a pesquisa documental.....	22
Capítulo 2 – Gestão de Coleções de livro antigo.....	24
2.1 – Conceito de fundo antigo	32
2.2 – A gestão de coleções de livro antigo e as novas tecnologias.....	33
2.3 – As vantagens da digitalização na gestão de coleções	36
2.4 – Alguns programas e projetos internacionais relacionados com a digitalização de livro antigo.....	39
2.5 – Recomendações e normativas internacionais sobre gestão de coleções de livro antigo.....	41
2.6 – Gestão da informação relativa ao estado de conservação e avaliação técnica das coleções	42
Capítulo 3 – O Brasil nos arquivos e bibliotecas de Portugal	44
Capítulo 4 – A Área de Manuscritos do Serviço de Coleções de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal	52
4.1 – A sua missão	54

4.2 – Objetivos.....	55
Capítulo 5 – A Coleção Pombalina	57
5.1 – Breve história da Biblioteca Nacional de Portugal	57
5.2 – Caraterização da Coleção Pombalina	60
5.3 – Da constituição ao depósito na Biblioteca Nacional	61
Capítulo 6 – O Brasil na Coleção Pombalina	63
6.1 – As cartas e outros documentos	64
6.1.1 – Tipologias documentais	66
6.1.2 – Caraterísticas físicas.....	67
6.1.3 – Conservação e preservação	72
6.1.3.1 – Os princípios do restauro e a Coleção Pombalina.....	74
6.1.4 – Descrição bibliográfica normalizada	78
6.1.4.1 – A ISBD (edição consolidada): organização e estrutura	81
6.1.4.2 – O UNIMARC: organização e estrutura.....	83
6.1.4.2.1 – Correspondência com as zonas da ISBD.....	85
6.1.4.2.2 – Campos UNIMARC utilizados: os obrigatórios e os que completam/enriquecem o registo	86
6.2 – A informação referente ao Brasil.....	94
Capítulo 7 – O acesso à informação referente ao Brasil na Coleção Pombalina.....	110
Conclusão	117
Índice Analítico	124
Referências bibliográficas	130
Apêndices e Anexos	139

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Principais características da abordagem quantitativa e da abordagem qualitativa. Adaptado de OLIVEIRA <i>et. al.</i> (2014)	19
Tabela 2 – Governadores e Capitães Gerais de Estados brasileiros que aparecem na documentação	98
Tabela 3 – Outros nomes que aparecem na documentação	100
Tabela 4 – Localidades mais importantes que aparecem na documentação.....	102
Tabela 5 – Estados e Capitânias que aparecem na documentação	104
Tabela 6 – Assuntos relacionados com a escravatura contidos na documentação	105
Tabela 7 – Assuntos relacionados com índios que estão contidos na documentação ..	107
Tabela 8 – Visitas anuais aos objetos disponíveis na BND, entre os anos de 2009 e 2012. Fonte: < http://purl.pt/resources/AcessosBND.pdf >	111

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Governadores e Capitães Gerais de Estados brasileiros que aparecem na documentação	98
Gráfico 2 – Outros nomes que aparecem na documentação, de António de Seabra da Motta a João Rodrigues de Sá e Melo	101
Gráfico 3 – Outros nomes que aparecem na documentação, de Joaquim Leite do Amaral Coutinho a Tomé da Silva Coutinho	101
Gráfico 4 – Localidades mais importantes que aparecem na documentação	103
Gráfico 5 – Estados e Capitânias que aparecem na documentação	104
Gráfico 6 – Assuntos relacionados com a escravatura contidos na documentação	105
Gráfico 7 – Assuntos relacionados com índios que estão contidos na documentação	107
Gráfico 8 – Proveniência geográfica dos visitantes da BND, entre os anos de 2009 e 2012. Fonte: < http://purl.pt/resources/AcessosBND.pdf >	112
Gráfico 9 – Origens do tráfego na BND, entre os anos de 2009 e 2012. Fonte: < http://purl.pt/resources/AcessosBND.pdf >	112
Gráfico 10 – Número de títulos BND por data e coleção, até ao mês de dezembro de 2012. Fonte: < http://purl.pt/resources/ConteudosBND.pdf >	112

Índice de Figuras

Figura 1 – Os três atos e as sete etapas do procedimento científico. Fonte: QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 27	8
Figura 2 – Organograma da Biblioteca Nacional de Portugal consultado no dia 29-06-2016. Fonte: < http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=81&Itemid=91&lang=pt >	53
Figura 3 – Assinatura original de Sebastião José de Carvalho e Melo, numa carta “secretíssima” escrita ao seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a chegada de pessoas ilustres ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, em que se incluía João Egas de Bulhões, referido no <i>post script</i> . Refere-se ao documento 115, com a cota PBA. 626//25. Fonte: < http://purl.pt/27088/1/index.html#/192-193/html >	66
Figura 4 – Assinatura original completa de Sebastião José de Carvalho e Melo. Refere-se ao documento n.º 124, com a cota PBA. 626//34. Fonte: < http://purl.pt/27088/1/index.html#/230-231/html >	67
Figura 5 – Aspeto de um dos fólios estudados referente ao documento n.º 42, em que se consegue perceber o mau estado de conservação, com a tinta ferrogálica a corroer e a danificar o papel, assim como a tentativa de restauro efetuada em tempos (PBA. 625//26). Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal	70
Figura 6 – Aspeto da capa em pele (PBA. 626). Fonte: < http://purl.pt/27088 >	71
Figura 7 – Aspeto da lombada e do corte de dianteira de um dos códices estudados (PBA. 625). Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal	71
Figura 8 – Aspeto da guarda e contra-guarda em papel marmoreado (PBA. 626). Fonte: < http://purl.pt/27088 >	71
Figura 9 – Registo em formato UNIMARC do PBA. 642//174, que corresponde ao documento n.º 269. Fonte: < http://catalogo.bnportugal.pt >	89
Figura 10 – Registo bibliográfico do PBA. 642//174, que corresponde ao documento n.º 269, na base de dados da BNP. Fonte: < http://catalogo.bnportugal.pt >	90

Figura 11 – Registo em formato UNIMARC do PBA. 626//7, que corresponde ao documento n.º 98. Fonte: < http://catalogo.bnportugal.pt >.....	91
Figura 12 – Registo bibliográfico do PBA. 626//7, que corresponde ao documento n.º 98, na base de dados da BNP. Fonte: < http://catalogo.bnportugal.pt >	91
Figura 13 – Registo em formato UNIMARC do PBA. 642//33, que corresponde ao documento n.º 148. Fonte: < http://catalogo.bnportugal.pt >.....	92
Figura 14 – Registo bibliográfico do PBA. 642//33, que corresponde ao documento n.º 148, na base de dados da BNP. Fonte: < http://catalogo.bnportugal.pt >	93
Figura 15 – Assinatura original de Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa, governador da Capitania do Maranhão, numa carta dirigida a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Refere-se ao documento n.º 71, com a cota PBA. 625//96. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal	98
Figura 16 – Assinatura original de Diogo de Mendonça Corte-Real, secretário de Estado da Marinha e dos Negócios Ultramarinos e antigo secretário de Estado de D. João V. Refere-se ao documento n.º 95, com a cota PBA. 626//4. Fonte: < http://purl.pt/27088/1/index.html#/230-231/html >	108
Figura 17 – Aspeto da página principal da BNP no dia 10 de maio de 2016, mencionando a iniciativa do lançamento da Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Fonte: < http://www.bnportugal.pt/ >.....	114
Figura 18 - Aspeto da página principal do Portal do Governo Brasileiro no dia 10 de maio de 2016, dando grande destaque à iniciativa do lançamento da Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Fonte: < https://www.bn.br >	114
Figura 19 - Aspeto da página do Facebook da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas no dia 10 de maio de 2016, dando grande destaque à iniciativa do lançamento da Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Fonte: < https://www.facebook.com >	115

Índice de Apêndices e Anexos

Apêndice A – Cronograma do estágio curricular efetuado na BNP, de 2 de novembro de 2015 a 30 de março de 2016.....	139
Apêndice B – Exemplo de catalogação em formato UNIMARC – PBA. 642//121	140
Apêndice C – Exemplo de catalogação em formato UNIMARC – PBA. 642//122.....	141
Apêndice D – Exemplo de catalogação em formato UNIMARC – PBA. 642//138.....	142
Apêndice E – Exemplo de catalogação em formato UNIMARC – PBA. 642//155	143
Apêndice F – Sugestão de catalogação em formato UNIMARC – PBA. 642//121	144
Apêndice G – Sugestão de catalogação em formato UNIMARC – PBA. 642//122	145
Apêndice H – Sugestão de catalogação em formato UNIMARC – PBA. 642//138	146
Apêndice I – Sugestão de catalogação em formato UNIMARC – PBA. 642//155	147
Apêndice J – Conjunto documental.....	148
Anexo A – Parecer dos responsáveis da BNP sobre o nosso trabalho de estágio	230
Anexo B – Outros códigos da Coleção Pombalina que contém informações relativas ao Brasil, de acordo com o Inventário de José António Moniz, excluindo as cotas PBA 625, 626 e 642 (com a grafia utilizada no inventário).....	231

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer ao Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva, meu orientador, pela sua disponibilidade e compreensão, assim como pelos seus importantes conselhos ao longo destes dois anos de Mestrado, incentivando-me a continuar nesta senda, apesar de todas os problemas que se atravessaram no meu caminho.

Em seguida, devo agradecer à Dra. Ana Cristina Silva, da Área de Manuscritos Reservados da BNP, que me acompanhou sempre ao longo do estágio e orientou de forma exemplar, pois nunca tinha efetuado a catalogação de documentos tão valiosos e únicos. Os seus ensinamentos foram e serão muito importantes para a minha vida futura. Também devo destacar todas as pessoas com quem tive o privilégio de trabalhar na BNP, a quem agradeço profundamente, nomeadamente à Dra. Lígia Martins, à Dra. Teresa Duarte Ferreira, à Dra. Helena Patrício e à D. Natália. Também deixo um especial agradecimento à Senhora Diretora, a Doutora Maria Inês Cordeiro, por me ter permitido estagiar numa instituição tão prestigiante como é a Biblioteca Nacional de Portugal.

Outro especial agradecimento é dirigido à Prof.^a Doutora Maria Adelina Amorim, que me orientou na Bolsa de investigação do Instituto Camões, a quem também deixo um profundo agradecimento, pois, apesar de serem trabalhos distintos e independentes, não deixam de estar ligados.

À minha companheira de vida, Ana Catarina da Silva Graça, por todo o apoio prestado, pelo seu sorriso caloroso e calmante nas situações de maior aperto, pela grande ajuda que me concedeu nos momentos de maiores dúvidas e receios, pelos seus ensinamentos preciosos e conselhos valorosos, e por tudo o que representa para mim e para a minha família.

Ao meu pai, José Luís, grande exemplo de vida em todos os sentidos, que sempre me aconselhou da melhor forma, incentivando-me a continuar mesmo quando tudo parecia caminhar na direção oposta. Ao meu irmão, Pedro Gonçalo, o meu maior amigo e sábio conselheiro de todos os momentos, sempre com uma palavra amiga de incentivo.

O último agradecimento, que é o primeiro, vai para a minha mãe, Ana Maria, que partiu há um ano e meio e não viu o resultado final desta caminhada iniciada em 2014. À minha mãe dedico inteiramente todo este trabalho.

Resumo

O presente relatório resulta de um projeto e trabalho de investigação desenvolvido no âmbito do estágio curricular do 2.º Ciclo de Estudos em Ciências da Documentação e Informação. O estágio curricular realizou-se na Secção de Reservados Manuscritos pertencente à Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Nacional de Portugal, na qual se procedeu à organização da informação ao nível da catalogação dos documentos sobre o Brasil contidos em três códices (PBA. 625, PBA. 626 e PBA. 642) da Coleção Pombalina daquela biblioteca, com vista ao acesso público e à divulgação deste importante património documental.

O estágio curricular teve como principal objetivo encetar o levantamento de toda a documentação sobre o Brasil existente na Coleção Pombalina, perceber o que contém, analisá-la, catalogá-la e inseri-la na base de dados, de acordo com as regras estabelecidas pelos responsáveis da Secção de Reservados Manuscritos, aplicando desta forma as competências adquiridas no Mestrado. Implicou o levantamento de 758 códices, tendo optado pela análise dos três referidos, pois considerámos que eram os mais representativos de toda a Coleção, no que diz respeito à temática Brasil, tendo sido descritos de forma mais exaustiva. A opção por estes códices ou miscelâneas também se deveu ao facto de termos tido um número limitado de horas no estágio, o que tornava impossível fazer o mesmo tratamento para as outras 755. No entanto, abrimos caminho para um futuro projeto de Doutoramento, que irá abranger as áreas de História Moderna/Contemporânea e as Ciências da Documentação e Informação, tal como já ensaiámos neste relatório de estágio, cujo objeto de estudo será toda a documentação referente ao Brasil contida na Coleção Pombalina.

Com este relatório pretende-se não só descrever todo o processo de organização e disponibilização da informação, mas também sustentar, de um ponto de vista teórico, o tratamento que demos à informação, tal como determinam as regras atuais de gestão de coleções.

Palavras-chave: Ciência da Informação - Gestão de Coleções - Biblioteca Nacional de Portugal - Coleção Pombalina - Brasil.

Abstract

This present report is the result of a project and research work developed under the curricular traineeship for the 2nd Cycle of Studies in Documentation and Information Sciences (Master Degree). The traineeship was held in the Section of Reserved Manuscripts which belongs to the Division of Special Collections of the National Library of Portugal, where we proceeded to the organization of the information and cataloguing of the documents about Brazil contained in three codices (PBA. 625, PBA. 626 and PBA. 642) of the Pombalina Collection within that library, overlooking its public access and the disclosure of such an important documentary heritage.

The curricular traineeship had the main objective of surveying whole the documentation about Brazil that exists in the Pombalina Collection, understand what contains, analyze, catalog, and insert it into the data base, according to the rules that were established by the people in charge within the Section of Reserved Manuscripts, applying the skills acquired in the Master Degree course. It involved the study of 758 codices, having opted to analyse the mentioned three, because they are those that most represent the entire collection, in what concerns to the theme Brazil. Our option for these codices or miscellanies was also due to the fact that we had such limited number of hours on the traineeship, making it impossible to do the same treatment for the other 755 codices. However, we opened the “pathway” to a future PhD project, bringing together the main areas of Modern/Contemporary History and Documentation and Information Sciences, such as we did in this traineeship report, focusing in all documentation relating to Brazil contained in the Pombalina Collection.

With this report we intend to not only describe the whole process of organization and provision of information, but also sustain, in a theoretical point of view, which sort of treatment we gave to the information, such as it is determined by the current rules of collection management.

Key-words: Information Science - Collection Management - National Library of Portugal - Pombalina Collection - Brazil.

Lista de abreviaturas

AACR – Anglo-American Cataloguing Rules
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BNP – Biblioteca Nacional de Portugal
BND – Biblioteca Nacional Digital
BNE – Biblioteca Pública de Évora
CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade
DCMI – Dublin Core Metadata Initiative
DSBG – Direção de Serviços Bibliográficos Gerais
DSCE – Direção de Serviços de Coleções Especiais
DSSI – Direção de Serviços de Sistemas de Informação
FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
FRAD – Functional Requirements for Functional Data
FRBR – Functional Requirements for Bibliographic Records
IC – Instituto Camões
IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions
ISBD – International Standard Bibliographic Description
ISO – International Organization for Standardization
MARC – Machine readable catalogue (ou cataloguing) format
NCB – Número de controlo bibliográfico
PBA – Pombalina
PUC – Permanent UNIMARC Committee
OPAC – Online Public Access Catalog
RDA – Resource Description and Access
RDF – Resource Description Framework
RNOD – Registo Nacional de Objetos Digitais
RPC – Regras Portuguesas de Catalogação
TEL – The European Library
UBCIM – Universal Bibliographic Control and International MARC programme
UNIMARC – Universal MARC format
XML – eXtensive Markup Language

Introdução

O presente relatório de estágio foi realizado no âmbito do Mestrado em Ciências da Documentação e Informação e consiste num trabalho de investigação que se complementa com a área da História através de um estágio curricular, que foi desenvolvido na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), nomeadamente na Divisão de Serviços de Coleções Especiais/Serviço de Coleções de Reservados/Área de Manuscritos. Tem como objetivo principal dar a conhecer e divulgar o tema Brasil contido na Coleção Pombalina da BNP, através do estudo de três códices ou miscelâneas (Cotas: PBA. 625, PBA. 626 e PBA. 642), que consideramos as mais representativas desta coleção, assim como melhorar as nossas competências no que respeita à catalogação de livro antigo, através do contacto real com profissionais especializados nesta área.

Uma vez que somos formados em História e estivemos envolvidos num projeto de investigação do Instituto Camões (IC) sobre Belém do Pará, consideramos que temos uma boa oportunidade de conjugar a nossa formação inicial com as Ciências da Documentação e Informação, através de um estágio curricular, que também pode ser importante para a BNP, pois a documentação da Coleção Pombalina não é revista, nem atualizada desde o final do séc. XIX, existindo apenas um inventário repleto de erros e omissões, apesar de conter muitas informações úteis. Este estágio também tem uma forte componente profissionalizante, pois visa complementar a formação académica realizada no decorrer da variante de especialização do curso de Mestrado, através da nossa integração no exercício de uma atividade profissional numa instituição de grande importância e prestígio como é a BNP, em que podemos ter um contacto real com o mercado de trabalho nesta área, na senda do que preconiza a própria legislação¹.

O estágio encontra-se dividido por várias etapas, desde o levantamento possível de todos os catálogos e inventários sobre o Brasil, de uma forma geral, com enfoque na Coleção Pombalina (aspeto central e objeto de estudo do relatório), passando pela análise e interpretação de cada documento, transcrição e, por fim, a catalogação em formato UNIMARC, através do *software* Horizon. Uma vez que o estágio decorre na BNP, seguimos as indicações dos responsáveis pela catalogação dos livros manuscritos, pois possuem uma vasta experiência adquirida ao longo de vários anos, que nós ainda

¹ De acordo com o Regulamento de Estudos Pós-Graduados da Universidade de Lisboa, nomeadamente o Despacho n.º 2950/2015 (Diário da República, 2ª Série – N.º 57 – 23 de março de 2015): <<http://www.ulisboa.pt/wp-content/uploads/Regulamento-Estudos-Pos-Graduacao-ULisboa.pdf>>

não temos. Porém, detetámos falhas e descrições incompletas, que podiam ser melhoradas. Como tal, incluímos alguns exemplos simples com as nossas descrições personalizadas, com a inclusão e o preenchimento de mais campos UNIMARC que consideramos essenciais, para sugerirmos à BNP uma catalogação mais precisa e completa, que possa acrescentar ainda mais valor aos serviços e produtos que esta instituição já oferece aos seus utilizadores.

Embora o tema do estágio seja sobre a análise do conteúdo da Coleção Pombalina, relativo ao tema Brasil, importa referir que o projeto de investigação do IC foi bastante mais específico e localizado, apesar de se complementarem um com o outro. Teve como tema as “Celebrações dos 400 anos da Fundação de Belém do Pará” e foi constituído por duas componentes: *Projeto Monumenta: Documentos Inéditos ou Raros sobre Belém do Pará*, que consiste na publicação de uma "*MONUMENTA - Documentos Inéditos ou Raros Sobre Belém do Pará* "; realização de exposições, mostras documentais e iconográficas sobre Belém do Pará que irão decorrer durante o segundo semestre de 2016 e o primeiro semestre de 2017 na BNP, na Biblioteca Pública de Évora e na Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra.

Contemplar a documentação presente na Coleção Pombalina da BNP é como espreitar uma parte significativa da sociedade portuguesa da época, principalmente os assuntos referentes a Portugal e ao Brasil, embora também contenha dados sobre África e a Índia, assim como vários aspetos acerca das relações diplomáticas entre Portugal e outros reinos da Europa. Conhecer o conteúdo desta documentação tão importante permite-nos compreender melhor o que está presente nesses documentos, mas também nos possibilita verificar a forma como se revela e sistematiza a matéria-prima (que são os acontecimentos relatados) que, por sua vez, dá lugar ao produto final (que corresponde à interpretação e estudo do conteúdo dos documentos).

Quanto aos objetivos, numa primeira fase, através da pesquisa documental, pretendemos verificar quais as obras e artigos que podem ser pertinentes para o nosso trabalho, tendo partido, depois, para a análise de conteúdo das três miscelâneas da Coleção Pombalina, estudando, transcrevendo e interpretando os documentos contidos, que são referentes ao Brasil. Numa segunda fase e face aos dados recolhidos pela análise documental desta coleção, pretendemos estudar a importância que pode ter para uma melhor compreensão do período referente à governação do Marquês de Pombal. Feito este levantamento, os dados foram inseridos no sistema da BNP, de acordo com as

regras de catalogação² e os documentos posteriormente digitalizados, segundo as políticas de digitalização da BNP³, como resultado do estágio que aí realizámos. Todavia, identificámos muitos documentos em mau estado de conservação e, por isso, sugerimos a sua retirada provisória da consulta na Sala de Leitura de Reservados, de modo a serem avaliados por técnicos de conservação e restauro da própria instituição, com o intuito de aferir sobre o melhor tratamento a aplicar. Convém mencionar que o processo de restauro deve ser evitado ao máximo, sendo sempre o último recurso para salvar os documentos, de acordo com as políticas de preservação que a BNP normalmente costuma seguir⁴.

Será que existe muita informação sobre o Brasil nesta coleção? De que áreas do conhecimento trata? É a Coleção Pombalina relevante para o estudo da temática Brasil? Qual o peso da temática Brasil no conjunto da coleção? A documentação está tratada pela BNP? Se não, como potenciar o acesso à informação? Como valorizar a coleção? Estas serão algumas das perguntas que colocámos no início da nossa investigação, que são importantes para desenvolver a nossa problemática e consequentes hipóteses.

Com o presente trabalho, propomo-nos lançar algumas pistas sobre a documentação referente ao Brasil, contida na Coleção Pombalina, usando como ponto de partida o levantamento bibliográfico de obras e artigos, nacionais e internacionais, sobre a temática, a pesquisa documental e, por fim, a análise de conteúdo destes mesmos documentos.

Quanto à revisão da literatura, podemos afirmar que corresponde a uma parte essencial de qualquer processo relacionado com a investigação, nas mais variadas áreas do conhecimento. Envolve localizar, analisar, sintetizar e também interpretar as pesquisas efetuadas, em livros, revistas científicas, atas ou resumos, que estejam relacionadas com a área que se pretende estudar. Como tal, podemos afirmar que trata

² <http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=489%3Aprincipios-de-catalogacao-&catid=78%3Anormalizacao&Itemid=543&lang=pt>

³ <<http://purl.pt/resources/PoliticaDigitalizacaoBND.pdf>>

⁴ A este propósito veja-se o seguinte artigo: RUIVO, Teresa Lança – Um passado com futuro: metodologias de conservação em livro antigo. **Actas das VI Jornadas de Arte e Ciência – Conservação & Restauro de Artes Decorativas** [Em linha] (2011). [Consult. 4 de Out. 2015]. Disponível em WWW:<<http://www.artes.ucp.pt/jornadasarteciencia/VI/resumos/VI%20jornadas%20%20Teresa%20Lan%C3%A7a.pdf>>. Este artigo mostra de forma breve e um pouco incompleta quais as políticas de preservação que a BNP costuma adotar, no que se refere à conservação e restauro de documentos. A BNP tem um campo na sua página na Internet que, infelizmente, ainda está em construção, não sendo possível aceder à informação oficial referente às suas políticas de preservação, como podemos ver no seguinte link:<http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=142&Itemid=268&lang=pt>

de uma análise bibliográfica aos trabalhos realizados nesta área, de uma forma pormenorizada, mas não excessivamente longa, sendo muito importante para aferirmos acerca dos trabalhos desenvolvidos e do estado atual da investigação nesta área. Para cada um dos capítulos, tentámos fazer uma revisão da literatura com os trabalhos mais relevantes para o nosso trabalho, desde os mais recentes, que considerámos relevantes, e recuámos até aos mais antigos.

Como metodologia de trabalho tentámos delimitar o nosso problema, procurar linhas de investigação na nossa área, evitar abordagens infrutíferas com estudos que já mostraram não produzir resultados práticos, ganhar perspectivas metodológicas para o relatório de estágio e identificar recomendações para investigações futuras sobre a nossa área. No início da nossa pesquisa tentámos percorrer os seguintes passos: identificar palavras-chave ou descritores; rever as fontes secundárias; recolher fontes primárias; ler criticamente e resumir a literatura.

Quanto à estrutura, o relatório ficou dividido em 7 capítulos. O primeiro diz respeito à *Metodologia de investigação e técnicas de recolha de dados*, contendo alguns dados sobre a metodologia usada, nomeadamente a pesquisa documental e a análise de conteúdo; o segundo capítulo abrange uma parte mais teórica do relatório com algumas noções sobre a *Gestão de Coleções de Livro Antigo*, em que podemos encontrar o conceito de fundo antigo, as relações com as novas tecnologias, as vantagens da digitalização para estes fundos, algumas recomendações e normas sobre gestão de coleções e aspetos relacionados com a conservação e a avaliação técnica destas coleções; o capítulo três intitula-se *O Brasil nos arquivos e bibliotecas de Portugal* e pretende mostrar algumas destas instituições relevantes para quem pretende estudar o Brasil; o quarto capítulo *A Área de Manuscritos do Serviço de Coleções de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal* pretende apresentar o serviço da BNP em que estagiámos e desenvolvemos o nosso trabalho prático; no capítulo cinco, *A Coleção Pombalina*, tentamos mostrar alguns aspetos da Coleção Pombalina, caracterizando-a, contextualizando-a e explicando a sua importância entre as outras coleções da BNP. O sexto capítulo *O Brasil na Coleção Pombalina* contém toda a componente prática que lhe está inerente, nomeadamente a descrição material, a informatização, o conteúdo, entre outros aspetos. Estes três capítulos (4, 5 e 6) estão relacionados com o estágio propriamente dito, contendo as noções teóricas e práticas que estão associadas; o capítulo sete, intitulado *O acesso à informação referente ao Brasil na Coleção Pombalina*, tem como intenção apresentar algumas informações relacionadas com a

Informatização/*Web*, assim como questões referentes à promoção desta temática, como exposições, conferências, etc., e do acesso às fontes; e, por último, incluímos a conclusão, referências bibliográficas, índice analítico, anexos e apêndices. Importa referir que o índice analítico elaborado para o relatório indica os documentos e não as páginas do conjunto documental que incluímos nos apêndices, com os 331 (contidos nos três códices) documentos estudados e catalogados. Nos apêndices também estão integrados o cronograma do estágio, os exemplos e as sugestões de catalogação em formato UNIMARC, enquanto nos anexos incluímos o parecer dos responsáveis da BNP e uma lista com outros códices da Coleção Pombalina com informações sobre o Brasil, de acordo com o Inventário de José António Moniz, excluindo os códices PBA. 625, 626 e 642.

Por fim é importante destacar que o volume de documentação era muito vasto e o tempo que dispusemos muito pouco, sendo essa a razão para termos analisado e catalogado três códices apenas, mas que nos ocuparam todo o tempo de estágio, devido ao mau estado de conservação e elevado grau de dificuldade encontrado na leitura dos mesmos, uma vez que tanto poderíamos encontrar documentos com letra do século XVI, como do séc. XIX, o que implicara bons conhecimentos de paleografia.

Capítulo 1 – Metodologia de investigação e técnicas de recolha de dados

O trabalho de um investigador em qualquer área do conhecimento exige a atenção e o cumprimento de duas dimensões fundamentais, que são a dimensão técnica e a dimensão ética, em que a primeira “engloba todos os métodos e ferramentas à disposição do investigador para concretizar o trabalho de pesquisa científica”, enquanto a segunda se encontra “essencialmente relacionada com a atitude, postura e comportamento do investigador face ao seu trabalho, às fontes que utiliza, aos dados que recolhe e às conclusões que formula” (OLIVEIRA *et. al.*, 2014, p. 135).

Embora tenhamos consultado várias obras de outros autores, que vamos citando ao longo deste trabalho, e que dissertaram acerca dos métodos de investigação nas Ciências Sociais, consideramos que a obra de Laurence Bardin (2008), intitulada *Análise de Conteúdo*, constituiu um bom suporte para o nosso trabalho de investigação no que diz respeito ao rigor metodológico que devemos empregar, apresentando todas as etapas necessárias para utilizar o método de investigação da análise de conteúdo.

Destacamos, ainda, aquela que pode ser considerada a obra mais importante para definirmos a nossa metodologia, da autoria de Raymond Quivy e Luc van Campenhoudt (1998)⁵, intitulada *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Nesta obra podemos perceber melhor como deve ser formulado um projeto de investigação, todo o trabalho de exploração que deve ser levado a cabo, a elaboração de um plano eficaz de pesquisa, ou os critérios que devemos ter em conta para a escolha das técnicas de recolha, tratamento e análise dos dados. No caso português, destacamos os *Métodos e Técnicas de Investigação Social*, da autoria de Luís António Pardal e Eugénia Soares Correia (2011), embora existam outros autores portugueses que poderíamos referir. Nesta obra podemos estudar os métodos de carácter quantitativo e qualitativo; os tipos válidos de amostra e a amostragem; as técnicas utilizadas para a recolha de informação e as recomendações necessárias para serem aplicadas com sucesso; os relatórios de investigação; exemplo de investigação; e estatística.

Assim, a metodologia escolhida para a elaboração deste relatório teve o intuito de fornecer respostas para: o quê (qual o objeto); quando (dimensão temporal do trabalho); onde (dimensão geográfica do trabalho); como e porque foram obtidos os resultados.

⁵ Existem outras edições mais recentes, mas apenas tivemos acesso a esta edição de 1998 (2ª edição).

Em primeiro lugar, começámos por refletir sobre o papel do tema Brasil na Coleção Pombalina da BNP. Após estas primeiras considerações, procurámos informação teórica, através das pesquisas bibliográficas, que sustentassem e completassem as nossas ideias. Em seguida, encetámos a pesquisa documental e o trabalho da análise de conteúdo de toda a documentação presente nesta coleção, separando e destacando tudo o que dizia respeito ao Brasil.

Todavia, convém definir bem o que entendemos por «investigação». De acordo com alguns autores corresponde a uma “atividade de natureza cognitiva que consiste num processo sistemático, flexível e objetivo de indagação e que contribui para explicar e compreender os fenómenos sociais”, pois é através da investigação “que se reflete e problematizam os problemas nascidos na prática, que se suscita o debate e se edificam as ideias inovadoras” (COUTINHO, 2014, p. 7). De facto, quando falamos de investigação na área de Ciências Sociais e Humanas devemos ter em conta dois importantes requisitos: que seja científica, ou seja, pautada pelo rigor e sistematização e que seja apropriada ao nosso objeto de estudo.

Quanto ao conceito de «metodologia», podemos afirmar que corresponde à análise e descrição dos métodos, distanciando-se da prática de modo a poder estabelecer certas considerações teóricas à volta do seu potencial na produção do conhecimento científico, enquanto o «método» pode ser entendido como um conjunto de técnicas bastante gerais para serem comuns a um número assaz significativo de ciências. Assim, “a «metodologia» tem sempre um sentido mais amplo que o «método», porque questiona o que está por trás, os fundamentos dos métodos, as filosofias que lhes estão subjacentes e que (...) influem sempre sobre as escolhas que faz o investigador” (COUTINHO, 2014, p. 25). O seu conceito pode ser aplicado no sentido de “como se define e explica o método a ser usado, na sua utilização estatística ou probabilística e na generalização e/ou interpretação dos resultados, de modo a atingir um determinado objetivo. São esses fatores que suportam a investigação e as técnicas a seguir” (DUARTE, 2013, p. 21).

Efetivamente, todo o nosso trabalho de “recolha, observação, análise, sistematização e explicação dos fenómenos obedece a uma certa orientação (perspetiva de investigação), recorre a diversos meios (métodos e técnicas) e respeita determinados padrões (regras de elaboração e apresentação)” (FERNANDES, 1995, p. 146), sendo necessário observar três princípios fundamentais que o pensamento científico exige: objetividade, inteligibilidade e racionalidade.

Quanto ao procedimento científico, seguimos as etapas propostas por Quivy e Campenhoudt na sua paradigmática obra *Manual de Investigação Científica*, pois consideram que, ao conferirem um maior relevo ao procedimento do que aos métodos particulares, a sua formulação terá um alcance mais generalizado, podendo aplicar-se a todo o género de trabalhos científicos na área das ciências sociais e humanas. Referem estes dois autores que toda a investigação precisa de responder a determinados princípios, que devem ser estáveis e similares, embora o percurso que leva ao conhecimento científico possa seguir diversos percursos. Um procedimento é “uma forma de progredir em direção a um objetivo. Expor o procedimento científico consiste, portanto, em descrever os princípios fundamentais a pôr em prática em qualquer trabalho de investigação” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 25).

Ao estudarmos esta obra, verificamos que descreve o procedimento científico como um processo centrado em três atos com uma ordem própria e estabelecida, que deve ser respeitada para quem siga este esquema: a rutura, a construção e a verificação, ou experimentação (1998, p. 25). Cada um destes atos, ou princípios, engloba partes das sete etapas do procedimento científico identificadas pelos autores, que se complementam, numa ordem sequencial, como se fossem uma “peça de teatro clássica, em três atos e sete cenas” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 26), tal como podemos ver na figura 1.

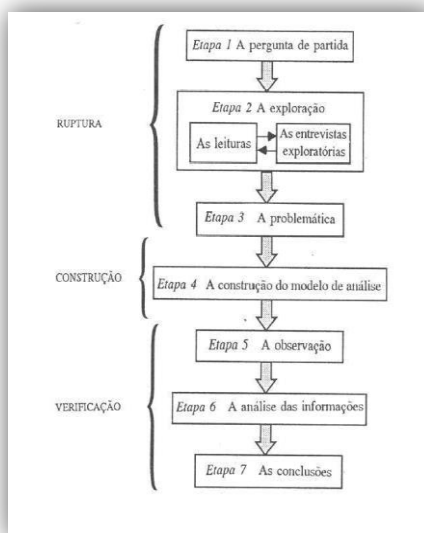


Figura 1 – Os três atos e as sete etapas do procedimento científico. Fonte: QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 27.

Depois de definirmos bem o nosso tema de investigação, devemos ter em consideração que um problema é sempre a base de qualquer processo de pesquisa, pois uma vez que a ciência e o conhecimento científico resultam da curiosidade e da dúvida dos investigadores/cientistas, o problema consiste em apresentar o que é necessário resolver, dissipar, pois não se encontra corretamente explicado, nem através de teorias, nem de práticas, ou seja, a investigação gira em torno de “um problema determinado que, pelos mais diversos motivos, interessa estudar, seja porque não se sabe nada sobre o assunto, seja porque se quer melhorar o conhecimento sobre algo” (PARDAL *et. al.*, 2011, p. 120). Normalmente, este problema da pesquisa é colocado sob a forma de uma questão, a designada “pergunta de partida”, na medida em que vai traduzir o tal espírito de dúvida e curiosidade do investigador, que por sua vez tem como objetivo a produção de conhecimento científico. Esta pergunta de partida corresponde à etapa 1 do modelo proposto por Quivy e Campenhoudt, e está inserida no ato da rutura.

A nossa pergunta de partida é a seguinte: qual a relevância da Coleção Pombalina da BNP para o estudo do tema Brasil? A partir desta pergunta podemos colocar outras, como por exemplo, de que modo pode a documentação ser descrita de forma a promover o acesso à mesma e aumentar a sua relevância?

Tal como em qualquer outro tipo de situação, um problema requer uma solução, ou resposta, sendo o processo de pesquisa a melhor forma de alcançá-la. Dessa forma, toda a investigação que efetuarmos deve resultar numa resposta precisa e clara que, por sua vez, deve ser originada por uma pergunta igualmente precisa e bem definida.

Quando compomos a pergunta de partida devemos furtar-nos a certos caminhos e desvios que, devido à sua natureza, não se compatibilizam com a forma como orientamos as nossas pesquisas científicas. É importante evitar questões relacionadas com o valor moral e julgamentos éticos, pois em Ciência devemos primar pelo rigor e objetividade, que implica uma imparcialidade total e absoluta, assim como a ausência de julgamentos sobre os factos que estamos a estudar. Nunca podemos esquecer que a Ciência busca o «porquê» das coisas e não a afirmação de juízos éticos e de valor moral. Da mesma forma, a nossa pergunta de partida nunca deve apontar para respostas que envolvam a demonstração do que está certo e o que está errado, pois esta via leva à imparcialidade e, concomitantemente, à ausência de objetividade. Também não deve ser uma pergunta muito fechada, para que a resposta seja “sim” ou “não”, dado que o conhecimento científico deve servir para procurar respostas com uma clara capacidade explicativa. Esta conjuntura implica que as respostas devem ir para além do que está à

vista, do óbvio, ainda antes de se começar a desenvolver o nosso processo de pesquisa. É a chave da nossa investigação, e deve primar pela originalidade, pertinência, qualidade, coerência e unidade, ou seja, a pergunta de partida vai ser a unidade da pesquisa ao longo do relatório de estágio.

Assim, o problema de pesquisa deve ter a função de orientar e direcionar as etapas do processo de pesquisa que se seguem, pois o problema “dá um sentido de propósito ao trabalho de pesquisa. O problema representa, por isso, o primeiro fio condutor, tão claro quanto possível, das preocupações do investigador face a um determinado tema ou assunto, de tal modo que permita iniciar um estudo de forma coerente” (OLIVEIRA *et. al.*, 2014, p. 43).

Importa ainda destacar que a formulação do problema de investigação deve cumprir três princípios essenciais: a clareza, a pertinência e a exequibilidade.

A etapa 2 corresponde à exploração, que está subdividida nas leituras e nas entrevistas exploratórias. No nosso trabalho abordaremos apenas os aspetos referentes às leituras, pois não iremos recorrer às entrevistas. Ao encetarmos as leituras devemos analisar algumas das obras e artigos mais pertinentes sobre esta temática, pois normalmente possuem o estado da questão atualizado, sendo esta uma forma de conhecermos os autores-chave, desde os mais clássicos até aos que têm desenvolvido trabalhos mais recentes. Importa realçar que a competência do nosso trabalho depende muito da qualidade das nossas leituras.

As leituras permitem colher olhares, perspetivas distintas, pois temos de conhecer os autores, as teorias, os projetos de investigação, entre outros aspetos. Devemos saber o que afasta e aproxima estes autores uns dos outros. É na etapa 3, da problemática, que vamos situar o nosso trabalho em relação à área de estudo, pois corresponde às dimensões do problema que vamos investigar. Daí que esteja na transição entre o ato da rutura e da construção, englobando os dois. Os conceitos-chave ou operatórios são muito importantes para o nosso trabalho, pois são as nossas ferramentas.

A construção do modelo de análise decorre na etapa 4, em que vamos construir hipóteses que servem para nos “empurrar” na direção da descoberta do assunto que queremos estudar. As hipóteses são conclusões antecipadas, são respostas provisórias a uma questão. Nesta etapa pode ocorrer a delimitação do campo de estudo, que pode ser uma região, como por exemplo, o Brasil, ou a cidade de Belém do Pará, para sermos mais específicos. A formulação das hipóteses corresponde ao momento em que damos

rigor ao que começara por ser apenas uma conjectura. É nesta altura que o nosso problema fica definido de uma forma mais rigorosa. Uma das vantagens mais marcantes da hipótese é a de clarificar melhor o nosso percurso da investigação, conferindo-lhe um sentido e uma orientação mais correta e precisa. Precisamos de ter sempre presente que a formulação das hipóteses deve ser “passível de comprobabilidade ou de refutabilidade; deve ser operacionalizável” (PARDAL *et. al.*, 2011, p. 121). A revisão de literatura situa-se nas etapas 3 e 4, consolidando-se nesta última.

Ao entrarmos no ato da verificação, deparamo-nos com a etapa 5, referente à observação, que pode ser considerada o nosso “laboratório” de trabalho, pois a exploração dos dados está inserida na observação. Para recolhermos os dados devemos recorrer às técnicas que existem para essa recolha. A observação direta remete para as grelhas de análise, enquanto a observação indireta está relacionada com os questionários, os inquéritos, entre outros. Uma coleção é uma população alvo, logo o nosso objeto de estudo, a Coleção Pombalina da BNP, é a nossa população alvo. Observar o quê? Quem? Como observar? De que dados dispomos para a nossa investigação? São estas questões e outras que vão limitar a nossa pesquisa, dentro do nosso objeto de estudo.

A etapa 6, da análise das informações, trata de verificar se estas informações que foram recolhidas têm correspondência, ou não, com as hipóteses. Ou então, se os resultados que observámos correspondem efetivamente aos que eram esperados pelas hipóteses. Assim, o primeiro objetivo desta etapa corresponde a uma simples verificação empírica. No entanto, existe um segundo objetivo, uma segunda função, que consiste em “interpretar estes factos e rever ou afinar as hipóteses para que, nas conclusões, o investigador esteja em condições de sugerir aperfeiçoamentos do seu modelo de análise ou de propor pistas de reflexão e de investigação para o futuro” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 211). Importa realçar que a grande maioria dos métodos de análise das informações estão relacionados com duas grandes categorias: a análise estatística dos dados e a análise de conteúdo, que será utilizada no nosso estudo.

A conclusão, que corresponde à etapa 7, é uma das partes mais importantes de um trabalho de investigação, pois permite a outros investigadores ficar com uma ideia mais clara e precisa do conteúdo desse trabalho, sabendo se a leitura e consulta do mesmo tem interesse para si. Devemos elaborar a nossa conclusão com grande cuidado, sabendo escolher os melhores termos, de maneira a incluir as informações mais pertinentes e úteis para os potenciais investigadores que a queiram consultar e, quem

sabe, citá-la nos seus artigos e estudos, o que é muito importante atualmente. De acordo com Quivy e Campenhoudt, a conclusão de um trabalho relacionado com investigação social deve abarcar três partes fundamentais: “primeiro, uma retrospectiva das grandes linhas do procedimento que foi seguido; depois, uma apresentação pormenorizada dos contributos para o conhecimento originados pelo trabalho e, finalmente, considerações de ordem prática” (1998, p. 243).

Assim, uma boa forma de concluir é começar a conclusão com a nossa pergunta de partida, fazendo uma relação entre os resultados expectáveis ao início e os que foram efetivamente alcançados. Devemos também mencionar qual o modelo de análise seguido e o conjunto de hipóteses que nos propusemos lançar. Importa definir qual o objeto de estudo, pelo qual seguimos os “nossos” métodos (pesquisa documental e análise de conteúdo) e descrever as observações efetuadas. Por fim, devemos referir os resultados alcançados ao longo do trabalho, comparando-os com o que já era conhecido e publicado na nossa área científica, se estão de acordo, ou em desacordo. Concluímos, explicando qual a pertinência do trabalho e qual o contributo que teve para esta área, referindo sempre as limitações e os obstáculos que fomos encontrando ao longo de todo o nosso percurso.

Convém clarificar que, de acordo com o modelo que estamos a seguir, o ato da rutura engloba as etapas 1, 2 e 3; o ato da construção abarca as etapas 3 e 4; e, o ato da verificação envolve as etapas 5, 6 e 7.

1.1 – A Pesquisa Documental

Depois de elaborarmos a nossa pergunta de partida, temos de saber qual a melhor forma de procedimento para conseguirmos adquirir uma determinada qualidade de informação e como devemos perscrutar o nosso “campo” de pesquisa para gerar uma problemática de investigação adequada. Tal como referimos atrás, a pesquisa documental pode ser inserida na etapa 2 do modelo de Quivy e Campenhoudt (1998, p. 49), referente à exploração que, por sua vez, abrange as operações de leitura e outros métodos de investigação como as entrevistas exploratórias, que não serão abordadas no presente trabalho.

Em primeiro lugar, qualquer tipo de pesquisa deve debruçar-se sobre um “objeto reconhecível e definido de tal modo que seja igualmente reconhecível pelos outros”; em segundo lugar, a pesquisa deve “dizer sobre este objeto coisas que não tenham já sido ditas ou rever com uma óptica diferente coisas que já foram ditas”; em terceiro, a

pesquisa deve ser útil para os outros investigadores ou interessados na área; por fim, “deve fornecer os elementos para a confirmação e para a rejeição das hipóteses que apresenta e, portanto, deve fornecer os elementos para uma possível continuação pública” (ECO, 2010, p. 52). Assim, podemos referir que as operações de leitura apontam principalmente no sentido de assegurar a qualidade da nossa problematização.

Quando estamos a efetuar uma pesquisa, não nos estamos a documentar de forma aleatória, ao acaso, mas sim em função de uma determinada investigação. Sem esta noção, podemos desperdiçar o nosso tempo com pistas falsas ou através de procedimentos de documentação que se vêm a revelar inúteis e infrutíferos. Desta forma, a pesquisa documental pode ser entendida como “um método de recolha e de verificação de dados: visa o acesso às fontes pertinentes, escritas ou não e, a esse título, faz parte integrante da heurística da investigação” (ALBARELLO, 2011, p. 30). Podemos afirmar que “abre caminho” à utilização de outras técnicas de investigação, complementando-as, como por exemplo a observação, os inquéritos, as entrevistas, a análise de conteúdo, entre outros.

Ao abordarmos a pesquisa documental, também devemos referir a pesquisa bibliográfica que “trata de descobrir textos (livros, artigos, documentos) sem omitir uma referência essencial, mas sem se deixar submergir pelo que não tem interesse. Neste caso já só estão em causa documentos escritos. É possível visar a exaustividade, mas é preferível começar pela pertinência” (ALBARELLO, 2011, p. 32). De facto, existem múltiplos procedimentos, mas cada investigador acaba por aperfeiçoar o sistema mais apropriado, que mais lhe convém para o seu estudo.

No entanto, convém realçar que as pesquisas bibliográficas devem ser exaustivas, mas efetuadas de forma prática, de forma a não entrarmos num processo desesperante de “gula livresca”, como referem Quivy e Campenhoudt, em que vamos ocupar o nosso tempo a estudar uma enorme quantidade de obras, artigos e outros documentos, com a intenção de encontrarmos aí “ao virar de um parágrafo ou de uma curva, a luz que permitirá enfim precisar, corretamente e de forma satisfatória, o objetivo e o tema do trabalho que se deseja efetuar”, sendo evidente que “esta atitude conduz invariavelmente ao desalento, dado que a abundância de informações mal integradas acaba por confundir as ideias” (1998, p. 21). Os autores consideram que devemos sempre primar pela escolha do caminho mais simples e mais curto para obtermos melhores resultados, sendo fundamental uma reflexão profunda acerca do que

procuramos conhecer e a melhor forma de o alcançar, pois a “lei do menor esforço é uma regra essencial do trabalho de investigação” (1998, p. 22).

Os documentos que nos podem servir como apoio para entendermos de forma correta os factos que nos aparecem são de diversos tipos, têm origem em variadas fontes e podem ser analisados e escrutinados através de métodos diferentes. Assim, a observação dos documentos deve considerar as fontes documentais e os métodos de análise desses documentos. Segundo Chizzotti, a “determinação de um problema a ser pesquisado pode originar-se (...) da observação direta e da reflexão sobre factos observáveis, de leituras e de análises pessoais, de fontes documentais orais ou escritas” (1991, p.16).

Sempre que analisamos determinada documentação, neste caso referente ao Brasil na Coleção Pombalina, juntamente com certas obras e artigos que abordem esta questão, devemos ter em conta que não é suficiente ler apenas para que consigamos extrair do documento todo o seu conteúdo e substância. Na maioria dos casos, a leitura deve ser encetada de acordo com regras precisas e bem definidas que permitam fixar o valor do documento, o seu grau de veracidade e exatidão, assim como o seu verdadeiro alcance.

Para não incorrermos num processo de “bulimia livresca” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 51), é preciso executar uma escolha criteriosa das leituras, principalmente porque o tempo de que dispomos é muito precioso e não podemos dispersar-nos por leituras que acabam por se revelar pouco produtivas para o nosso trabalho. Os dois autores propõem um conjunto de princípios gerais que visam auxiliar-nos em relação à melhor forma de procedermos e quais os principais critérios que deveremos reter.

O primeiro princípio consiste em começar o nosso trabalho pela pergunta de partida, de forma a não nos perdermos na seleção das leituras; o segundo princípio diz respeito à forma como lemos, pois não necessitamos de ler tudo sobre um assunto, dado que é praticamente impossível e contraproducente, devendo dar mais valor a artigos e obras de referência, que devem ser analisados de forma aprofundada e crítica; o terceiro compreende a busca de documentação cujos autores não se limitem apenas a mostrar dados, mas que apresentem elementos de análise e também de interpretação dos dados, pois são estes textos que nos levam a refletir, estimulando o nosso espírito crítico; o quarto princípio assenta no cuidado que devemos incutir na recolha de textos que exponham diversas abordagens sobre o assunto que estamos a estudar; por fim, o quinto

princípio diz respeito ao tempo que devemos consagrar à reflexão pessoal e às trocas de opinião com outros investigadores que estudam o mesmo fenómeno ou similar. Assim, de forma resumida, devemos respeitar os seguintes critérios de escolha para as nossas leituras: existência de ligações com a pergunta de partida; uma dimensão plausível do programa de leitura; presença de elementos de análise e de interpretação; diversas abordagens (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 54).

Para além da BNP, onde está localizado o nosso objeto de estudo, para a elaboração deste trabalho realizámos pesquisas na JSTOR, na *Web of Science* e no *Google Scholar*. Também pesquisámos na b-on, devido à abrangência das suas áreas temáticas e ainda devido ao facto de agregar outras bases de dados, como a *Web of Science*. A b-on constitui uma boa ferramenta, pois procura ser uma biblioteca *online* que tem como objetivo dar resposta aos investigadores, professores e estudantes. Para além de alguma experiência que já possuíamos em pesquisar nas mais diversas bases de dados e catálogos *online*, como os OPAC (*Online Public Access Catalog*), as técnicas de pesquisa empregues foram o resultado das competências que fomos adquirindo ao longo do Mestrado, nomeadamente nos seminários de Organização e Recuperação da Informação Biblioteconómica (ORIB) e Pesquisa e Utilização de Serviços e Recursos Electrónicos (PUSRE). Contudo, também pesquisámos acervos documentais presentes em outras bibliotecas e arquivos nacionais, nomeadamente na Biblioteca Pública de Évora, na Biblioteca da Ajuda, no Arquivo Histórico Ultramarino, no Arquivo Nacional Torre do Tombo, na Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra e na Biblioteca D. Manuel II da Fundação Casa de Bragança. Esta pesquisa envolveu todo o tipo de informação (escrita, iconográfica, cartográfica, musical e outra concernente).

A leitura tem como principal intuito retirar ideias para o desenvolvimento do nosso trabalho, sendo por isso necessário ter um bom método, que fosse preciso e rigoroso. De acordo com Quivy e Campenhoudt, o método de leitura deve ser composto por “duas etapas indissociáveis: o emprego de uma grelha de leitura (para ler em profundidade e com ordem) e a redação de um resumo (para destacar as ideias principais que merecem ser retidas)” (1998, p. 58). A grelha de leitura fornece os meios para que possamos distinguir, de uma forma quase imediata, as secções do texto que contêm as ideias centrais daquelas que possuem as ideias secundárias, os dados ilustrativos ou os desenvolvimentos da argumentação, obrigando o investigador a assimilar de forma segura o texto estudado. O resumo serve para termos uma noção mais clara da ideia global do texto, constituindo-se, de forma inevitável, como um

exercício e um exame ao modo como interpretámos as ideias do texto, pois se não conseguimos tornar o nosso resumo compreensível para outros, é possível que também não o seja para nós, o que obriga a uma reflexão acerca do nosso método de leitura e do processo de investigação. Os resumos podem ter pelo menos três tipologias: informativos (são os mais completos, mais exaustivos e mais utilizados); indicativos (são mais descritivos, correspondendo a um estilo mais telegráfico); e informativos (indicativos, articulando as duas primeiras tipologias).

De facto, a pesquisa de informação nos documentos e na bibliografia existente vai acompanhar todo o desenvolvimento geral da nossa investigação, aprimorando-se com o amadurecimento e consolidação dos objetivos a que nos propusemos.

A pesquisa documental aponta no sentido de responder às necessidades objetivas da investigação, podendo atender às seguintes questões: para que servem as informações presentes nas fontes primárias e na bibliografia? De entre os documentos estudados, quais são os mais pertinentes para encetar o estudo do nosso problema? Onde os podemos encontrar? Como utilizá-los para os nossos objetivos?

Sem dúvida que a pesquisa documental corresponde a uma parte integrante de qualquer pesquisa sistemática, precedendo e/ou acompanhando os trabalhos no “terreno”. Pode ser um aspeto determinante para estudos que pretendem mostrar a evolução histórica de um determinado problema, ou que queiram apresentar a situação atual de um certo assunto. É de grande importância para conhecermos as investigações realizadas na área, os pressupostos teóricos que foram assumidos, as técnicas utilizadas, as posições dos investigadores quanto a esta temática, os aspetos que já foram anteriormente explorados, entre outros assuntos.

Quando iniciamos uma determinada pesquisa não podemos prescindir de consultar a documentação e a bibliografia, pois o seu estudo é fulcral para conhecermos o que foi investigado e pode ser útil, o que ainda falta investigar, os diversos problemas, os que necessitam de mais fundamentação, que estão mal estudados, a reclamar novas investigações, pois todo o trabalho de investigação “se inscreve num *continuum* e pode ser situado dentro de, ou em relação a, correntes de pensamento que o precedem e influenciam” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 50).

Assim, podemos dizer que a pesquisa documental é uma etapa de grande valor para podermos reunir os conhecimentos que já foram produzidos e escolher as ferramentas que podem ser mais relevantes para o estudo do nosso problema, sem correremos o risco de estar a tocar num assunto que já foi tratado e resolvido por outros,

de forma a alcançarmos novos percursos e novas aproximações que possam contribuir para um melhor entendimento do tema a que nos propomos estudar, de forma científica, rigorosa e precisa.

1.2 – A Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo aparece como a técnica que nos permitiu verificar quais os temas presentes nos documentos estudados, que na sua maioria são cartas e listas agrupadas em códices ou miscelâneas factícias⁶. Esta informação está presente muitas vezes nos títulos que encabeçam alguns documentos, estando incluída na etapa 6 do modelo de Quivy e Campenhoudt (1998, p. 226).

Laurence Bardin explica numa única frase, em que exemplifica a importância que este método pode ter para quem trabalha documentos históricos: “Sou historiador e desejaria saber, baseando-me nas cartas enviadas à família antes da catástrofe, a razão pela qual determinado batalhão se deixou massacrar, aquando da Primeira Guerra Mundial” (2008, p. 29).

De acordo com Klaus Krippendorff, a análise de conteúdo “procura compreender os dados, não como um conjunto de acontecimentos físicos, mas como fenómenos simbólicos e abordar a sua análise direta” (1997, p. 253). Podemos afirmar que é esta possibilidade de dedução, inferência⁷ e extrapolação dos dados que contamos poder utilizar para nos auxiliar à compreensão dos fenómenos históricos da época através do estudo dos documentos. Outros autores, como Pestana, consideram-na um “conjunto de instrumentos metodológicos adequados ao domínio e ao objetivo pretendido em cada estudo, cuja finalidade consiste na criação de categorias homogêneas provenientes do texto, as quais resultam tanto diretamente do que está patente, como indiretamente pela heurística do latente” (2009, p. 413). Todavia, os conteúdos “não são nem textos nem discursos. São «o que existe dentro». Os textos e os discursos são «recetáculos», modos

⁶ Uma Miscelânea corresponde normalmente a um livro ou códice composto por vários textos em sequência, de autores diferentes, com ou sem ligação temática entre si. Do ponto de vista textual, os textos podem ter uma homogeneidade, ou unidade temática, embora também possa ocorrer o contrário. No entanto, importa distinguir entre Miscelânea Compósita e Miscelânea Factícia. A primeira é formada por várias unidades independentes, que foram reunidas numa idade próxima à idade de redação dos documentos, enquanto a segunda corresponde a um conjunto de unidades com datas diferentes, de origens diferentes, tendo sido reunidas algum tempo depois da época de redação, tal como um “códice factício”, de acordo com o *Dicionário do Livro: da escrita ao livro electrónico* (FARIA, 2008, p. 268).

⁷ É uma “operação lógica que permite tirar conclusões. Em análise de conteúdo, a inferência consiste em constatar, para além dos dados, as suas fontes ou causas, os efeitos de comunicações, extraídos sempre dos mesmos dados” (ROMERO, 1991, p. 205).

de expressão, manifestações. O objeto da análise de conteúdo não são estes, mas antes o que contém” (ALBARELLO, 2011, p. 157).

Podemos assim afirmar que corresponde a um “conjunto de técnicas de exploração de documentos, que procura identificar os principais conceitos ou os principais temas abordados num determinado texto” (OLIVEIRA, 2003, p. 5). Normalmente, começa por aquilo que alguns autores designam por “leitura flutuante”, em que o investigador estabelece uma relação entre o documento que está a ser analisado e as suas próprias anotações, até que comecem a surgir pontos convergentes (unidades) que façam sentido, como simples palavras, conjuntos de palavras ou temas, que têm o intuito de guiar o investigador na procura das informações mais relevantes que estão no texto em análise.

O objetivo de uma análise de conteúdo consiste em “assinalar e classificar de maneira exaustiva e objetiva todas as unidades de sentido existentes no texto” (OLIVEIRA, 2003, p. 6), para além de possibilitar que sejam identificadas as principais ideias contidas. A organização rigorosa e a definição clara destes pontos convergentes, ou unidades de sentido, vão auxiliar de sobremaneira o investigador a controlar e a descobrir o seu espaço, controlando a sua própria subjetividade, passando a ter uma melhor sistematização dos conceitos e uma maior objetividade. Efetivamente, a análise de conteúdo serve para fornecer ao investigador os melhores e mais adequados indicadores que lhe permitem atingir os objetivos da sua pesquisa, podendo assim interpretar os resultados que obteve, de forma a relacioná-los com o próprio contexto em que o documento foi produzido e também os propósitos de quem o produziu, organizou e compilou.

No presente trabalho, a análise do conteúdo dos documentos decorreu em duas etapas distintas, embora sejam complementares uma da outra: a análise quantitativa, na qual tentamos contabilizar o número de vezes que cada tema surge na documentação, e a análise qualitativa, em que deduzimos e avaliamos estes temas no que diz respeito à sua verdadeira dimensão e orientação. Segundo Bardin, na análise quantitativa “o que serve de informação é a *frequência* com que surgem certas características do conteúdo” (2008, p. 23). Na análise qualitativa “é a *presença* ou a *ausência* de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomada em consideração” (BARDIN, 2008, p. 23). Na tabela 1 podemos ver quais as principais características destes dois tipos de análise, ou abordagens.

ABORDAGEM QUANTITATIVA	ABORDAGEM QUALITATIVA
Dedução	Indução
Explicativa	Interpretativa
Objetiva	Subjetiva
Pesquisa estruturada/rígida	Pesquisa semiestruturada ou não estruturada
Mensuração	Compreensão
Dados quantitativos (números)	Dados qualitativos (informação)

Tabela 1 – Principais características da abordagem quantitativa e da abordagem qualitativa. Adaptado de OLIVEIRA *et. al.* (2014).

Em seguida, após a recolha da informação, elaborámos umas fichas com descrições muito resumidas de cada documento (Conjunto documental), que estão contidas nos anexos, e um Índice Analítico, tendo contabilizado a frequência com que cada tema surge na documentação sobre o Brasil. Esta quantificação permite saber se, por exemplo, a legislação indigenista é um tema muito abordado, ou não, pois este assunto, também conhecido como a “questão indigenista”, é um dos mais procurados pelos investigadores que estudam o Brasil durante o período pombalino. Desta forma, a título de exemplo, podemos verificar que os assuntos referentes aos índios não decresceram em quantidade, mas que, ao longo dos anos, de acordo com a documentação em análise, vão tendo um menor destaque, possivelmente devido a algum fator que podemos perceber melhor pelo teor dos documentos em análise. Efetivamente, esta avaliação apenas será exequível se combinarmos a análise quantitativa com a análise qualitativa pois, “o principal objetivo da análise qualitativa de documentos é capturar o sentido, a ênfase e os temas das mensagens e perceber a organização e o processo em como se apresentam” (ALTHEIDE, 1996, p. 33).

A análise de conteúdo é um método de investigação aplicado a várias áreas que teve origem nos anos 50 do século XX, principalmente no âmbito de estudos sobre jornalismo e comunicação social, em que tinha o objetivo de analisar os textos presentes nos jornais para uma melhor compreensão dos fenómenos da comunicação.

Tem sido alvo de algumas críticas, principalmente graças ao carácter absoluto que se lhe tentou transmitir. No entanto, devemos referir que é um método de investigação que, tal como qualquer outro método, possui vantagens, mas também limitações, podendo constituir-se como um instrumento de assaz importância e valor num determinado estudo, mas podendo ser totalmente inapropriado para outro. De acordo com Bonville, a análise de conteúdo “não é mais do que uma conjugação particular de procedimentos ou de métodos autónomos, onde se pode encontrar a descrição, em partes diferentes, em abordagens especializadas sobre a amostragem, a classificação, a

estatística e o raciocínio científico. A originalidade da análise de conteúdo repousa nos métodos de agregação dessas técnicas e métodos” (2000, p. 6).

Um dos aspetos que torna este método de investigação interessante não é propriamente o de analisar o que está escrito nos documentos (esse papel pode ser desempenhado pelos linguistas), mas sim porque foi escrito daquela forma e naquele momento, pois na análise de conteúdo “o aspeto simbólico das mensagens importa mais que o seu aspeto lexical ou sintático. O linguista interessa-se pelas mensagens por elas mesmas, pelas suas propriedades textuais e o analista por aquilo que elas revelam sobre os seus produtores e os seus destinatários” (BONVILLE, 2000, p. 5).

Sem dúvida que este grande potencial da análise de conteúdo vai permitir que possamos perceber melhor a nossa problemática, como se enquadra a documentação no seu ambiente de produção, nos seus contextos social, económico, político, entre outros e, assim, compreender de forma mais completa como era a sociedade da época através do olhar da família do Marquês de Pombal que, de acordo com os seus próprios critérios, considerou guardar toda esta documentação após a sua morte.

Porém, apesar de a análise de conteúdo poder abranger estas parcelas numéricas, não devemos afirmar categoricamente que tem uma garantia, ou “carimbo” de objetividade, pois, de acordo com os autores que defendem este método de investigação, a melhor forma de assegurar esta dita objetividade deve ser sempre a universalidade, isto é, os resultados que obtemos devem ser similares de uma forma substancial, mesmo quando são obtidos por outros analistas e investigadores, da mesma área ou semelhante. Desta forma, “o processo analítico deve ser concebido de tal maneira que os investigadores que repitam a análise nas mesmas condições possam chegar a resultados semelhantes”, pois o “corolário necessário da objetividade da análise de conteúdo é o seu carácter sistemático”, dado que “todas as mensagens devem ser submetidas às mesmas regras, e de forma idêntica” (BONVILLE, 2000, p. 11).

Outro aspeto que devemos realçar mais uma vez, diz respeito à possibilidade de quantificação dos assuntos contidos nos documentos, que podem ser muito subjetivos. Esta conjuntura proporciona um grande interesse em muitos investigadores de Ciências Sociais e Humanas pois, “a análise quantitativa procura encontrar regularidades, tendências, padrões observados nas mensagens” (BONVILLE, 2000, p. 11).

De acordo com os vários autores que estudámos, é necessário elaborar um eficaz programa de pesquisa, em que devemos criar um grupo categorial, que será aplicado numa tabela, com o intuito de simplificar e auxiliar esta análise e a sua utilização de

forma posterior. Assim, é sempre importante elaborar uma grelha de análise, ou de trabalho, em que vamos registando os dados recolhidos, o que por sua vez implica a definição de indicadores, categorias e unidades de análise apropriadas. Após formularmos as hipóteses, estas categorias vão constituir as peças principais da nossa pesquisa, pois forçam-nos a ordenar e a reunir os assuntos em blocos que devem significar algo para a nossa investigação.

É graças a estas categorias que vamos determinar uma ligação entre os objetivos de pesquisa e os resultados que vamos obter, pois a análise de conteúdo “consiste em confrontar as mensagens efetivamente trocadas e uma classificação *a priori*, que exprima de forma abstrata todas as características das mensagens virtuais. A análise é uma vasta operação de comparação, e o sistema categorial é o filtro ou o termo abstrato dessa comparação” (BONVILLE, 2000, p. 25). Contudo, Romero afirma que as diferentes categorias que podemos estabelecer para a análise de conteúdo são inúmeras, “quase infinitas” (1991, p. 121), sendo essa a razão para que a classificação dos tipos de categoria seja muito difícil, embora este autor considere os seguintes tipos de categorias como sendo os principais: a categoria das matérias; as categorias de forma; as categorias de apreciação; as categorias de pessoas e tipos de caráter; e as categorias de origem e de destino. Podem existir outras, mas o autor considera estas como as mais importantes.

No que diz respeito à aplicação do método, ou seja, a organização da análise, de acordo com alguns autores, as diferentes fases da análise de conteúdo estão organizadas em torno de três pólos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2008, p. 121). A pré-análise refere-se à fase de organização propriamente dita, tendo por objetivo “tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 2008, p. 121). Com esta fase, pretende-se escolher os documentos a analisar, formular as hipóteses e os objetivos, e elaborar os indicadores que vão fundamentar a interpretação do trabalho final. Quanto à segunda fase, da exploração do material, esta corresponde à análise dos documentos propriamente dita, que, se as várias operações da primeira fase forem concluídas com sucesso e pertinência, corresponde à aplicação sistemática das decisões que foram tomadas. É uma fase demorada, que consiste basicamente em certas operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas (BARDIN, 2008, p. 127). Na terceira e última fase, referente ao tratamento dos resultados obtidos e interpretação, os resultados que

estão em bruto devem ser trabalhados de maneira a serem válidos e significativos. Nesta fase podemos estabelecer quadros de resultados, tabelas, figuras, gráficos, entre outros, que condensam e colocam em relevo todas as informações recolhidas na nossa análise. Quando o investigador tem ao seu dispor estes resultados significativos, válidos e fiéis pode então “propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos –, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (BARDIN, 2008, p. 127).

1.3 – A relação entre a análise de conteúdo e a pesquisa documental

De acordo com Bardin, o “peso do desenvolvimento das técnicas documentais tem-se mantido relativamente discreto no campo científico. A documentação permanece uma atividade muito circunscrita e a análise documental (...) é um assunto para especialistas” (2008, p. 47). Efetivamente, certos procedimentos aplicados ao tratamento da informação documental, resultantes das pesquisas efetuadas, apresentam determinadas analogias com algumas componentes das técnicas da análise de conteúdo, que nos parece proveitoso aproximar, para os distinguirmos melhor e ficarmos elucidados relativamente ao campo de ação da técnica da análise de conteúdo, assim como à sua especificidade. Podemos identificar a análise de conteúdo com a pesquisa documental, quando eliminamos a função de inferência da análise de conteúdo e a limitamos apenas a aspetos mais técnicos como a análise temática ou categorial.

Já abordámos acima os conceitos de análise de conteúdo e pesquisa documental, mas importa perceber que a pesquisa documental “enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados (...) tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de informação” (BARDIN, 2008, p. 47), ou seja, pretende efetuar o armazenamento de dados sob determinada forma variável, facilitando o acesso a quem observa, de modo que seja possível retirar o máximo de informação, que corresponde ao aspeto mais quantitativo, mas com o máximo possível de pertinência e importância, referente ao aspeto qualitativo. Como tal, a pesquisa documental corresponde a “uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados”, permitindo assim passar de “um documento primário (em bruto) para um documento secundário (representação do primeiro)” (BARDIN, 2008, p. 47).

Contudo, também podemos encontrar algumas diferenças em certos procedimentos, como por exemplo, o facto de a pesquisa documental ter como objetivo

a representação condensada desta informação, através do armazenamento para efeitos de consulta, enquanto o objetivo da análise de conteúdo consiste na manipulação de mensagens, como o conteúdo e a expressão desse mesmo conteúdo, de forma a evidenciar os indicadores que permitam deduzir sobre outra realidade diferente da que está declarada na mensagem.

Capítulo 2 - Gestão de Coleções de livro antigo

Ainda que não se trate propriamente de livro antigo, pois o nosso objeto de estudo trata de códices ou miscelâneas factícias contendo documentos manuscritos, a metodologia adequa-se ao tratamento que realizámos para os três códices da Coleção Pombalina (PBA. 625, PBA. 626 E PBA. 642), que deve ser englobado no campo da gestão de coleções de livro antigo. Como tal, neste capítulo iremos abordar algumas obras sobre o livro antigo e a gestão de coleções, pois o nosso estágio na Biblioteca Nacional consistiu no estudo e catalogação de manuscritos com acesso muito restrito, pertencentes à Divisão de Coleções Especiais da BNP.

Assim, será importante definir o conceito de livro antigo, que podemos encontrar em algumas obras e dicionários de referência que tratam o tema do livro. No *Dicionário do Livro: da escrita ao livro electrónico*, de Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão (2008), encontramos dois tipos de critérios, um patrimonial e outro mais tecnológico, ou seja, o primeiro está patente quando referem que é uma “designação atribuída aos livros que foram produzidos desde a invenção da imprensa até ao início do século XIX; de modo mais preciso, e uma vez que os incunábulos constituem uma produção tipográfica à parte, não só pelas suas características próprias, mas também pelo seu tratamento catalográfico, pode dizer-se que o livro antigo abrange as obras impressas desde 1501 até 1800 inclusive” (FARIA, 2008, p. 764); o segundo, que possui uma lógica mais abrangente, considera o livro antigo como sendo equivalente a “livro velho; vulgarmente é assim designado todo aquele que tem mais de cem anos” (FARIA, 2008: 764). O *Dicionário técnico de termos alfarrabísticos* define livro antigo da seguinte maneira: “entre livreiros, livro que tem mais de cem anos. Em catalogação, livro produzido antes de 1801” (FERREIRA, 1997, p. 113)

Na obra coordenada por Amandine Jacquet e Julia Morineau, intitulada *Le Dictionnaire*, disponível *online*, verificamos que, para o caso francês, a definição de livro antigo “a fluctué au cours des temps. Jusque dans les années 1980, était considéré comme un livre ancien en France tout ouvrage antérieur à 1811, année de création de la *Bibliographie de la France*. Cette coupure s’avère aujourd’hui artificielle et insatisfaisante. Depuis les années 1990, de nombreuses bibliothèques considèrent comme ancienne tout ou partie de la production du XIX^e siècle. Selon les établissements, la date frontière entre imprimés anciens et modernes est 1850, 1900,

1914 voire 1920”⁸. No entanto, este dicionário informa-nos que “pour sa part, et depuis sa création en 1945, l’Unesco considère comme ancien tout ouvrage de plus de cent ans d’âge. C’est une définition aujourd’hui reprise par la législation douanière française et le ministère français de la Culture. Il s’agit donc d’une frontière mouvante. L’historien du livre, lui, distingue le livre de la période artisanale, imprimé sur une presse à bras entre le milieu du XV^e siècle et les années 1830-1840, du livre de la période industrielle imprimé depuis le second tiers du XIX^e siècle”⁹.

Quanto ao mundo anglo-saxónico, destacamos o *Online dictionary for library and information science*, de Joan Reitz, que apresenta o livro antigo como sendo “a book so difficult to find that only a few copies are known to antiquarian booksellers. Those that do exist seldom appear on the market and are consequently coveted. Rare books are often valuable, but not all highly valuable books are rare. Most libraries keep their rare books in a secure location to which access is restricted (usually in special collections)”¹⁰. Esta definição é deveras discutível pois um livro raro não tem de ser necessariamente um livro antigo.

Um dos trabalhos mais recentes sobre esta temática intitula-se *O livro antigo na era digital* e foi desenvolvido por Dália Guerreiro e José Luís Borbinha (2015), tendo sido apresentado no 12º Congresso da BAD, que decorreu em Évora. Os autores consideram que o livro antigo continua a ter leitores, especialmente entre as áreas das ciências sociais e humanas. Referem que a sua existência não está confinada apenas às prateleiras das bibliotecas, uma vez que está disponível a todos os que quiserem investigar, nas bibliotecas digitais mundiais, apesar de esta disponibilização não ser a mais adequada em alguns casos. As bibliotecas, ao colocarem as suas coleções de livro antigo em linha, devem conhecer muito bem as suas características materiais e determinar quais os principais requisitos dos investigadores que pretendem estudá-las. Assim, neste artigo, os dois autores analisam duas bibliotecas digitais portuguesas, a Biblioteca Digital de Fundo Antigo da Universidade de Coimbra (*Alma Mater*) e a Biblioteca Nacional Digital (BND), com destaque para a coleção de livro antigo da BND, o que é assaz importante para o nosso estudo, uma vez que estamos a trabalhar a Coleção Pombalina.

⁸ <<http://www.enssib.fr/le-dictionnaire/livre-ancien>>

⁹ <<http://www.enssib.fr/le-dictionnaire/livre-ancien>>

¹⁰ <http://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis_r.aspx#rarebook>

Outra obra recente que aborda assuntos relacionados com a gestão de coleções, intitulada *Apprendre à gérer des collections patrimoniales en bibliothèque*, de David-Jonathan Benrubi (2012), deve ser tida em conta para o relatório final de estágio pois, de acordo com o autor, este manual “est là pour vous donner un cadre, une aide pour vous orienter, et l’indication de quelques pistes, mais il ne remplacera pas la formation continue que vous devrez acquérir par vous-même” (BENRUBI, 2012, p. 12). Ao nível da gestão de coleções, esta obra pode ser comparada e complementada com o estudo desenvolvido por Manuel José Pedraza Gracia (2014), denominado *Algunas reflexiones sobre bibliotecas históricas o patrimoniales: Nuevo paradigma entre los centros y servicios de información*, em que se analisam as características mais específicas das bibliotecas patrimoniais e históricas que permitem distingui-las de todas as outras existentes. Para Pedraza Gracia, examinam-se em primeiro lugar as características do livro antigo como documento e também como objeto físico; em seguida, é necessário analisar o livro antigo como um conjunto de informações úteis para a atividade de investigação; o terceiro passo pretende considerar a relação que existe entre as unidades documentais e as bibliotecas patrimoniais; depois, deve aprofundar-se a vertente patrimonial da biblioteca e as suas implicações; por fim, examinam-se as funções deste género de bibliotecas e o modo como influenciam as atividades que se realizam no seu interior. Este autor possui um outro estudo (2003) sobre questões relacionadas com a avaliação do livro antigo como uma atividade documental, em que reflete acerca da avaliação deste tipo de coleções, o seu preço e o valor das relações entre estes conceitos. O artigo tem como título *Algunas reflexiones sobre la tasación del libro antiguo como actividad documental* e é um documento interessante para percebermos melhor o mundo do mercado livreiro, dos alfarrabistas e antiquários, especialmente relacionados com esta temática.

Ao encetarmos as nossas pesquisas, verificámos que Manuel José Pedraza Gracia é um autor muito citado nesta área de estudo sobre o livro antigo, gestão de coleções e a sua relação com o mundo digital. Para além dos artigos referidos acima, considerámos importante referir outro sobre *El libro antiguo en la red o El contacto de los extremos*, que apesar de ter sido escrito em 2002, ainda contém alguns dados atuais e pertinentes.

José Luís Herrera Morillas (2013) é um autor espanhol de referência que apresenta diversos artigos e estudos relacionados com os fundos antigos nas bibliotecas espanholas. No artigo *La gestión de las colecciones de fondo antiguo en las bibliotecas*

universitárias españolas: análisis de los textos normativos, o autor pretende localizar e estudar os textos que regulam a gestão das coleções de fundo antigo das bibliotecas universitárias espanholas para traçar as qualidades que caracterizam estas coleções desde o ponto de vista da gestão. O autor localizou e analisou cerca de trinta e três textos com informações relacionadas com a gestão das coleções universitárias de fundo antigo que lhe permitiram traçar o estado atual sobre a regulação do acesso a estes fundos, a sua consulta, os processos técnicos, o depósito, os serviços de reprodução e digitalização e o empréstimo para exposições relacionadas com as coleções de livros antigos das bibliotecas universitárias de Espanha.

As Ediciones Trea, de Gijón, têm inúmeras obras dedicadas às ciências sociais, contendo diversos títulos sobre a área de biblioteconomia e arquivística. Assim, referimos duas que constituem um lugar central para o relatório de estágio. A primeira, de José Martinez de Sousa (2010), com o título *Pequeña Historia del Libro*, de teor mais abrangente, pois apresenta uma visão geral sobre a história do livro desde o seu início, há cerca de três mil anos, até à atualidade, com referência às bibliotecas. Este livro pode ser comparado e complementado com a paradigmática obra de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin (2000), designada *O aparecimento do Livro*, que deve ser referida em qualquer trabalho de investigação sobre o livro. A seguinte obra das Ediciones Trea, corresponde a um estudo mais específico e particular, voltado para o tratamento e difusão digital do livro antigo, que é, ou deveria ser, uma das maiores preocupações dos tempos atuais na área da Ciência da Informação. Tem como título *Tratamiento y difusión digital del Libro Antiguo: directrices metodológicas y guía de recursos* e é da autoria de José Luís Herrera Morillas (2004), referido anteriormente. Tal como o nome indica, apresenta uma série de diretrizes metodológicas e um guia de recursos para executar corretamente este tratamento digital, pois trata de “un fenómeno que se está desarrollando de forma significativa y que cuenta ya con numerosas e importantes aportaciones, susceptibles de ser estudiadas y presentadas de forma global e sistemática” (HERRERA MORILLAS, 2004, p. 9). Uma vez que propusemos à BNP o restauro e a digitalização destes documentos da Coleção Pombalina, que poderá ser exequível ou não, dependendo da vontade e da capacidade financeira das entidades envolvidas, esta obra de Morillas pode ser considerada de importância vital para a eventual proposta. Ainda dentro das obras publicadas pelas Ediciones Trea, incluímos *El fondo antiguo en la biblioteca*, de Maria Marsá (1999), que apresenta uma visão geral das características físicas do livro antigo, a sua origem e desenvolvimento, o seu

tratamento bibliotecário e os repositórios e catálogos existentes no final da década de 90 do século passado.

Gary E. Gorman e Sidney J. Shep (2006) editaram uma obra denominada *Preservation management for libraries, archives and museums*, com o intuito de demonstrar a melhor forma de gerir a herança documental e perceber como funcionam as políticas atuais sobre preservação nas bibliotecas, arquivos e museus. O mesmo Gorman publicou mais três monografias, uma sobre *Collection Management*, de 2000, que apresenta os fundamentos teóricos e práticos sobre gestão de coleções; outra, em parceria com Ruth H. Miller (1997), cujo título *Collection Management for the 21st Century: a handbook for librarians*, corresponde a um manual para bibliotecários relacionado com os novos desafios que o século XXI apresenta para a área da gestão de coleções; a última, juntamente com Brian R. Howes (1989) refere-se a *Collection Development for libraries* e, tal como o nome indica, diz respeito ao desenvolvimento de coleções para bibliotecas.

Embora o tenha escrito em 2003, o artigo de Maria Fernanda Peset Mancebo, intitulado *Bibliotecas Digitales en Internet de Libro Raro, Antiguo e Incunables*, menciona de uma forma bastante sucinta o papel das bibliotecas digitais para os livros raros, antigo e incunábulo. Descreve o panorama da disponibilização de coleções especiais na Internet, utilizando um método mais descritivo do que propriamente interpretativo, baseado numa seleção assaz exaustiva de todos os fundos com estas características existentes principalmente em Espanha, mas também em outras partes do globo. A autora começa por definir o termo “biblioteca digital”, apresentando logo de seguida as características principais deste tipo de coleções, descrevendo as suas funções e assinalando alguns casos paradigmáticos, que podem servir de exemplo para o nosso estudo.

Maria Idalia García Aguilar e Miguel Angel Rendón Rojas (2001) analisaram a questão de fundo antigo de uma forma conceptual, num artigo conjunto, intitulado *El fondo antiguo: su estructura conceptual*, estudando os vários termos empregues para designar um determinado conjunto de objetos documentais e bibliográficos que estão guardados nas bibliotecas em coleções especiais. As suas reflexões estão direccionadas no sentido de apresentarem uma proposta do conceito de fundo antigo como o mais adequado para definir um conjunto de objetos de grande valor, pois representam uma herança cultural que deve ser partilhada por todas as sociedades, de acordo com as palavras dos autores.

Fora do continente europeu, nomeadamente no México, dois autores, José Tomás Palácios Medellín e Enedina Salazar Mendez (2002) escreveram o artigo *Las colecciones especiales de la biblioteca pública de México* José Vasconcelos sobre, como o próprio título indica, as coleções especiais desta biblioteca mexicana. É um artigo importante pois permite-nos fazer um paralelismo entre o que se passa no continente europeu, nomeadamente em Portugal, e num país da América Central, ao nível da gestão de coleções de livro antigo. No Brasil, encontramos pelo menos três artigos importantes para a nossa investigação, um de Janaina Leal (2010) sobre *Reengenharia em bibliotecas*, outro de Simone Weitzel (2001) denominado *O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios* e um terceiro de Maria Cristina Maciel e Maria Alvarenga Rocha Mendonça (2000), com o título *Bibliotecas como organizações*, sobre a realidade brasileira no que diz respeito à gestão de coleções e ao conceito de bibliotecas como organizações. Todos estes três artigos abordam a rápida, intensa e frenética transformação que tem vindo a suceder no universo da ciência da informação, principalmente no mundo das bibliotecas como organizações, referindo a importância de um eficaz processo de avaliação e planeamento de todas as funções biblioteconómicas.

Como é fácil depreender, o nosso estudo terá de ser centrado na literatura mais recente, para percebermos como se encontram as investigações mais atuais sobre o livro antigo. Porém, não podemos deixar de referir algumas obras e autores mais antigos, pelo menos da última década do século passado, como a obra *Da biblioteca ao leitor* de Henrique Barreto Nunes (1998) e *The management of books in public libraries*, de Ron Pybus (1998), ou então, para o caso espanhol, *El patrimonio bibliográfico de las universidades españolas*, de Maria Remédios Moralejo Álvarez (1998) e *El libro antiguo en las bibliotecas españolas*, de Ramon Rodriguez Álvarez e Moisés Llorden Miñambres (1998). No mundo anglo-saxónico podemos mencionar dois títulos desta década, o primeiro da autoria de Ray Prytherch (1997), com o título *Harrod's Librarian's Glossary of terms used in librarianship, documentation and the book crafts and reference book* que, tal como o nome indica, corresponde a um glossário para bibliotecários sobre os termos usados nesta área, e *Providing Access to Rare Book and Manuscripts Collections and Services in a Time of Change: The Electronic Revolution* de Henry Snyder (1996), que há 19 anos lançava a discussão de providenciar o acesso dos utilizadores às coleções de livro antigo através das novas tecnologias, graças ao que o autor designa por Revolução Eletrónica.

Para finalizar, destacamos três obras de caráter mais generalista. A primeira, intitulada *Manual de bibliotecas*, da autoria de Manuel Carrión Gútiez, que corresponde, tal como o nome indica, a um manual para bibliotecários, sendo uma obra importante para a nossa área de trabalho, pois “el quehacer del bibliotecario se reduciría a pura rutina de no descansar, más que en fórmulas prácticas aprendidas y transmitidas de generación en generación, en una disciplina o conjunto de disciplinas, sometidas como todo el conocimiento humano a un incansable y creador movimiento dialéctico”. Com este manual, o autor refere que “identificar y articular en sistema la base intelectual de tal disciplina no parece tarea ociosa. Y es, más que nada, lo que pretende, como todos los manuales de bibliotecas, este libro” (CARRIÓN GÚTIEZ, 1993, p. 13). A segunda está relacionada com a história do desenvolvimento de coleções, da autoria de Robert Broadus (1991), com o título *The History of collection management*. A terceira é intitulada *Historia de las bibliotecas*, de Hipólito Escolar (1990) e apresenta um panorama geral sobre as bibliotecas ao longo dos tempos, desde o Próximo Oriente, com a formação das bibliotecas de Ebla e Asurbanipal, passando pelas bibliotecas da Antiguidade, da Grécia, Alexandria e Roma até à última década do séc. XX. Apesar de ter um maior enfoque nas bibliotecas espanholas, mostra a realidade de outras bibliotecas, nomeadamente de Itália, França, Áustria, Inglaterra, Irlanda, Alemanha e Estados Unidos da América, referindo em situações muito pontuais a situação em que se encontravam as bibliotecas portuguesas no último quartel do século passado.

Para aprofundarmos um pouco mais a questão da gestão de coleções, importa perceber bem o que é uma coleção. Para tal, mais uma vez socorremo-nos do *Dicionário do livro: da escrita ao livro electrónico*, que define “coleção” como sendo um “grupo de publicações distintas, ligadas entre si por um título comum, cada uma com o seu título próprio e seu responsável, expresso ou não; a coleção, em si, tem o seu responsável, singular ou coletivo, pode ser ou não numerada e, ainda, ser subdividida em subcoleções, com numeração própria ou apenas a numeração da coleção em que se insere” (FARIA, 2008, p. 2276). Refere ainda que pode ser uma compilação, um “reagrupamento voluntário de documentos, objetos, informações de diversas proveniências (...) reunidos em função da semelhança de uma ou várias das suas características, afinidade de assuntos, formato, época (...). Conjunto organizado de documentos, sob um título comum, para disponibilização aos utilizadores” (2008, p. 276).

De acordo com Peggy Johnson (2009) na sua obra *Fundamentals of Collection Development and Management*, Gestão de Coleções ou “Collection Management” pode ser entendida como “an umbrella term covering all the decisions made after an item is part of the collection. These decisions often become critical tasks because of condition, budget or space limitations, or shifts in the library’s user community and parent organization priorities” (2009, p. 151). No entanto, pode ser definida como um processo de recolha de informação, comunicação, coordenação, formulação de políticas, avaliação e planeamento. Estes processos “in turn, influence decisions about the acquisition, retention, and provision of access to information sources in support of the intellectual needs of a given library community” (2009, p. 2). O desenvolvimento de coleções, ou “collection development” corresponde a uma parte da gestão de coleções “that primarily deals with decisions about the acquisition of materials” (2009, p. 2), sendo também um termo que representa o processo “of systematically building library collections to serve study, teaching, research, recreational and other needs of library users” (2009, p. 2). O processo inclui a “selection and deselection of current and retrospective materials, planning of coherent strategies for continuing acquisition, and evaluation of collections to ascertain how well they serve user needs” (2009, p.2).

Podemos considerar que a Coleção pombalina é uma “Coleção Factícia”, pois ao analisarmos o seu conteúdo e a forma como os documentos foram compilados, ainda durante o período do Marquês de Pombal, verificamos que vai ao encontro da definição estabelecida por Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão: “volume constituído por peça heterogéneas, cuja reunião arbitrária sob uma mesma capa se justifica apenas por necessidades de conservação e não pela existência de uma relação entre elas” (FARIA, 2008, p. 277). Este facto é evidente na Coleção Pombalina, pois em cada miscelânea ou códice podemos encontrar diversos temas, desde documentos sobre os engenhos de açúcar em Belém do Pará, juntamente com cartas sobre a governação de Macau, ou sobre os cristãos-novos de Goa, por exemplo. Os documentos estão, na sua grande maioria, organizados de forma cronológica, mas é fácil verificar que foram organizados nas miscelâneas por questões de conservação, sem obedecer propriamente a um fio condutor que pudesse ligar cada um destes documentos.

Nos subcapítulos seguintes iremos abordar de forma breve as questões relacionadas com o tratamento e a difusão digital das coleções de livro antigo, sendo este um dos aspetos mais importantes da gestão de coleções, que pretendemos colocar

em prática para todos os 758 códices ou miscelâneas da Coleção Pombalina, num futuro projeto de Doutorado.

2.1 – Conceito de fundo antigo

Antes de avançarmos para a definição de fundo antigo, importa perceber bem o que significa Património Bibliográfico. De acordo com Herrera Morillas, corresponde a um conceito “ligado a los textos legislativos (...) que se refiere a una realidad mayor que la que abarca el libro antiguo” (2004, p. 37). Outro autor de relevo nesta área, Manuel Pedraza Garcia, considera que se trata de um conceito fundamentalmente jurídico que acentua “más la protección y custodia que el uso y difusión. Pero en el parecer de muchos, esta perspectiva confiere al libro antiguo la propiedad de pasar a formar parte del tesoro común de un pueblo que integra lo que a ese Pueblo le ha interesado y lo que ha producido intelectualmente”, sendo também “lo que los antecesores consideraron de suficiente importancia como para plasmarlo en libro”. Refere ainda que o Património Bibliográfico “es, portanto, el eje vertebral de la herencia intelectual (científica, literaria, artística e ideológica) de una comunidad” (2002, p. 37). O livro antigo identifica-se mais com o conceito de fundo antigo, que iremos expor em seguida.

Quando falamos de fundo antigo estamos a referir-nos à coleção de uma biblioteca formada por manuscritos, incunábulo e livros impressos até ao ano de 1800, apesar de a UNESCO considerar todas as obras com mais de cem anos como antigas. Contudo, a partir de 1801 entende-se que a revolução produzida na imprensa deu lugar a uma nova etapa. Deste modo, o fundo antigo da maior parte das bibliotecas portuguesas é fundamentalmente constituído por manuscritos e livros impressos dos séculos XV ao XVIII. As obras que fazem parte desses fundos devem estar conservadas de forma separada do fundo moderno, requerendo de cuidados e medidas especiais de proteção, uma vez que são muito frágeis e raras.

A valorização que cada instituição atribui aos fundos antigos deve ser sustentada em três tipos de valores, nomeadamente o valor histórico, o valor estético e o valor do conhecimento contido. O primeiro valor diz respeito à importância dos documentos como testemunhos e agentes da história da humanidade; o segundo baseia-se nas características estéticas, como a encadernação, as ilustrações, as gravuras, a composição da caixa de texto; o terceiro valor refere-se às ideias que os documentos transmitem, pois são um veículo para a transmissão do conhecimento, permitindo deste modo

reconstruir o passado de um povo e, ao mesmo tempo, passar a fazer parte da herança cultural do espírito humano. Assim, a natureza distinta dos objetos que compõem o fundo antigo traduziu-se na utilização de outras expressões para definir fundo antigo, como por exemplo livros raros, coleção especial e fundo reservado.

O termo “livro raro” tem sido mais utilizado no mundo anglo-saxónico, que inclui neste campo os objetos extraordinários e pouco comuns. A raridade de um determinado objeto, ou material, apesar de no nosso caso apenas interessarem os livros ou manuscritos avulsos, é uma propriedade que coloca o objeto num determinado lugar especial dentro do universo que engloba uma coleção bibliográfica. É uma ideia de unicidade, dado que o objeto converte-se em único devido à sua raridade.

A expressão “coleção especial” pode designar todo o acervo bibliográfico, ou de arquivo que, devido à sua antiguidade, raridade, temática ou riqueza, merece um uso e tratamento diferenciado relativamente às outras espécies bibliográficas que fazem parte das coleções do fundo geral. Corresponde a uma expressão mais generalista do que as outras devido ao seu conteúdo, principalmente.

Quanto ao termo “fundo reservado”, este pode conter alguma ambiguidade, pois a característica principal de um documento reservado refere-se normalmente aos limites de acesso e, porém, entre os elementos deste fundo não existem documentos reservados, mas acesso restrito a uma comunidade especial de investigadores. Podem existir documentos que não podem ser consultados pelas mais variadas razões, deixando sempre a possibilidade para a sua consulta através de microfilme ou imagem digital.

2.2 – A gestão de coleções de livro antigo e as novas tecnologias

Podemos afirmar que as novas tecnologias oferecem grandes oportunidades em qualquer campo do conhecimento, com destaque para o campo do tratamento da informação nas bibliotecas. As mais destacadas consistem nas possibilidades de acesso às coleções de livro antigo e à difusão através da internet. Assim, o desenvolvimento das novas tecnologias e a afirmação da *Web 2.0* está a transformar o contexto da profissão em que normalmente se inseria o bibliotecário. Os serviços prestados pelas bibliotecas devem estar cada vez mais atualizados devido aos novos avanços tecnológicos e às inúmeras possibilidades que a tecnologia digital pode oferecer. De acordo com Dália Guerreiro e José Luís Borbinha “a era digital veio alterar a forma como a recolha, a produção e a divulgação da informação se realiza em todas as áreas do conhecimento humano e, em particular, nas humanidades” (2015, p. 2).

Com a atual situação da internet, os melhoramentos nas equipas e no *software*, as galopantes velocidades de transferência da informação e a difusão das telecomunicações por via satélite e fibra ótica, juntamente com a redução de preços nos materiais informáticos, temos vindo a assistir a uma aceleração da tendência das bibliotecas em colocar à disposição de todos, em *open access*, as suas coleções e a informação contida, sem necessitar de se deslocar à biblioteca. Basta um computador, um *tablet*, ou um *smartphone* e, à distância de um clique, temos uma torrente de informação que não era possível há alguns anos atrás.

Desde os finais da década de 70 do século XX que as possibilidades oferecidas pelas tecnologias de informação e comunicação não cessam de produzir e mostrar novas formas de facilitar a gestão, o conhecimento e a difusão de documentos dos mais variados tipos relativos ao património cultural e também artístico. O livro antigo também tem sido “afetado” por estas tendências, sendo importante verificar que em bibliotecas como a BNP, bem visível na dinâmica da BND, tem havido algum esforço por parte dos seus responsáveis, apesar das limitações económicas do tempo em que vivemos, para encetar operações de digitalização das suas coleções, como aconteceu para a documentação que trabalhámos durante o estágio. Segundo alguns autores especializados nesta área, “el libro antiguo, en ocasiones objecto único, al que hay que ir a visitar con veneración, el muy local y aristocrático libro antiguo ha encontrado en la red, accessible desde cualquier lugar, democrática y globalizadora, un abanico inmenso de posibilidades que han desbordado las previsiones más optimistas” (PEDRAZA GARCIA, 2002, p. 72).

Podemos apontar pelo menos duas razões para que as instituições digitalizem as suas coleções de livro antigo pois, por um lado, melhora de sobremaneira as condições de acessibilidade, uma vez que a informação digital pode estar disponível para diversos utilizadores em simultâneo em qualquer lado e a toda a hora e, por outro lado, preserva as obras originais dos problemas que a manipulação física pode criar, principalmente quando são manuseados de forma incorreta. No entanto, apesar de o livro antigo ser uma presença praticamente obrigatória nas designadas bibliotecas digitais patrimoniais que, de acordo com Guerreiro e Borbinha são bibliotecas que disponibilizam o acesso em linha do seu acervo patrimonial (2015, p. 2), ainda “não se encontrou um modelo que seja fácil de implementar e que sirva, tanto aos investigadores, como ao público em geral”, pois os “exemplares de livro antigo apresentam características materiais muito diversificadas, o que coloca problemas, quer na digitalização, quer na colocação em

linha”. Os dois autores referem ainda que “as definições para o formato, resolução, profundidade de cor e densidade, das imagens digitais do livro impresso até 1800 têm vindo a estabelecer-se de forma empírica, constituindo um conjunto de regras aplicadas nas várias bibliotecas digitais, de forma mais ou menos coerente” (2015, p. 5).

No caso da BND, que corresponde à biblioteca digital da Biblioteca Nacional de Portugal, podemos aceder aos manuscritos da Coleção Pombalina e a outros documentos através da pesquisa no catálogo ou então, na página da BND¹¹, navegando através dos chamados índices de autor, título, ou pela data de publicação do documento. Podemos ainda encontrar as obras pretendidas, pesquisando nos motores de busca mais conhecidos, como o *Google*, sendo necessário combinar o elemento que estamos a pesquisar com *purl.pt*. Na BND as obras estão disponíveis em formato PDF, contendo uma aplicação em *flash*, que tem o objetivo de simular um livro verdadeiro, como se o estivéssemos a folhear na realidade, permitindo apenas a sua leitura em linha. No entanto, na maior parte das vezes as obras em formato PDF não têm a transcrição do texto, sendo que algumas obras cujas versões estão em formato PDF e *flash* possuem um sumário em que encontramos a estrutura do conteúdo respetivo do documento, fornecendo aos utilizadores um ponto de acesso direto a uma determinada parte específica da obra em análise, não existindo qualquer tipo de restrição no que se refere ao acesso das obras disponibilizadas em linha pela BND. Para além do formato PDF, na BND também encontramos outras obras em formato JPG.

A BND tem vindo a disponibilizar *online* e gratuitamente cerca de 25.000 documentos, com cerca de um milhão e meio de imagens. Foi criada em 2002 como um projeto da biblioteca, estando totalmente integrada na infraestrutura geral dos serviços da BNP, registando cerca de 7 milhões de visitas todos os anos. Este número tem vindo a crescer de forma gradual. Como é fácil perceber, a BND agrega os serviços técnicos de organização, armazenamento e apresentação de conteúdos digitais, integrando ainda certos serviços que têm como função suportar a utilização pública destes materiais digitais, proporcionando formas variadas de aceder de uma forma livre e gratuita.

Importa ainda destacar que os conteúdos existentes na BND podem ser consultados acedendo a outros portais internacionais e nacionais, como o serviço TEL¹²,

¹¹ Link para aceder à BND: <<http://purl.pt/>>

¹² Link para aceder à *The European Library* (TEL): <<http://www.theeuropeanlibrary.org/tel4/>>

o portal Europeana¹³, o Registo Nacional de Objetos Digitais (RNOD)¹⁴ ou a Biblioteca Digital do Património Ibero-americano¹⁵.

2.3 – As vantagens da digitalização na gestão de coleções

O desenvolvimento e o aprimoramento das técnicas atuais de digitalização e a sua crescente aplicação no âmbito do património cultural em geral e do património bibliográfico em particular leva-nos a dissertar de forma breve acerca das vantagens que a digitalização dos documentos pode oferecer às bibliotecas e à gestão das suas coleções. Nestas vantagens encontramos, por exemplo, parte da explicação para o grande crescimento que tem ocorrido nos últimos 15 anos, com altos e baixos, de projetos relacionados com a digitalização de livro antigo, pois, apesar de em algumas situações a utilização desta técnica se explicar porque é indispensável para que se possa ter acesso ao documento que nos interessa, uma vez que não existe outra alternativa ao contacto material e no local com o património documental, a digitalização dos documentos tem vindo a resultar como uma estratégia de acesso deveras eficaz para variadas finalidades e propósitos.

Podemos referir algumas das vantagens que a digitalização dos documentos pode oferecer tanto às bibliotecas como aos seus utilizadores: alta capacidade de armazenamento; elevada qualidade de imagens que podem ser copiadas a grande velocidade; alguma automatização do serviço aos utilizadores e do processo de cópia, que pode agilizar e dar uma maior eficácia ao serviço; rápido e fácil acesso à informação dos documentos; permite uma rápida distribuição de documentos através da Internet ou da Intranet das instituições; possibilita o acesso em linha a diversos utilizadores ao mesmo tempo; pode ser um processo pouco oneroso e ao mesmo tempo custar pouco ao utilizador, ou ser totalmente grátis; a recuperação e transmissão da informação digital tem poucas limitações tecnológicas, pois pode ser difundida e acedida em qualquer lugar do planeta com as infra-estruturas certas; otimiza o espaço físico das bibliotecas, devido à conversão em documentos digitais; possibilita a futura migração dos metadados armazenados; preserva, de certa forma, os documentos contra a ação dos agentes externos e a deterioração pelo tempo; a qualidade das imagens digitais tem vindo a melhorar e apresenta uma grande qualidade atualmente, podendo

¹³ Link para aceder ao portal Europeana: <<http://www.europeana.eu/portal/>>

¹⁴ Link para aceder ao RNOD: <<http://rnod.bnportugal.pt/rnod/>>

¹⁵ Link para aceder à Biblioteca Digital do Património Ibero-americano: <<http://www.iberoamericadigital.net/es/Inicio/>>

substituir a consulta dos documentos originais, para quem está longe e não pode aceder aos mesmos; permite armazenar todo o tipo de documentos, nomeadamente formato, tamanho e cor, entre outros elementos; a informação digital permite combinar e ordenar de uma forma integrada diferentes tipos de informação, como imagens, vídeo, som e texto; elimina o extravio de documentos e protege a informação; controla o acesso à informação por níveis de segurança; conserva a informação em múltiplos formatos eletrónicos; reduz significativamente os custos de operação e aumenta a produtividade das instituições.

De acordo com Lorna M. Hughes, as duas grandes vantagens de digitalizar materiais raros e frágeis são a “preservation of originals from handling, and access. From an access perspective, many special collections are not presently available, or only available to scholars with pre-approved credentials” (2009, p. 213), tal como acontece na Divisão de Serviços de Coleções Especiais/Serviço de Coleções de Reservados/Área de Manuscritos da BNP. Desta forma, “this is a concern to many publicly funded institutions, which have an obligation to enable the public to view and consult these collections” (2009, p. 213). Assim, Hughes considera que a “Digitization can enable broader access to the original material. In terms of preservation, the creation of digital surrogates can eliminate handling of fragile original materials” (2009, p. 213).

No entanto, também importa falar de alguns riscos e inconvenientes que a digitalização de documentos existentes nas coleções de fundo antigo acarreta pois, de acordo com Guerreiro e Borbinha, não podemos esquecer que “algumas das particularidades formais e materiais do livro antigo constituem obstáculos ao processo de digitalização e colocação em linha” (2015, p. 5). Entre esses riscos e inconvenientes podemos designar os seguintes: baixa longevidade do suporte utilizado para o armazenamento da imagem digital, pois a rápida evolução das tecnologias torna-o rapidamente obsoleto e desatualizado, obrigando a uma nova migração dos dados armazenados sempre que esta situação ocorra, para um novo suporte digital; limitações financeiras, culturais e políticas no que diz respeito ao acesso a tecnologias avançadas e atualizadas; as permanentes mudanças culturais e organizacionais que impõem às instituições como as bibliotecas uma contínua necessidade de capacitação permanente dos seus funcionários e também dos utilizadores.

Dessa forma, a digitalização dos documentos requiere um controlo de qualidade durante todo o processo, sendo que devem ser evitadas as seguintes situações, que constituem alguns dos seus maiores perigos: “inadecuación entre la tipología del

documento original y el formato gráfico elegido para su digitalización; no seguir durante el processo de digitalización los estandartes preestablecidos; errores materiales en la digitalización producidos por el trabajo en lotes” (HERRERA MORILLAS, 2004, p. 99).

De acordo com as *Guidelines for digitization projects for collections and holdings in the public domain, particularly those held by libraries and archives* da IFLA¹⁶, estas são alguma das razões para implementar projetos de digitalização em bibliotecas:

“To increase access: this is the most obvious and primary reason, where there is thought to be a high demand from users and the library or archive has the desire to improve access to a specific collection; To improve services to an expanding user’s group by providing enhanced access to the institution’s resources with respect to education, long life learning; To reduce the handling and use of fragile or heavily used original material and create a ”back up” copy for endangered material such as brittle books or documents; To give the institution opportunities for the development of its technical infrastructure and staff skill capacity; From a desire to develop collaborative resources, sharing partnerships with other institutions to create virtual collections and increase worldwide access; To seek partnerships with other institutions to capitalize on the economic advantages of a shared approach; To take advantage of financial opportunities, for example the likelihood of securing funding to implement a programme, or of a particular project being able to generate significant income” (2002, p. 6 a 7).

Mas, convém realçar que os investigadores das áreas das humanidades, que são os principais investigadores de livro antigo, são “unânicos ao considerar muito vantajosa a disponibilização destes acervos em linha. Mesmo que as obras sejam colocadas na Internet apenas em formato imagem, reconhecem o benefício de aceder livremente aos conteúdos sem restrições de tempo e lugar” (GUERREIRO; BORBINHA, 2015, p.7). Sem dúvida que a biblioteca digital, neste caso a BND e as obras que disponibiliza aos seus utilizadores acrescentam valor face aos seus semelhantes físicos, constituindo uma grande relevância para a investigação. Todavia, as bibliotecas digitais “devem conceder particular atenção à utilização e à reutilização da informação para a criação de novo conhecimento, pelo que alguns fatores, tais como a descrição e a estruturação do objeto digital, bem como a conservação e a preservação da informação ao longo do tempo, se consideram fundamentais à sua pertinência e eficácia” (GUERREIRO; BORBINHA, 2015, p. 8).

¹⁶<<http://www.ifla.org/files/assets/preservation-and-conservation/publications/digitization-projects-guidelines.pdf>>

2.4 – Alguns programas e projetos internacionais relacionados com a digitalização de livro antigo

O desenvolvimento de novas estratégias de gestão de preservação numa variedade cada vez maior tem vindo a requalificar a natureza de uma coleção e o papel que representa atualmente. Importa perceber o porquê deste aumento de interesse por parte das instituições e dos investigadores da área na gestão de preservação e discutir o pensamento atual sobre a gestão e o desenvolvimento de coleções em situações que por vezes entram em conflito com as necessidades de preservação e acesso e as atividades de digitalização que ocorrem nas bibliotecas.

“Reformatting of library and archive materials is an established strategy to support access to and the preservation of collections” (GORMAN; SHEP, 2006, p. 64). Esta questão de “reformatar” os materiais presentes num arquivo ou numa biblioteca pode representar um papel muito importante na gestão de coleções que segue, por um lado, as tarefas e a missão de cada instituição, ou seja, as necessidades dos utilizadores e a necessidade de preservação dos documentos e que, por outro lado, depende das características dos materiais, podendo variar entre pergaminhos medievais e documentos em formato DVD, ou um Tratado de Paz contendo as assinaturas de grandes líderes mundiais até às gravações de sons sobre as tradições orais de uma pequena aldeia do Norte de Portugal, por exemplo. Ao mesmo tempo, existem outros fatores determinantes, como os recursos disponíveis e as prioridades respeitantes não apenas ao público-alvo, mas também às entidades políticas, que exercem efetivamente o poder. Neste âmbito, a revolução digital, que tem sofrido grandes evoluções nos últimos anos, “has contributed to the spectrum of possibilities and has brought about a fundamental change in the relationship between reformatting, preservation and access” (2006, p. 64).

Como vimos, a difusão digital do livro antigo é uma atividade que está no auge, sendo amplamente difundida por todo o mundo, principalmente nos países mais desenvolvidos. Contudo, não podemos ignorar que um projeto de difusão do património digital está muito condicionado por diversos fatores, nomeadamente de ordem técnica, normativa, financeira, patrimonial e jurídica. Todos os responsáveis pela direção de um projeto desta natureza devem ter em conta estes fatores antes de decidirem começar um plano com estas características.

Neste subcapítulo, decidimos incluir uma breve seleção de projetos de digitalização, maioritariamente estrangeiros, que são dedicados aos livros antigos, de forma total ou parcial. Diferentes instituições, em que se incluem as grandes bibliotecas,

têm vindo a levar a cabo projetos de investigação e desenvolvimento relacionado com a gestão das suas coleções, com especial enfoque em digitalizar e abrir à consulta a sua documentação mais rara e valiosa. Entre os projetos mais avançados incluem-se as bibliotecas nacionais dos Estados Unidos da América, França, Reino Unido, Espanha, ou Austrália, por exemplo.

Estas bibliotecas podem digitalizar os seus documentos mais antigos pois não estão sujeitos a direitos de autor e o seu valor informativo é permanente. Assim a seleção dos documentos originais a digitalizar, deve basear-se na frequência com que são consultados pelos utilizadores e no seu estado de conservação.

De entre os projetos que consideramos mais interessantes a nível mundial, destacamos os seguintes, apesar de existirem outros igualmente importantes: *American Memory* da Biblioteca do Congresso; a base de dados de encadernações e de manuscritos iluminados da British Library; a *Bibliothèque de Voltaire*, uma parceria entre a Biblioteca Nacional de França e a Biblioteca Nacional da Rússia; a base de dados *Liber Floridus* da Biblioteca Mazarina; o *Digital Scriptorium* da Biblioteca Nacional da Austrália; a *Digital Library* de Biblioteca Nacional da Escócia; a *Digital Activities List* da Universidade de Chicago; o *Digital Facsímiles* do Smithsonian Institute; o *Digitalisierte Drucke* da Universidade de Bielefeld; o *Galileo Digitale* da Biblioteca Nacional Central de Florença; a *Gallica: la bibliothèque numérique* da Biblioteca Nacional da França; a base de dados da Bayerische Staatsbibliothek; o *Memory of the World* da UNESCO; o *Project Runeberg* da Biblioteca da Universidade de Linköping na Suécia; a *Rare book, manuscript, and special collections Library* da Duke University of Durham na Carolina do Norte (EUA).

Para o caso português, decidimos incluir duas bibliotecas digitais portuguesas que resultaram de grandes projetos de digitalização: a Biblioteca Nacional Digital (BND) e a também a *Alma Mater*. A primeira constitui a biblioteca digital da Biblioteca Nacional de Portugal, sendo uma biblioteca patrimonial, enquanto a segunda corresponde à biblioteca digital da Universidade de Coimbra sobre fundo antigo. Estas duas bibliotecas possuem livro antigo, apesar de terem estatutos diferenciados, tendo missões distintas, assim como públicos diversos.

2.5 - Recomendações e normativas internacionais sobre gestão de coleções de livro antigo

Entendemos que seria importante incluir de forma muito sucinta algumas das normativas e recomendações internacionais relacionadas com a difusão do património bibliográfico abarcando, como tal, a gestão das coleções de livro antigo, apesar de a maior parte ser de âmbito mais geral. As que estão relacionadas com os fundos antigos das bibliotecas referem-se a diretrizes ou normas sobre as exposições, os empréstimos a outras entidades, ou o uso por parte de utilizadores e bibliotecários. Apresentam um carácter assaz condicionante e restritivo, dado que se tratam de documentos originais, raros, muito frágeis e em grande risco de deterioração, servindo assim para impedir a proliferação destes problemas. No que concerne às normas mais generalistas, verificamos que correspondem maioritariamente a recomendações, informações ou princípios que têm como objetivo estimular e conduzir no sentido de se desenvolverem projetos com enfoque na difusão através da digitalização do património cultural.

Não vamos explicar o que consiste cada normativa ou recomendação, porque tornaria o nosso relatório ainda mais extenso. Deste modo, decidimos então mencionar as que consideramos mais significativas, sabendo que poderemos ter deixado muitas outras de fora: *Standards for Ethical Conduct for Rare Book, Manuscript and Special Collections Librarians, with Guidelines for Institutional Practice in Support of the Standards*¹⁷, 2nd Edition (Association of College and Research Libraries) de 1992; *Protection et mise en valeur du patrimoine des bibliothèques recommandations techniques*¹⁸ (Ministère de la Culture et de la Communication: Direction du livre et de la lecture) de 1998; *Guidance for exhibiting archive and library materials*¹⁹ (The British Library National Preservation Office) de 2000; *Managing the Digitisation of Library, Archive and Museum Materials*²⁰ (The British Library National Preservation Office) de 2000, tendo sido elaborado por Karla Young; *The Lund Principles*²¹ (União Europeia) de 2001; *Guidelines for digitization projects for collections and holdings in the public domain, particularly those held by libraries and archives*²² (IFLA) de 2002; *Memory of*

¹⁷<<http://www.ala.org/Template.cfm?Section=speccollections&template=/ContentManagement/ContentDisplay.cfm&ContentID=8969>>

¹⁸<http://www.bnf.fr/documents/recommandations_DLL.pdf>

¹⁹<<http://www.collectiontrust.org.uk/media/documents/c1/a104/f6/000504.pdf>>

²⁰<<http://www.collectiontrust.org.uk/media/documents/c1/a105/f6/000505.pdf>>

²¹<<http://cordis.europa.eu/ist/digicult/lund-principles.htm>>

²²<<http://www.ifla.org/publications/guidelines-for-digitization-projects-for-collections-and-holdings-in-the-public-domain>>

*the World: Genera Guidelines to safeguard documentar heritage*²³ (UNESCO) edição revista em 2002 e preparada por Ray Edmonson; *La diffusion numérique du patrimoine, dimension de la politique culturelle: rapport à Mmme la Ministre de la Culture et de la Communication*²⁴ por Bruno Ory-Lavollee, de 2002; *Guidelines for the Interlibrary Loan of Rare and Unique Materials*²⁵ (Association of College and Research Libraries), versão revista de 2004; *Guidelines for Borrowing and Lending Special Collections Materials for Exhibition Materials*²⁶ (Association of College and Research Libraries) de 2005; *Guidelines for Interlibrary and Exhibition Loan of Special Collections Materials*²⁷ (Association of College and Research Libraries) de 2012; *Professional Codes of Ethics for Librarians*²⁸ (IFLA) de 2012.

2.6 – Gestão da informação relativa ao estado de conservação e avaliação técnica das coleções

A verificação e a avaliação técnica do estado de conservação das coleções vai permitir às bibliotecas e outras instituições com acervos definir quais as melhores recomendações no que concerne à sua utilização, tratamento e condições ambientais, pois “the preservation and conservation of cultural heritage collections are core activities of libraries, archives and museums. They are recognized as important issues that require significant resources” (GORMAN; SHEP, 2006, p. 83).

A avaliação que é executada pelos responsáveis e técnicos das bibliotecas sobre o estado de conservação dos documentos contidos nas coleções é uma tarefa fundamental e primordial das bibliotecas, com implicações diretas na forma como a biblioteca utiliza e gere a coleção que está ao seu dispor, neste caso a Coleção Pombalina. A sua política relacionada com a gestão de coleções deve estabelecer a melhor maneira de atuar no que diz respeito à averiguação do estado de conservação dos documentos, definindo assim quais as condições em que estes necessitam de intervenções de restauro, ou podem ser emprestados para exposições, requisitados por outras bibliotecas, quais podem ir à consulta, que neste caso da Coleção Pombalina será sempre efetuada na Sala de Leitura de Reservados, com condições muito restritas de acesso, dado o valor e as condições em que se encontram os documentos.

²³ <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001256/125637e.pdf>>

²⁴ <<http://www.culture.gouv.fr/culture/actualites/rapports/ory-lavollee/ory-lavollee.pdf>>

²⁵ <<http://www.ala.org/acrl/standards/rareguidelines>>

²⁶ <<http://www.ala.org/acrl/standards/borrowguide>>

²⁷ <<http://www.ala.org/acrl/standards/specialcollections>>

²⁸ <<http://www.ifla.org/faife/professional-codes-of-ethics-for-librarians>>

O procedimento de verificação e avaliação técnica do estado de conservação das coleções deve ser sempre feito de acordo com os princípios definidos pela biblioteca, que devem, no mínimo, assegurar que esta verificação seja encetada por pessoal qualificado; que esteja sempre atualizada; que as responsabilidades, sejam elas coletivas ou individuais, estejam bem definidas; registar todos os procedimentos; guardar um histórico para que se possa perceber as alterações ao longo do tempo; entre outros aspetos, que devem estar bem definidos nas políticas de preservação das bibliotecas com coleções especiais.

A preservação e conservação das coleções constitui uma tarefa assaz exigente, no que concerne aos recursos financeiros e humanos das instituições. Assim, a biblioteca (entidade de acolhimento que oferece o contexto para o nosso objeto de estudo, ou seja, a Coleção Pombalina) tem a responsabilidade de definir de forma prévia e antecipada, dentro da sua política de gestão das coleções, a melhor forma de atuar relativamente às ações de conservação interventiva e preventiva, devendo ainda estabelecer a maneira como a informação deve ser documentada e gerida, para benefício e melhor funcionamento da biblioteca e também do futuro das suas coleções.

Outro aspeto bastante importante refere-se à gestão dos seguros e às respetivas indemnizações em caso de acidente ou outros problemas. A definição das condições em que a biblioteca necessita de efetuar um seguro para as suas coleções deve estar bem patente na política de gestão de coleções da biblioteca, que deve assentar nos seguintes princípios básicos: confirmar que a documentação sob a responsabilidade da biblioteca está devidamente segura, de acordo com os princípios legais e estatutários; asseverar que a biblioteca está a cumprir o que foi definido pela sua política de coleções em vigor relativamente aos seguros; revisão e atualização regular das políticas sobre as coleções; atualização dos contratos de seguros; verificar se as possíveis indemnizações se encontram sob a custódia da biblioteca ou estão em trânsito; ter em conta que é importante assegurar uma certa quantia mínima para que, quando necessário, seja possível pagar indemnizações. Deste modo, podemos referir que a gestão das indemnizações e dos seguros faz parte da responsabilidade de cada biblioteca e da gestão das suas coleções, sendo assim uma tarefa importante e imprescindível que deve ser tratada de forma interna pela biblioteca.

Capítulo 3 – O Brasil nos arquivos e bibliotecas de Portugal

Uma vez que estamos a fazer o levantamento da documentação referente ao Brasil, contida na Coleção Pombalina da BNP, em três códices representativos desta coleção, com destaque para o período referente à governação de Sebastião José de Carvalho e Melo, é importante cruzarmos informações com outras coleções portuguesas sobre o Brasil.

Caio César Boschi é um autor brasileiro que fez um levantamento exaustivo sobre os arquivos e bibliotecas portuguesas com documentação relevante sobre o Brasil. Efetivamente, utilizámos as suas obras como bases principais para as nossas investigações, embora as suas descrições acerca da Coleção Pombalina sejam algo reduzidas e incompletas, pois consegue omitir ainda mais dados que José António Moniz no seu inventário de finais do séc. XIX. No entanto, se cruzarmos os trabalhos dos dois autores, verificamos que Boschi corrige Moniz em alguns aspetos, acrescentando novos dados e apresentando mais informação sobre a presença do tema Brasil na coleção. Porém, temos que admitir que o trabalho de José António Moniz está mais completo que o de Boschi, apesar das falhas e dos erros que encontrámos, embora o trabalho de Caio Boschi sobre a documentação no Arquivo Histórico Ultramarino seja exemplar e rigoroso. Também devemos realçar o levantamento efetuado por Boschi na Biblioteca da Ajuda, Academia das Ciências de Lisboa, Biblioteca Pública de Évora, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra e Biblioteca D. Manuel II da Fundação Casa de Bragança, em Vila Viçosa.

De Boschi, salientamos as obras *O Brasil-Colónia nos arquivos históricos de Portugal* (2011); o *Inventário da Colecção Casa dos Contos: livros 1700-1891* (2006), em parceria com Cármen Teresa Moreno e Luciano Figueiredo; o *Catálogo de documentos manuscritos avulsos da Capitania do Pará existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa* (2002); o *Catálogo dos manuscritos avulsos relativos ao Maranhão existentes no Arquivo Histórico Ultramarino* (2002); o *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)* (1998); o *Roteiro sumário dos arquivos portugueses de interesse para o pesquisador da história do Brasil* (1995); as *Fontes primárias para a História de Minas Gerais em Portugal* (1979); *O Brasil nos Arquivos e Bibliotecas de Portugal* (1975); e, por fim, os *“Documentos para a História de Minas Gerais existentes nos Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa* (1974).

Outro autor de relevo, Jorge Couto (2008), publicou uma obra sobre *A América Portuguesa nas colecções da Biblioteca Nacional de Portugal e da Biblioteca da Ajuda*, dando um destaque maior à Coleção Pombalina do que propriamente Caio Boschi, tendo sido por isso muito importante para o nosso relatório de estágio.

João Ruas (2006) organizou e compilou um catálogo sobre a documentação manuscrita presente na Biblioteca de D. Manuel II, que pertence à Fundação Casa de Bragança e que se intitula *Manuscritos da Biblioteca de D. Manuel II: paço Ducal de Vila Viçosa*. Neste catálogo verificamos a existência de vários documentos sobre o Brasil, referentes ao mesmo período que estudámos para a Coleção Pombalina.

É importante mencionar o catálogo elaborado pela comissão organizadora das comemorações do bicentenário da morte do Marquês de Pombal em 1982, que resultou de uma parceria entre o Ministério da Cultura e Coordenação Científica e a BNP. Tal como o nome refere, foi elaborado aquando das comemorações do bicentenário da morte de Sebastião José de Carvalho e Melo, que nasceu em Lisboa a 1 de maio de 1699 e morreu em Pombal a 8 de maio de 1782. Utilizámos este catálogo, intitulado *Marquês de Pombal: catálogo bibliográfico e iconográfico*, como o estudo base das nossas investigações, pois apresenta-se como um catálogo “pombalino” bastante exaustivo sobre os acervos documentais presentes na BNP cujo tema diga respeito não apenas ao Marquês de Pombal, que aliás personifica questões tão importantes e controversas da História de Portugal, mas também do tempo e sociedade em que viveu, nomeadamente o Brasil. É um instrumento de trabalho que tem um objetivo bem definido: informar, facilitando a investigação. No entanto apresenta as suas falhas, como qualquer outro catálogo que pretenda incluir um tema tão vasto como este. Como seria de esperar e apesar de existirem outras coleções com referências ao Marquês de Pombal e ao Brasil, o catálogo assenta principalmente numa análise da Coleção Pombalina da BNP. Refere os três códices que estudámos para este relatório, mas verificámos que segue o Inventário de José António Moniz (1889), apesar de acrescentar mais alguns dados, mas repetindo os mesmos erros e omissões, principalmente sobre o Brasil.

O Marquês de Pombal foi, sem dúvida, uma das personalidades singulares que deixaram marcas indeléveis na história portuguesa, pelos seus métodos de ação, pela originalidade do seu pensamento, assim como pela conjuntura em que viveu. Estas questões fizeram com que o Marquês ocupasse o seu espaço no imaginário popular até aos nossos dias, originando muitos mitos à sua volta, uma vez que “não foram só obras de literatura ou poesia, às quais todas as liberdades são permitidas, mas sim compêndios

de história, respeitáveis obras académicas e manuais escolares que fizeram do Marquês um anjo ou um diabo” (COMISSÃO ORGANIZADORA DAS COMEMORAÇÕES DO BICENTENÁRIO DA MORTE DO MARQUÊS DE POMBAL, 1982, p. 9). Um dos aspetos mais importantes deste catálogo e da sua utilidade diz respeito à inclusão de cartas autógrafas do Marquês ao longo da sua vida, que nos permitiu comparar com as cartas autógrafas encontradas nos documentos da Coleção Pombalina, de modo a aferir se eram mesmo do Marquês de Pombal, ou não, através da análise da caligrafia. Permite-nos verificar a evolução da sua escrita, mais clara e fluida por volta das décadas de 1750 e 1760, tendo piorado significativamente a partir da década de 1770, devido aos seus problemas de saúde, que o obrigavam a tomar “caldos de víbora”²⁹ receitados pelos seus médicos, tornando-se uma escrita muitas vezes ilegível e pouco clara, o que dificultava a nossa leitura paleográfica. Assim, este catálogo é uma ferramenta muito importante para quem pretende estudar qualquer temática relacionada com o Marquês de Pombal e o seu período de governação.

Através de uma edição de 1973, que contém o facsimile do *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, de Inocêncio Francisco da Silva, cujo original tem a data de 1858, verificamos que um dos seus co-autores, Brito Aranha (1833-1914), numa das revisões da obra, publicou em 1908 uma Bibliografia Pombalina que passou a estar integrada no referido dicionário, nomeadamente no volume XIX. Já no ano de 1862, o volume VII desse mesmo dicionário havia incluído uma primeira remessa de anotações bibliográficas, entre as quais se encontravam algumas obras sobre o Marquês de Pombal, como publicações e estudos sobre o marquês como secretário de Estado de D. José I, a sua vida e obra e o tempo em que viveu.

Tal como referimos, podemos encontrar informações sobre o Brasil em diversas bibliotecas e arquivos portugueses, sendo de destacar o Arquivo Histórico Ultramarino que possui muitos manuscritos dos séculos XVI, XVII e XVIII, que foram levantados

²⁹ A título de curiosidade citamos João Lúcio de Azevedo quanto aos problemas de saúde do Marquês de Pombal: “A custo habitará alma magnânima em corpo a desfazer-se em cruel e repugnante enfermidade. Nesse caso se achava então Pombal. As forças físicas esvaíam-se-lhe, com atrozes dores em diarreias, em fluxos hemorroidários, no esvurmar de obstinada furunculose. Prurido intenso fazia-lhe velar as noites em constante inquietação. Para lhe abrandar o martírio, dois criados, à beira da cama, a toda a hora, coçavam-lhe as pústulas. «Sarna castelhana», denominavam os clínicos a doença. Tratavam-na com caldos de víbora, que se deviam adubar com «uma cebola branca, um cravo, uma pitada de canela», cozinha médica afim da feitiçaria medieval. Já se tinha aplicado o remédio ao Rei D. Pedro II. Era a lepra, e o seu séquito de dores, hedionda e cruelíssima” (AZEVEDO, 2009, p. 373). Num outro códice da Coleção Pombalina, com a cota PBA. 706, que não incluímos neste estudo, encontramos diversas menções à doença do Marquês de Pombal, inclusive receitas, pedidos e cartas de pagamento a pessoas que tinham a missão de capturar víboras em terras de Riba-Côa e transportá-las para os palácios do Marquês em Oeiras e Pombal, dentro de enormes “caixões”, tal como são referidos na documentação.

quando do Projeto “Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco”³⁰. O projeto foi criado em 1995 através de um protocolo entre as autoridades portuguesas e as autoridades brasileiras no âmbito da Comissão Bilateral Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Património Documental (COLUSO), que tinha como principal intuito pesquisar e divulgar documentos de interesse histórico relacionados com a História do Brasil e que se encontram nos arquivos portugueses, com especial enfoque no Arquivo Histórico Ultramarino. Este projeto resultou na digitalização de cerca de 150.000 documentos que podemos encontrar no *site* do Centro de Memória Digital e do Arquivo Histórico Ultramarino³¹. A biblioteca do AHU tem maior incidência em temas sobre a expansão e a presença de Portugal no mundo, assim como a sua relação com outras culturas, comunidades e povos, possuindo um fundo com cerca de 50.000 volumes de monografias e publicações em série, sendo de salientar os boletins oficiais das antigas colónias portuguesas, assim como outras coleções de legislação colonial.

A Biblioteca da Ajuda³² é uma das mais antigas e importantes bibliotecas portuguesas que se caracteriza pela natureza e riqueza das suas coleções, contendo muitos documentos relacionados com o Brasil, pois o seu espólio foi sendo enriquecido com a integração de várias livrarias particulares de membros da aristocracia portuguesa e também de algumas ordens religiosas extintas após o Decreto de 30 de maio de 1834, tendo-se procedido mais tarde à incorporação de documentos de variadas tipologias que vieram dos organismos públicos, principalmente do Ministério do Reino, que continha muita documentação sobre o Brasil colonial. A sua coleção de manuscritos é composta por 2.512 códices e 33.000 documentos avulsos (do século XIII ao século XX). Sobre o Brasil encontramos as designadas “Miscelâneas Históricas” cujo núcleo está datado do século XVI ao século XVIII, sendo constituída pelas mais variadas tipologias de documentos como provisões, regimentos, alvarás, descrições, cartas régias, entre outros, que estão relacionados com assuntos sobre organização militar, política e eclesiástica, assim como conflitos com outros reinos resultantes da posse de determinados territórios na América, Ásia e África, embaixadas a reinos indígenas, alianças com índios brasileiros, etc. Outro conjunto documental importante para a temática em estudo é

³⁰ A base de dados do Projeto “Resgate Barão do Rio Branco” encontra-se no seguinte *link*:
<http://www.cmd.unb.br/resgate_busca.php>

³¹ Página oficial do AHU:
<<http://www2.iict.pt/?idc=100>>

³² O catálogo online da Biblioteca da Ajuda está no seguinte *link*:
<<http://catalogoba.bnportugal.pt/>>

designado por “Governos” e contém mais de cem códices, como resultado do desempenho dos cargos administrativos, políticos, militares e eclesiásticos que foram exercidos em Portugal, África, Brasil, entre outros.

A Biblioteca de D. Manuel II³³, em Vila Viçosa, pertencente à Fundação da Casa de Bragança, constitui uma valiosa coleção com cartas e documentos sobre o Brasil, muitas delas inéditas e por estudar. Esta biblioteca resultou da coleção do rei D. Manuel II, que reuniu, estudou e publicou um acervo único de livros impressos e de manuscritos que se situam praticamente desde os primórdios da nacionalidade portuguesa até à morte de D. Manuel II (2 de julho de 1932).

No que diz respeito aos índios brasileiros, devemos mencionar a Biblioteca do Museu Nacional de Etnologia³⁴, que possui um acervo de cerca de 25.000 títulos, com muita informação sobre estas populações indígenas brasileiras, assim como alguns documentos e bibliografia sobre a expansão marítima portuguesa.

Quanto a aspetos relacionados com a Cartografia, Geografia, Biologia e Geologia do Brasil, destacamos a biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa³⁵, cujo acervo inclui cerca de 200.000 volumes e 6.000 manuscritos, tendo sido constituído desde 1876. Nessa biblioteca encontramos as coleções de antigas personalidades importantes para o conhecimento da história do Brasil colonial, como o Marquês de Lavradio, D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão d'Eça e Melo Silva Mascarenhas. A sua coleção cartográfica é de grande relevância contendo diversos mapas, plantas, cartas e atlas, não apenas portugueses, mas também estrangeiros, assim como uma vasta coleção com edições próprias sobre cartografia ultramarina do século XIX.

Não podemos deixar de fora outras grandes bibliotecas e arquivos como o Arquivo Nacional da Torre do Tombo³⁶, o Gabinete de Estudos Olisiponenses³⁷, a Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa³⁸, a Biblioteca Pública de Évora³⁹, a

³³ Página da Biblioteca D. Manuel II:

<<http://www.fcbraganca.pt/paco/biblioteca.htm>>

³⁴ Página da Biblioteca do Museu Nacional de Etnologia:

<<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/recursos/bibliotecas-dgpc-apresentacao/biblioteca-do-museu-nacional-de-etnologia/>>

³⁵ Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa:

<<http://www.socgeografialisboa.pt/biblioteca-e-cartoteca>>

³⁶ Página do Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

<<http://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/fundos-e-colecoes/>>

³⁷ Página do Gabinete de Estudos Olisiponenses:

<<http://geo.cm-lisboa.pt/>>

³⁸ Página da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa:

Biblioteca Pública Municipal do Porto⁴⁰ e a Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra⁴¹. Todas estas instituições possuem fundos e coleções próprias sobre o Brasil, contendo ainda muita documentação inédita que importa descobrir e estudar, com grande destaque para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo que possui um acervo importantíssimo, tendo patrocinado, por ocasião da formação de uma Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, um *Guia de fontes portuguesas para a História da América Latina* (1997), em que encontramos diversas referências ao Brasil. Este guia tem o seu enfoque no Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Apesar de encontrarmos muita documentação no ANTT sobre o Brasil, destacamos uma coleção importantíssima, nomeadamente os *Manuscritos da Livraria*⁴², que corresponde a uma coleção de manuscritos formada pelo guarda-mor António de Carvalho, entre 1836 e 1838, que procederam do depósito do Convento de São Francisco de Lisboa, tendo sido aí reunidos após a extinção das ordens religiosas. A documentação tem diversas proveniências, como os mosteiros e conventos de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, Congregação do Oratório e do Colégio de Campolide, Cartuxa de Évora, Real Mesa Censória, São José de Ribamar, Santa Maria de Belém, São Vicente de Fora, Espírito Santo de Lisboa, São Bento de Xabregas, São Francisco de Xabregas, Santa Maria de Alcobaça, Santo António de Lisboa, São Teotónio de Viana, entre outras proveniências. Contém muita informação sobre personagens importantes da história de Portugal que estiveram relacionadas com o Brasil, como Marco António de Azevedo Coutinho, Diogo de Mendonça Corte-Real, D. Luís da Cunha, entre outros. Importa realçar também um códice factício do ANTT que pode colmatar o período que aparece menos na Coleção Pombalina, designado por *Manuscritos Vários*⁴³, pois é constituído por 89 documentos relacionados com a história portuguesa quinhentista e seiscentista, sendo que muitos deles apresentam informação

<<http://www.acad-ciencias.pt/academia/a-biblioteca>>

³⁹ Página da Biblioteca Pública de Évora:

<<http://www.bpe.pt/>>

⁴⁰ Página da Biblioteca Pública Municipal do Porto:

<<http://bmp.cm-porto.pt/bpmp>>

⁴¹ Página da Biblioteca do palácio Nacional de Mafra:

<<http://www.palaciomafra.pt/pt-PT/biblioteca/ContentList.aspx>>

⁴² Link para os *Manuscritos da Livraria*:

<<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4248612>>

⁴³ Link para os *Manuscritos Vários* do ANTT:

<<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4248734>>

sobre a expansão marítima portuguesa, nomeadamente o Brasil e aspetos relacionados com a história da restauração.

Neste capítulo decidimos não incluir os grandes arquivos e bibliotecas brasileiras, assim como de outros países que possuem documentação referente ao Brasil no período pombalino, uma vez que o reduzido tempo que dispusemos não nos permitiu realizar tal tarefa, que assentou essencialmente no trabalho prático de estágio, tendo optado por apresentar apenas o que existe em Portugal, apesar de termos deixado de fora as grandes coleções particulares e outras instituições que poderiam ter matérias de interesse para os nossos estudos. Embora tenhamos decidido não incluir coleções estrangeiras, importa realçar uma obra datada de 1980 que trata de uma extensa compilação por parte de Christopher Lund e Mary Ellis Kahler e que se intitula *The portuguese manuscripts collection of the Library of Congress*. Como sabemos, a *Library of Congress* (Biblioteca do Congresso) está localizada em Washington e possui uma das coleções mais importantes do planeta, tendo mais de 162 milhões de existências, incluindo mais de 38 milhões de livros devidamente catalogados e outros matérias impressos em cerca de 470 línguas. Contém acima de 70 milhões de manuscritos e é a maior coleção de livro antigo da América do Norte. A Biblioteca do Congresso adquiriu uma grande parte dos documentos portugueses em duas compras, sendo a primeira de 1927 e a segunda de 1929, que veio a constituir a maioria da coleção. Ao todo, mais de 3.000 documentos, incluindo manuscritos, monografias, jornais e também panfletos foram adquiridos pela biblioteca. Muitos dos manuscritos presentes na coleção pertenciam a António Augusto de Carvalho Monteiro, também conhecido como o “Monteiro Milhões”, que idealizou e mandou construir a famosa Quinta da Regaleira em Sintra.

Efetivamente, neste catálogo dos manuscritos da Biblioteca do Congresso encontramos várias informações sobre o Brasil durante o período a que este relatório se refere, com destaque para o período pombalino, tal como podemos ver num dos conjuntos de manuscritos que tem a cota P-380 (da Biblioteca do Congresso) que se intitula “Mesa da Consciência e Ordens. Consultas, petições, decretos e cartas, 1706-1797. 29 items” e contém a seguinte informação, de acordo com o livro consultado: “unbound signatures and loose documents. Many are copies; some are originals. Many questions are covered, including whether nuns should be permitted to take the baths at Caldas, the granting of benefices, and the waiving of requirements for membership in the militar orders to permit *dispensa de mecânica* for members of the Company of

Grão-Pará and Maranhão. One document, dated 1730, ends with a cryptic note: *não está resolvida*” (LUND, 1980, p. 86). Assim, este livro, apesar de ser de 1980, é uma ferramenta importante para perceber que tipo de documentos relacionados com Portugal e o Brasil possui a Biblioteca do Congresso.

No entanto, para efeitos de um futuro projeto de Doutorado e investigação, contamos encetar o levantamento da informação em outras bibliotecas, arquivos e centros de documentação fora de Portugal, alargando ao máximo a nossa esfera de pesquisa, recolhendo a informação mais pertinente sobre a temática Brasil durante o período pombalino, dentro das nossas limitações.

Capítulo 4 – A Área de Manuscritos do Serviço de Coleções de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal

A Biblioteca Nacional, tal como as grandes bibliotecas atuais, nutrem-se em grande medida das coleções de manuscritos do passado. Algumas instituições que ainda hoje subsistem, principalmente as religiosas, como catedrais, conventos ou mosteiros, tiveram a sua origem durante a Idade Média, e conservaram durante séculos muitos dos seus manuscritos originais. Com o Decreto de 30 de Maio de 1834 respeitante às ordens religiosas alguns destes documentos históricos ficaram dispersos, tendo sido agrupados mais tarde e integrados na Coleção de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal.

De acordo com a Portaria n.º 199/2012, de 29 de junho⁴⁴, relativa às unidades orgânicas nucleares (Direções de Serviços), a BNP está estruturada nas seguintes unidades orgânicas nucleares: Direção de Serviços Bibliográficos Gerais; Direção de Serviços de Coleções Especiais; Direção de Serviços de Sistemas de Informação; Biblioteca Pública de Évora. Neste relatório apenas iremos referir a segunda unidade orgânica.

Ao consultarmos o organograma⁴⁵ da BNP (ver figura 2) percebemos que a Direção de Serviços de Coleções Especiais está dividida em 4 grandes serviços: o Serviço de Coleções de Reservados; o Serviço de Coleções Complementares; o Serviço de Desenvolvimento de Coleções Digitais; e o Serviço de Difusão, Projetos e Cooperação. A Área de Manuscritos está englobada no Serviço de Coleções de Reservados, juntamente com a Área de Impressos; a Área do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (ACPC); e a Área de Acesso e Depósito.

O conjunto de coleções que são conhecidos como *Reservados* incluem os acervos patrimoniais mais importantes e valiosos que estão à guarda da BNP. Atualmente, a coleção de manuscritos abrange seis coleções principais, com documentos de arquivo e biblioteca das mais variadas tipologias, géneros e proveniências, estando datados desde o século XII até ao presente. No seu total, a coleção de manuscritos compreende cerca de 36.000 manuscritos avulsos e 15.000 códices, em que se inclui a Coleção Pombalina; a coleção de impressos apresenta cerca de 30.000 espécies, compreendendo duas secções principais que resultam de um critério

⁴⁴ PORTARIA n.º 199/2012 “D.R. I Série”, 125 (12-06-29) 3319-3320:

<http://www.bnportugal.pt/images/stories/sobre_a_bnp/documentos/2012/Port-199-2012.pdf>

⁴⁵ Organograma da BNP:

<http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=81&Itemid=91&lang=pt>

temporal, ou seja, os impressos anteriores a 1500 (incunábulo) e os impressos a partir de 1501 (reservados); o Arquivo Histórico tem um total de 466 fundos com documentação desde o século XI; enquanto o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea detém 170 espólios de diversas individualidades da área da cultura dos séculos XIX e XX, como Antero de Quental, Eça de Queirós, Fernando Pessoa, Jaime Cortesão, Camilo Castelo Branco, José Saramago, Vitorino Nemésio, entre outros.

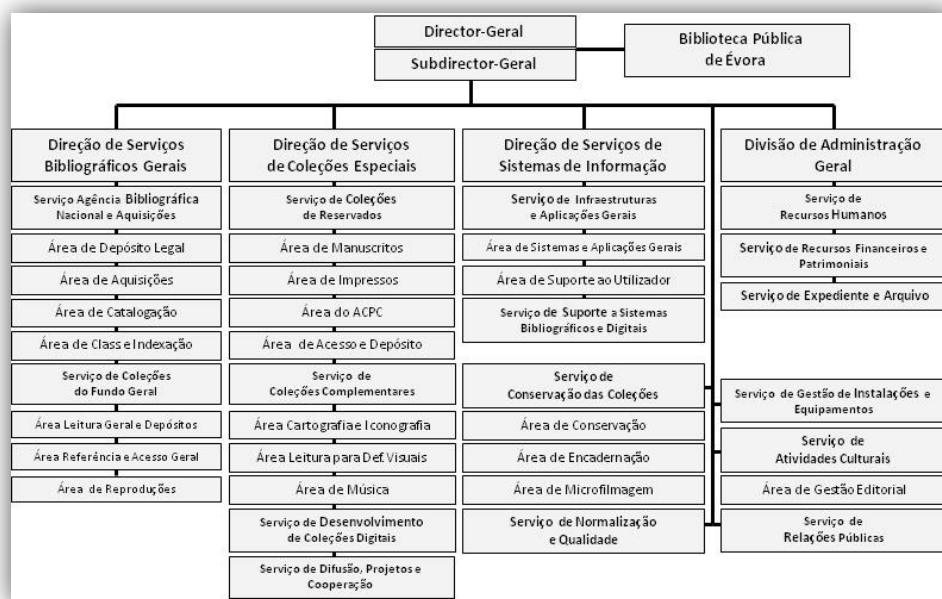


Figura 2 – Organograma da Biblioteca Nacional de Portugal consultado no dia 29-06-2016. Fonte: http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=81&Itemid=91&lang=pt

A sala de leitura de Reservados está localizada no piso 3 da BNP, possuindo 36 lugares e uma coleção com obras gerais e de referência em livre acesso, onde podemos encontrar bibliografias e obras especializadas sobre manuscritos, impressos, livro antigo, codicologia, paleografia, história do livro, iluminura, enciclopédias, catálogos de bibliotecas internacionais e nacionais, dicionários e estudos variados. Só quem tiver cartão de leitor com uma autorização especial, pode consultar as coleções de Reservados.

Tal como referimos, são seis as principais coleções da Área de Manuscritos, nomeadamente a Coleção de Códices, com cerca de 13.490 unidades de informação, do século XVI ao século XIX; a Coleção de Códices Alcobacenses, da livraria do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, com 461 códices, datados entre os séculos XII e XVIII; a Coleção de Manuscritos Avulsos, que são de várias origens, com cerca de 36.000 documentos guardados em 262 caixas, desde o século XII ao século XX, em que

encontramos a minuta original do Tratado de Tordesilhas, datada de 7 de junho de 1494; a Coleção de Códices iluminados com 240 códices do século XII ao século XIX, em que destacamos a já referida Bíblia hebraica de Cervera, do século XIII, iluminada pelo judeu Joseph Sarfati; a Coleção da Livraria Tarouca, com 250 manuscritos do século XVI ao século XIX, que pertenceu à biblioteca da Casa dos Condes de Tarouca, dos Marquês de Alegrete, dos Condes de Vilar Maior e dos Marquês de Penalva; e, por fim, a Coleção Pombalina, o objeto de estudo do nosso relatório de estágio, com 758 códices do século XV ao século XIX, que será descrita no capítulo 5.

4.1 – A sua missão

Tal como podemos ver no já referido organograma da BNP (ver figura 2), a Área de Manuscritos pertence ao Serviço de Coleções de Reservados que por sua vez está integrado na Direção de Serviços de Coleções Especiais. A BNP tem como missão principal a salvaguarda do património documental português, através da preservação dos documentos originais, ou seja, consiste em encetar a recolha, o tratamento e a conservação do património documental português, sobre Portugal e em língua portuguesa.

A Divisão de Serviços de Coleções Especiais/Serviço de Coleções de Reservados/Área de Manuscritos está englobada na mesma política que define a BNP, mas de uma forma ainda mais específica e localizada, pois diz respeito aos documentos manuscritos com acesso restrito. Assim, os seus responsáveis devem garantir o seu estudo, a divulgação e promoção das coleções, assim como assegurar as melhores condições para a sua fruição e efetuar de forma correta a sua classificação, catalogação e inventariação. Podemos referir que dois dos grandes pilares desta área da BNP consistem em proteger e valorizar o património bibliográfico, pois contém autênticos tesouros bibliográficos de valor incalculável, como a Bíblia de Cervera (datada de 1300), cujo estudo e divulgação deve apoiar e promover, como foi o nosso caso para os três códices da Coleção Pombalina.

De acordo com a acima referida Portaria n.º 199/2012, de 29 de junho, relativa às unidades orgânicas nucleares, a Direção de Serviços de Coleções Especiais (DSCE) tem como missão prevista no Artigo 3º:

- “a) Gerir a logística e manutenção das coleções especiais;
- b) Assegurar o processamento bibliográfico das espécies pertencentes ou destinadas às coleções especiais;

- c) Promover a valorização e difusão de informação sobre coleções especiais;
- d) Administrar o Registo Nacional ISMN (*International Standard Music Number*);
- e) Fornecer serviços, locais ou à distância, inerentes à utilização das coleções especiais, incluindo gestão de leitores, bem como serviços de referência, acesso e empréstimo;
- f) Prestar serviços complementares à utilização das coleções, incluindo pesquisa bibliográfica a pedido e reproduções;
- g) Definir os requisitos e normativos técnicos, e desenvolver e implementar soluções para as diversas funções de gestão e produção de conteúdos de informação digital;
- h) Planear e executar o desenvolvimento e gestão das coleções digitais, no âmbito da Biblioteca Nacional Digital, bem como os serviços e projetos conexos, de âmbito nacional e internacional”. (PORTARIA n.º 199/2012 “D.R. I Série”, 125 (12-06-29) 3320)

4.2 – Objetivos

Como é fácil perceber, os objetivos da Área de Manuscritos estão em sintonia com os mesmos objetivos e princípios da BNP. Ao consultarmos o Plano Estratégico⁴⁶ para os anos de 2015 a 2020, compreendemos que se pretende alcançar a sustentabilidade, assegurar a flexibilidade e promover a colaboração profissional. Desta forma, os serviços da BNP têm como objetivos principais: atualizar as suas competências e capacidades principais/nucleares, no que diz respeito às áreas biblioteconómicas e tecnológicas, tendo em conta que é essencial seguir a corrente dos desenvolvimentos dos últimos anos, no que diz respeito à descrição de recursos, nomeadamente a norma AACR2⁴⁷, o código RDA e o modelo FRBR; aprofundar e fortalecer o conhecimento das suas coleções patrimoniais juntamente com os respetivos instrumentos de acesso; reforçar o vínculo com as comunidades externas de utilizadores e as instituições; incrementar a presença e o impacto dos serviços e dos conteúdos que se encontram disponíveis na Internet; Aumentar a infra-estrutura e a massa crítica para produzir bons e acessíveis conteúdos digitais; e continuar a reabilitação dos espaços e a renovação da logística de todos os serviços, com destaque para o Serviço de Coleções de Reservados.

Os vários projetos em que a Divisão de Serviços de Coleções Especiais/Serviço de Coleções de Reservados/Área de Manuscritos está envolvida, como por exemplo o Projeto em conjunto com o CEPESE (Centro de Estudos da

⁴⁶ <http://www.bnportugal.pt/images/stories/sobre_a_bnp/documentos/DOC%20ESTRT_20152020.pdf>

⁴⁷ A primeira edição da AACR, publicada em 1967, baseou-se em *Rules for Descriptive Cataloging in the Library of Congress*, publicado em 1949. A segunda edição, a AACR2, foi publicada em 1978 e a terceira edição, a AACR2R, em 1988. Uma revisão da terceira edição que incorporava alguns acrescentos à edição de 1988, foi publicada em 2002.

População, Economia e Sociedade) no contexto do Eurocore, relacionado com a disponibilização *online* numa base de dados internacional dos materiais referentes à documentação das bibliotecas medievais de Alcobaça (presentes na BNP) e Santa Cruz de Coimbra (na Biblioteca Pública Municipal do Porto), correspondem a uma estratégia com objetivos mais amplos materializados pela BND, através de um programa de digitalização cobrindo principalmente materiais de coleções especiais (manuscritos, livros impressos, periódicos, mapas, música, desenhos e gravuras). A maioria dos manuscritos mais valiosos e importantes já estão digitalizados na íntegra e disponíveis *online*. Enquanto fornece os seus conteúdos e descrições *online* juntamente com o acesso direto e universal, esta estratégia também vai ao encontro da missão fundamental da BNP, que é a salvaguarda do património documental português, através da preservação dos documentos originais.

Capítulo 5 – A Coleção Pombalina

O *Corpus* definido para a nossa investigação foi a Coleção Pombalina da BNP, cuja escolha se prendeu com a sua importância para a biblioteca, o seu uso intensivo por parte dos investigadores e a inexistência de qualquer tipo de levantamento desde o final do século XIX, quando José António Moniz elaborou o *Inventário da secção XIII: Manuscriptos: Colecção Pombalina/Bibliotheca Nacional de Lisboa*, em 1889, que continua a ser uma ferramenta muito importante, embora contenha muitas lacunas, pois verificámos que existem mais documentos sobre o Brasil, do que os referidos por José António Moniz no seu inventário.

A revisão da literatura para este capítulo diz respeito a catálogos, guias e inventários, embora o seu enfoque esteja centrado na Coleção Pombalina da BNP.

Deste modo, devemos referir o *Catálogo da Colecção de Códices (COD. 851-1500)*, de Paulo Barata (2001), o *Catálogo da Colecção de Códices (COD. 12888-13292)*, de Teresa Duarte Ferreira (1999) e o *Guia das colecções de manuscritos da Divisão dos Reservados*, da mesma autora (1988).

Da autoria de Lúcia de Azevedo Martins, Maria da Luz Nogueira Rei, Maria Garcia e Teresa Duarte Ferreira (1994), o *Guia preliminar dos fundos de Arquivo da Biblioteca Nacional* é uma obra essencial para quem pretende estudar qualquer coleção da BNP, assim como o *Guia da Biblioteca Nacional*, coordenado por Fátima Libório (1996), que apresenta algumas informações sobre a história da BNP, as suas coleções e o modo de funcionamento. Neste guia de 1996 encontramos dados sobre a Coleção Pombalina, principalmente referentes à sua incorporação no tempo de Gabriel Pereira, diretor da Biblioteca Nacional entre os anos de 1887 e 1902. Devemos referir ainda uma obra da autoria de Manuel D. Domingos (1995) intitulada *Subsídios para a História da Biblioteca Nacional*, que também nos oferece algumas luzes sobre o passado da BNP, sendo uma obra de carácter descritivo, mas com dados bastante relevantes para as nossas investigações.

5.1 – Breve história da Biblioteca Nacional de Portugal

A história da BNP começou no final do século XVIII, quando foi fundada a Real Biblioteca Pública da Corte, por Alvará régio datado de 29 de fevereiro de 1796, durante a regência do príncipe D. João, futuro rei D. João VI de Portugal, devido à incapacidade da rainha D. Maria I. Constituiu-se assim a mais antiga antecessora da

BNP de uma maneira formal, tendo recebido, como seu núcleo original, a Biblioteca da Real Mesa Censória, que havia sido criada por Alvará de 5 de abril de 1768, tendo como objetivo entregar ao Estado a fiscalização e controlo das obras em que houvesse o intuito de difundir ou publicar no Reino, que estava até essa data a cargo do Clero Ordinário, do Desembargo do Paço e também do Tribunal do Santo Ofício. Importa referir que, já em 1771, Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas havia proposto ao rei D. José I a criação de uma Biblioteca Pública, que deveria estar ao nível das melhores da Europa, agregando o vasto núcleo inicial das livrarias dos Colégios da Companhia de Jesus, que foi extinta em 1759. Estas livrarias dos Jesuítas foram levadas para Lisboa de forma a recuperar “um amplo território de «memória bibliográfica» do Reino, salvo do Terramoto, que poderia e deveria, pela esclarecida orientação da Mesa Censória, reverter a favor da nova orientação das Reformas do Estado” (LIBÓRIO, 1996, p. 11).

A instalação da Real Biblioteca Pública da Corte ocorreu no Torreão Ocidental da Praça do Comércio em Lisboa (Terreiro do Paço), passando a usufruir do estatuto de Biblioteca Pública, através do referido Alvará, tendo como 1.º bibliotecário-mor o Lente e Desembargador António Ribeiro dos Santos, que já tinha desempenhado as mesmas funções na Biblioteca da Universidade de Coimbra. Nesta fase primordial, a Real Biblioteca recebeu inúmeras doações privadas, juntamente com obras que entraram devido à introdução da primeira lei de depósito legal no ano de 1805.

Com o Liberalismo e a consequente extinção das ordens religiosas em Portugal, no ano de 1834, a Real Biblioteca passou a designar-se Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), tendo incorporado no seu acervo a maior parte das livrarias de diversos conventos e mosteiros portugueses, tanto de forma parcial como total. Esta nova conjuntura obrigou a recém-criada BNL a mudar-se para o Convento de São Francisco⁴⁸ no Chiado, com melhores condições para receber um conjunto tão vasto de coleções provenientes das ordens religiosas. Ali funcionou durante mais de 130 anos, passando por diversas convulsões, como se fosse um espelho do próprio Portugal oitocentista, marcado por períodos de grande incerteza e outros de algum desenvolvimento político, social económico e cultural, nomeadamente durante a Regeneração. Efetivamente, no último quartel do século XIX, existiu um certo esforço por parte dos diretores da BNL em elaborar catálogos das coleções e organizar exposições bibliográficas.

⁴⁸ Atualmente, no Convento de São Francisco funciona o Museu do Chiado/Museu Nacional de Arte Contemporânea.

Com a viragem do século e, principalmente, logo após a proclamação da República em 1910, sucedeu uma série de novas incorporações na Biblioteca, provenientes das livrarias das congregações religiosas extintas a 8 de outubro de 1910. Estas mudanças legislativas recuperaram as antigas leis impostas por Sebastião José de Carvalho e Melo no século XVIII, a que se junta a Lei de Separação entre o Estado e a Igreja, de 20 de abril de 1911. Dois dos principais espólios de livrarias dos Jesuítas vieram dos Colégios de Campolide e do Barro, mas também é de destacar o espólio do Convento de Santo António de Varatojo, perto de Torres Vedras, que pertencia à Ordem dos Frades Menores.

Entre 1920 e 1926, a Biblioteca Nacional procedeu a uma profunda atualização dos seus serviços, passando por uma fase de grande florescimento cultural, promovido pelo designado *Grupo da Biblioteca*, formado por vultos da cultura como Jaime Cortesão (diretor da BNL entre 1919 e 1927), Raul Proença e António J. Anselmo.

Uma vez que as coleções iam crescendo com o passar dos anos, em meados da década de 1950 começou a ser necessário proceder à mudança da biblioteca para outro local mais adequado. Foi decidido construir um edifício de raiz, tendo sido escolhido o projeto do arquiteto Porfírio Pardal Monteiro. As obras começaram em 1958 e a transferência para o atual edifício no Campo Grande procedeu-se em 1969.

Durante os anos oitenta e parte dos anos noventa, com o aparecimento de novas tecnologias, ocorreu o processo de informatização da biblioteca, criando-se também a Base Nacional de Dados Bibliográficos, conhecida por PORBASE, que serviu como suporte funcional do Catálogo Coletivo em Linha das bibliotecas portuguesas. Foi um período de adaptação aos novos tempos, desenvolvendo-se ainda diversas iniciativas relacionadas com a normalização biblioteconómica, da conservação e preservação, assim como das atividades culturais. Neste período, a Biblioteca Nacional procedeu à criação de um Arquivo de Espólios, enriquecendo as suas coleções.

Ao entrar no século XXI, a BNP tem vindo a proceder à digitalização intensiva dos seus fundos, de forma a acompanhar o exemplo de outras bibliotecas estrangeiras, criando a Biblioteca Nacional Digital (BND) que, tal como pudemos aferir ao longo do nosso estágio, está em permanente crescimento, articulando-se de forma eficaz com as suas congéneres europeias.

5.2 – Caracterização da Coleção Pombalina

Esta coleção pertenceu em tempos à casa Pombal, como veremos no subcapítulo seguinte, e contém documentação de várias tipologias, com datas extremas do século XV até ao século XIX. Apesar de possuir documentação quatrocentista, nos códices estudados para este relatório, apenas encontramos alguma (pouca) documentação do final do século XVI, correspondente a assuntos de administração do Almojarifado do Maranhão.

Relativamente ao número de unidades arquivísticas e/ou de instalação, no seu total a coleção abrange 758 códices, um catálogo dos livros da livraria antiga, situada no Palácio de Oeiras, que pertenceu à família de Sebastião José de Carvalho e Melo, juntamente com um índice de confirmações e doações. Toda esta documentação está guardada no depósito da BNP, sob medidas rigorosas e restritivas de acesso, devido à importância dos documentos e ao estado de conservação. Desta coleção também fazem parte outras espécies com temáticas diversificadas, com alguma preponderância para a genealogia, onde se encontram obras de Alão de Morais, Monterroio Mascarenhas e Rangel de Macedo, juntamente com obras literárias e também históricas como por exemplo as *Memórias da Paz de Utrecht*, do embaixador D. Luís da Cunha (1715). Também encontramos uma importante compilação sobre legislação durante os reinados de D. José I e da sua filha, D. Maria I, que tem a designação de Coleção Josefina, apesar de estar incluída na Coleção Pombalina.

O seu conteúdo abarca principalmente documentação de cariz patrimonial e de contabilidade, distribuídos por cerca de 100 metros lineares no que diz respeito à metragem. Como instrumento de descrição é essencial referir mais uma vez o *Inventário da secção XIII: manuscriptos: collecção pombalina/Bibliotheca Nacional de Lisboa*, de José António Moniz (1889).

No que diz respeito à cota atual, a Coleção Pombalina é representada pelas letras PBA seguidas de um ponto e abrange desde o PBA.1 até ao PBA. 758, sendo que cada um destas cotas corresponde a um códice. As cartas, mapas, listas, ofícios, regimentos, etc., são destacadas por expoentes, pois é uma prática frequente na área de manuscritos da BNP. Por exemplo, na documentação que estudámos existe o PBA. 625 que já existia previamente na base de dados mas, ao estudarmos cada um dos documentos contidos no códice, separámo-los por expoentes, nomeadamente PBA. 625//26, PBA. 625//27, PBA. 628//28 e por aí em diante.

Quanto à organização da coleção dentro do depósito, os códices estão guardados na Cx. 33 A e nas Estantes 10, 12, 14 e 16.

5.3 – Da constituição ao depósito na Biblioteca Nacional

Das origens desta coleção sabemos que terá sido organizada pelo próprio Marquês de Pombal, tendo sido continuado o trabalho pelos seus mais diretos descendentes. A Coleção Pombalina foi comprada em leilão aos herdeiros do 1.º Marquês de Pombal em 1887, durante a direção de Gabriel Pereira, tal como referimos acima, tendo dado entrada na Biblioteca Nacional no dia 27 de Julho de 1888 e custado 7.500\$00 réis ao Estado português. A restante parte do arquivo da Casa de Pombal foi doada à BNP pela Fundação Calouste Gulbenkian, em Fevereiro de 1993. Trata fundamentalmente de documentação proveniente do Palácio Pombal em Oeiras referente ao património e à contabilidade da Casa Pombal. Contém 758 códices, juntamente com um catálogo dos livros da Livraria antiga situada no Palácio de Oeiras e um índice de confirmações e doações, possuindo diversa documentação patrimonial e de contabilidade.

Esta coleção é relevante para quem pretende estudar o período referente à governação do Marquês de Pombal, pois contém muita informação sobre os mais variados temas, desde o seu tempo como Secretário de Estado de D. José I até à sua anterior atividade pública e política como embaixador em Londres e Viena de Áustria. *O Inventário da secção XIII: manuscriptos: colecção pombalina/Bibliotheca Nacional de Lisboa* de José António Moniz (1889) permitiu-nos perceber onde estavam localizados os documentos que nos interessavam, ou seja, que abordam o tema que pretendemos estudar. No entanto, a partir do momento em que começámos a estudar os documentos manuscritos (na sua maioria são cartas de correspondência), verificámos que o inventário e os seus índices têm muitas lacunas, pois existem bastante mais documentos sobre o Brasil, do que os referidos por José António Moniz.

Uma vez que a coleção fez parte do arquivo e da biblioteca dos descendentes do Marquês de Pombal, nomeadamente da Casa Pombal, verificámos que a maior parte se refere à atividade dos membros dessa família, tanto em Portugal, como em outras partes do reino. Assim, lançámos a hipótese de que esta grande quantidade de documentação sobre o Brasil pode estar relacionada com o papel de destaque que um dos irmãos do Marquês de Pombal, de seu nome Francisco Xavier de Mendonça Furtado, teve nesta colónia portuguesa pois, durante anos, foi o Governador general do Estado do Grão-

Pará e Maranhão, um dos mais importantes para o reino de Portugal, devido à sua localização e grandes riquezas, como as conhecidas Drogas do Sertão (cacau, cravo, baunilha, canela, urucum, guaraná, castanha do Pará, entre outras). Com este estudo, pretendemos também averiguar sobre Francisco Xavier de Mendonça Furtado e perceber a sua importância através do estudo desta documentação, de forma a comprovar se esta hipótese tem fundamento ou não.

Por essa razão, temos a ambição de estudar e transcrever todas as cartas e outros documentos contidos nos códices, cujo tema seja o Brasil, com o objetivo de compilar o máximo de informação possível de forma a preparar um futuro projeto de Doutorado que contemple todos os 758 códices da Coleção Pombalina. Importa referir que muitos documentos estão danificados, truncados, com manchas de acidez, aparados a ofender o texto e são de difícil leitura, o que implica bons conhecimentos de paleografia e uma leitura cuidada e demorada. Apesar do importante contributo que representa o inventário impresso desta coleção, que foi elaborado por José António Moniz e editado pela Biblioteca Nacional, em 1889, podemos afirmar que ainda se encontra pouco estudada. Daí, a importância do nosso relatório de estágio, não apenas para a BNP, mas também para os seus utilizadores que procuram informações sobre o Brasil no período contemplado neste trabalho.

Capítulo 6 – O Brasil na Coleção Pombalina

O estágio curricular na BNP está dividido por várias etapas, desde o levantamento possível de todos os catálogos e inventários sobre o Brasil, de uma forma geral, até ao levantamento de uma coleção apenas, a Coleção Pombalina (aspeto central do nosso relatório), passando pela análise e interpretação de cada documento, transcrição e, por fim, a catalogação em formato UNIMARC, através do *software* Horizon. Assim, importa referir as publicações da IFLA sobre catalogação, como o *Manual UNIMARC: formato autoridades* (2011), o *Manual UNIMARC: formato bibliográfico* (2008), a *Descrição bibliográfica internacional normalizada (ISBD)* (2012), a *IFLA Cataloguing Principles: Statement of International Cataloguing Principles (ICP) and its Glossary* (2009), ou as *Regras Portuguesas de Catalogação* (1984) como obras fulcrais para o tratamento documental deste importante acervo da Biblioteca Nacional.

Sendo um tópico de grande importância para o relatório de estágio, é premente conhecer a fundo estas obras e saber aplicá-las em situações reais, o que é perfeitamente possível devido à forte componente profissional deste estágio curricular, em que somos diariamente colocados perante situações concretas, de grande responsabilidade, pois ao elaborarmos e gravarmos um registo, este fica automaticamente disponível para os utilizadores, que podem ser influenciados pela nossa catalogação, tanto de uma forma positiva, como de uma forma negativa, dependendo da qualidade do nosso trabalho de catalogação.

Também considerámos pertinente a inclusão de um artigo de José António Frías (1996), da *Universidad de Salamanca*, sobre as *Orígenes de la ISBD*, escrito para o *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios*, em que o autor faz uma aproximação aos antecedentes do programa ISBD desenvolvido pela IFLA, desde 1969. Estuda o processo de elaboração da ISBD(M) até chegar ao desenvolvimento da ISBD (G) e, a partir desta, para as primeiras ISBD mais específicas. Neste artigo podemos perceber melhor a estrutura da ISBD e os seus aspetos principais, o que também pode ser importante para o nosso trabalho de estágio.

Sendo um estágio, é necessário recorrer a diversas fontes de informação como apoio ao tratamento documental. Nesta revisão de literatura decidimos referir algumas fontes eletrónicas de uma forma muito breve, como catálogos e portais, que foram importantes para o nosso estudo, acrescentando valor às descrições bibliográficas.

Destacamos, evidentemente, o catálogo da BNP, mas também outros como os da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Sibul), da Biblioteca Digital de Fundo Antigo da Universidade de Coimbra (*Alma Mater*), o Catalogue Collectif de France, os catálogos da Library of Congress, do Instituto Centrale per il Catalogo Único, o Worldcat, o COPAC - National, Academic and Specialist Library Catalogue, o Catálogo Colectivo del Patrimonio Bibliográfico Español, o KVK – Karlsruhe Virtual Catalog, o CERL – Consortium of European Research Libraries, o Archive.org, entre outros.

Por fim, salientamos seis obras que foram muito importantes para as nossas investigações e que são muito úteis como fonte de informação para apoiar o tratamento documental, nomeadamente para questões relacionadas com codicologia e a história do livro, o *Dicionário do Livro*, das autoras Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão (2008), a *História do Livro*, de Albert Labarre (2005), o *Dicionário técnico de termos alfarrabísticos*, de Paulo Gaspar Ferreira (1997), a *Introducción al libro manuscrito* de Manuel Sánchez Mariana (1995), a *Iniciação à Bibliofilia* de João José Alves Dias (1994), o *Vocabulaire codicologique: répertoire méthodique des termes français relatifs aux manuscrits* de Denis Muzerelle (1985) e o *Manuel de Bibliophile* de Gabriel Peignot (1984).

6.1 – As cartas e outros documentos

Quando iniciámos o estágio na Área de Manuscritos da BNP percebemos que os seus responsáveis tratavam todos estes livros da Coleção Pombalina por códices ou miscelâneas factícias. De acordo com a definição do *Dicionário técnico de termos alfarrabísticos*, um códice deve ser entendido como o “volume manuscrito geralmente anterior à invenção da imprensa (...). O mesmo que *codex*” (FERREIRA, 1997, p. 52). No *Dicionário do Livro: da escrita ao livro electrónico*, o final da produção de códices “anuncia-se no século XV, com o nascimento do livro xilográfico, e termina algum tempo mais tarde, com a invenção e a expansão da imprensa” (FARIA, 2008, p. 268).

Durante a Antiguidade, um códice correspondia à aglutinação de pequenas tabuinhas enceradas e destinadas à escrita, que estavam presas numa das extremidades por um fio que atravessava os orifícios aí existentes. Mais tarde, o termo “códice” passou a designar o manuscrito em folhas de pergaminho ou de papel encadernadas todas juntas, de uma forma muito similar aos livros que temos atualmente, sendo possível que a expansão dos livros em forma de códice tenha ocorrido com a difusão

dos cristãos durante o século I e II d. C., que lhe deram grande uso, tendo ocorrido uma alteração progressiva de formato do livro em forma de rolo para o livro em forma de códice. Esta mudança foi lenta e terá ocorrido entre o século I e II d.C. até aos finais do século IV d.C. De forma mais literal, um códice corresponde a um bloco de madeira e um livro fechado é parecido com um bloco de madeira. Podemos assim afirmar que corresponde ao livro manuscrito que está organizado em cadernos cosidos entre si e encadernados, sendo que “la denominación de *códice* (...) es más restrictiva que la de *manuscrito*, al aplicarse al libro escrito a mano de un período concreto y bajo una forma determinada” (SÁNCHEZ MARIANA, 1995, p. 8). Correspondeu a um dos maiores progressos da cultura escrita, uma vez que a partir dessa altura podiam escrever em folhas soltas, em vez de utilizar longas tiras de pergaminho, para além de se utilizar as duas faces do suporte, que era muito mais aliciente dum ponto de vista económico. Assim, de acordo com o mesmo autor, a forma de códice permanecerá “como la más habitual del libro desde aproximadamente el siglo III de nuestra era hasta nuestros días. En cualquier caso, es la forma casi exclusiva del libro durante la edad media. Y a ello se debe el que los libros producidos en esa época se denominen habitualmente códices, y la ciencia que los estudia *Codicología*” (1995, p. 8).

No entanto, apesar de logo no início do estágio termos considerado pouco correta a designação de códices para os 758 livros da Coleção Pombalina, o *Dicionário do Livro: da escrita ao livro electrónico* também considera que um “códice” pode ser entendido como uma “Compilação de documentos históricos” (FARIA, 2008, p. 268), o que pode justificar então esta designação por parte dos responsáveis da BNP. O mais correto seria designá-los como “códices factícios”, associando assim o termo “códice” com “miscelânea factícia”, que já vimos o que significa anteriormente. Recorrendo mais uma vez ao *dicionário do Livro: da escrita ao livro electrónico*, conseguimos averiguar que um “códice factício” corresponde a uma designação “habitualmente atribuída a um conjunto de documentos manuscritos originariamente independentes, mas fisicamente reunidos numa mesma encadernação”, como é o nosso caso. Refere ainda que “é regra geral composto por documentos de arquivo que se encontram descontextualizados e que foram reunidos numa fase posterior à sua produção, por razões que são alheias ao processo documental” (2008, p. 268).

O ANTT define códices factícios como sendo “constituídos por conjuntos de documentos originariamente independentes, mas fisicamente reunidos numa mesma encadernação, sendo frequentemente compostos por documentos de arquivo

descontextualizados e reunidos numa fase posterior à sua produção, por razões alheias ao seu processo de formação e obedecendo por vezes a critérios de agregação pouco coerentes”, enquanto as miscelâneas são “códices constituídos por vários textos, com ou sem ligação temática entre si”⁴⁹. Assim, podemos utilizar o termo *códice* tal como é aplicado também na BNP, pois verificámos que pode ser aplicado para a nossa documentação.

6.1.1 – Tipologias documentais

Na documentação presente na Coleção Pombalina encontramos várias tipologias de documentos, sendo todos eles manuscritos. Contém documentos oficiais, como avisos, ofícios e demais documentos emanados tanto da Secretaria de Estado como de outros organismos oficiais da época, nomeadamente do Conselho Ultramarino, Junta Real da Fazenda, relativos aos governadores e capitães gerais das Capitanias existentes no Brasil, com destaque para o governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que era irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo (ver figura 3).

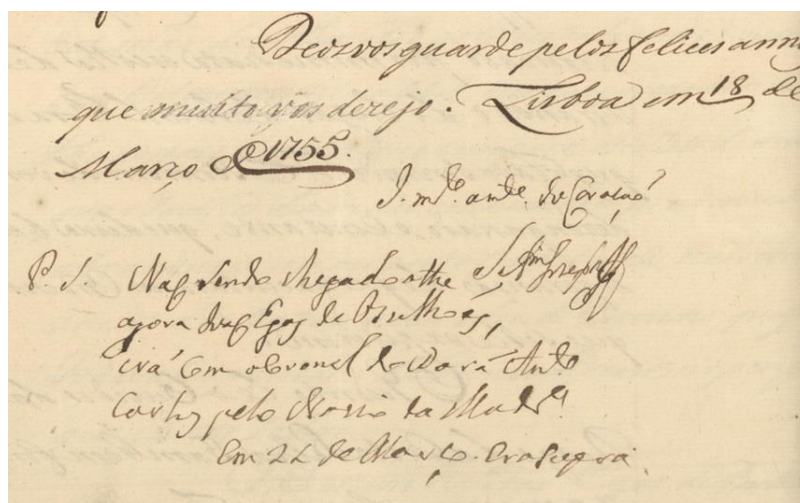


Figura 3 – Assinatura original de Sebastião José de Carvalho e Melo, numa carta “secretíssima” escrita ao seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a chegada de pessoas ilustres ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, em que se incluía João Egas de Bulhões, referido no *post script*. Refere-se ao documento 115, com a cota PBA. 626//25. Fonte: <<http://purl.pt/27088/1/index.html#/192-193/html>>

Em muitos destes documentos, o Marquês de Pombal e os governadores das capitanias mais não faziam do que apor a sua assinatura (ver figura 4). Na Coleção Pombalina encontramos reunidos manuscritos do mais variado tipo, indo do *códice* propriamente dito, até aos documentos avulsos que emanaram das Secretarias de

⁴⁹ <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4248612>>

Estado, também conhecidas de forma vulgar como documentos “públicos”. Estes manuscritos estão distribuídos de forma cronológica dos séculos XV ao XIX, com especial enfoque pelos séculos XVII e XVIII. Nos três códices estudados a documentação abrange documentos do século XVI até ao século XIX.

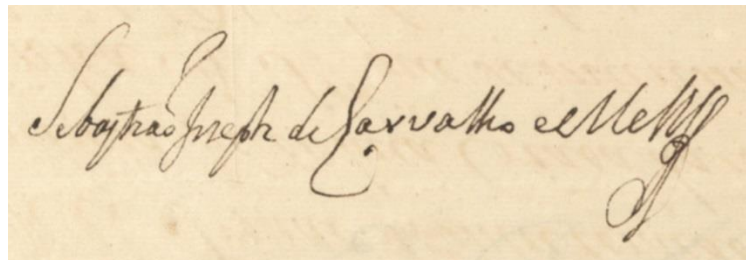


Figura 4 – Assinatura original completa de Sebastião José de Carvalho e Melo. Refere-se ao documento n.º 124, com a cota PBA. 626//34. Fonte: <<http://purl.pt/27088/1/index.html#/230-231/html>>

Entre as tipologias encontradas destacamos a existência de cartas régias, cartas pessoais, avisos, inquirições, processos judiciais, inventários de heranças e bens, ofícios, petições, listas, contratos, decretos, relatórios, certificados, consultas, bulas e breves papais, termos, registos de contas (despesas e receitas), polémicas com a Companhia de Jesus e com outras Ordens.

6.1.2 – Caraterísticas físicas

Todos os documentos estudados estão em suporte papel, existindo alguns casos em que a qualidade do papel é muito elevada, como as cartas régias e as cartas escritas por altas figuras do Estado, enquanto as cartas de correspondência pessoal e as listas de materiais, mantimentos ou armamento, por exemplo, são de qualidade muito inferior, encontrando-se muitas vezes bastante danificadas.

Neste subcapítulo sobre as caraterísticas físicas dos documentos, importa referir algumas noções sobre o suporte papel. Ao consultarmos o *Dicionário do Livro* verificamos que o papel pode ser definido como um “produto composto por elementos fibrosos de natureza vegetal que, reduzidos a pasta e secos sob a forma de folhas, é utilizado como suporte gráfico e para outras finalidades; para fins especiais, além de fibras celulósicas o papel pode conter percentagens maiores ou menores de outras fibras de origem animal ou mineral (lã, seda, amianto, etc.) não deixando (apesar disso) de ser considerado como papel; quando predominam as fibras de origem animal, o produto deve ser considerado como feltro” (FARIA, 2008, p. 916). O *Dicionário de Terminologia Arquivística*, define-o como sendo o “suporte obtido a partir de diversas substâncias fibrosas (sobretudo trapos ou

vegetais) ou de celulose, adequado ao registo de informação escrita, de imagens, ou de sinais legíveis por máquina” (ALVES, 1993, p. 71).

A invenção do papel terá ocorrido no século II d. C., por volta do ano 105, sendo habitualmente atribuída a um artesão chinês chamado Ts'ai Lun. Os conhecimentos sobre a manufatura deste tipo de suporte foram saindo aos poucos da China, alcançando as principais cidades comerciais, como por exemplo Samarcanda (Uzbequistão), Damasco (Síria) e Fez (Marrocos), até chegar à Europa, ainda durante a Alta Idade Média, sendo usado na Grécia, pelo menos a partir do século VIII d. C. Chegou à Península Ibérica por volta de 1150, nomeadamente a Játiva, que é uma localidade espanhola que ficou célebre nos séculos seguintes como um importante centro de produção de papel e, a partir dos finais do séc. XV, como centro de produção tipográfica, a par de Medina del Campo, Guadalajara e Híjar, principalmente devido aos impressores judeus que, tal como em Portugal, foram muito importantes para a disseminação da arte impressória na Europa e, ao mesmo tempo, do uso do papel como suporte de eleição. No território português, encontramos referências à utilização do papel, pelo menos a partir de meados do século XIII, apesar de autores como Joaquim Viterbo, no *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*⁵⁰, defenderem a existência no nosso território de documentos escritos em papel, a partir dos séculos II e III d. C.

No entanto, sabemos que o papel começou a ser utilizado de forma copiosa durante o século XIV, substituindo gradualmente o pergaminho, suporte de escrita preferido durante a Alta e a Baixa Idade Média, a partir da segunda metade do século XV, com a invenção da imprensa por parte de Gutenberg, graças à sua técnica inovadora de impressão através de caracteres móveis. O sucesso do papel e a sua difusão por toda a Europa Ocidental, deveu-se principalmente ao seu baixo custo e também porque o fabrico era mais fácil, rápido e barato que o pergaminho. Apesar de vivermos numa época de afirmação dos suportes digitais e de estarmos cada vez mais dependentes da tecnologia, o papel ainda continua a ter um lugar de relevo, sendo um suporte informacional muito utilizado, dado que uma grande parte dos registos de informação ainda permanece neste tipo de suporte. Desta forma, o

⁵⁰ Podemos encontrar o *Elucidário* de Sousa Viterbo no seguinte link da BNP: http://purl.pt/13944/3/1-14591-v/l-14591-v_item3/index.html

profissional da área da informação, que conhece muito bem a sua importância documental, precisa de estar informado acerca dos mais variados aspetos relacionados não apenas com o restauro, mas também com as políticas de preservação e práticas de conservação, de modo a impedir a ação dos agentes que operam contra a durabilidade do papel como suporte documental.

Sempre que um documento está num estado de deterioração considerável, podemos dizer que foi submetido a algum tipo de ação destrutiva ou, pelo contrário, a entidade responsável pelo documento não atuou corretamente de forma a protegê-lo eficazmente. Deste modo, podemos afirmar que a deterioração dos documentos em papel pode resultar devido a dois aspetos: ou os livros são destruídos, por qualquer motivo, como por exemplo inundações, terremotos, incêndios, acidentes, por negligência, incúria ou de forma propositada pelo homem; ou, então, são abandonados à ação voraz do tempo, à passagem dos séculos, que os consome lentamente, conjugado com inapropriadas condições de humidade relativa, temperatura, ou higiene, entre vários outros aspetos que, por sua vez permitem a acumulação e proliferação de seres prejudiciais ao papel, como microorganismos, insetos e roedores.

Atualmente, subsiste uma grande variedade de tipos de papel, que pode abranger desde o papel mais ácido e frágil, como o papel de jornal, até ao papel menos ácido e mais resistente.

O papel utilizado na Coleção Pombalina foi produzido através do método tradicional, em que uma pasta era obtida com trapos desfeitos em água, colocados a secar em moldes, ou formas, formados por uma trama de filamentos, por sua vez guarnecida por uma armação. Ao estudarmos os códices podemos ver os fios que resultaram dessa rede, os de maior longitude chamavam-se *vergaturas* e os transversais eram os *pontusais*, ou seja, são os *avergoados* do papel. Este método foi utilizado até ao final do século XVIII, sendo fabricado de forma manual. Em algumas cartas mais importantes (cartas régias e cartas oficiais para os governadores do Brasil) conseguimos perceber que o papel é de melhor qualidade, com avergoados finíssimos e muito juntos, quase imperceptíveis, ao estilo do *papel velino*, criado por John Baskerville, em Inglaterra, durante o século XVIII. Também encontramos filigranas⁵¹, que eram obtidas através de fios metálicos que eram

⁵¹ Para perceber melhor o significado de cada filigrana, é importante consultar o *Briquet Online*, no seguinte link: <<http://www.ksbm.oeaw.ac.at/scripts/php/BR.php>>

colocados entre dois *pontusais*. Nos códices, as filigranas são de vários tipos, podendo encontrar mãos representadas, flores-de-lis, brasões encimados com cruzeiros e letras, estrelas, coroas envolvidas em círculos ou não, animais, círculos com letras e cruzeiros e letras isoladas ou em conjunto.

O tipo de letra é muito variado, uma vez que contém diversos tipos de “mãos”, apesar de existirem algumas cartas e documentos com uma letra cuidada, num bom papel, com tintagem bem distribuída. Não contém ilustrações, gravuras, iniciais decoradas, tarjas decorativas ou qualquer tipo de iconografia, contendo apenas algumas assinaturas um pouco mais elaboradas de um ponto de vista estético. Devido à composição química das tintas usadas, nomeadamente de teor ferrogálico, algumas cartas estão bastante corroídas, pois estas tintas provocam a corrosão do papel ao longo dos anos (ver figura 5). Também encontramos muitos documentos repletos de manchas de acidez e humidade, aparados a ofender o texto, assim como a presença de fungos e galerias provocadas por insetos.

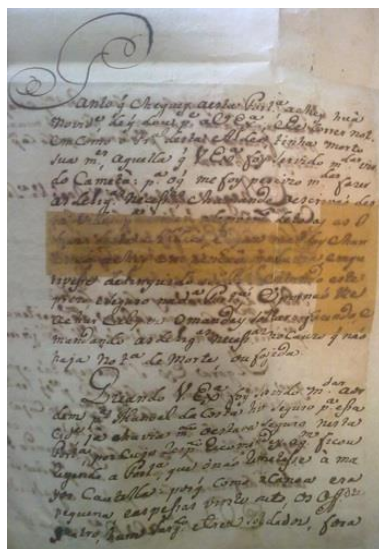


Figura 5 – Aspeto de um dos fólhos estudados referente ao documento n.º 42, em que se consegue perceber o mau estado de conservação, com a tinta ferrogálica a corroer e a danificar o papel, assim como a tentativa de restauro efetuada em tempos (PBA. 625//26). Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

Quanto à encadernação, os documentos estão contidos em três livros (códices/miscelâneas) encadernados em pele sobre pasta de cartão (ver figuras 6 e 7), com as guardas e contraguardas dos códices forradas com papel marmoreado (ver figura 8). As dimensões dos códices são semelhantes, o PBA. 625 mede 372x280mm, o PBA. 626 tem 367x276mm e o PBA. 642 mede 376x283mm.

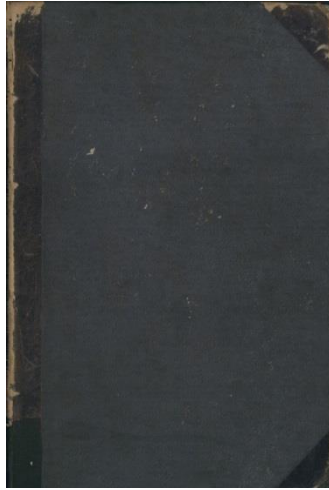


Figura 6 – Aspeto da capa em pele (PBA. 626). Fonte: <<http://purl.pt/27088>>.

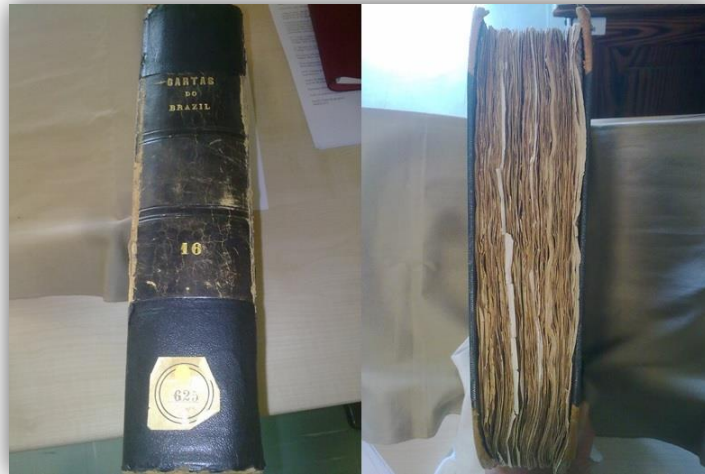


Figura 7 – Aspeto da lombada e do corte de dianteira de um dos códices estudados (PBA. 625). Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

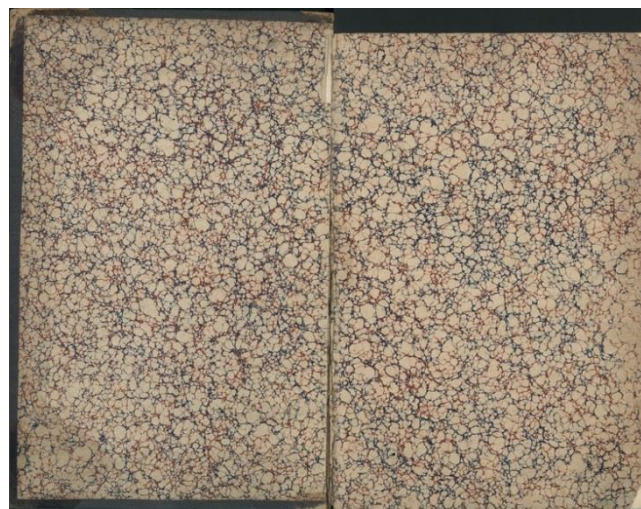


Figura 8 – Aspeto da guarda e contra-guarda em papel marmoreado (PBA. 626). Fonte: <<http://purl.pt/27088>>.

6.1.3 – Conservação e preservação

Apesar de termos abordado de uma forma breve a questão das políticas de preservação e conservação no capítulo da gestão de coleções, decidimos incluir neste capítulo 6, que diz respeito ao estágio propriamente dito, mais algumas noções sobre esta questão, com destaque para os princípios de restauro. A partir do momento que começámos a fazer o levantamento gradual de cada um dos códices da Coleção Pombalina, verificámos que a grande maioria está a precisar de restauro, sendo urgente em alguns casos. Tal como referimos atrás, contém muitas manchas de humidade e acidez, a tinta ferrogálica contribuiu para a degradação de muitos documentos, abrindo buracos no papel, existem galerias provocadas por insetos xilófagos, folhas rasgadas e soltas, entre outros problemas que a curto prazo podem ser altamente nefastos.

Segundo o *Dicionário do Livro*, a Preservação é a “função de providenciar cuidados adequados à proteção e manutenção do acervo bibliográfico e documental de qualquer espécie, com vista a manter a sua forma original” (FARIA, 2008, p. 997). De acordo com o *Dicionário de Terminologia Arquivística*, a Preservação é um “conjunto de medidas de gestão tendentes a neutralizar potenciais fatores de degradação dos documentos” (ALVES, 1993, p. 76). Perante os dois conceitos podemos concluir que a preservação é um conjunto de medidas coletivas e individuais tomadas no que diz respeito à reparação, restauro, proteção e manutenção do património bibliográfico. As medidas de intervenção devem ser aplicadas de forma sistemática e direta nos documentos com o objetivo de impedir a sua degradação, sem alterar as características físicas dos suportes.

A conservação diz respeito a “um conjunto de medidas de intervenção sistemática e direta nos documentos com o objetivo de impedir a sua degradação, sem alterar as características físicas dos suportes” (ALVES, 1993, p. 23). Um levantamento indispensável para a conservação do acervo documental consiste na seleção dos documentos que necessitam de tratamento, para poder definir os métodos de intervenção adequados, que compreende na maior parte das vezes a análise da humidade do ar, a existência de poeiras, de insetos e outros animais, bem como o armazenamento e exposição incorreta, entre outros. Em resumo, previne-se através de uma higienização cuidada, que é essencial para manter em bom estado estes documentos da Coleção Pombalina. Assim, podemos dizer que a conservação é um conjunto de ações estabilizadoras cujo objetivo consiste em desacelerar o processo de degradação através

do controlo ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento).

Como estratégia administrativa, a BNP deve seguir de forma rigorosa uma filosofia para orientar as atividades de preservação dos acervos. O termo preservação é mais abrangente do que conservação ou restauro, pois a preservação propõe cuidar de todos os assuntos relacionados com o combate da deterioração dos documentos, compreendendo uma política global, desde os aspetos administrativos e financeiros, até às investigações científicas sobre a constituição dos materiais e as mais simples medidas de higienização. O artigo de Teresa Lança Ruivo (2011), intitulado *Um passado com futuro: metodologias de conservação em livro antigo* aborda de forma concisa esta questão, mostrando alguns exemplos da própria BNP.

De acordo com a declaração da IFLA sobre os *Princípios para a preservação e conservação de espécies bibliográficas*, a política de preservação das instituições responsáveis pelos documentos, neste caso a BNP, deve ter em conta que é essencial preservar o conteúdo intelectual da informação, transferindo para outro suporte, e/ou preservar a integridade física original do documento tão intacta e utilizável quanto possível. Nem todos os serviços de informação podem ou pretendem preservar todos os documentos que fazem parte dos seus acervos na forma original. Assim, a criação de uma política de prioridades constitui um requisito primordial para qualquer serviço que procure levar executar um trabalho desta natureza (DUREAU, 1992, p. 2).

Deste modo, “cada biblioteca, ao estabelecer os seus objetivos, precisará de tomar certas decisões: se enriquecerá as suas coleções com novas aquisições ou, pelo contrário, investirá no tratamento das obras. Estas decisões têm implicações no planeamento financeiro” (1992, p. 4).

No passado, ao nível da conservação, muitas instituições recorriam a determinados produtos químicos na desinfestação de edifícios e na eliminação de fungos. Durante o estágio na BNP, aquando do estudo do códice com a cota PBA. 642, verificámos a ocorrência de situações relacionadas com irritações cutâneas, tosse, alergias e dificuldades respiratórias, apesar de utilizarmos máscara e luvas próprias. Este códice estava guardado há muito tempo e, de acordo com as informações recolhidas, a última vez que havia ido ao expurgo foi na década de 60 do século passado, numa altura em que se utilizava o DDT (diclorodifeniltricloroetano) de forma abundante, podendo existir ainda pequenos resquícios deste pesticida que foi banido de vários países na década de 70 do século passado, obrigando ao uso de máscara sempre

que manuseávamos os documentos, para além das luvas. Atualmente sabe-se quais são os efeitos nocivos desses produtos químicos que eram largamente difundidos e utilizados e, por isso, são cada vez menos utilizados. Desta forma, desenvolveram-se novas tecnologias para a preservação dos documentos, adotando-se novas medidas de intervenção para a eliminação dessas ameaças.

Existem algumas regras básicas e fatores para o sucesso/insucesso da preservação dos acervos, como por exemplo: a temperatura e a humidade relativa do ar, pois o calor e a humidade contribuem para a degradação dos documentos, principalmente quando são em suporte de papel; radiação da luz, nomeadamente a ultravioleta (UV), tornando o papel quebradiço, frágil e conferindo-lhe um aspeto amarelado; a qualidade do ar, pois os gases atmosféricos e as partículas sólidas podem agir como agentes abrasivos e destruir irremediavelmente os documentos; existência de fungos, que é evidente em alguns casos da documentação da Coleção Pombalina, o que é muito prejudicial pois os fungos reproduzem-se através de esporos e de forma rápida, fragilizando o papel e causando diversas manchas de coloração que são muito difíceis de extrair; insetos xilófagos e roedores, que se instalam muitas vezes nas encadernações e vão destruindo aos poucos os documentos, abrindo autênticas galerias, perdendo-se muitas vezes a informação que estava contida; mau manuseamento de livros e documentos, tanto da parte dos utilizadores, como da parte dos bibliotecários.

Os prejuízos podem ser inúmeros e irreversíveis em muitos casos, tal como verificámos em alguns documentos contidos nos três códigos estudados. Para impedir esta situação e não agravar o estado da documentação da BNP devem seguir-se de forma ainda mais rigorosa determinados critérios tais como a prevenção, o treino e formação de profissionais na área da conservação e preservação, monitorização e controlo do ambiente, uso de filtros e protetores contra a luz direta nos documentos e a adoção de políticas eficazes de higienização dos documentos.

6.1.3.1 – Os Princípios do Restauro e a Coleção Pombalina

De forma a seguir o mesmo critério utilizado para o conceito de papel, decidimos colocar apenas as definições do *Dicionário do Livro* e do *Dicionário de Terminologia Arquivística*, embora tenhamos a noção que existem outras definições igualmente importantes, que seriam pertinentes para este trabalho.

O primeiro dicionário refere que o restauro diz respeito a uma “intervenção levada a cabo sobre um bem cultural deteriorado ou danificado, determinada pela

necessidade de conservar a informação histórica de que ele é veículo e de lhe restituir a funcionalidade no todo ou em parte. No caso dos materiais gráficos, consiste em eliminar de um livro ou documento os estragos causados pelo tempo, manuseamento e incúria do homem; é um trabalho complexo e delicado, que vai do simples desmanchar, lavar, desacidificar, remendar, reforçar o papel e fortalecer as folhas ao refazer da encadernação (...). Substituição de partes danificadas; reconstrução; reparação” (FARIA, 2008, p. 1081).

De acordo com o segundo dicionário, corresponde a um “conjunto de técnicas utilizadas para a recuperação dos suportes e/ou eliminação dos danos causados na documentação pelo tempo, uso ou outros fatores. Implica intervenção e tratamento do documento” (ALVES, 1993, p. 87).

Assim, consideramos que o restauro pode ser compreendido como o conjunto de intervenções científicas e técnicas, que respeitam uma determinada metodologia, com o propósito de certificar e prolongar um certo património cultural, nomeadamente em suporte papel, de acordo com um método estético e também crítico. Convém clarificar ainda que a conservação tem um carácter mais superficial e preventivo (reforçado no termo preservação), enquanto o restauro é executado com um carácter curativo e invasivo.

Os princípios do restauro são universais e devem ser bastante rigorosos, pois todo o seu processo consiste em permitir a conservação dos documentos, através do acréscimo mínimo de novos elementos, tornando todo o conjunto sólido e esteticamente correto, respeitando de uma forma quase total os elementos antigos do documento.

O papel do conservador consiste em determinar se o restauro de um determinado documento, neste caso as miscelâneas da Coleção Pombalina, é mesmo necessário, ou então, se existe alguma possibilidade de manter o documento no estado em que se encontra, mesmo com alguma degradação, retirando-o da leitura e colocando-o no depósito em certas condições climáticas apropriadas. O papel do conservador é essencial, não podendo deixar de se rodear de várias precauções no caso de optar pelo restauro, principalmente no que concerne à escolha dos técnicos de restauro, devendo preferir aqueles que considera mais aptos para desempenhar tal tarefa. Esta escolha deve ser definida em função da natureza do documento a restaurar, assim como de todos os problemas que lhe estão inerentes.

Importa destacar que um restauro mal feito, ao invés de prolongar o tempo de vida do documento, pode conduzir à sua total destruição, perdendo-se informação de

grande valor histórico e documental, como são estes documentos da Coleção Pombalina.

A maior preocupação dos responsáveis pelo restauro de um determinado documento deve ser sempre a conservação do seu carácter original. Não serve apenas para embelezar, ou modificar o documento, mas sim manter o seu estado, impedindo ou eliminando totalmente o processo de degradação, de forma pouco visível, reversível e eficaz. Porém, de forma a impedir qualquer falsificação ou adulteração, as partes em falta devem ser substituídas por materiais semelhantes ao original, de forma discreta, mas destacada. Nenhuma das partes que estão danificadas devem ser retiradas apenas por razões estéticas, ou para embelezar o documento, pois assim a sua integridade estaria totalmente comprometida. A legibilidade de um texto nunca deve ser alterada, sendo importante escolher materiais suaves, finos e transparentes, de forma a reforçar os documentos, principalmente os manuscritos. Um técnico de restauro também não deve retocar qualquer gravura, ou iluminura, ou acrescentar algo aos textos dos documentos, pois assim poderá estar a comprometer a sua autenticidade e o seu valor.

De forma a perceber quais as técnicas de restauro que se adaptam melhor aos problemas identificados, a BNP e os seus responsáveis devem analisar e perceber os constituintes do documento e todos os aspetos que estão a provocar a sua degradação. Todos os dados recolhidos devem ser contidos numa ficha técnica, que deve ser completada, de forma posterior, pela descrição minuciosa de todo o tipo de tratamentos a que o documento terá de ser sujeito, sendo completada com diversas fotografias do antes e do depois do restauro. Também importa anotar qual a natureza do suporte, que neste caso é sempre papel, da solubilidade na água, assim como dos dissolventes orgânicos dos mais diversos constituintes das ilustrações, gravuras, iluminuras e da escrita.

Sempre que estamos a trabalhar no restauro de um livro, a descrição da sua encadernação deve ser realizada com o máximo de exatidão. Antes de desencadernar o livro, os técnicos precisam de anotar a ordem dos cadernos, fólhos e páginas, para o caso da numeração estar apagada, com o objetivo de voltar a encadernar de acordo com a ordem original.

Quando as instituições possuem grandes acervos bibliográficos a restaurar, mas fracos recursos financeiros, é necessário que seja feita uma escolha racional das técnicas de restauro a utilizar. Efetivamente, todos os tratamentos e processos de restauro são caros pois, por um lado os materiais utilizados, que devem ser de grande qualidade, são

muito dispendiosos e, por outro lado, o tempo de execução do restauro deve ser considerável.

O valor do documento a restaurar vai conduzir os responsáveis pelo restauro na escolha dos melhores processos, pois não podemos utilizar num documento insubstituível, raro, de valor único, o mesmo processo que costuma ser aplicado a um livro mais vulgar, de menor valor. Existem vários produtos e processos de restauro, que têm um preço de custo que pode variar de forma significativa.

Para o tratamento de certos documentos como maços de arquivos administrativos ou periódicos, podemos utilizar processos mecânicos mais rápidos e menos onerosos e, para os documentos mais valiosos e raros, como os manuscritos iluminados medievais (ex.: a “Bíblia de Cervera”⁵² de 1300, da BNP), devemos optar por processos manuais e artesanais, que são bastante mais caros.

Podemos afirmar que os responsáveis pelos processos do restauro de papel devem ter sempre presentes os seguintes critérios: a eficácia e durabilidade do tratamento de restauro; a estabilidade e qualidade dos produtos, para que não alterem o original; a correta aplicação dos processos de restauro; e a possibilidade de reverter o processo. Quanto ao primeiro critério, o técnico de restauro deve saber se os produtos e as técnicas a utilizar são as mais indicadas e se os resultados obtidos serão permanentes e positivos. Muitas vezes, os técnicos empregam certos produtos que aparentemente funcionam e produzem excelentes resultados mas, a longo prazo, revelam-se totalmente inadequados e desastrosos para o documento, pois os técnicos devem estar bem cientes do comportamento da ação do tempo sobre este ou aquele composto antes de o utilizar.

O segundo critério diz respeito à escolha dos produtos que ofereçam o máximo de garantias de estabilidade e qualidade, sendo necessário obedecer a várias regras: os produtos não podem ser agressivos para o documento, devendo ser *acid free*; quando se aplicam reagentes químicos, importa verificar se desaparecem depois do tratamento, pois se não forem eliminados podem continuar a reagir sobre o papel, levando à sua destruição; a técnica da desacidificação é o único caso em que os produtos químicos podem estar em contacto permanente com o documento em papel, sendo premente reincorporar no documento as substâncias químicas que são capazes de neutralizar a acidez em excesso e combater as agressões ácidas presentes no meio ambiente; quando são utilizados produtos sintéticos, importa saber qual a sua estabilidade, o seu

⁵² A Bíblia de Cervera está disponível na íntegra no seguinte *link* da BNP: <<http://purl.pt/23405>>

comportamento quanto à luz, temperatura e humidade, eliminando todos aqueles que podem provocar alterações químicas e físicas ao papel; ter especial atenção quanto ao uso de película auto-adesiva, que foi muito utilizada nos documentos da Coleção Pombalina com danos irreversíveis, e saber se é mesmo necessário ou se não existem outros produtos, pois pode provocar danos irreparáveis no papel, como verificámos; importa também saber se os produtos usados não são inflamáveis, como os nitratos de celulose, e se não contém substâncias tóxicas.

No que concerne ao terceiro critério, devemos ter em conta que, se um certo produto químico der bons resultados quando for aplicado em determinadas condições, sempre que é utilizado de forma diferente pode provocar outros efeitos no papel, de forma completamente irremediável. Assim, os técnicos devem ter em consideração alguns fatores, como a pureza dos produtos, as suas concentrações e qualidade, juntamente com a temperatura em que o tratamento é efetuado e a sua duração.

Finalmente, o quarto e último critério apresenta-se como um dos princípios mais importantes de todo o processo de restauro, pois o mesmo deve ser sempre reversível sem que ocorra o risco de danificar irremediavelmente o documento de papel. A qualquer momento, deve ser possível voltar ao estado original do documento, se as técnicas aplicadas não derem resultado, ou então se o recurso a novas tecnologias possibilitar um restauro mais eficaz, que permita uma maior longevidade. Deste modo, é necessário verificar se os produtos que são aplicados podem ser eliminados de uma forma fácil, antes de iniciarmos um tratamento de restauro. Estes princípios são descritos na obra de J. M. Dureau e D. W. G. Clements (1992), intitulada *Princípios para a preservação e conservação de espécies bibliográficas*, assim como no *Manuale di conservazione e restauro del libro*, de Carlo Federico e Libero Rossi (1992).

6.1.4 – Descrição bibliográfica normalizada

Neste subcapítulo, que está relacionado com a descrição bibliográfica normalizada, incluímos algumas noções sobre a ISBD e o UNIMARC, pois foram essenciais para o trabalho prático de estágio. Ao mesmo tempo apresentamos as questões relacionadas com a informatização, nomeadamente a catalogação das espécies e a inserção na base de dados da BNP.

Para o trabalho relacionado com a catalogação dos códigos utilizámos o *software* Horizon⁵³, uma vez que é usado pelos serviços de catalogação da Divisão de Serviços de Coleções Especiais/Serviço de Coleções de Reservados/Área de Manuscritos. O Horizon é um produto da empresa norte-americana SirsiDynix⁵⁴, que é representada em Portugal pela Novabase⁵⁵ e corresponde também ao OPAC da BNP. Analisando-o de forma breve, verificamos que ao entrarmos na página em linha da BNP esta apresenta um aspeto minimalista e intuitivo, tal como podemos ver nos diversos catálogos de outras bibliotecas portuguesas com o mesmo *software*, como a Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian e a Biblioteca Universitária João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa (UCP). Um dos primeiros aspetos que verificámos no catálogo da BNP diz respeito à língua de diálogo, estando disponível apenas o português, embora o catálogo da Biblioteca da Gulbenkian tenha como língua de diálogo o inglês, para além do português.

Esta página apresenta três campos principais: “Entrada”, “Catálogo Geral”, “Coleções”, “BND”, “Microfilmes”, “Usuais” e “O meu registo”. Quanto às pesquisas no catálogo, o *software* do Horizon permite a funcionalidade de *Search*, com pesquisa simples, elaborada e avançada, através de indicadores. A pesquisa simples permite aos utilizadores procurar por palavras-chave, palavras em título, autor, assunto, título de coleção, editor, local de publicação, listas de títulos, títulos de série (para pesquisar periódicos), títulos de coleções, autores, assuntos, ISBN, ISSN, CDU, Editores, Cotas e NCB (número de controlo catalográfico). A pesquisa elaborada pode ser feita por palavras-chave, palavras em título, em autor, em assunto, em título de coleção, em editor e em local de publicação, contendo mais funções, uma vez que permite conjugar os seus termos de pesquisa com um ou mais critérios de limitação, como a coleção, o tipo de documento, língua, país, sendo possível ordenar por ano de publicação. Na pesquisa avançada, os utilizadores podem aplicar operadores booleanos (E, OU, NÃO, OU Ex), que pode complementar a pesquisa através de listas ordenadas de títulos, autores, assuntos, títulos de coleção, editores e locais de publicação, sendo que o sistema assume a chave de pesquisa com os termos na ordem digitada. A pesquisa avançada possui os mesmos critérios de limitação da pesquisa elaborada.

⁵³ <<http://www.sirsidynix.com/products/horizon>>

⁵⁴ <<http://www.sirsidynix.com/>>

⁵⁵ <<http://www.novabase.pt/pt>>

Com este *software* podemos ainda executar a função *Browse*, de pesquisa em índices alfabéticos, mas com poucas ofertas, permitindo pesquisar por listas ordenadas de títulos, títulos de séries, títulos de coleções, autores, assuntos, CDU, editores e cotas. Todas as pesquisas encetadas numa sessão ficam automaticamente guardadas no histórico de pesquisas, ordenadas por listas. Os utilizadores podem repetir uma dada pesquisa, seleccionando-a, ou, então, modificar essa pesquisa utilizando a função “Redefinir pesquisa”. O histórico de pesquisa dos utilizadores é eliminado pelo sistema após a sua saída do catálogo. Também é possível a inscrição como leitores, através do campo “Login”, criando uma área pessoal, com uma *password* própria, que proporciona o acesso a todos os conteúdos e funcionalidades deste catálogo. Assim, podemos adicionar e criar registos à nossa lista bibliográfica, que ficam guardados para serem recuperados quando precisarmos. Contudo, não é possível refinar sobre estes registos. Para além disso, esta página de *Login*, permite o acesso, ou *logging*, dos utilizadores a outros aspetos relativos à sua informação pessoal de registo na biblioteca, desde o perfil do utilizador até informações relacionadas com empréstimos, pedidos, e outros dados do leitor. Importa salientar que este *software* admite a partilha dos nossos registos e outras informações em redes sociais, nomeadamente o *Facebook*, através de uma função no canto inferior direito da página principal.

Um catálogo desta natureza corresponde a uma coleção da descrição bibliográfica dos recursos locais, ou seja, é uma perspetiva local dos nossos recursos. Estes catálogos bibliográficos foram criados à imagem dos antigos catálogos manuais, tendo evoluído e passado a ser plataformas enriquecidas com imagens, capas de livros, comentários, entre outros aspetos que podemos ver na BNP. Todo o ambiente da *Web 2.0* foi sendo inserido no catálogo, em que as plataformas estão alojadas na *cloud*, ou em servidores, longe dos ambientes de trabalho. De certa forma, os catálogos são uma transposição da metodologia antiga, enriquecida com disposições interativas, que a *Web 2.0* permite.

Quanto à catalogação dos documentos da Coleção Pombalina, elemento-chave do relatório, a BNP, tal como qualquer instituição ou biblioteca, detém um fundo documental independentemente do seu tipo de suporte. O espólio dessa biblioteca só pode ser útil ao investigador/utilizador se souber, no preciso instante que o pretenda consultar, se o documento existe na biblioteca, ou instituição e a forma como pode aceder de forma eficaz a essa informação. Desse modo, precisa de aceder a um catálogo que contenha as informações relativas à descrição bibliográfica dos documentos e às

respetivas localizações. Este catálogo é obtido devido a uma operação documental chamada de catalogação que, juntamente com bibliografia, a indexação e a classificação constituem as quatro áreas de suporte à Organização do Conhecimento, que também pode ser auxiliado pelos sistemas computacionais, pela terminologia, ontologia, taxonomia, vocabulários, bases de dados estruturados, metadados, entre outros.

A catalogação pode ser executada de forma manual ou informatizada, sendo que deve obedecer a regras estabelecidas, internacionalmente reconhecidas (referidas na revisão da literatura no início deste capítulo), para que possa existir uniformização. A catalogação manual corresponde a uma operação técnica com recurso a fichas bibliográficas normalizadas, também conhecidas como *entradas*, pois são unidades de informação que reúnem os elementos de identificação e representação da informação dos documentos, estando divididas em cabeçalho e corpo de entrada. A catalogação informatizada é imprescindível na atual conjuntura das Ciências da Documentação e Informação, pois é a melhor forma de servir de forma eficaz os utilizadores, sendo que a automatização das bibliotecas, que no caso da BNP tem vindo a ocorrer desde a década de 80 do século XX, resulta de variados fatores: ineficácia e obsolescência do sistema manual, em que se incluem também os catálogos, pois a produção de fichas manuais implica diversos custos que as instituições não podem comportar, tanto a nível de tempo, trabalho, como a nível financeiro; otimização dos recursos humanos das bibliotecas, que implica um incremento da produtividade com menos pessoas; melhoria dos serviços prestados aos utilizadores; maior eficácia nas operações concernentes ao tratamento técnico dos documentos, que implica um melhor controlo e uma maior eficácia de gestão das coleções; surgimento de novos serviços para os utilizadores das bibliotecas (alertas, reserva de obras, difusão seletiva de informação, etc); cooperação e troca de informações entre bibliotecas.

Assim, podemos entender que as ISBD e o formato UNIMARC constituem ferramentas de grande importância, tal como verificámos durante o estágio, para a execução eficaz da operação técnica de catalogação que, por sua vez, se reflete na elaboração de catálogos informatizados e *online* ou apenas internos, cujos registos devem estar disponíveis de forma fácil aos seus utilizadores.

6.1.4.1 – A ISBD (edição consolidada): organização e estrutura

A ISBD (*International Standard Bibliographic Description*), ou *Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada*, foi estabelecida pela IFLA há cerca de quatro

décadas, sendo uma ferramenta importante para a formulação, comunicação e divulgação normalizada da informação bibliográfica nas bibliotecas nacionais e internacionais, quer seja aplicada de forma direta, quer através da integração da maioria dos ditos códigos de catalogação. Nos últimos quinze anos tem-se vindo a verificar diversos movimentos de reformulação de conceitos, o que implica o desenvolvimento e a elaboração de novos documentos que visam orientar através de guias, diretrizes e normas, sendo de destacar os novos Princípios Internacionais de Catalogação (referidos na revisão da literatura) e o modelo FRBR que está harmonizado com a nova ISBD que consultámos e seguimos. Podemos referir que o “objetivo principal da ISBD é, e tem sido desde o seu início, o de estabelecer consistência na partilha da informação bibliográfica” (IFLA, 2012, p. 17). Para além disso, a ISBD pretende “fornecer as diretivas para uma catalogação descritiva compatível à escala mundial, de modo a facilitar a troca internacional de registos bibliográficos entre agências bibliográficas nacionais e pela comunidade internacional de bibliotecas e de informação” (IFLA, 2012, p. 27).

É uma norma que tem como função determinar os elementos de dados que são importantes e devem ser registados ou transcritos de forma sequencial como base para a descrição do objeto que estamos a catalogar. Ao mesmo tempo, a ISBD emprega pontuação prescrita, para que seja possível reconhecer, identificar e visualizar os elementos de dados, para serem compreendidos em qualquer local, independentemente da língua utilizada na descrição.

A ISBD permite especificar os requisitos ou elementos principais para a descrição e a identificação dos recursos que constituem a coleção de uma biblioteca, prescrevendo a ordem pela qual os elementos devem ser apresentados. Uma descrição ISBD não deve ser utilizada sozinha pois corresponde apenas a uma parte de um registo bibliográfico, ou seja, elementos como a informação sobre o assunto ou os pontos de acesso (autoridades, por exemplo), que completam o registo bibliográfico, não estão abrangidos nas especificações da ISBD, tal como outra metainformação descritiva.

De acordo com o manual da IFLA, uma descrição ISBD “descreve um exemplar completo de um recurso publicado” (2012, p.29), sendo que estes recursos podem ser os seguintes: recurso numa única parte (unidade física singular); recursos em várias partes; recursos contínuos (que abrangem os recursos monográficos antigos).

O esquema da ISBD contém a pontuação prescrita, o elemento, a obrigatoriedade e repetibilidade. Está dividida nas seguintes zonas: zona 0 (forma do

conteúdo e tipo de meio); zona 1 (título e menção de responsabilidade); zona 2 (edição); zona 3 (específica do material ou tipo de recurso); zona 4 (publicação, produção, distribuição, etc); zona 5 (descrição material); zona 6 (série e recurso monográfico em várias partes); zona 7 (notas); e zona 8 (identificador do recurso e das modalidades de aquisição). Contém diversas regras relacionadas com a pontuação que não iremos referir, sendo de destacar que cada zona da descrição ISBD é precedida de ponto, espaço, traço, espaço (“. – “), excepto a primeira zona.

6.1.4.2 – O UNIMARC. Organização e estrutura

O UNIMARC foi publicado inicialmente no ano de 1977, tendo como objetivo principal estabelecer um formato de âmbito internacional relacionado com a troca de dados bibliográficos entre os vários formatos MARC (*Machine Readable Catalogue* ou *Cataloguing*). Porém, a sua utilização progrediu num sentido próprio, ou seja, evoluiu para a sua aplicação como um formato próprio de criação de registos originais, em vários países que se encontravam a começar a informatização ou automatização das suas bibliotecas e ainda não possuíam uma definição concreta sobre o seu formato local de dados, como aconteceu em Portugal, em que o formato UNIMARC passou a ser amplamente utilizado, como verificámos no estágio, tornando-se uma norma *de facto*.

O PUC (*Permanent UNIMARC Committee*) é o responsável pela gestão, desde 1991, da família de formatos do UNIMARC, nomeadamente os formatos autoridades, bibliográfico, classificação e existências. Corresponde a um grupo internacional composto por especialistas que têm a responsabilidade de atualizar o formato e elaborar as edições oficiais respetivas, no âmbito da UCA⁵⁶ (*IFLA UNIMARC Core Activity*).

O UNIMARC constitui uma implementação da Norma NP ISO 2709:2009 – *Informação e documentação. Formato para permuta de informação*⁵⁷, tal como o MARC21⁵⁸, que já foi conhecido como USMARC. Esta norma distingue uma certa estrutura de dados e as respetivas regras para a sua utilização de forma correta.

Podemos referir que o UNIMARC tem evoluído de forma gradual, não existindo grandes transformações no que concerne à sua estrutura, seguindo o seu caminho de adaptação às novas necessidades das instituições e bibliotecas de forma a acompanhar determinados aspetos dos FRBR e da ISBD. Atualmente, o UNIMARC constitui uma

⁵⁶ <<http://www.ifla.org/unimarc>>

⁵⁷ <http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=486%3Act7&catid=78%3Anormalizacao&Itemid=533&lang=pt>

⁵⁸ <<http://www.loc.gov/marc/>>

norma bastante importante, sendo fundamental em muitos casos para a produção e a gestão da informação bibliográfica e também de autoridade em quase todas as bibliotecas existentes em Portugal.

Importa realçar que o UNIMARC “não será modificado para acomodar práticas de catalogação que não estejam em conformidade com a ISBD ou com as normas internacionais nas quais se baseiam” (IFLA, 2008, p. 14).

Quanto à organização do formato, o UNIMARC corresponde a uma implementação específica da ISO 2709, que é uma norma internacional relacionada com a estrutura dos registos que possuem dados bibliográficos, em que podemos perceber que cada um dos registos bibliográficos deve ser constituído por uma etiqueta de registo (com 24 caracteres), uma diretoria (etiqueta de 3 dígitos para cada campo de dados) e campos de dados (comprimento variável, devendo estar separados por um separador de campo). Os elementos contidos na etiqueta de registo têm o propósito de efetuar o processamento do registo, destinando-se, de forma secundária, a ser utilizados para identificar e reconhecer o registo bibliográfico. Os campos de dados obrigatórios em todos os registos são os seguintes: 001 (identificador do registo); 100 (dados gerais de processamento); 200 (título e menção de responsabilidade - \$a Título próprio, corresponde ao único subcampo obrigatório); 801 (fonte de origem). Os campos de dados são englobados nos seguintes blocos gerais: 0-- (Bloco de identificação)⁵⁹; 1-- (Bloco de informação codificada)⁶⁰; 2-- (Bloco de informação descritiva)⁶¹; 3-- (Bloco de notas)⁶²; 4-- (Bloco de entradas relacionadas)⁶³; 5-- (Bloco de títulos relacionados)⁶⁴; 6-- (Bloco de assuntos e história bibliográfica)⁶⁵; 7-- (Bloco de responsabilidade)⁶⁶; 8-- (Bloco de uso internacional)⁶⁷; 9-- (Bloco de uso nacional)⁶⁸.

⁵⁹ Contém os números que identificam o registo ou o item nele registado (IFLA, 2008, p. 57).

⁶⁰ Contém os elementos de dados codificados de comprimento fixo (2008, p. 119).

⁶¹ Contém as zonas da ISBD (2008, p. 339).

⁶² Contém as notas em texto livre que pretendem esclarecer e completar a descrição e os pontos de acesso, referindo-se a qualquer particularidade do aspeto físico do objeto a descrever ou do seu conteúdo (2008, p. 391).

⁶³ Está relacionado com a troca internacional de dados bibliográficos, complementando a técnica de campos integrados com a utilização da técnica de subcampos (2008, p. 479).

⁶⁴ Contém qualquer tipo de títulos, exceptuando o nome próprio, que esteja relacionado com o objeto a catalogar (2008, p. 553).

⁶⁵ Contém os dados representativos do assunto (2008, p. 615).

⁶⁶ Contém os nomes das coletividades e das pessoas, cuja responsabilidade tenha contribuído para o objeto a catalogar (2008, p. 689).

⁶⁷ Contém os campos que internacionalmente se reconheceu existir a impossibilidade de considerar nos blocos anteriores, 0-- a 7-- (2008, p. 741).

⁶⁸ Contém os dados reservados para o uso nacional por parte das instituições em que o UNIMARC seja a base do formato local (2008, p. 771).

6.1.4.2.1 – Correspondência com as zonas da ISBD

O bloco de informação descritiva (2--) contém todas as zonas da ISBD, exceto a zona das notas, de acordo com o Manual do UNIMARC. Este bloco considera os seguintes campos: 200 (título e menção de responsabilidade); 204 (indicação geral da natureza do documento); 205 (menção da edição); 206 (zona específica de alguns tipos de materiais: materiais cartográficos-dados matemáticos); 207 (zona específica de alguns tipos de materiais: numeração dos recursos contínuos); 208 (zona específica de alguns tipos de materiais: menção específica de música impressa); 210 (publicação, distribuição, etc); 211 (data prevista de publicação); 215 (descrição física); 225 (coleção); 230 (zona específica de alguns tipos de materiais: características do recurso eletrônico) (IFLA, 2008, p.339). O manual explica-nos que a pontuação prescrita pela ISBD relativamente aos limites dos subcampos e campos, não deve ser aplicada neste bloco do UNIMARC, a não ser que seja indicado de forma manifesta para um certo campo. Em todas as posições o sinal de igual e espaço (“= ”) deve ser incluído na descrição, pois substitui qualquer pontuação da ISBD, que normalmente seria gerada no limite de um subcampo.

O campo 200 deve conter o título próprio, informação de outros títulos e menções de responsabilidade relacionadas com o título, sendo obrigatório e não repetível. Na ISBD corresponde à zona do título e da menção de responsabilidade (zona 1); O campo 204 contém a informação codificada sobre a indicação geral da natureza do documento, também contemplada na ISBD. É repetível, mas obsoleta; O campo 205 deve conter informação sobre a edição e menções de responsabilidade que lhe estejam relacionadas, sendo opcional e repetível. Na ISBD tem correspondência com a zona da edição (zona 2); o campo 206 está relacionado com aspetos sobre coordenadas, escalas, etc., sendo obrigatório para materiais cartográficos e repetível; O campo 207 detém a numeração e/ou as datas de cobertura do primeiro e do último fascículo de um recurso contínuo, sempre que estas datas sejam conhecidas, sendo opcional e repetível. Na ISBD refere-se à zona da numeração; O campo 208 está relacionado com a presença de uma menção escrita do próprio objeto, sobre o formato específico de um determinado objeto musical manuscrito ou impresso, sendo opcional e repetível. Na ISBD corresponde à zona específica da música impressa. No campo 210 estão englobados os dados sobre a publicação, impressão e distribuição do material a catalogar, em que se inclui a data respetiva, sendo opcional e repetível. No caso dos manuscritos, que é o nosso caso da Coleção Pombalina, é usado para o local e data da escrita, assim como o

nome do copista, iluminador, gravador ou *scriptorium*, no caso dos manuscritos medievais. Na ISBD está relacionado com a zona da publicação, produção e distribuição (zona 4); O campo 211 refere-se à data prevista para a publicação de um item, sendo opcional e não repetível; O campo 215 consiste na inclusão de elementos sobre as características físicas do objeto a catalogar, sendo opcional e repetível. Corresponde à zona da descrição física ou material na ISBD (zona 5); No campo 225 está contido o título próprio da coleção e outras informações concernentes, sendo opcional e repetível. Na ISBD refere-se à zona da coleção (zona 6); por fim, o campo 230 está relacionado com as informações relacionadas com os recursos electrónicos, sendo obrigatório para os recursos electrónicos e repetível.

6.1.4.2.2 – Campos UNIMARC utilizados: os obrigatórios e os que completam/enriquecem o registo

Neste subcapítulo referimos quais foram os campos UNIMARC que utilizámos na catalogação dos documentos da Coleção Pombalina (obrigatórios e opcionais) e o seu preenchimento.

Durante o estágio curricular ficou decidido com os responsáveis da Área de Manuscritos que os campos obrigatórios, com base no Manual UNIMARC, seriam o 001 (Identificador de registo, não repetível), 100 (Dados gerais de processamento, não repetível), 101 (Língua de publicação, não repetível), 200 (Título e menção de responsabilidade, não repetível) e 801 (Fonte de origem, repetível). Os outros campos seriam opcionais, tendo ficado estipulado que utilizaríamos os seguintes: 003 (Identificador persistente de registo, não repetível), 102 (País de publicação ou produção, não repetível), 105 (Campo de dados codificados: material textual de carácter monográfico, não repetível), 106 (Campo de dados codificados: forma do item, não repetível), 210 (Publicação, distribuição, etc., repetível), 215 (Descrição física, repetível), 300 (Notas gerais, repetível), 304 (Notas relativas a título e menção de responsabilidade, repetível), 306 (Notas relativas a publicação, distribuição, etc., repetível), 307 (Notas relativas a descrição física, repetível), 316 (Nota relativa ao exemplar em presença, repetível), 317 (Nota de proveniência, repetível), 321 (Nota relativa a índices, resumos de autor e referências externas, repetível), 327 (Nota de conteúdo, repetível), 516 (Título de lombada, repetível), 518 (Título em grafia atualizada, repetível), 700 (Nome de pessoa-Responsabilidade principal, não repetível), 702 (Nome de pessoa-Responsabilidade secundária, repetível), 710 (Nome de

coletividade-Responsabilidade principal, não repetível) e 712 (Nome de coletividade-Responsabilidade secundária, repetível).

Para realizar o preenchimento de cada campo foi necessário seguir sempre o mesmo critério e rigor, de forma a manter uma uniformidade e coerência em todas as descrições, em conformidade com o Inventário de José António Moniz⁶⁹ (1889), para não prejudicar os utilizadores, os bibliotecários, a própria BNP e a nossa dinâmica enquanto estagiários. Uma vez que catalogámos três códices foi necessário atribuir um título distintivo para cada um, que foi incluído nos campos 327 e 516. O PBA. Quanto à nota de conteúdo (campo 327), o PBA. 625 refere que está “Encadernado em: «Miscellanea. Cartas e papéis vários», constituída por documentos e cartas relativos à administração do Brasil e relações comerciais entre Portugal e outros países da Europa, entre outros assuntos”; o PBA. 626 indica que se apresenta “Encadernado com originais e cópias coligidas sob o título «Cartas régias, e do Ex.mo Senhor Marquês de Pombal, 1.º deste título p.a o Ex.mo Senhor Francisco Xavier de Mendonça Furtado, durante o seu governo do Pará, e alguns officios pertencentes ao mesmo governo. 1752 a 1756»”; o PBA. 642 refere que se encontra “Encadernado em: «Miscellanea. Cartas, papeis officiaes dos governos da Índia e do Brasil, até 1803. Guerra com Hespanha, 1707, etc. Documentos vários» constituídos por originais e cópias relativos à administração do Brasil e da Índia, relações comerciais entre Portugal e outros países da Europa, entre outros assuntos, tais como legislação, índios e escravos”. Relativamente ao campo 516⁷⁰ o PBA. 625 está incluído nas “Cartas do Brasil, 16”; o PBA. 626 apenas refere “Cartas do Brasil”; o PBA. 642 indica “Ultramar. Governo Militar e Civil dos Estados da Índia e Brazil, 33”.

Ao mesmo tempo, uma vez que pertencem à mesma coleção, tivemos de elaborar um título que permitisse conferir a ideia de conjunto de que fazem parte os três códices, tendo sido indicado nos campos 317 e 321. No que concerne ao campo 317 (nota de proveniência), os três códices contêm a seguinte informação: “Pert.: Livraria de Sebastião José de Carvalho e Mello, 1.º Marquês de Pombal (Adquirida pela BN em 1887)”. Em relação ao campo 321 (nota relativa a índices, resumos de autor e referências externos) colocámos o seguinte: Catalogado em: José António Moniz-Inventário. Secção XIII-Manuscritos Collecção Pombalina. Lisboa: BN, 1889. Uma vez

⁶⁹ Nos campos 327 e 516 tentámos respeitar os títulos conferidos por José António Moniz no Inventário de 1889, pois ainda é o principal catálogo da Coleção Pombalina até à data, sendo apresentado a todos os utilizadores dos Reservados que pretendem pesquisar esta coleção.

⁷⁰ Indicamos o título, ou referência que está na lombada dos códices.

que este campo é repetível, sempre que um dos documentos não era referido no inventário de 1889, referimos o seguinte: “Não referido por José António Moniz no inventário”. Estas omissões de José António Moniz são bastante prejudiciais para os utilizadores, uma vez que, de entre os 331 documentos descritos e catalogados, percebemos que 243 não são mencionados no referido inventário, ou seja, 73% dos documentos estão em falta no principal catálogo da Coleção Pombalina, tal como podemos verificar nos anexos (Conjunto documental).

Para exemplificar de uma forma resumida o trabalho efetuado durante o estágio curricular, escolhemos três registos bibliográficos que inserimos na base de dados da BNP, juntamente com os respetivos registos em formato UNIMARC, com os campos preenchidos de acordo com as orientações dos responsáveis da BNP. Os documentos escolhidos foram o n.º 269 (cota PBA. 642//174), o n.º 98 (cota PBA. 626//7) e o n.º 148 (cota PBA. 642//33). Podíamos ter escolhido outros, mas julgamos que são esclarecedores do trabalho efetuado, pois ilustram bem o modo como procedemos à catalogação

O documento n.º 269 (ver figuras 9 e 10) foi intitulado [*Cópias de várias cartas reunidas num mesmo conjunto, de Bernardo José de Lorena, Governador da Capitania de São Paulo, sobre diversos assuntos relacionados com as Capitanias do Brasil*] (subcampo \$a do campo 200) e encontra-se em parêntesis retos porque é um título atribuído por nós, uma vez que o documento não contém qualquer título ou cabeçalho. O subcampo \$b do campo 200 informa que se trata de um manuscrito, assim como o subcampo \$a do campo 106 através do código *h* (manuscrito). Está escrito em português (subcampo \$a do campo 101) e foi produzido em São Paulo, no Brasil, que na época pertencia à Coroa portuguesa, daí a inclusão do termo PT no subcampo \$a do campo 102 e não BR. O local de publicação (São Paulo) foi colocado no subcampo \$a do campo 210, enquanto a data ficou inserida no subcampo \$d em parêntesis retos, pois não temos informação sobre a data, tendo sido extrapolada pelos documentos que a precediam e sucediam, entre os anos de 1788 e 1795, tal como podemos verificar no campo 100, que também possui a data em que efetuámos o registo (18/03/2016). No campo 215 verificamos que estão numeradas do fólio 538 ao 551 (subcampo \$a), em suporte papel (\$c) e a dimensão do fólio é de 31 cm (\$d). Corresponde a várias cópias (subcampo \$a do campo 300) e no subcampo \$a do campo 304 colocámos a seguinte nota: “A primeira carta é de 18 de Julho de 1788 e foi escrita em São Paulo, tratando de assuntos relacionados com carregamentos de açúcar para a Europa e é dirigida ao

capitão-mor da Vila de São Sebastião. Nas outras cartas existem referências a uma epidemia de bexigas e o receio que se alastre aos escravos de Santos, que devem ser colocados em casas apropriadas para que não estejam em contacto com a população. A última carta é de 27 de maio de 1795 e trata do contrabando de géneros escondidos nos navios com destino à Europa”. No que diz respeito à descrição física (campo 307), os responsáveis da Área de Manuscritos pediram-nos para colocar apenas a seguinte informação no subcampo \$a: “A numeração referida reporta-se à numeração atual do códice, a lápis”, apesar de considerarmos que podíamos ter acrescentado mais valor a este campo, com outras informações sobre a descrição física.

Número BIB (NCB): 1925825

LDR: 00254nbm 2200025 450
001: 1925825
003: <http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&uri=full=3100024~11925825~10>
100: \$a20160318f17881795k y0pory01030103ba
101: 0 \$apor
102: \$aPT
105: \$ay z 000yy
106: \$ah
200: 1 \$a[Cópias de várias cartas reunidas num mesmo conjunto, de Bernardo José de Lorena, Governador da Capitania de São Paulo, sobre diversos assuntos relacionados com as capitanias do Brasil]\$bManuscrito
210: \$a[São Paulo]\$d[Depois de 1788]
215: \$a[F. 538-551]\$cpapel\$d31 cm
300: \$aCópia
304: \$aA primeira carta é de 18 de Julho de 1788 e foi escrita em São Paulo, tratando de assuntos relacionados com carregamentos de açúcar para a Europa e é dirigida ao capitão-mor da Vila de São Sebastião. Nas outras cartas existem referências a uma epidemia de bexigas e o receio que se alastre aos escravos de Santos, que devem ser colocados em casas apropriadas para que não estejam em contacto com a população. A última carta é de 27 de maio de 1795 e trata do contrabando de géneros escondidos nos navios com destino à Europa
307: \$aA numeração referida reporta-se à numeração actual do códice, a lápis
317: \$aPert.: Livraria de Sebastião José de Carvalho e Melo, 1.o Marquês de Pombal (Adquirida pela BN em 1887)
321: \$aCatalogado em: José António Moniz - Inventário. Secção XIII - Manuscriptos Collecção Pombalina. Lisboa : BN, 1889
321: \$aNão referido por José António Moniz no inventário
327: 1 \$aEncadernado em: "Miscellanea. Cartas, papeis officiaes dos governos da Índia e do Brasil, até 1803. Guerra com Hespanha, 1707, etc. Documentos vários" constituída por originais e cópias relativos à administração do Brasil e da Índia, relações comerciais entre Portugal e outros países da Europa, entre outros assuntos, tais como legislação, índios e escravos
516: 1 \$aUltramar. Governo Militar e Civil dos Estados da Índia e Brazil. 33
700: 1 \$aSão Paulo.\$bGovernador,\$c1788-1797 (Bernardo José Maria de Lorena e Silveira)
801: 0 \$aPT\$bBN\$gRPC
966: \$sPBA. 642//174\$IRESMAN

Figura 9 – Registo em formato UNIMARC do PBA. 642//174, que corresponde ao documento n.º 269.

Fonte: <<http://catalogo.bnportugal.pt>>

Os campos 317, 321, 327 e 516 já foram referidos atrás para todos os documentos com a cota PBA. 642, sendo apenas de destacar que no subcampo \$a do campo 321 salientamos a inexistência da referência a este documento no catálogo de José António Moniz (1889), situação que ocorre em outros 242 documentos. Uma vez que temos informação sobre o autor das cartas, Bernardo José Maria de Lorena e Silveira, Governador do Estado de São Paulo, adicionámos o campo 700 (Nome de pessoa-Responsabilidade principal), tendo criado uma autoridade que ainda não existia na base de dados da BNP, podendo ser utilizada para futuros registos. Assim, no subcampo \$a inserimos o Estado em que exercia as suas funções (São Paulo), no \$b o

cargo de Governador e no \$c o período da sua governação (1788-1797) e o nome completo em parêntesis. O campo 801 não é preenchido por nós, sendo gerado de forma automática, enquanto o campo 966 contém a cota atribuída no subcampo \$s e a referência a RESMAN (reservados manuscritos) no subcampo \$t.

Ao gravarmos o nosso registo, é gerado automaticamente um NCB (número de controlo bibliográfico), que também é pesquisável no catálogo da BNP. O documento n.º 269 corresponde ao NCB 1925825, que está contido no campo 001 e diz respeito ao identificador de registo.

BNP BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

Entrada | Catálogo Geral | Coleções | BND | Microfilmes | Usuais | O meu registo

Pesquisar por: Cotas

[CÓPIAS DE VÁRIAS CARTAS REUNIDAS NUM MESMO CONJUNTO, DE BERNARDO JOSÉ DE LORENA, GOVERNADOR DA CAPITANIA DE SÃO PAULO, SOBRE DIVERSOS ASSUNTOS RELACIONADOS COM AS CAPITANIAS DO BRASIL.] [MANUSCRITO]

AUTORES: São Paulo, Governador, 1788-1797 (Bernardo José Maria de Lorena e Silveira)

PUBLICAÇÃO: [São Paulo] [Depois de 1788]

DESCR. FÍSICA: [F. 538-551] : papel ; 31 cm

REF. EXT.: Catalogado em: José António Moniz - Inventário. Secção XIII - Manuscritos Coleção Pombalina. Lisboa : BN, 1889

NOTAS: Não referido por José António Moniz no inventário

CONTÉM: Cópia
A primeira carta é de 18 de Julho de 1788 e foi escrita em São Paulo, tratando de assuntos relacionados com carregamentos de açúcar para a Europa e é dirigida ao capitão-mor da Vila de São Sebastião. Nas outras cartas existem referências a uma epidemia de bexigas e o receio que se alastre aos escravos de Santos, que devem ser colocados em casas apropriadas para que não estejam em contacto com a população. A última carta é de 27 de maio de 1795 e trata do contrabando de géneros escondidos nos navios com destino à Europa.
A numeração reflete reporta-se à numeração actual do códice, a lápis
Encadernado em: "Miscelânea. Cartas, papéis oficiais dos governos da Índia e do Brasil, até 1803. Guerra com Espanha, 1707, etc. Documentos vários" constituída por originais e cópias relativos à administração do Brasil e da Índia, relações comerciais entre Portugal e outros países da Europa, entre outros assuntos, tais como legislação, índios e escravos

Adicionar à lista

Propor correção do registo | Ver formato UNIMARC | Exportar registo em ISO2708 | Exportar registo em MarcXchange | Guardar em formato RIS

Exemplares			
Cota	Colecção	Tipo Acesso	Estado
PBA. 642//174	Manuscritos Reservados	Reservado, sob autorização	A microfilmar / digitalizar

Figura 10 – Registo bibliográfico do PBA. 642//174, que corresponde ao documento n.º 269, na base de dados da BNP. Fonte: <<http://catalogo.bnportugal.pt>>

Quanto ao documento n.º 98 (ver figuras 11 e 12), decidimos colocar o título [*Carta original e autógrafa de Sebastião José de Carvalho e Melo ao seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará e Maranhão sobre vários assuntos*], tendo preenchido os mesmos campos que o documento anteriormente descrito (n.º 269), mas com conteúdos diferentes. No entanto, adicionámos o campo 702 (Nome de pessoa-Responsabilidade secundária) pois a carta foi escrita pelo Marquês de Pombal (inserido no campo 700) ao seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará e Maranhão. Tal como para o documento n.º 269, também criámos esta autoridade que ainda não existia na base de dados da BNP, apesar da sua importância, tendo inserido no subcampo \$a o Estado do Grão-Pará e Maranhão, no \$b o cargo de Governador, no \$c o período da sua governação (1751-1759) e o nome completo em parêntesis. Colocámos ainda o subcampo \$4, que corresponde ao Código

de função⁷¹, pois consideramos que pode acrescentar valor à descrição bibliográfica, tendo selecionado o código 660 cuja função se refere ao “Destinatário de carta(s)”, ou seja, a pessoa a quem a carta é dirigida (IFLA, 2008, p. 832).

Número BIB (NCB): 1929680

```

LDR: 00264nbm 2200025 450
001: 1929680
003: http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&uri=full=3100024~11929680~10
100: $a20160429d17520706k y0pory01030103ba
101: 0 $apor
102: $aPT
105: $ay z 000yy
106: $ah
200: 1 $aCarta original e autógrafa de Sebastião José de Carvalho e Melo ao seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará e Maranhão sobre vários assuntos$bManuscrito
210: $aBelém (Lisboa)$d6 de Julho de 1752
215: $a[F. 32-38]$cpapel$d33 cm
300: $aOriginal assinado
304: $aTrata de vários assuntos, nomeadamente sobre as demarcações dos limites do Brasil, instruções para tratar com os espanhóis, a organização das tropas, divisão do trabalho, etc.
307: $aNumeração referida reporta-se à numeração actual do códice, a lápis
317: $aPert.: Livraria Sebastião José de Carvalho e Melo, 1.º Marquês de Pombal (adquirida pela BNP em 1887) $5PTBN: PBA. 626
321: 1 $aReferido em: José António Moniz - Inventário. Secção XIII - Manuscritos Collecção Pombalina. Lisboa: BN, 1889
327: 1 $aEncadernado com originais e cópias coligidos sob o título "Cartas Regias, e do Ex.mo Senhor Marques de Pombal, 1.º deste título p.a o Ex.mo Senhor Francisco Xavier de Mendonça Furtado, durante o seu governo do Pará, e alguns officios pertencentes ao mesmo Governo. 1752 a 1756"
516: 1 $aCartas do Brasil
700: 1 $aPombal,$cMarquês de,$f1699-1782$4390
702: 1 $aGrão Pará e Maranhão,$bGovernador,$c1751-1759 (Francisco Xavier de Mendonça Furtado)$4660
801: 0 $aPT$bBN$gRPC
966: $sPBA. 626//7$IRESMAN

```

Figura 11 – Registo em formato UNIMARC do PBA. 626//7, que corresponde ao documento n.º 98.

Fonte: <<http://catalogo.bnportugal.pt>>

The screenshot shows the BNP catalog interface. At the top, there's a navigation bar with 'Entrada', 'Catálogo Geral', 'Coleções', 'BND', 'Microfilmes', 'Usuais', and 'O meu registo'. Below this is a search bar with 'Pesquisar por:' and a dropdown menu set to 'Cotas'. The search results show 'PBA. 626//7'. The main content area displays the title '[CARTA ORIGINAL E AUTÓGRAFA DE SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO AO SEU IRMÃO FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO, GOVERNADOR DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO SOBRE VÁRIOS ASSUNTOS] [MANUSCRITO]'. It lists the author(s) as 'Pombal, Marquês de, 1699-1782; Grão Pará e Maranhão. Governador, 1751-1759 (Francisco Xavier de Mendonça Furtado)'. The publication information is 'Belém (Lisboa) 6 de Julho de 1752'. The physical description is '[F. 32-38] : papel : 33 cm'. The notes mention 'Original assinado' and 'Trata de vários assuntos, nomeadamente sobre as demarcações dos limites do Brasil, instruções para tratar com os espanhóis, a organização das tropas, divisão do trabalho, etc.'. The content summary states 'A numeração referida reporta-se à numeração actual do códice, a lápis' and 'Encadernado com originais e cópias coligidos sob o título "Cartas Regias, e do Ex.mo Senhor Marques de Pombal, 1.º deste título p.a o Ex.mo Senhor Francisco Xavier de Mendonça Furtado, durante o seu governo do Pará, e alguns officios pertencentes ao mesmo Governo. 1752 a 1756"'. At the bottom, there's a table with columns 'Cota', 'Coleção', 'Tipo Acesso', and 'Estado'. The table shows 'PBA. 626//7' in the 'Cota' column, 'Manuscritos Reservados' in the 'Coleção' column, 'Reservado, sob autorização' in the 'Tipo Acesso' column, and 'Digitalizado' in the 'Estado' column.

Figura 12 – Registo bibliográfico do PBA. 626//7, que corresponde ao documento n.º 98, na base de dados da BNP. Fonte: <<http://catalogo.bnportugal.pt>>

No documento n.º 148 (ver figuras 13 e 14) também utilizámos os mesmos campos referidos nos documentos n.º 269 e 98, mas não colocámos autoridades no

⁷¹ Código de função – “Código utilizado para identificar a relação entre o nome da coletividade mencionada no campo e o item a que se refere o registo” (IFLA, 2008, p. 707).

Bloco de responsabilidades 7-- pois as pessoas envolvidas não são importantes para o registo de autoridades da BNP, de acordo com as indicações dos responsáveis da Área dos Manuscritos. Inserimos um novo campo, o 306, com a indicação de que “a data é referida na resposta, no fól. 63 r.”, pois este documento não contém uma data precisa da sua produção, mas menciona no fól. 63 r. que foi escrita durante o ano de 1730, tendo aplicado a referência Ca (cerca de) 1730 no subcampo \$d do campo 210, em parêntesis retos.

Número BIB (NCB): 1920691

```

LDR: 00254nbm 2200025 450
001: 1920691
003: http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&uri=full=3100024~1920691~10
100: $a20160122f1730 k y0pory01030103ba
101: 0 $apor
102: $aPT
105: $ay z 000yy
106: $ah
200: 1 $aResposta ao papel com q[ue] o P[adr]e Jacinto de Carvalho da Comp[anh]a, refutou os requerimentos q[u]e Paulo da S[ilv]a Nunes fez a S[ua] Mag[estad]e como Proc[urado]r das Camaras do Maranhão e Pará, no qual o mencionado P[adr]e critica o honrado procedimento do Gov[ernad]or actual Alexandre de Sousa Fr[eir]e q[ue] agora também neste papel responde ao mesmo P[adr]e$bManuscrito]
210: $a[Maranhão e Pará]$d[Ca 1730]
215: $a[F: 63-84 v.]$cpapel$d30 cm
300: $aCópia (?)
304: $aResposta ao papel com que o Padre Jacinto de Carvalho, da Companhia de Jesus, refutou os requerimentos que Paulo da Silva Nunes fez ao rei, como procurador das Câmaras do Maranhão e Pará, contra os missionários jesuítas
306: $aA data é referida na resposta, no fól. 63 r.
307: $aA numeração referida reporta-se à numeração actual do códice, a lápis
317: $aPert.: Livraria de Sebastião José de Carvalho e Melo, 1.o Marquês de Pombal (Adquirida pela BN em 1887)
321: $aCatalogado em: José António Moniz - Inventario. Secção XIII - Manuscritos Collecção Pombalina. Lisboa: BN, 1889
327: 1 $aEncadernado em: "Miscellanea. Cartas, papeis officiaes dos governos da Índia e do Brasil, até 1803. Guerra com Hespanha, 1707, etc. Documentos vários" constituída por originaes e cópias relativos à administração do Brasil e da Índia, relações commerciaes entre Portugal e outros países da Europa, entre outros assuntos, tais como legislação, índios e escravos
516: 1 $aUltramar. Governo Militar e Civil dos Estados da Índia e Brazil. 33
518: $aResposta ao papel com que o Padre Jacinto de Carvalho da Companhia, refutou os requerimentos que Paulo da Silva Nunes fez a Sua Magestade como Procurador das Câmaras do Maranhão e Pará, no qual o mencionado Padre critica o honrado procedimento do Governador actual Alexandre de Sousa Freire que agora também neste papel responde ao mesmo Padre
801: 0 $aPT$bBN$gRPC
966: $sPBA. 642/33$tRESMAN

```

Figura 13 – Registo em formato UNIMARC do PBA. 642//33, que corresponde ao documento n.º 148.
Fonte: <<http://catalogo.bnportugal.pt>>

Uma vez que o documento tem um título expresso no cabeçalho, incluímo-lo no campo 200 com a grafia da época, respeitando as regras da paleografia e sem parêntesis retos: *Resposta ao papel com q[ue] o P[adr]e Jacinto de Carvalho da Comp[anh]a, refutou os requerimentos q[u]e Paulo da S[ilv]a Nunes fez a S[ua] Mag[estad]e como Proc[urado]r das Camaras do Maranhão e Pará, no qual o mencionado P[adr]e critica o honrado procedimento do Gov[ernad]or actual Alexandre de Sousa Fr[eir]e q[ue] agora também neste papel responde ao mesmo P[adr]e*. A utilização de um título original implica a introdução do campo 518 com o título da grafia atualizada.

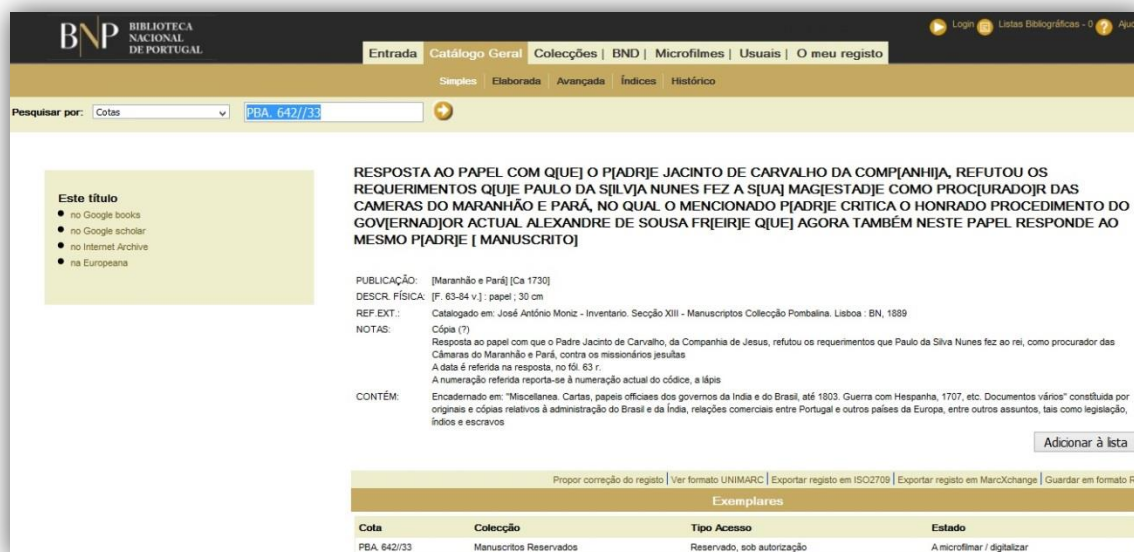


Figura 14 – Registo bibliográfico do PBA. 642//33, que corresponde ao documento n.º 148, na base de dados da BNP. Fonte: <<http://catalogo.bnportugal.pt>>

Como vimos, quanto aos pontos de acesso tentámos preencher os campos 518, 700, 702, 710 e 712, tendo conseguido adicionar algumas autoridades à base de dados da BNP, sempre sob supervisão. Podíamos ter colocado mais exemplos da catalogação, mas julgamos que estes três documentos são ilustrativos do trabalho que realizámos no estágio, sendo que podemos verificar todos os casos no conjunto documental dos anexos e na base de dados da BNP, que está acessível *online*.

Nos anexos podemos observar mais alguns exemplos da catalogação em formato UNIMARC. Colocámos quatro documentos com as cotas PBA. 642//121, PBA. 642//122, PBA. 642//138 e PBA. 642//155, que correspondem aos documentos n.º 222, n.º 223, n.º 238 e n.º 256, respetivamente. Os primeiros dois foram elaborados por nós, enquanto os outros já tinham sido catalogados pelos responsáveis da Área de Manuscritos, sendo os únicos registos que não foram criados por nós. Contudo, após consultarmos os serviços da BNP, ficou decidido que poderíamos fazer pequenas alterações a esses dois registos. Alterámos as duas novas cotas para seguir o sistema de expoentes utilizado e modificámos mais algumas referências relacionadas com alguns campos das notas (3--). No entanto, estes dois registos ficaram um pouco diferentes de todos os outros relacionados com a cota geral PBA. 642, nomeadamente os campos 304, 316, 317, 321 e 327, para respeitar a catalogação original. Importa referir que os registos dos dois manuscritos referidos, que não elaborámos durante o estágio, foram efetuados pelos responsáveis da Área dos Manuscritos recorrendo aos índices do

Inventário de José António Moniz (1889), que tem algumas incorreções, pois omite as outras cartas e respetivas cotas, uma vez que são documentos distintos, podendo induzir em erro os utilizadores em relação ao verdadeiro conteúdo do códice e da sequência em que se encontram os documentos.

Para além de colocarmos estes quatro registos, adicionámos aos anexos algumas sugestões que poderiam enriquecer ainda mais a catalogação dos manuscritos da Coleção Pombalina, acrescentando-lhes valor para uma melhor fruição por parte dos utilizadores. Para servirem como termos de comparação, elaborámos as ditas sugestões para os mesmos quatro documentos referidos acima (PBA. 642//121, PBA. 642//122, PBA. 642//138 e PBA. 642//155), que estão gravados na base de dados. As sugestões dizem respeito aos campos das notas, com a inclusão de mais informação sobre a descrição física (campo 307) e o exemplar em presença (campo 316). Na descrição física consideramos que a catalogação podia ficar com maior detalhe referindo aspetos sobre as filigranas (marcas de água), pois muitas cartas foram escritas com recurso a papéis filigranados, em que podemos perceber a sua proveniência, uma vez que algumas filigranas contêm uma flor-de-lis coroada, o que pode indicar uma origem francesa, ou então um brasão com uma cruz encimada e as iniciais G, M, T em redor, que poderá apontar para o nome do dono da oficina que produziu o papel. Neste campo, que é opcional e repetível, sugerimos também a inclusão de referências a gravuras, desenhos (como o caso das previsões de um eclipse da lua em 1789), numerações, assim como a inclusão de reclamos e assinaturas, se existirem. Quanto ao campo 316, relacionado com o exemplar em presença, poderíamos incluir dados sobre o tipo de encadernação, se contém manchas de acidez e humidade, se está perfurado, rasgado, aparado a ofender o texto, danificado devido à tinta ferrogálica, etc.

Poderíamos colocar outras sugestões relativas ao preenchimento dos campos UNIMARC, mas consideramos que estas informações são suficientes e pertinentes para acrescentar mais valor à descrição dos documentos.

6.2 – A informação referente ao Brasil

Tal como referimos, o subcapítulo 6.1 refere-se à descrição material dos documentos, a aspetos relacionado com a preservação, conservação e restauro, assim como à catalogação dos documentos em formato UNIMARC e inclusão na base de dados da BNP, correspondendo à componente prática do estágio curricular. Este

subcapítulo (6.2) diz respeito a questões relacionadas com o conteúdo dos documentos, que na sua maioria, do ponto de vista tipológico, são cartas.

Como resultado final do estágio curricular, decidimos elaborar um índice analítico⁷² e um conjunto documental com todos os documentos analisados (ver anexos). Esta recolha documental centrada nos códices da Coleção Pombalina (PBA. 625, PBA. 626 e PBA. 642) pretende ser um contributo para um melhor esclarecimento da temática relacionada com o Brasil dentro desta importante coleção da BNP. Contudo, também se pretende que sirva de apoio aos investigadores interessados em pesquisar e analisar a documentação reunida, que foi anteriormente catalogada e inserida na base de dados da BNP, como resultado do estágio aí efetuado.

Importa referir que, no que diz respeito ao conjunto documental contido nos anexos e à sua estruturação, seguimos o modelo utilizado na Tese de Doutoramento de Maria Adelina Amorim (2011), intitulada *A missionação franciscana no estado do Grão-Pará e Maranhão (1622-1750): agentes, estruturas e dinâmicas*, devido à sua importância no âmbito de estudos sobre o Brasil.

O conjunto total de documentos, na sua maioria inéditos, seguiu uma organização geral no que refere aos temas, recorrendo a títulos factícios que materializam a organização cronológica seguida, de forma a esclarecer melhor os assuntos estudados, contextualizando os factos históricos ocorridos e os processos em consideração, para que se possam lançar novas problematizações sobre esta temática.

No conjunto documental contido nos apêndices e anexos apresentam-se e transcrevem-se de forma parcial documentos com os mais variados temas, desde cartas régias a cartas pessoais, avisos, inquirições, processos judiciais, inventários de heranças e bens, ofícios, petições, listas, contratos, decretos, relatórios, certificados, consultas, bulas e breves papais, termos, registos de contas (despesas e receitas), polémicas com a Companhia de Jesus (Jesuítas) e com outras Ordens, assim como outros textos e conteúdos que consideramos relevantes para o estudo da História de Portugal e do Brasil entre 1593 e 1811, incluídos nesta coleção que pertenceu à Casa Pombal durante vários anos. Quanto aos critérios de transcrição, este conjunto documental reúne e transcreve de forma parcial trezentos e trinta e um documentos cuja temática incide única e exclusivamente sobre o Brasil, sendo que excluímos todos os outros documentos

⁷² O índice analítico refere-se aos documentos dos três códices da Coleção Pombalina estudados, em que os números indicam os documentos e não as páginas.

contidos nos códices que não focassem o tema referido. A sua apresentação foi regida pelas seguintes regras:

- 1 – No caso em que o manuscrito não tinha título expresso, forjámos um, atendendo ao seu conteúdo, e apresentámo-lo entre parêntesis retos. Neste caso, são títulos factícios, que são da nossa responsabilidade, pois resultam da leitura e interpretação do seu conteúdo, uma vez que alguns documentos não apresentam título;
- 2 – Quando os documentos apresentam título ou cabeçalho, os títulos são transcritos na íntegra (de acordo com o que está no documento), de forma livre, sem parêntesis retos ou curvos. Assim, respeitaram-se os títulos originais dos documentos, sempre que existiam nos documentos;
- 3 – Os documentos foram descritos por ordem da sua posição nos códices, que na sua grande maioria foi organizada por ordem cronológica, para tornar mais fácil a pesquisa dos mesmos. Quando os documentos seriados para este conjunto não têm uma data explícita, decidimos colocar uma data aproximada em parêntesis retos, de acordo com o conjunto em que se insere, nomeadamente [Depois de 1...]. Contudo, quando existe a menção a uma data no conteúdo do documento, colocamos [Ca 1...];
- 4 – A datação é sempre determinada pela última data que aparece no documento;
- 5 – Quando não existe referência ao lugar de produção, colocamos em parêntesis retos, de acordo com o conjunto de documentos em que está inserido, por exemplo [Brasil], ou [Portugal].
- 6 – Optámos por incluir um breve sumário do conteúdo de cada um dos documentos, que resultou da nossa leitura e transcrição livre, igual ao que colocámos na base de dados da BNP, aquando da catalogação dos mesmos no campo 304 do UNIMARC;
- 7 – Em relação à transcrição documental dos títulos, introduziram-se algumas modificações ortográficas simples, com o objetivo de modernizar a grafia contida no documento, para tornar mais fácil a leitura do texto;
- 8 – Tentámos respeitar a sintaxe, embora existam algumas exceções, nomeadamente os tempos verbais, a correção de plurais e as acentuações;
- 9 – Quanto ao léxico, substituímos alguns vocábulos que caíram em desuso ao longo dos tempos, apesar de termos deixado outros por questões relacionadas com o estilo de linguagem presente;
- 10 – No final colocamos a cota que atribuímos durante o estágio na BNP.

Quanto ao título factício dos documentos transcritos, esta parte do relatório de estágio constitui apenas uma seriação, da forma mais criteriosa possível, de três códices

ou miscelâneas factícias (PBA. 625, PBA. 626 e PBA. 642) presentes na Coleção Pombalina da BNP, que considerámos mais relevantes de entre os 758 códigos que constituem este importante acervo documental, com o intuito de melhor compreender, historiar e também problematizar sobre a temática Brasil nesta coleção. Esta coleção pode trazer à luz novos desenvolvimentos sobre a História conjunta entre Portugal e o Brasil, pois ao longo do estágio atualizámos as descrições catalográficas e identificámos as incorreções existentes no inventário de José António Moniz, de 1889, que foi muitas vezes utilizado de forma incorreta para a catalogação dos documentos por parte dos responsáveis da BNP.

Uma vez que os temas contidos nos documentos são variados, com diferentes conteúdos, elaborámos seis tabelas e respetivos gráficos que ilustram bem quais são os temas principais que podemos encontrar, de uma forma geral. Para perceber o conteúdo de uma forma mais pormenorizada, devemos consultar o conjunto documental dos apêndices, para verificar cada documento de forma individual. Na tabela 2 e no gráfico 1 podemos perceber que o Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão e irmão do Marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, aparece em 73 documentos, correspondendo a 48% do total de temas sobre os governadores e capitães gerais dos Estados brasileiros, o que é fácil de compreender, pois esta documentação pertenceu à família do Marquês de Pombal, confirmando o que referimos atrás de forma hipotética, sobre a importância que o irmão do Marquês tem nesta coleção, que poderá ser explicado pelo facto de se tratar de documentação que pertenceu à Casa Pombal e, como tal, a necessidade que tiveram de recolher e conservar informação sobre as atividades dos membros mais influentes e importantes da família. Em seguida, o Governador da Capitania do Maranhão, Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa (ver figura 15), aparece em 30 documentos (20%), enquanto o governador de São Paulo e mais tarde de Minas Gerais, Bernardo José Maria de Lorena (Conde de Sarzedas), aparece em 28 documentos (19%). O número de vezes que os outros governadores aparecem na documentação pode ser visto na mesma tabela e no respetivo gráfico.

Governadores e Capitães Gerais de Estados brasileiros	N.º de documentos em que aparece	Porcentagem (%)
António Gomes Freire de Andrade	6	4%
António Manuel de Melo e Castro	1	1%
António Rolim de Moura	1	1%
Bernardo José Maria de Lorena	28	19%
Francisco de Sousa Coutinho	1	1%
Francisco Xavier de Mendonça Furtado	73	48%
Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa	30	20%
Luís da Cunha Meneses	2	1%
Luís Pinto de Sousa Coutinho	1	1%
Martim Lopes Lobo de Saldanha	6	4%
Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo	1	1%
TOTAL	150	100%

Tabela 2 – Governadores e Capitães Gerais de Estados brasileiros que aparecem na documentação.

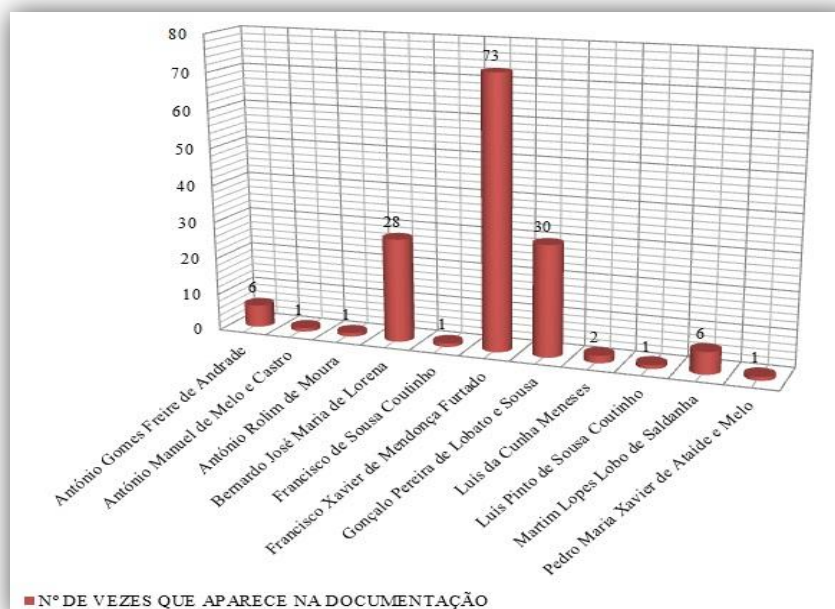


Gráfico 1 – Governadores e Capitães Gerais de Estados brasileiros que aparecem na documentação.

Figura 15 – Assinatura original de Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa, governador da Capitania do Maranhão, numa carta dirigida a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Refere-se ao documento n.º 71, com a cota PBA. 625//96. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

Quanto a outros nomes de importância histórica presentes nos três códices, recorrendo à tabela 3 e aos gráficos 2 e 3 podemos verificar mais alguns dados sobre a antroponímia. Confirmamos que se destaca Sebastião José de Carvalho e Melo, pois aparece em 32 documentos, correspondendo a 20% dos nomes incluídos na tabela 3. A sua importância justifica a frequência com que surge nos documentos, seja em cartas pessoais aos seus irmãos Francisco Xavier de Mendonça Furtado e o cardeal Paulo António de Carvalho Mendonça que aparece num documento, ou em cartas oficiais da Secretaria de Estado para os Estados brasileiros. Outro nome que se destaca é o de José Romão Jeunot, secretário do governo, que aparece em 25 documentos (15%). O seu cargo obrigava-o a assinar as cópias oficiais das cartas originais das mais variadas tipologias, daí que apareça de forma abundante. Um outro nome que aparece com alguma frequência é o do capitão Francisco Portilho e Melo, em 9 documentos (6%), pois era um dos responsáveis pelas Tropas de Resgates e consequentes expedições à selva, tendo-se envolvido em diversos escândalos e problemas com os índios, nomeadamente rapto, abusos, maus-tratos e mortes. De referir ainda o célebre padre jesuíta italiano Gabriel de Malagrida, que aparece em 4 documentos (2%). Quanto aos monarcas portugueses, quem surge com mais frequência é o rei D. José, em 9 documentos (6%), que teve Sebastião José de Carvalho e Melo como seu Ministro e Secretário de Estado, o que pode explicar esta presença mais assídua na documentação, seguido da rainha D. Maria I, em 7 documentos (4%) e depois D. João V, em 6 documentos (3%) e D. João VI, em 3 documentos (2%).

Outros nomes existentes na documentação	N.º de documentos em que aparece	Porcentagem (%)
António de Seabra da Motta	1	1%
António Gonçalves da Cunha	3	2%
Bento Demages	2	1%
Bernardino José Pereira de Castro	2	1%
Calisto da Cunha Valadares	1	1%
Carlos Aires de Carvalho	1	1%
Conde de Cunha	1	1%
Diogo de Mendonça Corte-Real	3	2%
Domingos António de Sousa Coutinho	2	1%
Domingos Gonçalves da Cruz	1	1%
Domingos Martins de Brito	1	1%
Faustino da Fonseca Freire e Melo	2	1%
Francisco de Almeida Melo e Castro	2	1%
Francisco Portilho e Melo	9	6%

Gabriel de Malagrida, padre	4	2%
Ignácio Sanches de Brito	1	1%
Jacinto de Carvalho, padre	1	1%
João V, rei D.	6	3%
João VI, rei D.	3	2%
João da Cruz Dinis Pinheiro	3	2%
João Egas de Bulhões	1	1%
João Francisco de Castro	1	1%
João Henrique Bohm, general	1	1%
João Ignácio de Brito	1	1%
João Rodrigues da Cruz	5	3%
João Rodrigues de Sá e Melo	1	1%
Joaquim Leite do Amaral Coutinho	1	1%
Joaquim Manuel da Silva e Castro	1	1%
José I, rei D.	9	6%
José Correia e Melo	1	1%
José da Cunha	1	1%
José Fernandes de Carvalho	1	1%
José Gomes da Cruz	1	1%
José Romão Jeunot	25	15%
Luís José de Brito	1	1%
Manuel de Azevedo Aragão Sarmento	1	1%
Manuel de Moraes Castro	3	2%
Manuel Lopes da Cunha	1	1%
Manuel Ribeiro da Motta	2	1%
Manuel Sarmento	4	2%
Maria I, rainha D.	7	4%
D. Pedro José de Noronha Camões de Albuquerque Moniz e Sousa, Marquês de Angeja	1	1%
D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão d'Eça e Melo Silva Mascarenhas, Marquês de Lavradio	2	1%
Martinho de Mello e Castro	2	1%
Miguel de Bulhões, Bispo do Pará	3	2%
Paulo António de Carvalho Mendonça, Cardeal	1	1%
Rodrigo de Sousa Coutinho	3	2%
Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal	32	20%
Tomás Inácio de Moraes Sarmento	1	1%
Tomé da Silva Coutinho	1	1%
TOTAL	164	100%

Tabela 3 – Outros nomes que aparecem na documentação.

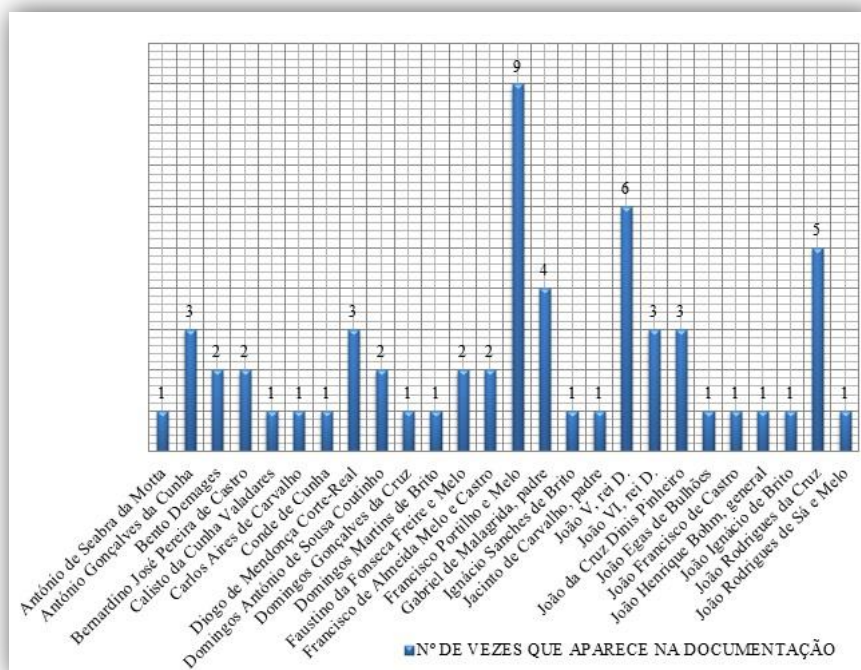


Gráfico 2 – Outros nomes que aparecem na documentação, de António de Seabra da Motta a João Rodrigues de Sá e Melo.

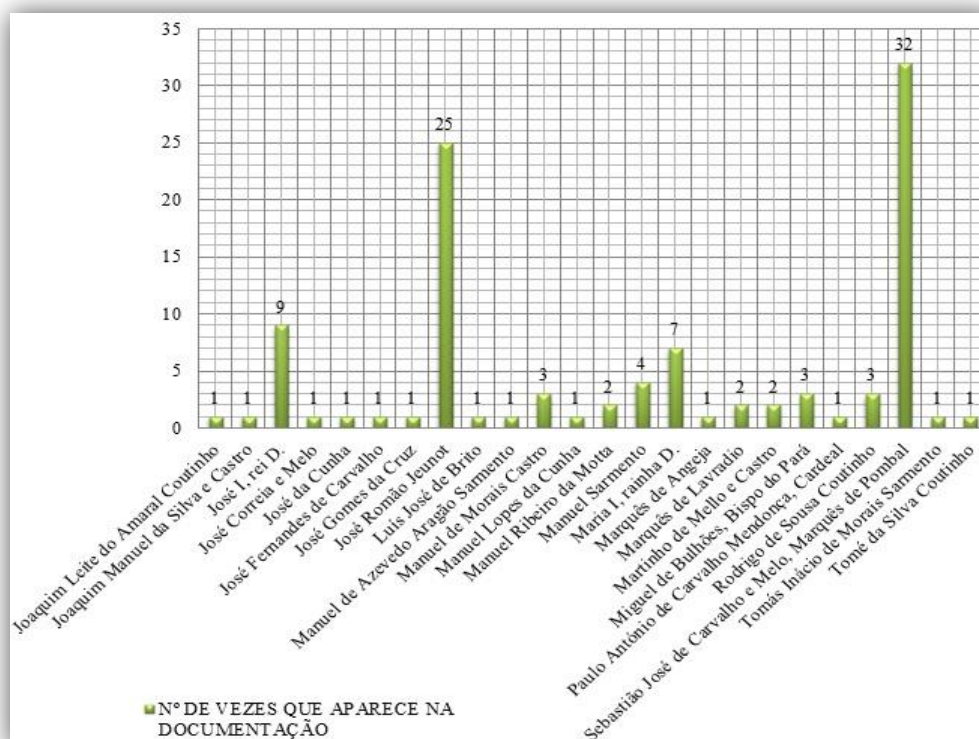


Gráfico 3 – Outros nomes que aparecem na documentação, de Joaquim Leite do Amaral Coutinho a Tomé da Silva Coutinho.

No que concerne à toponímia, elaborámos as tabelas 4 e 5, com os seus respetivos gráficos, em que também podemos analisar o número de vezes que aparecem na documentação e as suas percentagens. A tabela 4 refere-se às localidades mais importantes referidas na documentação, sendo a cidade de São Paulo a que aparece mais vezes, em 86 documentos (27%).

Localidades mais importantes	N.º de documentos em que aparece	Percentagem (%)
Belém do Pará	49	15%
Cametá	3	1%
Guratinguetá	1	1%
Lisboa	75	24%
Madrid	1	1%
Porto	3	1%
Rio de Janeiro	26	8%
Rio Negro	33	10%
Santa Ana de Macapá	4	5%
São José de Macapá	14	5%
São Luís do Maranhão	17	5%
São Paulo	86	27%
Vila da Mocha	6	2%
Vila de Bragança	1	1%
Vila de Parnaguá	2	1%
TOTAL	321	100%

Tabela 4 – Localidades mais importantes que aparecem na documentação.

De acordo com Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (2009), a fundação da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro em 1709, cuja sede era a Vila de São Paulo, elevada à categoria de cidade em 1711, a que se juntou a descoberta de ouro e mais tarde toda a atividade económica à volta da indústria da cana-de-açúcar, com a proliferação de engenhos do açúcar, conferiu uma grande importância a esta cidade, sendo esta a razão para aparecer tantas vezes referida na documentação. Segundo José Damião Rodrigues, “o ouro e também os diamantes marcaram de forma indelével múltiplas dimensões da História e da sociedade portuguesas na primeira metade de Setecentos”, pois “foi em busca das minas que largos contingentes se dirigiram para as áreas de mineração, o que permitiu erguer câmaras e igrejas e rasgar novos horizontes no sertão do Brasil” (2014, p. 236). Lisboa aparece mencionada em 75 documentos (24%), uma vez que muitas cartas eram enviadas da capital do reino para o Brasil, surgindo em alguns casos a menção a Lisboa Ocidental, ou Belém (Lisboa), pois era aí que se encontrava a maior parte do tempo os monarcas portugueses, principalmente no

Palácio da Ajuda. A cidade de Belém do Pará é referida em 49 documentos (15%), devido à já referida presença de Francisco Xavier de Mendonça Furtado nesta cidade, que outrora se chamou Feliz Lusitânia, como governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, entre os anos de 1751 e 1760. A outra cidade deste Estado, São Luís do Maranhão, aparece em 17 documentos (5%) pois o governador do Estado encontrava-se mais vezes em Belém do que em São Luís, assim como o Bispo do Pará, Miguel de Bulhões (aparece mencionado em 3 documentos), que tinha o seu palácio e a Catedral⁷³ nesta cidade do Pará que fez 400 anos de existência no dia 16 de janeiro de 2016. Esta conjuntura fazia com que as cartas oficiais do Estado fossem enviadas maioritariamente de Belém e menos vezes de São Luís do Maranhão. A frequência com que as outras localidades aparecem pode ser consultada na mesma tabela e no gráfico 4.

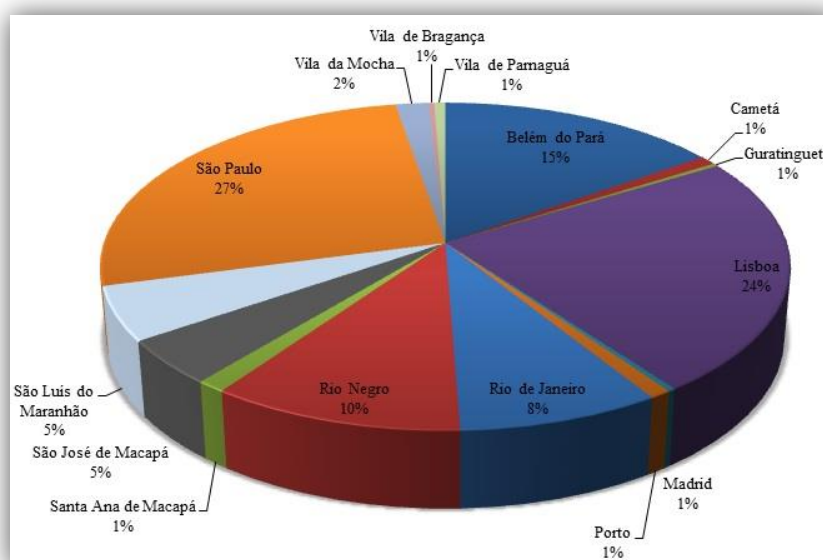


Gráfico 4 – Localidades mais importantes que aparecem na documentação.

Quanto aos Estados e Capitanias (tabela 5 e gráfico 5), verificamos que o Estado do Grão-Pará e Maranhão aparece mencionado em 161 documentos (47%), apesar de existirem mais referências à cidade de São Paulo, do que às cidades de Belém do Pará e São Luís do Maranhão, como vimos atrás. Esta preponderância do Estado do Grão-Pará e Maranhão é explicada porque localidades e regiões como Vila da Mocha, Vila de

⁷³ A construção da Catedral de Belém do Pará terá sido iniciada em 1748 e acabada em 1782. Em 1755 ganhou um novo fôlego, com a direção do arquiteto italiano Giuseppe Landi, ou António José Landi, que veio para o Brasil em 1753, nomeadamente para Belém, como ilustrador de desenho científico na “Expedição Demarcadora dos Territórios Portugueses no Norte do Brasil” e foi ganhando importância até ser designado para desenhar e projetar a catedral, que estava a sofrer alguns atrasos e problemas. Este arquiteto bolonhês desenhou a fachada, tendo acrescentado o frontão e as duas torres.

Parnaguá, Vila de Bragança, Rio Negro, Santa Ana de Macapá, São José de Macapá, entre outras, se situam neste Estado. Para além disso, os documentos possuem muitas vezes no final a menção ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, ou apenas Estado do Pará, como local de produção, não contendo referência ao nome da cidade, vila ou aldeia. A capitania de São Paulo aparece em 79 documentos (24%), a de Minas Gerais em 28 documentos (10%) e a do Rio de Janeiro em 23 documentos (8%). As restantes podem ser consultadas na tabela 5 e no gráfico 5.

Estados e Capitanias	N.º de documentos em que aparece	Percentagem (%)
Bahia	4	2%
Colónia de Cuyabá	1	1%
Colónia de Fecho dos Morros	1	1%
Colónia do Sacramento	2	1%
Goiás	2	1%
Grão-Pará e Maranhão	161	47%
Mato Grosso	6	2%
Minas Gerais	28	10%
Pernambuco	5	2%
Rio de Janeiro	23	8%
Rio Grande	11	4%
São Paulo	79	24%
TOTAL	324	100%

Tabela 5 – Estados e Capitanias que aparecem na documentação.

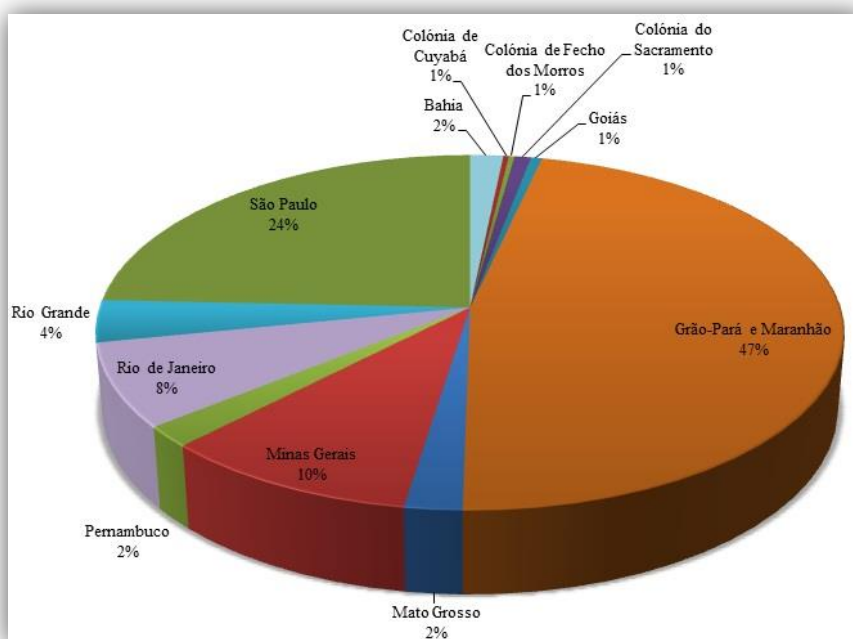


Gráfico 5 – Estados e Capitanias que aparecem na documentação.

As cartas e as outras tipologias documentais contêm diversos assuntos, tal como podemos ver no conjunto documental dos apêndices e anexos. No entanto, considerámos importante elaborar duas tabelas e respetivos gráficos sobre dois temas basilares nesta documentação: os escravos e os índios. A tabela 6 e o gráfico 6 possuem alguns dados sobre a escravatura, nomeadamente assuntos como o transporte de escravos, que aparece em 6 documentos (32%), a venda de escravos, em 5 documentos (26%), o trabalho forçado e as condições árduas, em 4 documentos (21%), a fuga de escravos e a formação de quilombos e mocambos⁷⁴, em 3 documentos (16%) e os conflitos entre portugueses e os escravos, que aparece num documento (5%).

Assuntos relacionados com a escravatura	N.º de documentos em que aparece	Percentagem (%)
Conflitos	1	5%
Fuga	3	16%
Trabalho	4	21%
Transporte	6	32%
Venda	5	26%
TOTAL	19	100%

Tabela 6 – Assuntos relacionados com a escravatura contidos na documentação.

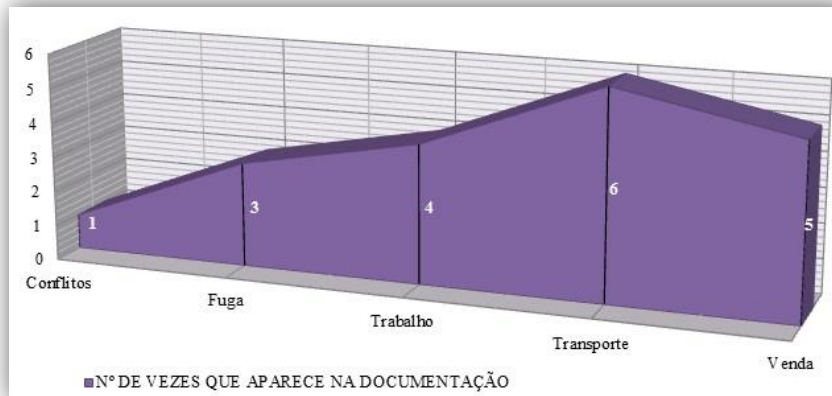


Gráfico 6 – Assuntos relacionados com a escravatura contidos na documentação.

Os assuntos relacionados com os índios, que por vezes aparecem na documentação com a designação de “gentios”, estão patentes na tabela 7 e no gráfico 7. Ao analisarmos estes dados, é fácil deduzir que o assunto mais abundante se refere às relações entre os portugueses e índios, evidentes em 45 documentos (32%). Estas relações têm a ver com os apoios militares dados pelos índios, a condução de canoas

⁷⁴ Os quilombos e os mocambos eram locais onde se refugiavam os escravos e alguns índios que fugiam das roças e dos campos de trabalho portugueses, formando autênticas povoações organizadas de forma hierárquica e armadas, que, por vezes, atacavam as povoações portuguesas causando grandes danos.

que transportavam os portugueses em expedições pela Amazônia, a produção de bens alimentares, casamentos entre portugueses e índias, entre outros assuntos. Outro aspeto de charneira diz respeito à guerra com os índios que não são aliados da Coroa portuguesa, cujo assunto é mencionado em 31 documentos (22%). A questão da legislação indigenista aparece em 13 documentos (9%), sendo um tema muito importante do período pombalino, uma vez que as designadas “Leis de Liberdade dos Índios” tiveram uma grande importância nesta altura, pois em 6 de junho de 1755 o rei D. José I mandou publicar em Bando a Lei de Liberdade dos Índios, que restituía a liberdade aos índios do Grão-Pará e Maranhão e a 7 de junho o Alvará que aboliu o poder temporal de todos os missionários sobre os índios das aldeias. De referir ainda a Lei do Diretório dos Índios, de 1757. Estas determinações régias estenderam-se a todo o Brasil, através do Alvará em forma de Lei apresentado em 8 de maio de 1758. Na tabela 7 podemos encontrar mais assuntos sobre os índios brasileiros, como a questão do cativo forçado, o comércio entre portugueses e índios, a conversão voluntária e forçada, os descimentos de índios das aldeias, a fuga, as missões, os processos⁷⁵, a rebelião e a questão das Tropas de Resgates⁷⁶.

Assuntos relacionados com índios	N.º de documentos em que aparece	Percentagem (%)
Cativos	9	6%
Comércio	4	3%
Conversão	7	5%
Descimentos	9	6%
Fuga	5	4%
Guerra	31	22%
Legislação indigenista	13	9%
Missões	10	7%

⁷⁵ Nos documentos n.º 155 (cota PBA. 642//42) e n.º 158 (cota PBA. 642//45) podemos encontrar um processo que uma índia chamada Francisca moveu contra uma senhora portuguesa chamada D. Ana da Fonte, acusando-a de a ter escravizado de forma ilegal. É um processo importante para quem pretende estudar aspetos relacionados com a legislação indigenista, pois é um processo bastante extenso e completo, com o arrolamento de testemunhas das mais variadas classes, a favor e contra a índia, sendo que no final a sua “dona” perde o processo e é obrigada a libertar a índia e indemnizá-la.

⁷⁶ As Tropas de Resgates terão sido criadas por missionários no final do séc. XVII, para impedir que os índios capturados por outras tribos inimigas fossem mortos e utilizados em rituais de antropofagia, redistribuindo-os para o serviço da Coroa portuguesa e da Igreja, através de uma carta régia de 28 de abril de 1688. As Tropas de Resgates subiam os rios da Amazônia com oficiais, soldados e padres, em canoas, para “resgatar” estes índios. Aos poucos, esta atividade transformou-se num intenso comércio de escravos índios, em que as Tropas de Regates atacavam aldeias pacíficas de índios, inclusive missões católicas, para forjar guerras entre tribos e assim comprar e “resgatar” os índios capturados. Apenas em 1757, com a apresentação do Diretório dos Índios, estas atividades foram consideradas ilegais, apesar de terem continuado até ao início do século XX, com o chamado “Ciclo da Borracha”, bem patente na paradigmática obra de Ferreira de Castro, *A Selva*.

Processos	2	1%
Rebelião	3	2%
Relações entre portugueses e índios	45	32%
Tropa de Resgates	4	3%
TOTAL	142	100%

Tabela 7 – Assuntos relacionados com índios que estão contidos na documentação.

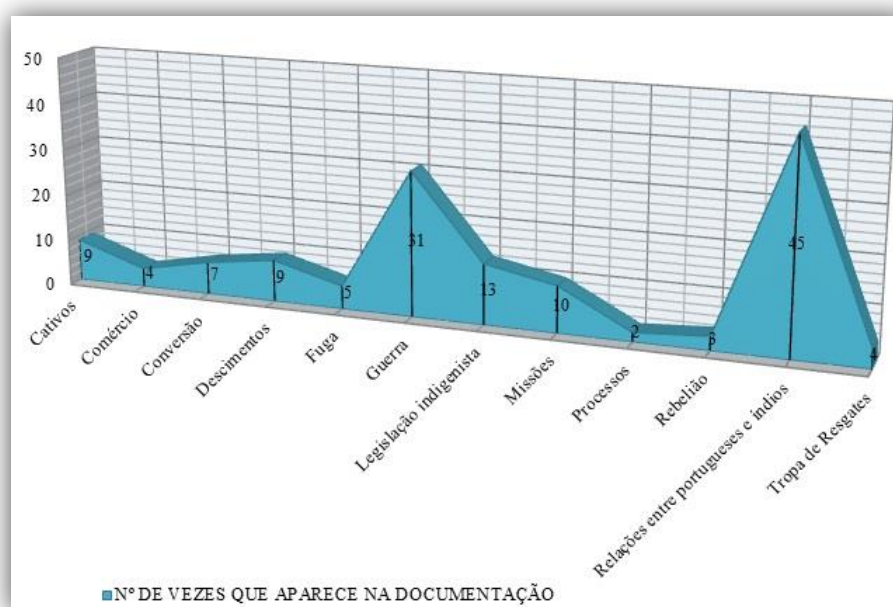


Gráfico 7 – Assuntos relacionados com índios que estão contidos na documentação.

Com base neste levantamento, encontramos na Coleção Pombalina muita documentação sobre marcantes figuras de Estado, como por exemplo Diogo de Mendonça Corte-Real, secretário de Estado de D. João V, para além de outras referidas atrás. A informação contida na Coleção Pombalina é importante e relevante, pois confere dados inéditos sobre Diogo de Mendonça Corte-Real (ver figura 16), referentes ao seu papel de secretário de Estado e não só, pois encontramos cartas de teor mais pessoal e intimista. No entanto, para acrescentar mais valor a esta documentação e às nossas descrições catalográficas, podemos cruzar as informações contidas na Coleção Pombalina com o levantamento exaustivo que o Arquivo Nacional da Torre do Tombo tem feito sobre Diogo de Mendonça Corte-Real, dado que possuem 19 maços de documentação sob a designação “Papéis de Diogo de Mendonça Corte-Real”⁷⁷, que estão integrados no fundo “Conselho de Guerra”⁷⁸.

⁷⁷ <<http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4411684>>

⁷⁸ <<http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4411624>>

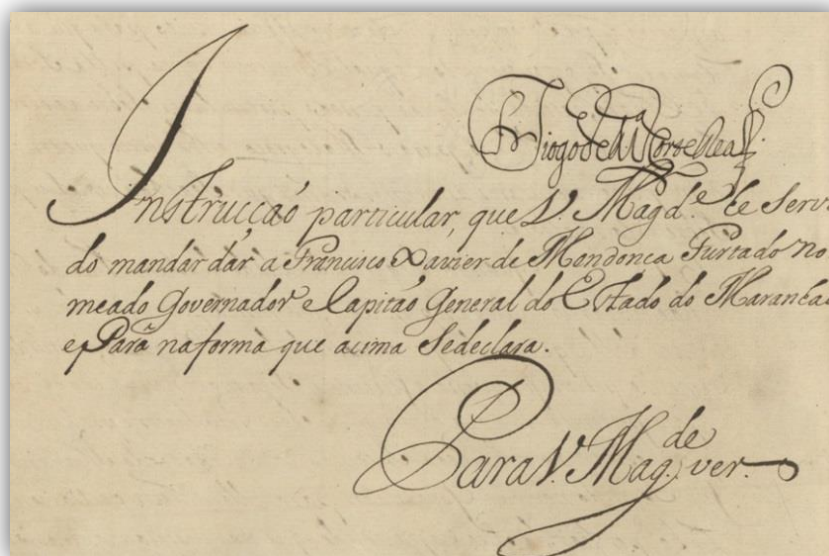


Figura 16 – Assinatura original de Diogo de Mendonça Corte-Real, secretário de Estado da Marinha e dos Negócios Ultramarinos e antigo secretário de Estado de D. João V. Refere-se ao documento n.º 95, com a cota PBA. 626//4. Fonte: <<http://purl.pt/27088/1/index.html#/230-231/html>>

Encontramos cartas e outros documentos sobre a importante questão do Tratado de Limites⁷⁹ no Brasil que, de acordo com José Damião Rodrigues, no que se refere ao Estado do Grão-Pará e Maranhão “coube a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, meio-irmão do Secretário de Estado e a quem tinha sido confiado o governo do território com o cargo de governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, assumir a direção do processo” (2015, p. 7), reforçando o papel de destaque de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, atestado pela documentação estudada na Coleção Pombalina. Também encontramos informações acerca do estabelecimento da Companhia do Grão-Pará, a declaração ou Lei da Liberdade dos índios da América e outros aspetos importantes do período referente ao governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, que mais tarde foi Conde de Oeiras (1759) e Marquês de Pombal (1770), com informações antes e pós-terramoto de 1755. Verificamos e atestamos nestes documentos que todos estes atos do Marquês de Pombal o levaram ao intenso conflito com os Padres da Companhia de Jesus, também conhecidos como Jesuítas, e que praticamente toda a sua administração se orientou de acordo com a ideia, sobreposta a quase tudo o que dizia respeito ao reino, de vencer os Jesuítas, expulsando-os de todos

⁷⁹ O estabelecimento do Tratado de Limites no Brasil entre Portugal e Espanha, durante o ano de 1750, tinha como objetivo regular as fronteiras que existiam entre os dois reinos ibéricos. Esta questão era muito sensível, tendo servido de pretexto para graves confrontos nas zonas de assentamento dos Jesuítas junto das comunidades de índios que habitavam o sul do Brasil. O filme *The Mission* (1986), de Roland Joffé, com Robert de Niro, Jeremy Irons e Liam Neeson, retrata o que ocorreu nesse período.

os domínios do reino de Portugal e, assim, destruí-los. Efetivamente, os Jesuítas revelaram-se adversários temíveis não apenas para o Marquês de Pombal, mas também para o seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, tendo ocorrido campanhas militares para derrotar as missões dos Padres da Companhia, principalmente na fronteira sul do Brasil. No que toca à Amazónia e às capitanias envolventes, “onde as missões entraram em choque direto com o irmão de Pombal, a oposição à política colonial também acabou por ser desastrosa para os missionários” (MAXWELL, 2015, p. 116), como conseguimos apurar nos códices estudados. Concomitantemente, “no meio destas lutas, deu-se o terramoto de Lisboa. A forma decidida como Pombal enfrentou a crise serviu para o catapultar para uma posição de poder praticamente absoluto e permitiu-lhe levar a cabo a reconstrução radical da cidade” (2015, p. 116). Todas estas conjunturas podem ser observadas na documentação estudada, nomeadamente as consequências que o sismo de 1755 teve, não apenas para o reino, mas também para as capitanias do Brasil e, claro, África e Ásia. Encontramos ainda diversas cartas originais do Marquês de Pombal com a sua assinatura, tal como referimos atrás (ver figuras 3 e 4).

Capítulo 7 – O acesso à informação referente ao Brasil na Coleção Pombalina

Tal como referimos na introdução deste relatório de estágio, a ideia de partir para esta temática resultou de um projeto do IC que teve como tema as “Celebrações dos 400 anos da Fundação de Belém do Pará”. Apesar de o projeto fazer menção apenas à fundação da capital do Pará e à sua história ao longo destes 400 anos, considerámos que um estudo mais alargado ao Brasil, com enfoque numa coleção tão importante como a Pombalina poderia ser um bom tema para o Mestrado, com a possibilidade de apresentar resultados inéditos e úteis, tanto para a BNP como para os seus utilizadores, conjugando a área de História com a das Ciências da Documentação e Informação.

Este relatório é independente do projeto do IC, mas está intimamente ligado, pois algum do material que recolhemos para Belém do Pará está incluído no relatório, tendo sido catalogado na base de dados da biblioteca. Assim, qualquer evento relacionado com o projeto do IC deve ser destacado neste relatório, pois refere-se às questões relacionadas com a promoção da Coleção Pombalina e da temática Brasil, como exposições, ciclos de conferências, artigos publicados, etc. O projeto foi constituído por duas componentes:

A) Projeto Monumenta: Documentos Inéditos ou Raros sobre Belém do Pará: consiste na publicação de uma "*MONUMENTA - Documentos Inéditos ou Raros Sobre Belém do Pará* " (volume estimado em cerca de 300 páginas, sob a coordenação científica da Prof. Doutora Maria Adelina Amorim) resultante da recolha documental sobre a cidade de Santa Maria de Belém do Pará, e materiais correlativos (recolha, leitura, seleção, digitalização, transcrição paleográfica, fixação textual e estudos introdutórios).

B) Exposições e mostras documentais e iconográficas sobre Belém do Pará: realizadas a partir dos documentos escritos, iconográficos, cartográficos, registos, gravuras, epistolografia, etc., existentes nas principais instituições portuguesas. Estas exposições irão decorrer na BNP, na Biblioteca Pública de Évora e na Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, não estando colocada de parte a possibilidade de expormos no ANTT. A exposição na BNP já está agendada e irá decorrer de setembro de 2016 a janeiro de 2017, em simultâneo com um Ciclo de Conferências sobre a temática de Belém do Pará e que acompanhará o período contemplado para a exposição.

Estas duas componentes são muito importantes para a divulgação da Coleção Pombalina da BNP, do projeto do IC e também da nossa investigação e trabalho realizado para o estágio curricular de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação.

Outra forma de divulgação e de acesso à informação referente ao Brasil na Coleção Pombalina consiste na digitalização dos três códices, que foi um dos pontos que considerámos mais importantes e essenciais quando discutimos o nosso projeto de trabalho com os responsáveis da BNP logo no início, em novembro de 2015. Já referimos atrás esta questão, mas importa voltar a realçar que à data de entrega do relatório, os códices PBA. 625 e PBA. 642 ainda estavam a ser digitalizados, sendo que apenas o PBA. 626⁸⁰ ficou digitalizado a tempo e disponível *online* na BND.

Apesar de termos referido a Biblioteca Nacional Digital no capítulo 2, consideramos que devemos incluí-la neste capítulo, uma vez que é de grande importância para as questões relacionadas com a informatização/web referentes à divulgação da temática Brasil, para além de ser sobre uma Coleção da BNP. De acordo com as informações recolhidas no seu *site online*, entre os anos de 2009 e 2012, a BND registou uma média de 7 milhões de visitas por ano, que corresponde a cerca de 600.000 por mês e 20.000 por dia (ver tabela 8). Ao analisarmos a proveniência geográfica dos visitantes entre 2009 e 2012, não podemos ficar indiferentes à estatística, pois 36% são oriundos do Brasil, o que são números deveras significativos (ver gráfico 8). Quanto às origens do tráfego, percebemos que a maioria teve origem no Google e cerca de 30 % dos visitantes recorreram às ligações através do Portal da BNP, ou marcando os endereços de forma direta no *browser* (ver gráfico 9). No que respeita aos manuscritos da coleção de Reservados digitalizados e presentes a BND, verificamos que a maioria refere-se a documentos do século XVIII (ver gráfico 10), que corresponde também ao século mais representativo da Coleção Pombalina.

Anos	N.º total de visitas	Média mensal	Média diária
2009	7.381.479	615.123	20.223
2010	7.339.989	611.666	20.110
2011	7.995.117	666.260	21.904
2012	7.249.901	604.158	19.863
MÉDIA 2009-2012	7.491.622	624.302	20.525

Tabela 8 – Visitas anuais aos objetos disponíveis na BND, entre os anos de 2009 e 2012. Fonte:

<<http://purl.pt/resources/AcessosBND.pdf>>

⁸⁰ O códice com a cota PBA. 626 está disponível no seguinte link: <<http://purl.pt/27088>>

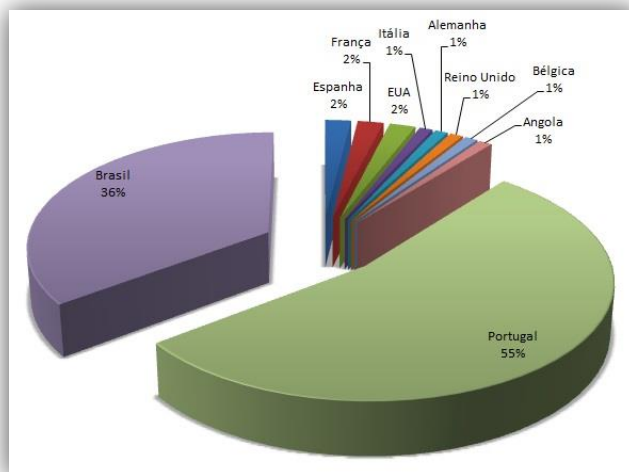


Gráfico 8 – Proveniência geográfica dos visitantes da BND, entre os anos de 2009 e 2012. Fonte: <http://purl.pt/resources/AcessosBND.pdf>

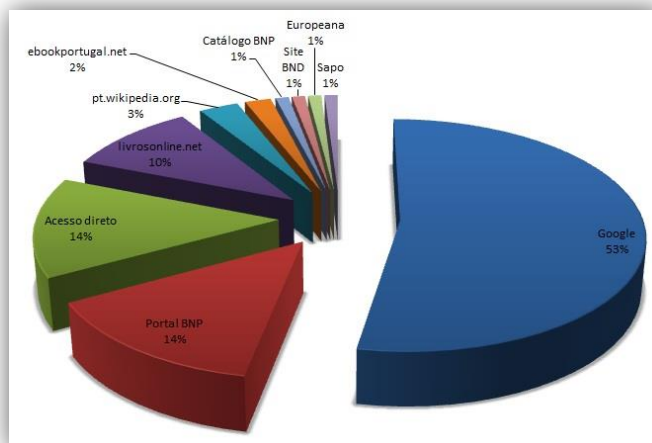


Gráfico 9 – Origens do tráfego na BND, entre os anos de 2009 e 2012. Fonte: <http://purl.pt/resources/AcessosBND.pdf>

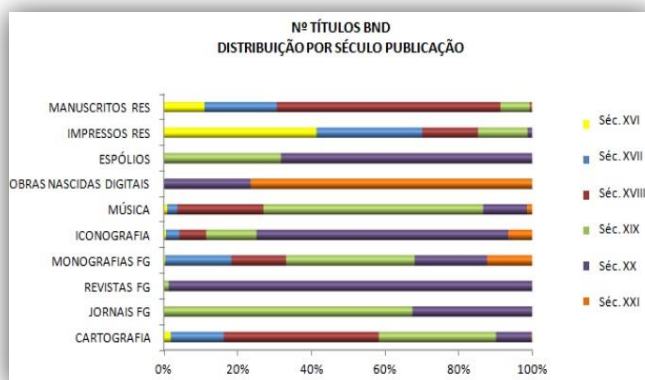


Gráfico 10 – Número de títulos BND por data e coleção, até ao mês de Dezembro de 2012. Fonte: <http://purl.pt/resources/ConteudosBND.pdf>

Ainda no que concerne às questões sobre a informatização/web, no dia 10 de maio de 2016 ocorreu o lançamento da Biblioteca Digital Luso-Brasileira⁸¹, que constitui uma das mais importantes e úteis ferramentas para quem pretende estudar a História de Portugal e Brasil. Esta iniciativa luso-brasileira resultou de uma parceria entre a Biblioteca Nacional de Portugal e a Biblioteca Nacional do Brasil, tendo como objetivo principal a disponibilização, através de um único ponto de acesso, dos acervos documentais das instituições envolvidas, com destaque para as bibliotecas nacionais destes dois países. Pretendeu-se aprofundar de uma forma mais profícua e produtiva as relações culturais entre os dois países, através desta base de dados que contém diversa documentação manuscrita e impressa do século XVI ao século XVIII e que preserva a memória da expansão marítima portuguesa e da chegada dos primeiros portugueses ao Brasil.

Para além dos acervos digitais que são disponibilizados pelas duas instituições e dos repositórios digitais nacionais que ambas gerem, RNOD e Rede Memória Virtual Brasileira, de Portugal e Brasil, respetivamente, também podemos encontrar na Biblioteca Digital Luso-Brasileira muita documentação pertencente ao Arquivo Histórico Ultramarino, nomeadamente manuscritos dos séculos XVI, XVII e XVIII, que foram levantados aquando do Conhecido Projeto Resgate Barão do Rio Branco, a que já fizemos menção atrás. Neste levantamento podemos encontrar documentação bastante diversificada, com destaque para a que está relacionada com a vida privada e pública de pessoas das mais variadas nacionalidades, não apenas portugueses, que habitavam nas 18 capitanias existentes no Brasil do período colonial e que atualmente correspondem aos 22 Estados brasileiros.

Apesar de ter o seu enfoque nos registos dos arquivos digitais, este portal também vai disponibilizando os conteúdos textuais que foram criados para contextualizar as coleções digitais existentes.

Importa realçar que esta iniciativa teve como princípio fundamental a partilha de recursos e a convergência de esforços, para uma maior e mais eficaz difusão cultural, posicionando-se juntamente com outras iniciativas amplamente conhecidas e difundidas, de carácter colaborativo plurinacional, como por exemplo a Europeia⁸² e a Biblioteca Digital Mundial⁸³. Um dos objetivos principais desta iniciativa é alarga-la a

⁸¹ Link da Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <<http://bdlb.bn.br/>>

⁸² Link da Europeia: <<http://www.europeana.eu/portal/>>

⁸³ Link da Biblioteca Digital Mundial: <<https://www.wdl.org/pt/>>

outros países de língua portuguesa, sendo que o próximo a avançar para a inclusão neste portal deverá ser Moçambique.

No dia em que ocorreu o lançamento da Biblioteca Nacional Luso-Brasileira, a BNP deu grande destaque na sua página oficial, tal como podemos ver na figura 17, que corresponde ao dia 10 de maio de 2016, assim como as entidades brasileiras que também se encarregaram de transmitir esta iniciativa (figura 18), nomeadamente a Fundação Biblioteca Nacional do Ministério da Cultura do Brasil. A Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas também difundiu a iniciativa através da sua página oficial e das redes sociais, nomeadamente o Facebook, como podemos ver na figura 19.



Figura 17 – Aspeto da página principal da BNP no dia 10 de maio de 2016, mencionando a iniciativa do lançamento da Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Fonte: <<http://www.bnportugal.pt/>>



Figura 18 - Aspeto da página principal do Portal do Governo Brasileiro no dia 10 de maio de 2016, dando grande destaque à iniciativa do lançamento da Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Fonte: <<https://www.bn.br/>>



Figura 19 - Aspeto da página do Facebook da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas no dia 10 de maio de 2016, dando grande destaque à iniciativa do lançamento da Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Fonte: <<https://www.facebook.com>>

Para além da BNP e da Biblioteca Nacional do Brasil, esta notícia foi amplamente noticiada⁸⁴ pelas redes sociais e por toda a internet, sendo muito importante para os estudos e as relações entre Portugal e o Brasil.

Apesar de alguns códices da Coleção Pombalina que tratam da temática Brasil estarem digitalizados na base de dados da BNP e, conseqüentemente, na base de dados da Biblioteca Nacional Luso-Brasileira, a documentação que estamos a trabalhar da Coleção Pombalina ainda não está presente neste acervo digital, pelo menos à data de entrega do relatório, apesar de estarmos a encetar esforços nesse sentido, uma vez que pelo menos o PBA. 626 já está digitalizado, como vimos. Com o tempo serão todos digitalizados pelo Serviço de Desenvolvimento de Coleções Especiais da BNP e disponibilizados aos leitores e investigadores interessados, esperando que os outros códices fiquem disponíveis o mais depressa possível, com o máximo de qualidade pois contêm muita informação relevante para quem pretende utilizar a Coleção Pombalina e ter o Brasil como objeto de estudo.

Incluímos ainda uma exposição⁸⁵ que decorreu na Biblioteca Nacional do Brasil durante o mês de abril de 2016, que reuniu diversos documentos importantes do acervo

⁸⁴ Esta notícia foi muito difundida pelas redes sociais e em diversos sites, como podemos ver no *link*: <<http://www.mundolusiada.com.br/cultura/brasil-e-portugal-lancam-acervo-online-de-bibliotecas-nacionais/>>

desta instituição sobre a cidade de Belém do Pará, desde a sua fundação em 12 de janeiro de 1616, quando era designada de Feliz Lusitânia até à atualidade, com o nome de Belém do Pará. Esta exposição tem alguma relevância, tanto para o projeto do IC em que estivemos incluídos, como para este relatório de estágio e também para um futuro projecto de Doutoramento, dado que foram expostos e colocados *online* alguns dos documentos mais importantes do acervo da Biblioteca Nacional do Brasil sobre Belém do Pará e o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Dada a sua importância para o nosso trabalho, importa explicar de uma forma resumida a história desta cidade brasileira. Foi fundada no dia 12 de janeiro de 1616, após o desembarque na foz do Rio Guajará do capitão-mor de Rio Grande do Norte, Francisco Caldeira Castelo Branco, juntamente com as suas tropas. Uma vez que era um ponto estratégico importante para a região da Amazónia foi erguido o Forte do Presépio, que, paulatinamente, viu nascer à sua volta uma povoação que se foi tornando cada vez maior e mais significativa. No início foi batizada de Feliz Lusitânia, passando depois a chamar-se de Santa Maria do Grão-Pará, mais tarde Santa Maria de Belém do Grão-Pará e, finalmente, Belém do Pará.

Graças às Drogas do Sertão, já referidas atrás, a cidade foi crescendo e adquirindo cada vez mais importância, tendo sido o ponto de partida do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira na sua famosa *Viagem Filosófica*. Esta cidade tem um grande peso na história do Brasil, pois os seus governantes só reconheceram a independência do Brasil, um anos depois da sua proclamação, em virtude da sua população preferir continuar ligada a Portugal. Esta conjuntura, associada ao profundo contraste social, provocou uma revolta entre os anos de 1835 e 1840, também conhecida como “Cabanagem”, em que a população de Belém do Pará tomou a cidade e instaurou um governo próprio, tendo provocado um autêntico banho de sangue e a morte de milhares de pessoas. Entre os anos de 1879 e 1912, durante o “Ciclo da Borracha”, bem presente em obras de escritores consagrados, como o português Ferreira de Castro em *A Selva*, Belém do Pará teve um grande crescimento económico, social e cultural, com a construção de locais tão distintos como o Cinema Olympia e o Teatro da Paz, passando a ser conhecida como a “Metrópole da Amazónia”.

⁸⁵ *Link* da exposição: <<http://www.bn.br/acontece/exposicoes/2016/04/metropole-amazonia-400-anos-belem>>

Conclusão

Tal como referimos no capítulo da metodologia, a conclusão permite a outros investigadores ficar com uma ideia mais clara e precisa do conteúdo do nosso trabalho, sabendo se a leitura e consulta do mesmo tem interesse para os seus estudos. Assim, uma boa forma de concluir o relatório de estágio é começar a conclusão com a pergunta de partida: qual a relevância da Coleção Pombalina da BNP para o estudo do tema Brasil? A partir desta pergunta colocámos ainda outras, como por exemplo, de que modo pode a documentação ser descrita de forma a promover o acesso à mesma e aumentar a sua relevância?

Consideramos que esta coleção é de grande importância para o estudo do tema Brasil, devido ao seu conteúdo diversificado e ao tipo de informação que conseguimos extrair dos documentos, uma vez que foi compilada e reunida em 758 códices, primeiramente pelo Marquês de Pombal e depois pelos seus descendentes, contendo informação inédita e única sobre as atividades dos membros da família de Sebastião José de Carvalho e Melo, com especial enfoque para o seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

No entanto, o principal objetivo do relatório de estágio consistiu em dar a conhecer e divulgar o tema Brasil na Coleção Pombalina da BNP, através do estudo de três códices, que considerámos mais pertinentes para representar esta coleção, devido à variedade de tipologias documentais encontradas. Ao mesmo tempo, julgamos que conseguimos melhorar de forma significativa as nossas competências em relação à catalogação de documentos manuscritos, que, apesar de não ser propriamente livro antigo, tivemos que aplicar a metodologia que melhor se adequa a este tipo de documentos, que é a de livro antigo. Contatámos com uma realidade que desconhecíamos, com profissionais altamente especializados, que nos incutiram de forma exemplar o sentido de dever e a responsabilidade de trabalhar, apesar de ser um estágio, para uma instituição tão importante como é a BNP. Os ensinamentos foram muitos e proveitosos, pois nunca havíamos catalogado documentos de coleções especiais de reservados, apesar de termos trabalhado durante dois anos num projeto de investigação entre a Cátedra de Estudos Sefarditas “Alberto Benveniste” da FLUL e o ARTIS/Instituto de História da Arte da FLUL intitulado *Illuminura Hebraica em Portugal durante o Século XV*, patrocinado pela FCT, em que tivemos o primeiro contacto com o Serviço de Coleções de Reservados/Área de Manuscritos.

Com este estágio, pensamos que podemos ter dado um pequeno contributo a este serviço da BNP, de forma a ter um funcionamento ainda mais eficaz, apesar de sabermos que recebemos mais do que aquilo que demos. Consideramos que, com as nossas descrições bibliográficas e sugestões (expressas nos apêndices e anexos), conseguimos promover e melhorar o acesso a esta documentação de forma a aumentar a sua relevância. Houve sempre uma comunicação e uma entreajuda constantes, não apenas nos Reservados, mas também com outras divisões da BNP, como nas digitalizações, nos impressos, arquivo, música, cartografia, etc. Este foi um trabalho em equipa e não individual, pois a combinação de competências entre vários serviços permitiu a deteção de três erros nas nossas descrições, numa fase inicial do estágio. Por inexperiência da nossa parte, omitimos três cartas com a cota PBA. 625 que, ao serem digitalizadas, foram detetadas pelo Serviço de Desenvolvimento de Coleções Digitais que colocou os códigos na BND. Se não fosse este trabalho em equipa, de permanente diálogo, mesmo com uma grande falta de recursos humanos, tão característica das instituições públicas atuais, as cotas com os expoentes estariam mal atribuídas, o que poderia induzir em erro os investigadores e todas as outras pessoas que consultassem as obras, já para não falar na má imagem com que a BNP poderia ficar graças ao nosso erro. Daí que devemos ter sempre muito cuidado quando elaboramos as descrições catalográficas, pois a partir do momento em que gravamos os registos, passam a ficar automaticamente *online*, o que acarreta uma grande responsabilidade, tanto para nós como para a BNP, que confiou no nosso trabalho e nos deu a oportunidade de estagiar num dos seus serviços.

Apesar de termos terminado o estágio continuamos a trabalhar os outros 755 códigos, de forma a antecipar uma futura candidatura ao Doutoramento, sendo este relatório de estágio um projeto de base, com vista a outro mais elaborado, abrangente e ambicioso, em que se pretende fazer o levantamento total do tema Brasil na Coleção Pombalina, para além de reunir toda a informação relativa a esta temática que se encontra dispersa em outras instituições, como vimos no capítulo 3. Daí a pertinência deste nosso trabalho para um futuro projeto e também para outros investigadores que pretendam utilizar e conhecer melhor esta coleção da BNP.

Este estudo também pretende dar a conhecer um pouco mais o papel que o Marquês de Pombal desempenhou na nossa história. Apesar de tudo, deve ser considerado muito mais que um estadista, um homem do seu tempo como tantos outros, devendo ser estudado de forma séria, assim como a sociedade, as classes e as

instituições, tal como verificámos na documentação presente na Coleção Pombalina, pois importa ter uma visão larga da história e das suas continuidades.

Conseguimos detetar inúmeros erros e omissões no inventário de José António Moniz (1889), que tem vindo a ser utilizado como o principal catálogo desta coleção, tendo sido usado muitas vezes para a sua catalogação, com descrições erradas e prejudiciais ao público-alvo que estuda esta documentação que é constituído maioritariamente por investigadores e professores. Encontrámos e registámos novos elementos para a compreensão da história conjunta entre o Brasil e Portugal, que poderão ser encontrados neste estudo, com uma análise mais aprofundada dos manuscritos, ultrapassando as deficiências do inventário, particularmente nos seus índices. Estas omissões de José António Moniz são muito prejudiciais para os utilizadores, uma vez que, de entre os 331 documentos descritos e catalogados, percebemos que 243 não são mencionados no referido inventário, isto é, 73% dos documentos estão em falta no principal catálogo da Coleção Pombalina. Uma vez que muitos utilizadores utilizam este catálogo para encetar as suas pesquisas, é importante e urgente atualizá-lo, com uma edição nova e revista em que se devem incluir todos os documentos dos 758 códices, não apenas sobre o Brasil, mas tudo o que está contido.

Importa referir que a principal razão para a escolha de apenas três códices ou miscelâneas se deveu principalmente ao reduzido tempo de que dispusemos para realizar esta imensa tarefa, nomeadamente ao nível do levantamento documental, transcrição e catalogação. O tempo que tivemos para encetar esta tarefa foi uma das principais limitações e um dos grandes obstáculos que encontrámos ao longo do nosso percurso enquanto estagiários.

Uma vez que detetámos muitos documentos em mau estado de conservação, podemos afirmar que um futuro restauro dos documentos contidos na Coleção Pombalina, que consideramos fundamental em algumas cartas, deve ter como objetivo principal devolver-lhe a sua utilidade e o seu estado completo, mantendo e preservando o seu conteúdo e as suas principais características, que lhe conferem a sua autenticidade e valor, como exemplar único e insubstituível. O restauro deve ser realizado em casos de exceção, muito especiais, de forma a possibilitar a sua reutilização para os mais variados fins, sem adulteração do seu conteúdo e do seu valor histórico, respeitando determinados princípios estipulados pelas entidades responsáveis, que devem estar bem definidos nas políticas de cada organização, como vimos nos capítulos 2 e 6.

A falta de cuidado e um tratamento ineficaz ou insuficiente durante o tempo de existência do documento é facilmente identificada quando encontramos o papel repleto de sujidade, rasgado, desgastado, com manchas de acidez ou marcas de destruição provocadas por insetos. Todavia, também devemos ter em conta a possibilidade de ocorrência de outras situações nefastas para a documentação como desastres naturais incêndios, acidentes, entre outros, em que, se houver uma política de preservação eficiente e bem organizada, com uma boa capacidade de resposta, que implique uma intervenção rápida, pode impedir a destruição dos documentos de forma irreversível.

Desta forma, tanto a política de preservação da BNP, como as práticas de conservação precisam de estar incluídas nas suas preocupações mais urgentes, uma vez que podem contribuir para que não ocorra a deterioração dos documentos em papel e o desaparecimento irrecuperável de informação. Apesar dos problemas identificados na documentação da Coleção Pombalina, alguns deles bem graves, o restauro deve ser a última medida, sendo aplicado apenas se não existir outra alternativa e se for mesmo necessário para salvar o documento da destruição total ou parcial. A sua execução deve ocorrer de forma ténue e quase impercetível, para que possa ser facilmente identificável. Também deve ser feita de modo a que o processo possa ser revertido sem que ocorra perda de informação. O restauro é uma arte que obedece a princípios muito rigorosos e restritos, que devem ser aplicados por técnicos e oficinas altamente especializados, com os melhores meios e recursos apropriados a um procedimento tão complexo e delicado. Estes técnicos devem estar muito bem informados e atualizados e devem ter, acima de tudo, grande respeito pelos documentos que estão a recuperar.

Importa mencionar os objetivos que a BNP se propõe alcançar para os anos de 2015 a 2020, de acordo com o seu Plano Estratégico, referido no Capítulo 4: Pretende atualizar as suas competências centrais, nas áreas da biblioteconomia e da tecnologia, completando a tradução base do código RDA, assim como atualizar a tradução das normas FRBR; melhorar o conhecimento das suas coleções patrimoniais, juntamente com os respetivos pontos de acesso, mapeando as coleções que ainda não se encontram informatizadas; estabelecer novas parcerias e colaborações em projetos; solidificar uma política eficaz e consistente referente à disponibilização de dados em *Open Access*; definir novas estratégias e executar parcerias com o intuito de promover a reutilização dos conteúdos presentes na BND; procurar e desenvolver a sustentabilidade, estudando e implementando medidas que visem soluções eficazes de preservação digital; aumentar a produção interna de digitalizações; reabilitar o edifício da BNP e reforçar a segurança.

No entanto, apesar destas propostas patentes no Plano Estratégico, principalmente as que se referem à digitalização dos materiais que trabalhamos, verificámos ao longo do nosso estágio que a realidade por vezes pode ser bem diferente da esperada. Efetivamente, existe um grande esforço para melhorar as condições, recorrendo de forma relativamente frequente à digitalização através de recursos externos, pois o seu custo é bastante mais baixo. Contudo, estas alternativas nem sempre funcionam, pois existem sempre forças de bloqueio a travar o processo, uma vez que não existe financiamento público, logo não é possível realizar projetos de digitalização em massa dos documentos, verificando-se apenas a digitalização de alguns materiais de forma algo irregular. Verificámos também que, apesar de existir um elevado número de acessos *online* aos conteúdos existentes (ver capítulo 7), a BNP denota uma afluente incapacidade de investir em novos instrumentos de trabalho, de forma a poder acompanhar a intensa inovação tecnológica que existe nesta área. Ao mesmo tempo, salientamos as dificuldades que a BNP tem na manutenção e no crescimento de infra-estruturas apropriadas relacionadas com o arquivo digital, revelando ainda uma clara inaptidão para implementar uma estratégia de preservação digital, bem evidente na sua página sobre a preservação e conservação que contém a informação de “página em construção” há mais tempo do que o desejado.

Todavia, devemos salientar que a BNP possui uma vasta experiência no que diz respeito à adaptação das regras de catalogação, assim como uma grande prática no desenvolvimento da catalogação de manuscritos. Com o tempo tem tido o objetivo de atualizar-se seguindo as várias normas internacionais, como a AACR2 até aos atuais novos conceitos da norma RDA. Tem vindo a revelar um trabalho evolutivo de normalização estrutural que tem apresentado alguns progressos, através do estabelecimento de diretrizes ou *guidelines* de catalogação que incluem diferentes níveis de descrição e de pontos de acesso apropriados para cada caso ou tipo de coleção. Verificámos ao longo do nosso estágio no *back office* da Divisão de Serviços de Coleções Especiais/Serviço de Coleções de Reservados/Área de Manuscritos que este esforço tem contribuído também de forma importante para a divulgação das coleções de manuscritos através do catálogo *online* da BNP, que começou a ser desenvolvido em 1987, e para a publicação de catálogos temáticos e especiais, de acordo com as prioridades de divulgação e publicação da BNP.

Apesar de termos recorrido ao formato UNIMARC para a catalogação de manuscritos, existem outras alternativas a este formato, que já são utilizadas noutras

bibliotecas e instituições internacionais de relevo, como por exemplo a Biblioteca Nacional Brasileira, que utiliza o *Dublin Core Metadata Initiative* (DCMI). Corresponde a um esquema de *metadata* que pretende promover a adoção de determinados padrões relacionados com a interoperabilidade de *metadata*, ou metadados, de forma a elaborar vocabulários específicos e especializados com o intuito de descrever recursos e fontes da *Web* no sentido de que os sistemas de pesquisa e de recuperação dessa informação sejam rápidos, eficazes e flexíveis. O DCMI tem aplicações que utilizam o RDF e o XML e pode ser uma alternativa ao UNIMARC, pois permite uma maior interoperabilidade com outros *software*, uma vez que o UNIMARC, no caso da BNP, apenas permite exportar os registos em ISO 2709 e em MarcXchange, mas esta conjuntura obrigaria a uma profunda reestruturação por parte da BNP, o que não se perfila como viável nos próximos tempos, principalmente com a falta de recursos financeiros e os constantes cortes orçamentais que a BNP e todas as outras instituições públicas portuguesas têm vindo a sofrer.

No entanto, apesar desta necessidade de atualização e adaptação constante, pela nossa experiência de poucos meses de estágio, a BNP mostrou que o processo e os resultados de adaptação da UNIMARC no que concerne à catalogação automática de manuscritos tem sido algo inovador e pioneiro por parte da biblioteca.

Assim, verificámos que o UNIMARC constitui-se, principalmente, como um formato de troca, tendo como propósito permitir suportar os dados que foram criados originariamente por outras entidades e sistemas que usam diferentes tipos de formatos. Pode ter sucedido que esses mesmos dados tenham sido registados na sua origem em conformidade com os princípios que foram estabelecidos pelos mais variados códigos de catalogação existentes, o que implica que nem sempre podemos ordenar de forma exata os dados no registo UNIMARC ou elaborar uma lista com os elementos de dados que precisam de estar num registo UNIMARC. Porém, os registos bibliográficos, que são produzidos pelas mais diversas entidades, apresentam muitos aspetos em comum, uma vez que existem diversas zonas em que as práticas são similares. Uma dessas partes diz respeito à parte descritiva do registo para a qual foi elaborada a ISBD. De acordo com o Manual do UNIMARC, é aconselhável que os elementos descritivos do nosso registo bibliográfico sejam elaborados de acordo com o que está estipulado na ISBD, para que haja uma consistência e concordância nos registos.

Por fim, devemos salientar que este relatório de estágio é independente do projeto do IC, apesar de estarem intimamente associados pois o material que

recolhemos para Belém do Pará está incluído no relatório, tendo sido catalogado na base de dados da biblioteca. Para não existir qualquer tipo de conflito trabalhamos de forma a não prejudicar o andamento do projeto de investigação do IC, combinando de forma antecipada o horário com os responsáveis da Área de Manuscritos e a nossa orientadora do IC, tal como podemos ver no cronograma elaborado e contido nos apêndices e anexos.

Índice Analítico*

***Os números indicam os documentos e não as páginas.**

A

Açúcar

Carregamentos de - 236, 240,
241, 243-246, 248-252, 254,
255, 264-270, 272-275

Engenho do - 110

Alfândegas - 121

Algodão, indústria do - 130, 249, 250,
254, 255, 265-268, 273

Amazonas, Rio - 4, 18, 21, 26, 32, 100,
182

Ameríndios

v. Índios

Andrada, António Gomes Freire de -
101, 102, 105, 106, 109, 122

Andrade, António Gomes Freire de
v. António Gomes Freire de
Andrada

Angeja, marquês de - 227

Angola - 73, 218, 325

B

Bahia - 123, 151, 223, 253, 259, 260

Belém do Pará - 3, 5, 34, 41, 47, 69, 87,
97, 98, 104-106, 117-119, 121, 122-
125, 129-138, 140, 142-144, 147, 155,

158, 165, 170, 179, 181, 185, 186, 188,
190, 191, 193, 201, 202, 204, 253

Benguela - 231, 325

Bispo do Pará

v. Miguel de Bulhões

Böhm, general Johan Heinrich

v. João Henrique Bohm

Bohm, João Henrique - 224

Bragança, Vila de - 191

Brito

Domingos Martins - 149

Ignácio Sanches de - 38

João Ignácio de - 131

Luís José de - 279

Bulhões

João Egas de - 115

Miguel de - 115, 185, 191

C

Câmaras

Grão-Pará e Maranhão - 148,
162

Guratinguetá - 225

São Luís do Maranhão - 144

São Paulo - 231, 242, 276, 302

Vila da Mocha - 63

Vila de Parnaguá - 210, 211

Cametá - 17, 166, 179

Capitães gerais dos Estados do Brasil

v. Governadores

Carvalho

Carlos Aires de - 258

José Fernandes de - 150

Padre Jacinto de - 148

Casamento entre índios e europeus -
140

Castro

António Manuel de Melo e - 280

Bernardino José Pereira de - 68,
70

João Francisco de - 261

Joaquim Manuel da Silva e - 284

Francisco de Almeida Melo e -
328, 329

Manuel de Moraes - 15, 18, 52

Martinho de Mello e - 222, 263

Censura - 117, 165

Colónia

Sacramento - 154, 195, 217

Cuyabá - 215

Fecho dos Morros - 216

Comércio, Companhia Geral de - 116,
117, 119, 120, 121, 130, 183

Companhia de Jesus – 12, 46, 61, 62,
78, 80, 91, 92, 94, 95, 117, 118, 140,
142, 148, 165, 166, 170, 180, 186, 222,
261

Contrabando

Géneros - 269

Ouro - 259, 260

Convento

Maranhão - 80

Santo António - 88

Corte-Real, Diogo de Mendonça - 95,
99, 130

Coutinho

Domingos António de Sousa -
325, 326

Francisco de Sousa - 253

Joaquim Leite do Amaral - 303

Luís Pinto de Sousa - 216

Rodrigo de Sousa - 278, 280,
296

Tomé da Silva - 199

Cruz

Domingos Gonçalves da - 318

João Rodrigues da - 5, 17, 19,
20, 39

José Gomes da - 34

Cunha

António Gonçalves da - 205,
294, 321

Conde de - 214

José da - 19

Manuel Lopes da – 3

D

Demages, Bento - 1, 2

Demarcação dos Limites da América

v. Tratado de limites da América

Diamantes

Arrecadação diamantina - 220

Escrivão dos - 309-311

Exploração - 105, 122, 220, 232,
233, 320

Real Extração dos - 220, 312

E

Eclipses - 234, 238,

Erário Régio - 258, 296, 315, 330

Escravos

Conflitos - 20

Fuga de - 39, 176, 212

Trabalho dos - 161, 226, 233,
269

Transporte de - 73, 78, 110, 118,
231, 241

Venda de - 169, 181, 199, 252,
278

Espanha - 93, 100, 260

F

Fazenda Real - 87, 128, 131, 134, 168,
169, 320

Furtado, Francisco Xavier de Mendonça
- 11, 13, 24, 26, 32, 34, 35, 41-43, 46,
48, 53-55, 61, 62, 66, 67, 71, 72, 74, 78-
92, 94, 95, 98, 100, 111, 113-122, 124,
125, 128, 130, 133, 134, 136, 137, 139,
140, 142, 170, 180, 181, 183, 185, 186,
191, 193, 197, 204

G

Gentios

v. índios

Goa - 327

Goiás - 215, 220

Governadores

Grão-Pará e Maranhão - 48, 53,
55, 59, 60- 63, 65-68, 71-81, 83-
89, 91, 92, 98, 109, 111-121,
123-125, 128, 130, 133, 136,
140, 142-144, 147, 162, 163,
170, 175, 179-181, 183, 185,
186, 191, 193, 197, 204, 218

Macau - 329

Mato Grosso - 160, 218

Minas Gerais - 123, 218, 262,
277, 296, 297, 300, 304, 316,
318, 319, 331

Paraguai - 217

Rio da Prata - 123, 195, 28

Rio de Janeiro - 123, 153, 218

Rio Grande - 107, 123, 218

São Paulo - 123, 154, 207, 209,
216-218, 223-225, 227, 228,
258-261, 269, 276, 278, 280,
281, 297

Grã-Bretanha - 326

Grão Pará e Maranhão - 3-6, 8, 9, 11-
14, 16-19, 20-92, 94, 95, 97, 98, 100,
104, 105, 106, 109, 111-144, 147, 148,
155-158, 161-163, 165-170, 172-175,
177-183, 185-194, 197, 198, 201, 202,
204, 218, 229, 253

Guerra contra a França - 260, 326

I

Índios

Cativos - 3, 14, 68-70, 72, 116, 222, 253
 Comércio - 101, 105, 186, 195
 Conversão - 8, 36, 38, 91, 118, 139, 180
 Descimentos - 18, 45, 49, 91, 99, 103, 156, 173, 194
 Fuga de - 32, 39, 102, 161, 171
 Guerra - 4, 19, 31, 42, 46, 57, 60, 61, 63, 66, 72, 101, 102, 107, 129, 132, 133, 135, 193, 212-214, 216, 222, 226, 252, 253, 285, 287, 303, 324
 Legislação indigenista - 54, 68-70, 94, 95, 116, 118, 120, 126, 164, 185, 186
 Processos - 155, 158
 Rebelião - 31, 105, 170
 Relações com os – 6, 14, 16, 18, 26, 36-38, 40-43, 49, 52, 54, 57, 68, 79, 81, 85, 87, 94, 95, 99, 101, 102, 126, 139, 140, 164, 167, 168, 170, 174, 180, 182, 186, 188, 191, 194, 198, 226, 229, 253, 328

J

Jesuítas

v. Companhia de Jesus

João V, rei D. - 100, 152-154, 160, 163,
 João VI, rei D. - 297, 304, 325
 José I, rei D. - 94, 95, 100, 111, 138, 143, 144, 165, 185

Jeunot, José Romão - 146, 150, 159, 160, 206-210, 212, 214-218, 223, 224, 227, 231, 257, 261, 263, 278-280

L

Lavrado, marquês de - 223, 225
 Leis - 118, 185, 186, 220
 Lisboa - 48, 53-55, 60, 73, 97-100, 104-106, 109, 111-124, 130, 136-138, 140, 142-146, 151-154, 159, 160, 163, 171, 176, 178, 184, 201, 211, 218, 232, 236, 240, 245, 248-251, 254, 255, 260, 264-268, 272-275, 294, 296, 316, 321-324
 Lorena, Bernardo José Maria de - 238, 257-260, 263, 269, 271, 276-278, 280, 281, 286, 297, 298, 300, 304, 305, 307, 316, 318, 319, 321, 326-329

M

Macapá

Santa Ana de - 49, 52, 54, 173
 São José de - 22, 26, 30, 32, 43, 44, 46, 47, 50, 56, 156, 172, 177, 178, 192

Macau - 329

Madrid - 93

Malagrida, padre Gabriel - 12, 94, 95, 166

Maranhão

v. Grão-Pará e Maranhão

Maria I, rainha D. - 258, 262, 279, 280, 296, 313, 324

Mato Grosso - 160, 212, 213, 215, 216,
219, 220, 229

Melo

Faustino da Fonseca Freire e -
168, 169

Francisco Portilho e - 18, 21, 22,
45, 46, 49, 51, 52, 156

João Rodrigues de Sá e - 328

José Correia e - 300

Pedro Maria Xavier de Ataíde e
- 300

Sebastião José de Carvalho e -
13, 62, 82, 83, 97, 98, 102, 105,
106, 109-125, 130, 136, 139,
210, 211, 223

Meneses, Luís da Cunha - 230, 262

Mendonça, Paulo António de Carvalho
e - 84

Minas Gerais - 146, 205, 230, 239, 259,
260, 262, 277, 278, 280, 292, 294-297,
300, 301, 303-307, 309-312, 316-322,
324, 330, 331

Missões - 19, 40, 94, 95, 99, 120, 164,
180, 185, 229

Motta

António de Seabra da - 295

Manuel Ribeiro da - 19, 312

Moura, António Rolim de - 160

O

Ouro - 220, 226, 232, 259, 260, 292,
301, 303

P

Pará

v. Grão-Pará e Maranhão

Paraguai - 212, 214, 216, 217, 229

Pernambuco - 7, 34, 110, 145, 152, 184,
196

Pinheiro, João da Cruz Dinis - 67, 185,
190

Pombal, marquês de

v. Sebastião José de Carvalho e
Melo

Porto - 1, 2, 15

Prata

Rio da - 195, 212, 213

Indústria da - 252

R

Religiosos

Capuchos - 78, 186

do Carmo - 36, 46, 118, 173

da Conceição - 6, 118

das Mercês - 118, 156

da Piedade - 118

de Santo António - 88, 118

Resgates, Tropa de - 3, 37, 46, 171

Rio de Janeiro - 10, 105, 108-110, 122,
123, 145, 146, 149, 150, 153, 154, 159,
199, 225, 238, 239, 259-262, 279, 296,
324, 327-329

Rio Iguatemi

v. Rio Guatemi

Rio Grande - 101-103, 107, 108, 154,
211, 214, 215, 219, 224, 235, 241, 242

Rio Guatemi - 212-214, 217,

Rio Guatemy

v. Rio Guatemi

Rio Pardo - 101, 105, 212, 215, 237,

Rio Madeira - 122, 127

Rio Mearim - 8, 12, 54, 57, 85

Rio Negro - 4-6, 14, 17-23, 31, 36, 37-
40, 42, 45, 61, 83, 91, 100, 109, 114,
115, 128, 133, 156, 161, 173, 178, 187,
192, 193

Rio Vermelho

v. Bahia

S

Sacramento

v. Colónia do Sacramento

Saldanha, Martim Lopes Lobo de - 222-
225, 227, 228

São Luís do Maranhão - 8, 58, 60, 68-
71, 75-78, 82, 90, 144, 162, 167-169

São Paulo - 150, 154, 159, 164, 206-
211, 215-217, 219, 221-228, 231-240,
242-252, 254-261, 263-291, 297-299,
302, 308, 313-316

Sarmento

Manuel de Azevedo Aragão - 42

Manuel - 65, 67, 78, 91

Tomás Inácio de Moraes - 260

Sousa, Gonçalo Pereira de Lobato e -
61-63, 66, 67, 69-72, 74-81, 83-89, 91,
92, 115, 143, 144, 175

T

Tabaco, indústria do - 191, 236, 241,
252

Terramoto de 1755 - 123, 130, 211

Tratado de Limites da América - 93, 96,
97, 100, 102, 104, 105, 114, 217

U

Ultramarino, Conselho - 219, 297

V

Valadares, Calisto da Cunha - 179

Vila da Mocha - 61, 63-65, 67, 79

Vinho

Carregamentos de - 1, 2, 241,
252

Referências bibliográficas

ALBARELLO, Luc [et al.] (2011) – **Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais**. 3ª ed. Lisboa: Gradiva.

ALTHEIDE, David L. (1996) – **Qualitative Media Analysis**. California: University Press.

ALVES, Ivone [et al.] (1993) – **Dicionário de terminologia arquivística**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

AMORIM, Maria Adelina (2011) – **A missionação franciscana no estado do Grão-Pará e Maranhão (1622-1750): agentes, estruturas e dinâmicas**. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.

ARANHA, Ágata [et al.] (2007) – **Métodos de Análise de Conteúdo**. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

AZEVEDO, João Lúcio de (2009) – **O Marquês de Pombal e a sua época**. Lisboa: Alfarrábio.

BARATA, Paulo J. S. (2001) – **Catálogo da Coleção de Códices (COD. 851-1500)**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

BARDIN, Laurence (2008) – **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

BENRUBI, Davi-Jonathan (2012) – **Apprendre à gérer des collections patrimoniales en bibliothèque**. [Em linha] Villeurbanne: ENSSIB, 2012 [Consult. 12 Nov. 2015]. Disponível em WWW: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2013-05-0096-002>>

BONVILLE, Jean de (2000) – **L'analyse de Contenu des Medias**. Bruxelles: De Boeck Université.

BOSCHI, Caio César (2011) – **O Brasil-Colónia nos arquivos históricos de Portugal: roteiro sumário**. São Paulo: Alameda.

BOSCHI, Caio César, MORENO; Carmen Tereza, FIGUEIREDO, Luciano (2006) – **Inventário da coleção Casa dos Contos: livros, 1700-1891**. Belo Horizonte: PucMinas.

BOSCHI, Caio C. (2002) - **Catálogo de documentos manuscritos avulsos da Capitania do Pará existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa**. Belém: Secult/Arquivo Público do Pará.

BOSCHI, Caio César (2002) - **Catálogo dos manuscritos avulsos relativos ao Maranhão existentes no Arquivo Histórico Ultramarino**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão/Academia Maranhense de Letras.

BOSCHI, Caio César (1998) – **Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais.

BOSCHI, Caio César (1995) – **Roteiro sumário dos arquivos portugueses de interesse para o pesquisador da história do Brasil**. Lisboa: Ed. Universitárias Lusófonas.

BOSCHI, Caio César (1979) – **Fontes primárias para a História de Minas Gerais em Portugal**. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais.

BOSCHI, Caio César (1975) – **O Brasil nos Arquivos e Bibliotecas de Portugal**. São Paulo: [s.n.].

BOSCHI, Caio César (1974) – **Documentos para a História de Minas Gerais existentes nos “Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa”**. São Paulo: [s.n.].

BROADUS, Robert (1991) – **The history of collection development**. Greenwich: JAI Press.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira (2009) – Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material** [Em linha] 17 (2009) [Consult. 28 Jun. 2016]. Disponível em WWW: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142009000200013&script=sci_arttext>

CARRIÓN GÚTIEZ, Manuel (1993) – **Manual de bibliotecas**. 2ª ed. Madrid: Pirâmide.

CHIZZOTTI, António (1991) – **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez Editora.

COMISSÃO ORGANIZADORA DAS COMEMORAÇÕES DO BICENTENÁRIO DA MORTE DO MARQUÊS DE POMBAL (1982) – **Marquês de Pombal: catálogo bibliográfico e iconográfico**. Lisboa: Biblioteca Nacional.

COSTA, João Paulo Oliveira; RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires (2014) - **História da Expansão e do Império Português**. Lisboa: A Esfera dos Livros.

COUTINHO, Clara Pereira (2014) – **Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática**. 2ª ed. Coimbra: Edições Almedina.

COUTO, Jorge (2008) – **A América Portuguesa nas colecções da Biblioteca Nacional de Portugal e da Biblioteca da Ajuda**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

DIAS, João José Alves (1994) – **Iniciação à Bibliofilia**. Lisboa: Pró-Associação Portuguesa de Alfarrabistas.

DOMINGOS, Manuela D. (1995) – **Subsídios para a História da Biblioteca Nacional**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

DUARTE, Joaquim Alberto Marques (2013) – **Metodologias de Investigação Científica**. Lisboa: Vírgula.

DUREAU, J. M; CLEMENTS, D. W. G (1992) - **Princípios para a preservação e conservação de espécies bibliográficas**. Edição em língua Portuguesa por Maria da Conceição Casanova, Maria Fernanda Casaca Ferreira, Maria Luísa Macedo. Lisboa: Biblioteca Nacional.

ECO, Umberto (2010) – **Como se faz uma Tese em Ciências Humanas**. 16ª ed. Barcarena: Editorial Presença.

ESCOLAR SOBRINO, Hipólito (1990) – **Historia de las bibliotecas**. 3ª ed. Madrid: Pirâmide.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça (2008) – **Dicionário do livro: da escrita ao livro electrónico**. Coimbra: Almedina.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça (1999) – **Novo dicionário do livro: da escrita ao multimédia**. Lisboa: Círculo de Leitores.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean (2000) – **O aparecimento do livro**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

FEDERICIO, Carlo, ROSSI, Libero – **Manuale di conservazione e restauro del libro**. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1992.

FERNANDES, António José Fernandes (1995) – **Métodos e Regras para Elaboração de Trabalhos Académicos e Científicos**. Porto: Porto Editora.

FERREIRA, Paulo Gaspar (1997) – **Dicionário técnico de termos alfarrabísticos**. Porto: In-Líbris – Sociedade para a Promoção do Livro e da Cultura.

FERREIRA, Teresa A. S. Duarte (1999) – **Catálogo da Coleção de Códices (COD. 12888-13292)**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

FERREIRA, Teresa A. S. Duarte [et al.] (1994) – **Guia preliminar dos fundos de Arquivo da Biblioteca Nacional**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

FERREIRA, Teresa A. S. Duarte (1988) – **Guia das Coleções de Manuscritos da Divisão dos Reservados**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

FLICK, Uwe (2013) – **Métodos Qualitativos na Investigação Científica**. Lisboa: Monitor.

FRÍAS, José António (1996) – Orígenes de la ISBD. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios** [Em linha] 52 (1996) [Consult. 14 Nov. 2015]. Disponível em WWW: <https://www.academia.edu/15315256/Or%C3%ADgenes_de_la_ISBD>

GARCÍA AGUILAR, Maria Idalia; RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel (2001) – El fondo antiguo: su estructura conceptual. **Bnaria: Revista de Comunicación, cultura y tecnología** [Em Linha]. 1 (2001) [Consult. 10 Nov. 2015]. Disponível em WWW: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=826561>>

GORMAN, G. E.; SHEP, Sidney J. (eds.) (2006) – **Preservation management for libraries, archives and museums**. London: Facet Publishing.

GORMAN, Gary E. (2000) – **Collection Management**. Lanham: The Scarecrow Press.

GORMAN, Gary E., MILLER, Ruth H. (1997) – **Collection Management for the 21st Century: a handbook for librarians**. London: Greenwood Press.

GORMAN, Gary E.; HOWES, Brian R. (1989) – **Collection Development for Libraries**. London: Bowker-Saur.

GUERRA, Isabel Carvalho (2006) – **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso**. Cascais: Principia.

GUERREIRO, Dália; BORBINHA, José Luís (2015) – O livro antigo na era digital. **12º Congresso Nacional BAD** [Em linha] (2015) [Consult. 14 Nov. 2015]. Disponível em WWW: <https://www.academia.edu/17246244/O_livro_antigo_na_era_digital>

HERRERA MORILLAS, José Luís (2013) – La gestión de las colecciones de fondo antiguo en las bibliotecas universitarias españolas: análisis de los textos normativos. **BID: Textos universitários de**

Biblioteconomia i documentació [Em linha] 30 (2013) [Consult. 10 Nov. 2015]. Disponível em WWW: <<http://bid.ub.edu/es/30/herrera.htm>>

HERRERA MORILLAS, José Luís (2004) – **Tratamiento y difusión digital del libro antiguo: directrices metodológicas y guía de recursos**. Gijón: Trea.

HUGHES, Lorna M. (2009) – **Digitizing Collections: strategic issues for the information manager**. London: Facet Publishing.

IFLA (2012) – **Descrição bibliográfica internacional normalizada (ISBD)**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

IFLA (2011) – **Manual UNIMARC: formato autoridades**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

IFLA (2009) – **IFLA Cataloguing Principles: Statement of International Cataloguing Principles (ICP) and its Glossary**. München: K. G. Saur.

IFLA (2008) – **Manual UNIMARC: formato bibliográfico**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

IFLA (2002) – **Guidelines for digitization projects for collections and holdings in the public domain, particularly those held by libraries and archives**. Também disponível em WWW: <<http://www.ifla.org/files/assets/preservation-and-conservation/publications/digitization-projects-guidelines.pdf>>

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO (1997) – **Guia de fontes portuguesas para a História da América Latina**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

JACQUET, Amandine; MORINEAU, Júlia (coord.) – **Le Dictionnaire** [em linha]. Villeurbanne: ENSSIB, [s.d.]. [Consult. 12 Nov. 2015]. Disponível em WWW: <<http://www.enssib.fr/le-dictionnaire>>

JOHNSON, Peggy (2009) – **Fundamentals of Collection Development and Management**. 2nd Edition. Chicago: American Library Association.

KRIPPENDORF, Klaus (1997) – **Metodologia de análisis de contenido: Teoría y Práctica**. Barcelona: Paidós Comunicación.

LABARRE, Albert (2005) – **A História do Livro**. Lisboa: Livros Horizonte.

LEAL, Janaina (2010) – Reengenharia em bibliotecas. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação** [Em linha] 8 (2010) [Consult. 9 Nov. de 2015]. Disponível em WWW: <<http://www.brapi.ufpr.br/documento.php?dd0=0000009043&dd1=2920a>>

LIBÓRIO, Fátima (coord.) (1996) – **Guia da Biblioteca Nacional**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

LUND, Cristopher C., KAHLER, Mary Ellis (1980) – **The portuguese manuscripts collection of the Library of Congress**. Washington: Library of Congress.

MACIEL, Maria Cristina; MENDONÇA, Maria Alvarenga Rocha (2000) – **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2000.

MARSÁ, Maria (1999) – **El fondo antiguo en la biblioteca**. Gijón: Trea.

MARTINEZ DE SOUSA, José (2010) – **Pequeña Historia del Libro**. 4ª edição. Gijon: Trea.

MARTINS, Lúcia de Azevedo; REI, Maria da Luz Nogueira; GARCIA, Maria Madalena; FERREIRA, Teresa A. S. Duarte (1994) – **Guia preliminar dos fundos de Arquivo da Biblioteca Nacional**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

MAXWELL, Kenneth (2015) – **O Marquês de Pombal: ascensão e queda**. Lisboa: Manuscrito Editora.

MONIZ, José António (1889) – **Inventário da secção XIII: manuscritos: collecção pombalina/Bibliotheca Nacional de Lisboa**. Lisboa: Biblioteca Nacional.

MORALEJO ÁLVAREZ, Maria Remédios – El patrimonio bibliográfico de las universidades españolas. **Boletín de la ANABAD** [Em linha]. 49 (1998) [Consult. 10 Nov. 2015]. Disponível em WWW: <<http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/51115.pdf>>

MUZERELLE, Denis (1985) – **Vocabulaire codicologique: répertoire méthodique des termes français relatifs aux manuscrits**. Paris: CEMI.

NUNES, Henrique Barreto (1998) – **Da biblioteca ao leitor**. 2ª ed. Braga: Autores de Braga.

OLIVEIRA, Eliana de [et al.] (2003) – Análise de Conteúdo e Pesquisa na Área da Educação. **Revista Diálogo Educacional** [Em linha] 9 (2003) [Consult. 20 Dez. 2015]. Disponível em WWW: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=637&dd99=view&dd98=pb>>

OLIVEIRA, Elizabeth Real de [et al.] (2014) – **Métodos de Investigação: da Interrogação à Descoberta Científica**. Porto: Vida Económica.

PALÁCIOS MEDELLÍN, José Tomás; SALAZAR MÉNDEZ, Enedina (2002) – Las colecciones especiales de la biblioteca pública de México José Vasconcelos. **Liber: Revista de Bibliotecología** [Em linha]. 4 (2002) [Consult. 10 Nov. 2015]. Disponível em WWW: <<http://eprints.rclis.org/6158/>>

PARDAL, Luís António [et al.] (2011) – **Métodos e Técnicas de Investigação Social**. 2ª ed. Porto: Areal Editores.

PEDRAZA GRACIA, Manuel José (2014) – Algunas reflexiones sobre bibliotecas históricas o patrimoniales: Nuevo paradigma entre los centros y servicios de información. **Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecología e Información** [Em linha] 28 (2014) [Consult. 10 Nov. 2015]. Disponível em WWW: <<http://www.elsevier.es/es-revista-investigacion-bibliotecologica-archivonomia-bibliotecologia-e-117-articulo-algunas-reflexiones-sobre-bibliotecas-historicas-90373481>>

PEDRAZA GRACIA, Manuel José (2003) – Algunas reflexiones sobre la tasación del libro antiguo como actividade documental. **Anales de Documentación** [Em linha] 6 (2003) [Consult. 10 Nov. 2015]. Disponível em WWW: <<http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/1941>>

PEDRAZA GRACIA, Manuel José (2002) – El libro antiguo en la red o El contacto de los extremos. **Scire: Representación y Organización del Conocimiento** [Em linha] 8 (2002) [Consult. 10 Nov. 2015]. Disponível em WWW: <<http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1173>>

PEIGNOT, Gabriel (1984) – **Manuel du Bibliophile**. 3 ed. Milano: U. Hoepli.

PESET MANCEBO, Maria Fernanda (2003) – Bibliotecas Digitales en Internet de Libro Raro, Antiguo e Incunables. **Anales de Documentación** [Em linha] 6 (2003) [Consult. 10 Nov. 2015]. Disponível em WWW: <<http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/1931>>

PESTANA, Maria Helena [et al.] (2009) – **Análise Categórica, Árvores de Decisão e Análise de Conteúdo**. Lisboa: Lidel.

PORTARIA n.º 199/2012 “D.R. I Série”, 125 (12-06-29) 3319-3320.

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA CULTURA. GABINETE DAS RELAÇÕES CULTURAIS INTERNACIONAIS (1984) – **Regras Portuguesas de Catalogação**. Lisboa: Ministério da Cultura/BNP

PRYTHERCH, Ray – **Harrod's Librarian's Glossary of terms used in librarianship, documentation and the book crafts and reference book**. 6ª ed. Brookfield: Gower, 1997.

PYBUS, Ron L. (1998) – **The Management of Books in Public Libraries**. West Ashton: The Pybus Patnership.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (1998) – **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2ª ed. Lisboa: Gradiva.

REITZ, Joan M. – **Online dictionary for library and information science** [em linha]. Santa barbara: ABC-CLIO, [s.d.]. [Consult. 12 Nov. 2015]. Disponível em WWW: <http://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis_r.aspx>

RODRIGUES, José Damião (2015) – Ciência, viagens e controlo do território: o caso do Brasil na segunda metade do século XVIII. **Memorias. Revista Digital de Historia y Arqueologia desde el Caribe colombiano** [Em linha] 25 (2015) [Consult. 28 Jun. 2016]. Disponível em WWW: <<http://rcientificas.uninorte.edu.co/index.php/memorias/article/view/6848/6701>>

RODRIGUES, José Damião (2014) - O Império Territorial: Sob o signo do ouro (c. 1695-1750). In COSTA, João Paulo Oliveira; RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires. **História da Expansão e do Império Português**. Lisboa: A Esfera dos Livros, p. 235-263.

RODRIGUEZ ÁLVAREZ, Ramon; LLORDEN MIÑAMBRES, Moisés (1998) – **El libro antiguo en las bibliotecas españolas**. Oviedo: Universidad de Oviedo.

ROMERO, Andrés (1991) – **Metodologia de Análise de Conteúdo**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

RUAS, João (2006) – **Manuscritos da Biblioteca de D. Manuel II: paço Ducal de Vila Viçosa**. Caxias: Fundação da Casa de Bragança.

RUIVO, Teresa Lança (2011) – Um passado com futuro: metodologias de conservação em livro antigo. **Actas das VI Jornadas de Arte e Ciência – Conservação & Restauro de Artes Decorativas** [Em linha] (2011). [Consult. 4 de Out. 2015] . Disponível em WWW: <<http://www.artes.ucp.pt/jornadasarteciencia/VI/resumos/VI%20jornadas%20%20Teresa%20Lan%C3%A7a.pdf>>

SÁNCHEZ MARIANA, Manuel (1995) – **Introducción al libro manuscrito**. Madrid: Editorial Arco Libros.

SILVA, Inocêncio Francisco da [et al.] (1973) – **Diccionario bibliográfico português: estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brazil: facsimile da edição de Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1958**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

SNYDER, Henry – Providing Access to Rare Book and Manuscripts Collections and Services in a Time of Change: The Electronic Revolution. **IFLA Journal** [Em linha] 22 (1996) [Consult. 10 Nov. 2015]. Disponível em WWW: <<http://ifl.sagepub.com/content/22/2/115.extract>>

WEITZEL, Simone R. (2001) – O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte: UFMG. Vol. 7, N.º 1 (2001) p. 61-67.

YIN, Robert K. (2003) – **Case Study Research: Design and Methods**. 3ª ed. London: Sage.

Apêndices e Anexos

Apêndice A - Cronograma do estágio curricular efetuado na BNP, de 2 de novembro de 2015 a 30 de março de 2016.

	2015		2016		
	novembro	dezembro	janeiro	fevereiro	março
1				7:30 horas	
2	7:30 horas				
3					
4	7:30 horas	7:30 horas	7:30 horas		7:30 horas
5			7:30 horas	7:30 horas	
6	7:30 horas		7:30 horas		
7		7:30 horas	7:30 horas		7:30 horas
8			7:30 horas	7:30 horas	
9	7:30 horas	7:30 horas			
10				7:30 horas	
11	7:30 horas	7:30 horas	7:30 horas		7:30 horas
12				7:30 horas	
13	7:30 horas				
14		7:30 horas			7:30 horas
15			7:30 horas	7:30 horas	
16	7:30 horas				7:30 horas
17	7:30 horas				
18	7:30 horas	7:30 horas	7:30 horas		7:30 horas
19				7:30 horas	
20	7:30 horas				
21		7:30 horas			
22		7:30 horas	7:30 horas	7:30 horas	
23	7:30 horas				
24				7:30 horas	
25			7:30 horas		
26				7:30 horas	
27	7:30 horas				
28		7:30 horas			7:30 horas
29		7:30 horas	7:30 horas	7:30 horas	7:30 horas
30	7:30 horas				7:30 horas
31					7:30 horas
TOTAL	401 horas e 50 minutos				
	Fim-de-semana/Feriado				

Apêndice B – Exemplo de catalogação em formato UNIMARC – PBA. 642//121.

000 00254nbm 2200025 450
001 1924254
003
http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&uri=full=3100024~!1924254~!0
100 \$a20160304d17751018k y0pory01030103ba
101 0 \$apor
102 \$aPT
105 \$ay z 000yy
106 \$ah
200 1 \$a[Carta com ofícios de Martim Lopes Lobo de Saldanha, dirigidos a Martinho de Melo e Castro sobre a tomada de posse da Capitania de São Paulo em 13 de Junho de 1775]\$bManuscrito]
210 \$aSão Paulo\$d18 de Outubro de 1775
215 \$a[F. 382-386]\$cpapel\$d30 cm
300 \$aCópia
304 \$aTrata de assuntos sobre a Capitania de São Paulo, sendo que num dos ofícios, Martim Lopes Lobo de Saldanha refere que passou por várias aldeias de índios completamente destruídas e despovoadas, destacando o facto de muitos índios estarem cativos de forma ilegal. Refere ainda as fazendas confiscadas aos "proscritos denominados Jesuítas", que estavam praticamente destruídas e nada rendiam
307 \$aA numeração referida reporta-se à numeração atual do códice, a lápis
317 \$aPert.: Livraria de Sebastião José de Carvalho e Melo, 1.º Marquês de Pombal (Adquirida pela BN em 1887)
321 \$aCatalogado em: José António Moniz - Inventario. Secção XIII - Manuscritos Collecção Pombalina. Lisboa : BN, 1889
327 1 \$aEncadernado em: "Miscellanea. Cartas, papeis officiaes dos governos da India e do Brasil, até 1803. Guerra com Hespanha, 1707, etc. Documentos vários" constituída por originais e cópias relativos à administração do Brasil e da Índia, relações comerciais entre Portugal e outros países da Europa, entre outros assuntos, tais como legislação, índios e escravos
516 1 \$aUltramar. Governo Militar e Civil dos Estados da Índia e Brazil. 33
966 \$sPBA. 642//121\$tRESMAN
712 0 2 \$aSão Paulo.\$bGovernador,\$c1775-1782 (Martim Lopes Lobo de Saldanha)
801 0 \$aPT\$bBN\$Grpc

Apêndice C – Exemplo de catalogação em formato UNIMARC – PBA. 642//122.

```

000          00254nbm 2200025 450
001          1924265
003
          http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&uri=full=3100024~!1924265~!0
100          $a20160304d17760218k y0pory01030103ba
101    0      $apor
102          $aPT
105          $ay z 000yy
106          $ah
200    1      $a[Ofício de Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador da capitania de São Paulo,
dirigida ao Marquês de Pombal sobre vários assuntos$bManuscrito]
210          $aSão Paulo$d18 de Fevereiro de 1776
215          $a[F. 387-388]$cpapel$d30 cm
300          $aCópia
304          $aContém referências a um escrivão deputado da Junta da Fazenda da Bahia, chamado
Sebastião Francisco Betamio, que deveria exercer o mesmo cargo na cidade de São Paulo. No entanto, o
Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Estado mandou-o para o Sul. Martim Lopes Lobo de Saldanha
considera que este escrivão seria mais útil em São Paulo, pois está tudo numa grande confusão, devido ao
mau trabalho do seu antecessor, pedindo assim ao Marquês de Pombal que interceda no sentido de trazer
o dito escrivão para a capitania de São Paulo. A cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do
governo
307          $aA numeração referida reporta-se à numeração atual do códice, a lápis
317          $aPert.: Livraria de Sebastião José de Carvalho e Melo, 1.º Marquês de Pombal
(Adquirida pela BN em 1887)
321          $aCatalogado em: José António Moniz - Inventario. Secção XIII - Manuscriptos
Collecção Pombalina. Lisboa : BN, 1889
327    1      $aEncadernado em: "Miscellanea. Cartas, papeis officiaes dos governos da India e do
Brasil, até 1803. Guerra com Hespanha, 1707, etc. Documentos vários" constituída por originais e cópias
relativos à administração do Brasil e da Índia, relações comerciais entre Portugal e outros países da
Europa, entre outros assuntos, tais como legislação, índios e escravos
516    1      $aUltramar. Governo Militar e Civil dos Estados da Índia e Brazil. 33
702    1      $aPombal,$cMarquês de,$f1699-1782
712    0 2    $aSão Paulo.$bGovernador,$c1775-1782 (Martim Lopes Lobo de Saldanha)
801    0      $aPT$bBN$gRPC
966          $sPBA. 642//122$tRESMAN

```

Apêndice D – Exemplo de catalogação em formato UNIMARC – PBA. 642//138.

000 00230nbm 2200025 450
001 1561505
003
http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&uri=full=3100024~!1561505~!0
100 \$a20060123d1789 km y0pory0103 ba
101 0 \$apor
106 \$ah
200 1 \$a[Eclipses da lua, visíveis em S. Paulo, anunciados e explicados por Bento Sanches Dorta]\$bManuscrito]
210 \$aSão Paulo\$c\$d[Entre Setembro e 2 de Novembro de 1789]
215 \$aF. 430-432, enc.\$cil.\$d35 cm
300 \$aOriginal
304 \$aBento Sanches de Orta (1739-1795), astrónomo e geógrafo, foi enviado ao Brasil em 1781 para fazer parte da Comissão encarregada de demarcar os limites do território pertencente a Portugal. Publicou: «Observações dos eclipses dos satellites de Jupiter, feitas em S. Paulo (1787); «Observações astronomicas feitas junto ao castello do Rio de Janeiro, para determinar a latitude e longitude da dita cidade» (1797); Observações metheorologicas feitas na cidade do Rio de Janeiro» ((1797); «Descrição de um monstro de especie humana, existente na cidade de S. Paulo» (1797), etc
304 \$aTrata, possivelmente, de uma carta (cfr. f. 432 v.) destinada a Bernardo José Maria de Lorena (?), onde são anunciados e explicados vários eclipses da Lua a ocorrer entre 2 de Novembro de 1789 e 11 de Outubro de 1791
304 \$aTít. na lombada: «Ultramar. Governo militar e civil dos Estados da India e Brazil. 33»
306 \$aA datação do ms. foi estabelecida com base em informações recolhidas no texto: «[...]como eu já o annunciei na minha Chonografia Lunar; impressa no Jornal Encyclopedico de Lisboa, do mez de Setembro de 1789» (f. 432 v.); «Haverá no dia 2 de Novembro de 1789 [...]» (f. 430)
307 \$aContém 3 desenhos geométricos à pena, sépia, ocupando a metade superior das f., representando os eclipses da Lua; aparado na margem exterior esquerda
316 \$aAnteriormente cotado em PBA. 642//47
321 1 \$aDescrito em: Bibliotheca Nacional de Lisboa. Inventario dos Manuscritos. Secção XIII. Colecção Pombalina / [José António Moniz]. - Lisboa : Biblioteca Nacional, 1891
327 1 \$aContém várias descrições e explicações de eclipses da Lua programados para: 2 de Novembro de 1789 (f. 430); 28 de Abril de 1790 (f. 431); 11 de Outubro de 1791 (f. 432); uma pequena referência à não ocorrência desse fenómeno no ano de 1792 (f. 432 v.) e uma pequena «resenha histórica» sobre os eclipses (f. 432)\$aEncadernado com cartas, documentos oficiais dos governos da Índia e Brasil, até 1803; Guerra com Espanha, 1707 (cfr. descrição bibliográfica geral do Códice: PBA 642)
700 1 \$aOrta,\$bBento Sanches de,\$f1739-1795
801 0 \$aPT\$bBN\$gRPC
966 \$sF. 1631\$tMICROF
966 \$sPBA. 642//138\$tRESMAN

Apêndice E – Exemplo de catalogação em formato UNIMARC – PBA. 642//155.

000		00230nbm 2200025 450
001		1561564
003		http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&uri=full=3100024~!1561564~!0
100		\$a20060124g17921793km y0pory0103 ba
101	0	\$apor
102		\$aPT
106		\$ah
200	1	\$aNavegação o R[i]o vermelho, vista, e examinada p[o]r Thomaz de Souza V[il]a Real p[o]r ordem do Ill[ustríssi]mo, e Ex[celentíssi]mo S[enho]r D. Fran[cis]co de Souza Coutinho Gov[ernad]or e Cap[i]t[ão] da Ci[da]de de S[an]ta M[ari]a de Bellem do Gram Pará\$bManuscrito]
210		\$aSanta Maria de Belém do Pará\$c\$d1792-1793
215		\$aF. 477-489\$d35 cm
300		\$aOriginal
304		\$aDiário de viagem onde é narrada a navegação do Rio Vermelho (Brasil), examinada por Tomás de Sousa Vila Real e mandado executar por Francisco de Sousa Coutinho. A viagem começou no dia 22 de Dezembro de 1792 e terminou no dia 27 de Fevereiro de 1793. Ao longo desta viagem refere a chegada a uma ilha chamada Bananal e o encontro com os índios das nações Tapirapé, Tesemadu e Carajás. Descreve os diversos confrontos com índios das nações Ximbevá e Apinajé armados com arcos e flechas, assim como a captura de uma índia com duas filhas junto a um campo de mandioca, bananas e batatas. Refere a Fortaleza de Alcobaça, perto do Rio Paramirim. Contém ainda a viagem de regresso, que começou no dia 10 de Julho de 1794 e terminou a 9 de Novembro de 1794, relatando mais confrontos com índios Apinajé e a chegada a uma aldeia de índios Carajás
304		\$aTít. no Inventário dos Manuscritos. Secção XIII. Colecção Pombalina: «Navegação do Rio Vermelho, examinada por Thomaz de Souza Villa Real, por ordem de D. Francisco de Sousa Coutinho, capitão general do Grão-Pará»
304		\$aTít. na lombada: «Ulamar. Governo militar e civil dos Estados da India e Brazil. 33»
304		\$aTomás de Sousa Vila Real (fl. 1792) terá nascido no Brasil; empreendeu a navegação do Rio Vermelho (1792-1793), a mando de Francisco de Sousa Coutinho. Publicou «Viagem pelos rios Tocantis, Araguaya, e Vermelho», inserta na «Revista trimestral do Brasil», vol. suplementar (1848), p. 401-444
307		\$aNumeração de expoente atribuído segundo a contagem de José António Moniz
316		\$aAnteriormente cotado em PBA. 642//50
321	1	\$aSobre Tomás de Sousa Vila Real: Inocência 7, p. 356
321	1	\$aDescrito em: Bibliotheca Nacional de Lisboa. Inventario dos Manuscritos. Secção XIII. Colecção Pombalina / [José António Moniz]. - Lisboa : Biblioteca Nacional, 1891
327	1	\$aEnc. com cartas, papéis oficiais dos governos da Índia e Brasil, até 1803; Guerra com Espanha, 1707, etc. e documentos vários (cfr. descrição bibliográfica geral do Códice: PBA 642)
518		\$aNavegação do Rio Vermelho, vista, e examinada por Thomaz de Souza Vila Real por ordem do Ilustríssimo, e Excelentíssimo Senhor D. Francisco de Sousa Coutinho Governador e Capitão da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará
700	1	\$aVila Real,\$bTomás de Sousa,\$ffl. 1792
712	0 1	\$aGrão-Pará.\$bGovernador,\$c1790-1803 (Francisco de Sousa Coutinho)
801	0	\$aPT\$bBN\$gRPC
966		\$sF. 1631\$tMICROF
966		\$sPBA. 642//50\$tRESMAN

Apêndice F – Sugestão de catalogação em formato UNIMARC – PBA. 642//121.

000		00254nbm 2200025 450
001		1924254
003		http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&uri=full=3100024~!1924254~!0
100		\$a20160304d17751018k y0pory01030103ba
101	0	\$apor
102		\$aPT
105		\$ay z 000yy
106		\$ah
200	1	\$a[Carta com ofícios de Martim Lopes Lobo de Saldanha, dirigidos a Martinho de Melo e Castro sobre a tomada de posse da Capitania de São Paulo em 13 de Junho de 1775]\$bManuscrito]
210		\$aSão Paulo\$d18 de Outubro de 1775
215		\$a[F. 382-386]\$cpapel\$d30 cm
300		\$aCópia
304		\$aTrata de assuntos sobre a Capitania de São Paulo, sendo que num dos ofícios, Martim Lopes Lobo de Saldanha refere que passou por várias aldeias de índios completamente destruídas e despovoadas, destacando o facto de muitos índios estarem cativos de forma ilegal. Refere ainda as fazendas confiscadas aos "proscritos denominados Jesuítas", que estavam praticamente destruídas e nada rendiam
307		\$aA numeração referida reporta-se à numeração atual do código, a lápis
307		\$aCom reclamos na parte inferior do fôlio
307		\$aFiligrana: Brasão coroadado com uma cruz encimada
316		\$aEstá contido num livro encadernado em pele sobre pasta de cartão
316		\$aPerfurado por insectos
316		\$aNotas marginais manuscritas
316		\$aManchas de acidez e humidade
317		\$aPert.: Livraria de Sebastião José de Carvalho e Melo, 1.º Marquês de Pombal (Adquirida pela BN em 1887)
321		\$aCatalogado em: José António Moniz - Inventario. Secção XIII - Manuscriptos Collecção Pombalina. Lisboa : BN, 1889
327	1	\$aEncadernado em: "Miscellanea. Cartas, papeis officiaes dos governos da India e do Brasil, até 1803. Guerra com Hespanha, 1707, etc. Documentos vários" constituída por originais e cópias relativos à administração do Brasil e da Índia, relações comerciais entre Portugal e outros países da Europa, entre outros assuntos, tais como legislação, índios e escravos
516	1	\$aUltramar. Governo Militar e Civil dos Estados da Índia e Brazil. 33
966		\$sPBA. 642//121\$tRESMAN
712	0 2	\$aSão Paulo.\$bGovernador,\$c1775-1782 (Martim Lopes Lobo de Saldanha)
801	0	\$aPT\$bBN\$gRPC

Apêndice G – Sugestão de catalogação em formato UNIMARC – PBA. 642//122.

000		00254nbm 2200025 450
001		1924265
003		http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&uri=full=3100024~!1924265~!0
100		\$a20160304d17760218k y0pory01030103ba
101	0	\$apor
102		\$aPT
105		\$ay z 000yy
106		\$ah
200	1	\$a[Ofício de Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador da capitania de São Paulo, dirigida ao Marquês de Pombal sobre vários assuntos\$bManuscrito]
210		\$aSão Paulo\$d18 de Fevereiro de 1776
215		\$a[F. 387-388]\$cpapel\$d30 cm
300		\$aCópia
304		\$aContém referências a um escrivão deputado da Junta da Fazenda da Bahia, chamado Sebastião Francisco Betamio, que deveria exercer o mesmo cargo na cidade de São Paulo. No entanto, o Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Estado mandou-o para o Sul. Martim Lopes Lobo de Saldanha considera que este escrivão seria mais útil em São Paulo, pois está tudo numa grande confusão, devido ao mau trabalho do seu antecessor, pedindo assim ao Marquês de Pombal que interceda no sentido de trazer o dito escrivão para a capitania de São Paulo. A cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do governo
307		\$aFiligrana: flor-de-lis coroada
307		\$aA numeração referida reporta-se à numeração atual do códice, a lápis
316		\$aEstá contido num livro encadernado em pele sobre pasta de cartão
316		\$aExemplar aparado à direita a ofender o texto
316		\$aManchas de acidez e humidade
317		\$aPert.: Livraria de Sebastião José de Carvalho e Melo, 1.º Marquês de Pombal (Adquirida pela BN em 1887)
321		\$aCatalogado em: José António Moniz - Inventario. Secção XIII - Manuscriptos Collecção Pombalina. Lisboa : BN, 1889
327	1	\$aEncadernado em: "Miscellanea. Cartas, papeis officiaes dos governos da Índia e do Brasil, até 1803. Guerra com Hespanha, 1707, etc. Documentos vários" constituída por originais e cópias relativos à administração do Brasil e da Índia, relações comerciais entre Portugal e outros países da Europa, entre outros assuntos, tais como legislação, índios e escravos
516	1	\$aUltramar. Governo Militar e Civil dos Estados da Índia e Brazil. 33
702	1	\$aPombal,\$cMarquês de,\$f1699-1782
712	0 2	\$aSão Paulo.\$bGovernador,\$c1775-1782 (Martim Lopes Lobo de Saldanha)
801	0	\$aPT\$bBN\$gRPC
966		\$sPBA. 642//122\$tRESMAN

Apêndice H – Sugestão de catalogação em formato UNIMARC – PBA. 642//138.

000 00230nbm 2200025 450
001 1561505
003
http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&uri=full=3100024~!1561505~!0
100 \$a20060123d1789 km y0pory0103 ba
101 0 \$apor
106 \$ah
200 1 \$a[Eclipses da lua, visíveis em S. Paulo, anunciados e explicados por Bento Sanches
Dorta]\$bManuscrito]
210 \$aSão Paulo\$c\$d[Entre Setembro e 2 de Novembro de 1789]
215 \$aF. 430-432, enc.\$cil.\$d35 cm
300 \$aOriginal
304 \$aBento Sanches de Orta (1739-1795), astrónomo e geógrafo, foi enviado ao Brasil em
1781 para fazer parte da Comissão encarregada de demarcar os limites do território pertencente a
Portugal. Publicou: «Observações dos eclipses dos satellites de Jupiter, feitas em S. Paulo (1787);
«Observações astronomicas feitas junto ao castello do Rio de Janeiro, para determinar a latitude e
longitude da dita cidade» (1797); Observações metheorologicas feitas na cidade do Rio de Janeiro»
((1797); «Descrição de um monstro de especie humana, existente na cidade de S. Paulo» (1797), etc
304 \$aTrata, possivelmente, de uma carta (cfr. f. 432 v.) destinada a Bernardo José Maria de
Lorena (?), onde são anunciados e explicados vários eclipses da Lua a ocorrer entre 2 de Novembro de
1789 e 11 de Outubro de 1791
304 \$aTít. na lombada: «Ultramar. Governo militar e civil dos Estados da India e Brazil. 33»
306 \$aA datação do ms. foi estabelecida com base em informações recolhidas no texto:
«[...]como eu já o annunciei na minha Chonografia Lunar; impressa no Jornal Encyclopedico de Lisboa,
do mez de Setembro de 1789» (f. 432 v.); «Haverá no dia 2 de Novembro de 1789 [...]» (f. 430)
307 \$aContém 3 desenhos geométricos à pena, sépia, ocupando a metade superior das f.,
representando os eclipses da Lua; aparado na margem exterior esquerda
307 \$aFiligrana: Brasão com coroa encimada
316 \$aEstá contido num livro encadernado em pele sobre pasta de cartão
316 \$aAnteriormente cotado em PBA. 642//47
321 1 \$aDescrito em: Bibliotheca Nacional de Lisboa. Inventario dos Manuscritos. Secção
XIII. Colecção Pombalina / [José António Moniz]. - Lisboa : Biblioteca Nacional, 1891
327 1 \$aContém várias descrições e explicações de eclipses da Lua programados para: 2 de
Novembro de 1789 (f. 430); 28 de Abril de 1790 (f. 431); 11 de Outubro de 1791 (f. 432); uma pequena
referência à não ocorrência desse fenómeno no ano de 1792 (f. 432 v.) e uma pequena «resenha histórica»
sobre os eclipses (f. 432)\$aEncadernado com cartas, documentos oficiais dos governos da Índia e Brasil,
até 1803; Guerra com Espanha, 1707 (cfr. descrição bibliográfica geral do Códice: PBA 642)
700 1 \$aOrta,\$bBento Sanches de,\$f1739-1795
801 0 \$aPT\$bBN\$gRPC
966 \$sF. 1631\$tMICROF
966 \$sPBA. 642//138\$tRESMAN

Apêndice I – Sugestão de catalogação em formato UNIMARC – PBA. 642//155.

000		00230nbm 2200025 450
001		1561564
003		http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&uri=full=3100024~!1561564~!0
100		\$a20060124g17921793km y0pory0103 ba
101	0	\$apor
102		\$aPT
106		\$ah
200	1	\$aNavegação o R[i]o vermelho, vista, e examinada p[o]r Thomaz de Souza V[i]l]a Real p[o]r ordem do Ill[ustríssi]mo, e Ex[celentíssi]mo S[enho]r D. Fran[cis]co de Souza Coutinho Gov[ernad]or e Cap[i]t[ão] da Ci[da]de de S[an]ta M[ari]a de Bellem do Gram Pará\$bManuscrito]
210		\$aSanta Maria de Belém do Pará\$c\$d1792-1793
215		\$aF. 477-489\$d35 cm
300		\$aOriginal
304		\$aDiário de viagem onde é narrada a navegação do Rio Vermelho (Brasil), examinada por Tomás de Sousa Vila Real e mandado executar por Francisco de Sousa Coutinho. A viagem começou no dia 22 de Dezembro de 1792 e terminou no dia 27 de Fevereiro de 1793. Ao longo desta viagem refere a chegada a uma ilha chamada Bananal e o encontro com os índios das nações Tapirapé, Tesemadu e Carajás. Descreve os diversos confrontos com índios das nações Ximbevá e Apinajé armados com arcos e flechas, assim como a captura de uma índia com duas filhas junto a um campo de mandioca, bananas e batatas. Refere a Fortaleza de Alcobaça, perto do Rio Paramirim. Contém ainda a viagem de regresso, que começou no dia 10 de Julho de 1794 e terminou a 9 de Novembro de 1794, relatando mais confrontos com índios Apinajé e a chegada a uma aldeia de índios Carajás
304		\$aTít. no Inventário dos Manuscritos. Secção XIII. Colecção Pombalina: «Navegação do Rio Vermelho, examinada por Thomaz de Souza Villa Real, por ordem de D. Francisco de Sousa Coutinho, capitão general do Grão-Pará»
304		\$aTít. na lombada: «Ultramar. Governo militar e civil dos Estados da India e Brazil. 33»
304		\$aTomás de Sousa Vila Real (fl. 1792) terá nascido no Brasil; empreendeu a navegação do Rio Vermelho (1792-1793), a mando de Francisco de Sousa Coutinho. Publicou «Viagem pelos rios Tocantis, Araguaya, e Vermelho», inserta na «Revista trimestral do Brasil», vol. suplementar (1848), p. 401-444
307		\$aCom reclamos na parte inferior do fólio
307		\$aFiligranas: Brasão com as iniciais G, M, T, com uma cruz encimada
307		\$aNumeração de expoente atribuído segundo a contagem de José António Moniz
316		\$aEstá contido num livro encadernado em pele sobre pasta de cartão
316		\$aPequenas manchas de acidez e humidade
316		\$aAnteriormente cotado em PBA. 642//50
321	1	\$aSobre Tomás de Sousa Vila Real: Inocênciao 7, p. 356
321	1	\$aDescrito em: Bibliotheca Nacional de Lisboa. Inventario dos Manuscritos. Secção XIII. Colecção Pombalina / [José António Moniz]. - Lisboa : Biblioteca Nacional, 1891
327	1	\$aEnc. com cartas, papéis oficiais dos governos da Índia e Brasil, até 1803; Guerra com Espanha, 1707, etc. e documentos vários (cfr. descrição bibliográfica geral do Códice: PBA 642)
518		\$aNavegação do Rio Vermelho, vista, e examinada por Thomaz de Souza Vila Real por ordem do Ilustríssimo, e Excelentíssimo Senhor D. Francisco de Sousa Coutinho Governador e Capitão da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará
700	1	\$aVila Real,\$bTomás de Sousa,\$ffl. 1792
712	0 1	\$aGrão-Pará.\$bGovernador,\$c1790-1803 (Francisco de Sousa Coutinho)
801	0	\$aPT\$bBN\$gRPC
966		\$sF. 1631\$tMICROF
966		\$sPBA. 642//50\$tRESMAN

Apêndice J – Conjunto documental.

PBA. 625

DOCUMENTO N.º 1

1734, Dezembro, 16, Porto – [Carta de Francisco Correia Pedrosa, dirigida a Bento Demages sobre negócios e outros assuntos relacionados com o vinho do Douro, incluindo um carregamento para o Brasil].

Estão referidos vários assuntos, inclusive a preparação de cem pipas de vinho do Douro para o Brasil. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//10, fólio 20.

DOCUMENTO N.º 2

1736, Junho, 4, Porto – [Carta de Francisco Correia Pedrosa, dirigida a Bento Demages, relacionada com o carregamento de vinho para várias partes do Reino, como o Brasil.

Trata de diversos assuntos, com destaque para o embarque de uma grande quantidade de vinho para o Brasil. Contém referências ao capitão Landefield. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//14, fólios 26-27.

DOCUMENTO N.º 3

1746, Outubro, 12, Belém do Pará – [Registos de compra de índios cativos por conta de Manoel Lopes da Cunha com "Tropa de Resgates" assinados pelo padre examinador José de Moraes].

Constituído por 14 registos de compra de 9 índias da nação Juralá (Gerelencarou, Mavalaneru, Chalaho, Maneperu, Laivererou, Xumuu, Capenau, Ajumim, Motherou), 3 índios da nação Juralá (Camuaca, Alay, Paluami) e de 2 índias da nação Orumi (Mehenau, Pilacayo). Estão assinados por José de Moraes e Calisto Ferreira. Originais assinados.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//26, fólios 44-50.

DOCUMENTO N.º 4

1748, Setembro, 28, Rio Negro (Grão-Pará e Maranhão) – [Relato da vistoria efetuada às fortalezas de Gurupá, Carú, Tupajós, Pauxis, e Rio Negro, entre outras].

Trata de um relatório relativo às visitas efetuadas às fortalezas do "Rio das Amazonas", descrevendo o estado de conservação das mesmas, e mencionando os capitães que as chefiavam; referem-se os "índios agregados" às fortalezas, assim como aspetos relacionados com o armamento e munições das mesmas. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//27, fólios 51-52v.

DOCUMENTO N.º 5

1751, Fevereiro, 23, Belém do Pará – [Carta relatando o desleixo verificado no funcionamento de algumas fortalezas ao longo do Rio Negro, por parte do Capitão João Rodrigues da Cruz, entre outros].

Descrevem-se as circunstâncias em que se encontram algumas fortalezas e guarnições existentes ao longo do Rio Negro, destacando-se a negligência de alguns capitães como João Rodrigues da Cruz, que durante o seu comando permitiu que os soldados passassem fome, não zelando ainda pelas condições da fortaleza. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//28, fólios 53-54.

DOCUMENTO N.º 6

[Depois de 1751], [Rio Negro, Grão-Pará e Maranhão] – Notícia verídica sobre o que obrou M[anu]el Dias Cardoso no Rio Negro, sendo lhe apresentada huma portaria do Ill[ustríssi]mo e Ex[celentíssi]mo S[e]n[h]or Gen[er]al a respeito de entregar pella dita portaria aos P[adr]es da Conceição a filha do principal Macopí.

Notícia das obras efetuadas por Manuel Dias Cardoso ao longo do Rio Negro, referindo os índios Macopí, os Missionários da Conceição, o Sargento Manuel de Moraes Zurate e o Sargento-Mor Francisco de Andrade. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//29, fólios 55-56v.

DOCUMENTO N.º 7

1754, Abril, 27, Fortaleza (Pernambuco) – [Carta pessoal de Manuel José de Lima ao seu compadre].

Carta de Manuel José de Lima ao seu compadre sobre assuntos relacionados com viagens. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//30, fólio 57.

DOCUMENTO N.º 8

1751, Agosto, 14, São Luís do Maranhão – [Carta do Padre António Machado referindo a necessidade de aumentar o número de fiéis na zona do Rio Mearim (S. Luís do Maranhão)].

Carta do Padre António Machado referindo a necessidade de "no Ryo Mearim agregar ao Rebanho da Igreja essas miseráveis ovelhas que nunca entrarão no Curral do Senhor". Refere os meios utilizados para a salvação das almas dos índios, assim como o funcionamento de escolas em aldeias do Pará e da cidade de S. Luís. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//31, fólios 58-60.

DOCUMENTO N.º 9

1751, Outubro, 8, Fortaleza da Barra (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta do Tenente da Fortaleza da Barra, Armíndio Dúcio Duarte, sobre o Grão Pará].

O tenente da Fortaleza da Barra, Armíndio Dúcio Duarte, destaca a chegada de uma entidade muito importante ao "País do Gram Pará". Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//32, fólio 61.

DOCUMENTO N.º 10

1751, Outubro, 13, Maricá (Rio de Janeiro) – [Carta de Lourenço Fernandes sobre uma remessa de caranguejos, entre outros assuntos].

Trata de assuntos relacionados com alimentação. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//33, fólio 62.

DOCUMENTO N.º 11

[Depois de 1751], Pará – [Carta dirigida a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, com uma petição para a concessão de licença para a construção de um seminário].

Refere uma petição relacionada com a concessão de uma licença para a construção de um seminário, assim como outros assuntos relacionados com as rendas e os rendimentos das fazendas. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//34, fólio 63v.

DOCUMENTO N.º 12

1751, Outubro, 15, Rio Mearim (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta com relatório sobre o Rio Mearim e outros assuntos sobre o Pará].

Trata de vários assuntos sobre o Rio Mearim, incluindo uma breve referência ao Padre Jesuíta Gabriel Malagrida. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//35, fólio 64.

DOCUMENTO N.º 13

1751, Dezembro, 29, Maranhão – [Carta do Bispo do Maranhão, Dom Francisco de São Tiago, dirigida a Francisco Xavier de Mendonça Furtado com um pedido de recomendação ao Secretário de Estado, o Marquês de Pombal].

Trata de um pedido de recomendação por parte do Bispo do Maranhão a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para que interceda junto do Marquês de Pombal, seu irmão. Também refere o pedido de perdão para o padre Leandro de Mattos. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//37, fólio 66.

DOCUMENTO N.º 14

1752, Dezembro, 27, Rio Negro (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de Manuel Dias Cardoso sobre a Aldeia de S. Elias do Jaú, no Rio Negro, com referências ao Capitão Francisco Pedro de Mendonça Gorjão e a assuntos relacionados com os índios Macupí].

Trata de diversos assuntos sobre a Aldeia de S. Elias do Jaú, no Rio Negro, com referência ao Capitão Francisco Pedro de Mendonça Gorjão e aos índios Macupí, com destaque para a prisão de um Principal Macupí. Também existem referências a Francisco Portilho, Fr. Josepe da Trindade e alguns missionários. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//38, fólios 67-68.

DOCUMENTO N.º 15

1752, Fevereiro, 18, Porto – [Carta de Francisco Xavier de Andrade para Fr. José da Magdalena relatando diversos assuntos relacionados com a administração e negócios na região de Maricá].

Destacam-se nomes como o Capitão Francisco Portilho, o Capitão Paulino da S.^a (?), o Sargento Manuel de Moraes Castro e o Capitão Pedro de Braga. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//39, fólios 69-70.

DOCUMENTO N.º 16

[Depois de 1752], [Pará] – Lista do de[s]cim[ento] que traz Manoel da Senpeão do Rio dos Maguhus; e o leva a presença do Ill[ustríssi]mo e Ex[celentíssi]mo S[e]n[h]or G[e]n[er]al.

Lista de negros e índios da nação Mururihá. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//40, fólio 71.

DOCUMENTO N.º 17

1752, Fevereiro, 25, Rio Negro (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de João Rodrigues da Cruz, Capitão-mor de uma das fortalezas do Rio Negro (Amazonas), indicando quais os habitantes que irão ocupar as zonas do Gurupá e Cametá].

Carta do Capitão do Rio Negro sobre o povoamento das zonas do Gurupá e Cametá. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//41, fólio 72.

DOCUMENTO N.º 18

1752, Fevereiro, 20, Rio Negro (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de Francisco Portilho de Melo dirigida ao Sargento Manoel de Moraes Castro, referindo o transporte de mantimentos e de gentios pelo Rio Negro (Amazonas)].

Trata de informações acerca do transporte de mantimentos e índios pelo Rio Negro, perto do Rio Amazonas. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//42, fólio 73.

DOCUMENTO N.º 19

1752, Fevereiro, 25, Fortaleza de Jesus, Maria, José (Rio Negro, Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de João Rodrigues da Cruz, sobre assuntos relacionados com a administração da Fortaleza Jesus, Maria, José, com referências às Missões e aos índios Tapajós].

Referem-se diversos assuntos relacionados com a administração da fortaleza, com referência aos índios Tapajós e aos missionários, destacando os seguintes nomes: os capitães Manoel Dias, João Pays de Amaral e António Rodrigues, os padres missionários Achilles Maria Avogadri e Manoel Ribeiro, o soldado Joseph Sylvestre, José da Cunha, Constantino de Athaide, Pedro de Braga, Basílio Pedro, Manoel da Motta, Manoel de Braga. Menciona os rios Negro, Caboris, Solimões, as minas de Maricá, Jaú e outros assuntos relacionados com as mortes de portugueses na região, provocadas por índios. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//43, fólios 74-75v.

DOCUMENTO N.º 20

1752, Maio, 3, Rio Negro (Grão-Pará e Maranhão) – [Inventário dos bens pertencentes a António Correa Nunes assassinado pelos seus escravos, durante a viagem para a cidade da Ilha de Matari].

Trata de um inventário que mandou fazer o capitão da Fortaleza João Rodrigues da Cruz sobre os bens pertencentes ao defunto António Correa Nunes, que foi morto pelos seus escravos depois de ter vindo de viagem para a cidade da Ilha de Matari, de acordo com os seus escravos que ficaram e vieram por sua espontânea vontade recolher-se à fortaleza. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//44, fólios 76-77v.

DOCUMENTO N.º 21

1752, Maio, 17, Rio Negro (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de Francisco Portilho e Melo para o Capitão Francisco Serrão de Oliveira, do Rio Negro (Amazonas), pedindo novos mantimentos].

Pedido de mantimentos com referência ao abastecimento de milho e mandioca. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//45, fólios 78-79v.

DOCUMENTO N.º 22

1752, Maio, 17, Rio Negro (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de Francisco Portilho e Melo dirigida ao Capitão-mor João Baptista de Oliveira sobre uma viagem à Fortaleza do Macapá].

Carta enviada por Francisco Portilho e Melo ao capitão-mor João Baptista de Oliveira, referindo-se a uma viagem efetuada à Fortaleza do Macapá, com o objetivo de tratar de diversos assuntos, entre os quais um deferimento que deverá entregar. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//46, fólios 80-81v.

DOCUMENTO N.º 23

1752, Julho, 27, Rio Negro (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de Euquério Ribeiro de Passos dando conta da fuga de alguns dos seus aldeãos].

Euquério Ribeiro de Passos refere que foi nomeado Capitão-mor dos descimentos da Aldeia de Japorá, por José da Magdanella. Destaca a fuga de alguns dos seus «aldeanos» pedindo mais população para a aldeia. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//47, fólios 82-83v.

DOCUMENTO N.º 24

1752, Julho, 30, Santa Anna de Coari (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta do Frei Caetano Josepe da Gama para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, com informações sobre a Aldeia de Santa Ana de Coari].

Carta dirigida a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, da parte do Fr. Caetano Josepe da Gama, informando-o acerca da Aldeia de Santa Anna de Coari. Refere a oferta de uma caixa com dois papagaios. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//48, fólios 84-85v.

DOCUMENTO N.º 25

1752, Janeiro, 20, [Grão-Pará e Maranhão] – Lista da gente q[u]e veyo em acanoa grande q[u]e comandava o ajudante Anicetto Francisco de Távora, q[u]e chegou aqui a esta Povoação em 20 de Jan[ei]ro de 1752.

Lista com 113 pessoas "entre grandes e pequenas", que chegaram a uma povoação não referida. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//49, fólios 86-87.

DOCUMENTO N.º 26

1752, Janeiro, 31, São José de Macapá (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de João Baptista de Oliveira para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, relacionada com assuntos da Povoação de São José de Macapá, no Rio Amazonas].

Refere a manutenção da paz nas povoações da região, o aumento de plantações para o sustento do povo e a necessidade de sementes e alimentos, como legumes, milho e frutas. Mencionam-se as doenças mais graves da região e a falta de assistência e alimentos para os doentes, em que também se incluem os índios

da região. Destaca a chegada de ferramentas em canoas, referindo o nome do ajudante Anicetto Francisco de Távora e de um sargento que trouxe doze índios para cortar madeira, assim como a prisão do soldado Diogo Martins de Braga pelo Capitão do Carú. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//50, fólios 88-89.

DOCUMENTO N.º 27

[Depois de 1752], [Grão-Pará e Maranhão] – Lista da gente que veyo em acanoa grande da qual recabeu o sarg[en]to Jacinto José, q[ue] chegou aqui em 6 de Fevreyro de 1752.

Lista de 62 pessoas que chegaram numa canoa, juntamente com outras mercadorias (barris de vinagre, tubos de latão, óleos, remédios, sal, etc.). Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//51, fólio 90.

DOCUMENTO N.º 28

[Depois de 1752], [Grão-Pará e Maranhão] – Lista dos soldados q[ue] vierão com os ajudantes Anicetto Fr[ancisc]o de Távora e José de S. Payo.

Nesta lista encontram-se dois grupos de soldados que foram trazidos pelos ajudantes Aniceto Francisco de Távora e José de S. Paio. Um dos grupos pertence à Companhia de Amaral e contabiliza 4 soldados; o outro grupo pertence à Companhia de Moraes, com 6 soldados. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//52, fólio 91.

DOCUMENTO N.º 29

[Depois de 1752], [Grão-Pará e Maranhão] – Relação das pessoas que tem em seu poder roupa do sold[a]do Joaquim José da Comp[anhia] do Cap[it]am João Paes.

Lista de pessoas que ficaram com a roupa do soldado Joaquim José. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//53, fólio 92.

DOCUMENTO N.º 30

[Depois de 1752], [Grão-Pará e Maranhão] – Lista do que hé preciso p[ar]a os sold[ad]os de Macapá.

A lista contém referências ao material necessário para os soldados de Macapá, como armas e fardamento. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//54, fólio 93.

DOCUMENTO N.º 31

1752, Fevereiro, 20, Rio Negro (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de Frei José de Madalena destacando alguns acontecimentos na região do Rio Negro].

Relato de diversos acontecimentos referentes ao Rio Negro e a S. Eliseu de Maricá, com indicações sobre os índios da região. Destaca nomes como José da Costa Bacelar, Pedro de Braga e Manoel Dias Cardoso. Refere os confrontos que ocorreram na Aldeia de S. Elias de Jaú, que provocaram muitas baixas e danos. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//55, fólios 94-95v.

DOCUMENTO N.º 32

1752, Fevereiro, 20, São José de Macapá (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de João Baptista de Oliveira a Francisco Xavier de Mendonça Furtado relatando as novidades mais importantes da Fortaleza de São José de Macapá no Rio Amazonas, com referências ao Pará].

Descrevem-se alguns acontecimentos, como a fuga de índios e as doenças que afectam a população, assim como a necessidade de obter sementes para cultivar, fardamento para os soldados, etc. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//56, fólios 96-97.

DOCUMENTO N.º 33

[Depois de 1752], [Grão-Pará e Maranhão] – [Carta de João Baptista de Oliveira destacando a necessidade de fornecer armas e ferramentas aos moradores da região].

Pretende demonstrar a necessidade de fornecer armas e ferramentas aos moradores da região; refere-se o número de casais armados. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//57, fólio 98.

DOCUMENTO N.º 34

1752, Abril, 8, [Belém do Pará] – [Carta de José de Matos Cardoso a Francisco Xavier de Mendonça sobre assuntos relacionados com o Estado do Grão Pará e Maranhão].

Trata de assuntos sobre o Estado do Grão-Pará e Maranhão, referindo o Capitão General, a frota de Pernambuco, D. Teresa Luísa de Mendonça e o Alferes José Gomes da Cruz. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//58, fólios 99-100v.

DOCUMENTO N.º 35

1752, Julho, 3, Gurupá (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de Manuel de Conde Pais a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a região de Gurupá].

Referem-se os danos provocados pelas formigas nas terras de cultivo, assim como o procedimento utilizado para resolver o problema. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//59, fólios 101-102 v.

DOCUMENTO N.º 36

1752, Agosto, 6, Rio Negro (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de Manuel Dias Cardoso ao Capitão-mor José Miguel Aires, com referências aos índios e missionários].

Descrevem-se diversos assuntos relacionados com os índios e os missionários, nomeadamente os padres do Carmo. Francisco Portilho é referido nesta carta, assim como o Capitão Lourenço Belforte. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//60, fólios 103-104.

DOCUMENTO N.º 37

1752, Agosto, 10, Rio Negro (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de Manuel Dias Cardoso sobre as relações com os índios Macupí].

Refere-se a situação em que Francisco Portilho aprisionou algumas mulheres e os seus filhos; menciona-se a bandeira da Tropa de Resgates. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//61, fólios 105-106.

DOCUMENTO N.º 38

1752, Agosto, 12, Fortaleza do Gurupá (Rio Negro, Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de Francisco Xavier de Andrade sobre diversos assuntos relacionados com o Rio Negro, destacando os índios Macupí, a Fortaleza do Gurupá e o Capitão Manuel Dias Cardoso].

Refere os religiosos que têm acompanhado os índios, principalmente os que pertencem à Aldeia de Gurupatyba. Outros nomes referenciados nesta carta: Manuel da Costa, Ignácio Sanches de Brito, Manuel Mendes Balieiro (soldado), Frederico Aranha, José Constantino, João de Sousa, António de Braga, Manuel Serrão, Manuel da Gaia, António de Moura, Luís Rodrigues, Achilles Maria, Francisco Portilho e Gerardo Correia. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//62, fólios 107-108v.

DOCUMENTO N.º 39

1752, Agosto, 16, Rio Negro (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de João Rodrigues da Cruz sobre a Fortaleza de Jesus, Maria e José, descrevendo acontecimentos relacionados com índios e missionários].

A carta constitui a resposta a outra enviada da Fortaleza do Gurupá a 12 de Junho. Descreve a chegada de navios à Fortaleza de Jesus, Maria e José, assim como a fuga de índios e escravos; trata de diversos assuntos relacionados com a administração da fortaleza. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//63, fólios 110-113.

DOCUMENTO N.º 40

1752, Agosto, 17, São Eliseu de Maricá (Rio Negro, Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de Frei José da Madalena sobre diversos acontecimentos ocorridos ao longo do Rio Negro, referentes aos índios e missionários].

Carta escrita no Hospício e Missão de S. Eliseu de Maricá, como resposta a uma carta recebida da Fortaleza do Gurupá no dia 12 de Junho de 1752. Refere as roças que estão a ser desenvolvidas ao longo do Rio Solimões e a distribuição de roupas pelos índios, a Mina de S. Paulo, as missões no rio dos Japurás e as aldeias do Rio Negro. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//64, fólios 114-116.

DOCUMENTO N.º 41

1752, Dezembro, 26, Belém do Pará – [Carta do Bispo do Pará, D. Francisco de S. Tiago, sobre os índios Tabapará].

Trata de assuntos sobre a situação dos índios Tabapará e está dirigida a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//65, fólio 117.

DOCUMENTO N.º 42

1753, Janeiro, 22, Gurupá (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de Manuel de Azevedo Aragão Sarmento, dirigida a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre assuntos relacionados com os índios e a guarnição das fortalezas].

Trata diversos assuntos referentes aos índios da região do Gurupá, como a utilização de índios nas campanhas militares ao longo do Rio Negro. Também descreve a falta de pólvora na Fortaleza do Gurupá, relatada pelo Alferes João Falcato e a existência de mocambos. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//66, fólios 118-119.

DOCUMENTO N.º 43

1753, Março, 18, São José de Macapá (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de João Baptista de Oliveira, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em que descreve a situação dos índios da Aldeia de Santa Anna e outros assuntos, como a agricultura, a escassez de alimentos e o armamento das fortalezas].

Relata-se a escassez de alimentos da povoação, a chegada de canoas com os mantimentos necessários e a destruição de grande parte das colheiras pelas formigas, assim como as condições em que se encontram o gado e as sementeiras. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//67, fólhos 120-123.

DOCUMENTO N.º 44

1753, Março, 18, São José de Macapá (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta do padre Miguel Ângelo, pedindo auxílio para as suas tarefas, devido ao seu débil estado de saúde].

A carta foi enviada pelo Padre Miguel Ângelo, dando conta dos seus problemas de saúde, devido ao pouco, ou nenhum, sustento do forte de S. José do Macapá. Pede que enviem ajuda, pois não tem condições para tratar sozinho de todos os assuntos desta povoação. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//68, fólhos 124-125.

DOCUMENTO N.º 45

1753, Março, 18, Rio Negro (Grão-Pará e Maranhão) – [Lista de índios que chegaram ao Rio Negro com o capitão Francisco Portilho de Melo].

Nesta lista estão contidos diversos nomes de índios das seguintes nações: Ariqueaná, Bayana, Mabana e Baré. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//69, fólhos 126-129.

DOCUMENTO N.º 46

1753, Março, 19, São José de Macapá (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de João Baptista de Oliveira a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre diversos assuntos relacionados com a povoação de S. José de Macapá, com destaque para os índios Tapuya].

Descreve diversos assuntos sobre a povoação de S. José de Macapá, nomeadamente os índios Tapuya e a tesouraria dos resgates. Refere ainda Francisco Portilho de Melo, o alferes Tomás Luís Teixeira e o Procurador do Carmo, o padre José da Companhia de Jesus. No fól. 132 existe uma lista de pessoas a quem foi concedida autorização para se deslocarem à cidade. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//70, fólhos 130-132.

DOCUMENTO N.º 47

1753, Março, 20, São José de Macapá (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de João Baptista de Oliveira, autorizando Manuel Espinosa Cardoso a dirigir-se até à cidade do Pará (Belém) para tratar dos seus problemas de saúde].

Nesta carta, João Baptista de Oliveira autoriza Manuel Espinosa Cardoso a ir até à cidade do Pará (Belém), para curar os seus achaques, de que padece regularmente. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//71, fólhos 133-135.

DOCUMENTO N.º 48

1753, Cadeia do Limoeiro (Lisboa) – [Carta de Sebastião de Siqueira Chaves dirigida a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, sobre a sua prisão na Cadeia do Limoeiro, pedindo que o envie de volta para o Estado do Grão-Pará e Maranhão].

Trata de uma carta escrita na Cadeia do Limoeiro, onde Sebastião de Siqueira Chaves se encontra preso. Refere que merece todos os infortúnios por que tem passado na cadeia e que o castigo é justo devido a todos os males que causou devido aos seus vícios, entre outros assuntos. Assim, pede a protecção de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e que lhe possa valer enviando-o de Lisboa para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, onde se responsabilizará por tudo o que fez. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//72, fólios 134-135.

DOCUMENTO N.º 49

1753, Março, 21, Aldeia Nova de Santa Ana (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de Francisco Portilho e Melo sobre o transporte de índios para o Macapá].

Descreve o transporte de índios para o Macapá e os problemas daí resultantes. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//73, fólios 136-137.

DOCUMENTO N.º 50

1753, Março, 21, São José de Macapá (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de Francisco Serrão de Oliveira dando conta de assuntos relacionados com a guarnição da povoação de S. José de Macapá].

Esta carta foi escrita no Presídio de S. José de Macapá, descrevendo diversos assuntos relacionados com a guarnição e com os oficiais das fortalezas da região. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//74, fólios 138-139.

DOCUMENTO N.º 51

1753, Março, 23, [Brasil] – [Carta de Francisco Portilho e Melo sobre uma queixa apresentada].

Esta carta refere que Francisco de Almeida pede uma informação acerca da queixa apresentada pela sogra de um soldado. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//75, fólios 140-141.

DOCUMENTO N.º 52

1753, Maio, 23, Aldeia de Santa Ana de Macapá (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de Francisco Portilho e Melo sobre diversos assuntos referentes aos índios e à Aldeia de S. Anna de Macapá].

A carta descreve diversos assuntos referentes aos índios, como o seu transporte para a Aldeia de S. Anna e outras situações relacionadas com a saúde dos índios. Refere a entrega de panos a algumas das mulheres

da aldeia, destacando o alferes Tomás Luís Teixeira, o capitão-mor João Baptista de Oliveira e o sargento Manuel de Morais Castro. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//76, fólios 142-143.

DOCUMENTO N.º 53

1753, Maio, 24, Lisboa – [Carta de Caetana Alberta Paganina dirigida a Francisco Xavier de Mendonça, governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, agradecendo a protecção que tem dado à sua família].

Trata de agradecer todo o tratamento e a protecção que o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão tem dado à sua família, especialmente ao seu filho Pedro. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//77, fólios 145-146.

DOCUMENTO N.º 54

1753, Maio, 31, Lisboa – [Carta de Gonçalo Silveira Pinto a Francisco Xavier de Mendonça sobre assuntos relacionados com o Estado do Grão-Pará e Maranhão, no que diz respeito aos índios, aos missionários e à defesa das povoações].

A carta elogia o bom trabalho que Francisco Xavier de Mendonça Furtado fez no Estado do Grão-Pará e Maranhão, destacando a abertura do caminho para as minas e o estabelecimento da sua defesa. Refere ainda a conclusão da nova povoação de Macapá, assim como as instruções dadas a um missionário do rio Mearim, que denunciou a falta de liberdade dos índios, o seu injusto tratamento e o contínuo abuso das ordens. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//78, fólios 147-148.

DOCUMENTO N.º 55

1753, Junho, 1, Lisboa – [Carta de Manoel de Saldanha de Albuquerque dirigida a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará e Maranhão, sobre o ajudante de Infantaria com exercício de Engenheiro, chamado Adam Leopoldo de Breuning].

Refere um pedido de Manoel de Saldanha de Albuquerque para que Francisco Xavier de Mendonça Furtado receba Adam Leopoldo de Breuning, por quem tem uma grande estima, recomendando os seus serviços. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//79, fólios 149-150.

DOCUMENTO N.º 56

1753, Julho, 6, São José de Macapá (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de Miguel Ângelo de Moraes para o sargento José Francisco referindo o seu estado de saúde].

Na carta Miguel Ângelo de Moraes refere que se encontra de perfeita saúde, agradecendo as honras que o sargento José Francisco lhe fazia. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//80, fólio 151.

DOCUMENTO N.º 57

1754, Maio, 29, Aldeia de Nossa Senhora da Piedade e São Francisco (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta do capelão António Machado referindo assuntos relacionados com os índios Tapuias].

Refere-se o levantamento dos índios Tapuya, e algumas doenças sofridas pelos índios. Descreve-se a vinda do padre Francisco Ribeiro; menciona-se os índios Guégués, o Maranhão e o Rio Mearim. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//81, fólios 153-154.

DOCUMENTO N.º 58

1754, Junho, 5, São Luís do Maranhão – [Carta de Ricardo de Bairros sobre o inventário de seu pai Teófilo de Bairros].

A carta de Ricardo de Bairros refere o procedimento acerca do inventário de seu pai Teófilo de Bairros. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//82, fólios 155-156.

DOCUMENTO N.º 59

1754, Junho, 26, Maranhão – [Carta de Miguel Carlos de Faria Machado sobre assuntos relacionados com um navio].

Descreve que Miguel Carlos de Faria Machado recebeu uma carta de 17 de Dezembro, referindo que o Governador havia despedido a conta no navio. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//83, fólios 157-158.

DOCUMENTO N.º 60

1756, Julho, 2, Lisboa – [Carta sobre uma expedição de guerra contra o gentio Guégué, Aerôa e Cobimbira].

A carta é dirigida ao governador da capitania de S. Luís do Maranhão, sobre uma expedição de guerra que foi feita contra o gentio Guégué. Refere que João do Rego Castelo Branco fez vários presos da nação Timbira. Refere que na Provedoria do Maranhão não há meios para se fazer guerra contra as nações da capitania do Piauty. É uma cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//84, fólio 159.

DOCUMENTO N.º 61

1756, Agosto, 10, Rio Negro (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa, Governador da Capitania do Maranhão, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre assuntos relacionados com ataques de índios como os Timbiras e os Guégués].

A carta refere a visitação do Provincial da Companhia que avisou para o grande perigo de vida em que se encontrava o padre António Machado entre os gentios Gamelas, reforçando a necessidade de melhorar a guarnição. Refere um missionário alemão da Companhia de Jesus, que está instalado na margem do Rio Pindarí, junto da aldeia do Carará. Refere a Vila demarcada de Macupurú (Manacapuru?) e a Vila da Mocha. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//85, fólios 160-162.

DOCUMENTO N.º 62

1756, Setembro, 4, Maranhão – [Carta de Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa, Governador da Capitania do Maranhão, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dando conta de diversos assuntos sobre o Grão-Pará e Maranhão].

Esta carta refere a chegada de um navio que pertenceu aos padres da Companhia (Jesuítas), tendo sido comprado por alguém da Praça desta cidade, e que havia saído em Junho passado, fretado para o Pará. Refere Sebastião José de Carvalho e Melo e a vinda para o Pará de João da Silva e o seu irmão. Descreve o carregamento de panos e de galinhas para o Pará. Contém uma nota adicional sobre bulas papais. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//86, fólios 163-165.

DOCUMENTO N.º 63

1756, Outubro, 9, Vila da Mocha (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta dos oficiais da Câmara da Vila da Mocha para o Governador da Capitania do Maranhão, Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa, sobre assuntos relacionados com legislação e administração].

Esta carta refere assuntos de legislação e administração, assim como assuntos relacionados com os índios Guégué e Timbira, que se pretendem extinguir na freguesia de Gurugueya, sendo necessário convocar o mestre de campo da Serra de Hibiapada que, juntamente com os seus índios deve fazer a guerra ao gentio. Refere igualmente assuntos acerca de mantimentos, gado e pastos. É uma cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//87, fólios 166-167.

DOCUMENTO N.º 64

1757, Fevereiro, 23, Vila da Mocha (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta de Pedro Cardoso Pinto, juiz ordinário da Vila, sobre legislação].

Esta carta refere que alguns amotinadores e perturbadores do tempo do Doutor José Marquez, ouvidor desta capitania, estão admitidos na Vila da Mocha com cartas de seguro. É uma cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//88, fólio 168.

DOCUMENTO N.º 65

1757, Fevereiro, 24, Vila da Mocha (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta do Juiz ordinário da Vila da Mocha, Pedro Cardoso Pinto, ao desembargador Manuel Sarmento, sobre assuntos de legislação e justiça].

Refere assuntos de legislação e justiça, destacando o desembargador Manuel Cipriano de Sousa Lobo, e faz referência ao Governador João Rodrigues Covette e a António Rodrigues Chaves. Também destaca a chegada dos perturbadores e amotinadores do tempo do Doutor José Marques, referindo as respetivas cartas de seguro que foram concedidas. É uma cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//89, fólio 169.

DOCUMENTO N.º 66

1757, Março, 8, Maranhão – [Carta de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, Governador da Capitania do Maranhão, dirigida a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a respeito da guerra contra os índios].

Refere diversos assuntos a respeito da guerra contra os gentios (índios). Destaca o mestre de campo do Ibiapaba e os seus índios. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//90, fólios 170-171v.

DOCUMENTO N.º 67

1757, Abril, 30, Maranhão – [Carta de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, Governador da Capitania do Maranhão, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as cartas que o juiz da Vila da Mocha lhe enviou].

Gonçalo Pereira Lobato e Sousa refere nesta carta que, na ausência do Desembargador Manuel Sarmento, recebeu umas cartas do juiz da Vila da Mocha, cujas cópias serão enviadas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Descreve o seu primeiro encontro com o juiz em 1754, referindo as perturbações provocadas naquela vila por parte do ouvidor José Marques. Refere o Conde de Arco e o Desembargador Ouvidor manuel Cipriano da Silva Lobo, assim como o falecimento do Desembargador Intendente João da Cruz Dinis Pinheiro. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//92, fólios 174-175v.

DOCUMENTO N.º 68

1757, Junho, 23, São Luís do Maranhão – [Carta escrita pelo secretário do governo da Capitania do Maranhão, Bernardino José Pereira de Castro, sobre os termos decididos pela reunião da Junta, no Palácio da Presidência do Governador dessa Capitania].

Esta carta trata de vários assuntos, nomeadamente das injustiças cometidas contra os índios, que têm sido capturados e mantidos cativos em grande número, sendo tratados com enorme tirania na sua dura escravidão. Destaca outros assuntos sobre a legislação indigenista, como o Alvará com força de Lei de 7 de Junho de 1755. É uma cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//93, fólio 176.

DOCUMENTO N.º 69

1757, Junho, 15, São Luís do Maranhão – [Carta escrita por Bernardino José Pereira de Castro, secretário do Governo da Capitania de São Luís do Maranhão, a mando de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, sobre legislação indigenista].

Esta carta aborda assuntos sobre legislação indigenista, como as penas e multas aplicadas aos que desviam os índios das suas aldeias para trabalharem ilegalmente nas suas próprias fazendas. Refere a cidade de Belém do Pará, como destino dos que não cumprem as condições referidas na carta. É uma cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//94, fólio 177.

DOCUMENTO N.º 70

1757, Junho, 23, São Luís do Maranhão – [Carta escrita por Bernardino José Pereira de Castro, secretário do Governo da Capitania de São Luís do Maranhão a mando de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, sobre legislação indigenista].

Esta carta refere a Lei de 6 de Junho de 1755, que foi publicada em São Luís do Maranhão na manhã do dia em que esta carta foi escrita, 23 de Junho de 1757, em que declara que os índios devem ser livres e constituídos na sua antiga e natural liberdade. Destaca outros assuntos relacionados com a legislação indigenista. É uma cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//95, fólio 178.

DOCUMENTO N.º 71

1757, Junho, 20, São Luís do Maranhão – [Carta de Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa, Governador da Capitania do Maranhão, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a seda produzida na Capitania do Maranhão].

Refere a qualidade dos bichos-da-seda que existem nos matos da capitania do Maranhão, descrevendo o envio de exemplares para verificarem essa mesma qualidade. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//96, fólios 180-181v.

DOCUMENTO N.º 72

1757, Junho, 26, Maranhão – [Carta de Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa, Governador da Capitania do Maranhão, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre legislação indigenista e outros assuntos relacionados com a guerra].

Refere a convocatória da Junta e a nomeação de novos deputados, com o intuito de discutir assuntos relacionados com a legislação indigenista e a guerra contra os índios. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//97, fólios 182-183v.

DOCUMENTO N.º 73

1757, Julho, 5, Maranhão – [Carta de Vicente Ferreira da Costa sobre o transporte de escravos em galeras].

Destaca-se a entrada no porto da galera Santo António, vinda de Lisboa, tendo passado por Cabo Verde na semana de Ramos, tendo transportado o governador Manuel António de Sousa Menezes, pai do tenente João de Sousa. Refere o capitão José Gabriel Ferreira, que saiu na companhia da galera São Sebastião, do capitão Felipe Gabriel. Destaca também a saída de um outro navio, o Grão-Turco, para Angola. Todos estes navios levavam escravos. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//98, fólios 184-185v.

DOCUMENTO N.º 74

1757, Setembro, 12, Maranhão – [Carta de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, Governador da Capitania do Maranhão, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre assuntos relacionados com a justiça e legislação].

Refere diversos assuntos relacionados com a justiça e legislação, com destaque para a prisão de um contratador e todo o processo judicial. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//99, fólios 186-187v.

DOCUMENTO N.º 75

1757, Setembro, 6, São Luís do Maranhão – Traslado do auto Sumario que mandou fazer o Doutor Dezembargador Ouvidor Geral Diogo da Costa Sylva Corregedor Provedor desta Comarca na presença do Illustrissimo Governador desta Cappitania Gonçalo Pereyra Lobato e Souza para perguntar testemunhas pello conteúdo nelle.

Refere um caso em que o arrematador do contrato das aguardentes de São Luís do maranhão, chamado Manuel de Almeida, terá proferido umas palavras menos próprias contra o mestre pedreiro João de Oliveira, que trabalhava nas casas de Francisco Gomes Lima. Todo o processo é descrito nesta carta. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//100, fólios 188-195.

DOCUMENTO N.º 76

1757, Setembro, 1, São Luís do Maranhão – Traslado do auto d[e] perguntas que fez o Doutor Dezembargador Ouvidor Geral Diogo da Costa Sylva em presença do Illustrissimo Governador desta Cappitania Gonçalo Pereira Lobato e Souza ao prezo Manoel d[e] Almeyda.

Foi redigida por João Ignácio de Moraes Rego e descreve uma parte do processo do prisioneiro Manuel de Almeida, com alguns dados sobre a sua profissão e a sua defesa. Também refere uma situação passada com franceses, destacando o soldado Manuel Dias da Companhia do Capitão Gonçalo Pereira Caldas. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//101, fólios 196-199.

DOCUMENTO N.º 77

1757, Setembro, 2, São Luís do Maranhão – Traslado do auto d[e] perguntas que fez o Doutor Dezembargador Ouvidor Geral Diogo da Costa Sylva em presença do Illustrissimo Governador desta Cappitania Gonçalo Pereyra Lobato e Souza ao soldado Manoel Dias em quem se refferio no segundo auto d[e] perguntas o prezo Manoel de Almeyda.

Carta redigida por João Ignacio de Moraes Rego sobre o processo do preso Manuel de Almeida, com indicações acerca do interrogatório feito ao soldado Manuel Dias. Contém referências a uma armada de franceses que havia atacado uma frota de portugueses que se dirigia para o Estado do Grão-Pará e Maranhão e o perigo que podiam constituir para a cidade de São Luís do Maranhão. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//102, fólios 200-201v.

DOCUMENTO N.º 78

1757, Outubro, 1, Maranhão – [Carta de Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa, Governador da Capitania do Maranhão, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre diversos assuntos relacionados com a cidade de São Luís do Maranhão, com destaque para a Companhia de Jesus].

Esta carta contém diversos assuntos relacionado com a cidade de São Luís do Maranhão, em que se destacam a Companhia de Jesus e os padres Capuchos. Descreve a entrega de uma carta por parte de Tomás de Mattos, com indicações sobre a chegada do Desembargador Manuel Sarmento a esta cidade. Também refere uma galera que trouxe escravos para o Maranhão. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//103, fólios 202-203.

DOCUMENTO N.º 79

1757, Outubro, 15, Maranhão – [Carta de Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa, Governador da Capitania do Maranhão, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre uma queixa ao rei e os termos dos índios].

Esta carta refere uma queixa feita ao rei pelo capitão-mor da Vila da Mocha, António Madeira. Contém informações sobre os termos dos índios. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//104, fólios 204-205v.

DOCUMENTO N.º 80

1757, Outubro, 15, Maranhão – [Carta de Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa, Governador da Capitania do Maranhão, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre diversos assuntos, com destaque para a Companhia de Jesus].

Esta carta refere diversos assuntos, com destaque para uma carta enviada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Provincial da Companhia de Jesus sobre o "extermínio" do Reitor e guardião de um Convento do Maranhão, que provocou muita consternação. Também refere a Vila de Monção e o Marquês de Tancos. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//105, fólios 206-207v.

DOCUMENTO N.º 81

1757, Outubro, 16, Maranhão – [Carta de Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa, Governador da Capitania do Maranhão, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre diversos assuntos desta Capitania].

Refere a suspensão do Desembargador Diogo da Costa e propõe José de Meirelles Maciel Parente para Mestre de Campo de Auxiliares, pois é considerado uma das pessoas mais distintas desta Capitania. Destaca a região do Piauí e certos procedimentos menos corretos de Manuel Cipriano da Silva Lobo. Contém uma referência aos ordenados que os moradores da Capitania devem pagar aos índios. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//106, fólios 208-209v.

DOCUMENTO N.º 82

1757, Outubro, 18, São Luís do Maranhão – [Carta do Bispo do Maranhão, D. António de São José Moura Marinho, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, pedindo auxílio na reedificação da Sé].

O Bispo do Maranhão solicita a Francisco Xavier de Mendonça Furtado para que o seu irmão, Sebastião José de Carvalho e Melo, interceda junto do rei, informando-o da necessidade de reedificar a Sé. Enumera todos os problemas que necessitam de resolução. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//107, fólios 210-211v.

DOCUMENTO N.º 83

1757, Novembro, 9, Maranhão – [Carta de Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa, Governador da Capitania do Maranhão a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre assuntos do Maranhão e Rio Negro].

Refere José Marques da Fonseca Castelbranco, que havia sido amigo do rei desde os seus tempos de juventude. Destaca Sebastião José de Carvalho e Melo, a senhora Maria Magdalena e João da Cruz. Descreve uma futura viagem até ao Rio Negro, referindo os perigos que esta pode implicar, principalmente no Turiassú dos Amanajós e na estrada até ao Gurupy, sendo necessário uma escolta militar. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//108, fólios 212-213.

DOCUMENTO N.º 84

1757, Novembro, 9, Maranhão – [Carta de Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa, Governador da Capitania do Maranhão, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre assuntos do Maranhão].

Refere a dependência da conta das Bulas de Paulo de Carvalho de Mendonça, destacando Diogo da Costa como comissário e João Rodrigues Covette como tesoureiro, tendo sido suspensas devido à fundação do Lugar de S. João de Corto (...). Esta carta encontra-se cortada. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//109, fólios 214-215.

DOCUMENTO N.º 85

1757, Outubro, 28, Maranhão – [Carta de Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa, Governador da Capitania do Maranhão, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado].

Descreve uma conversa com o director do Lugar de Lapella do Mearim, filho de José de Meirelles, que pediu para assentar praça de soldado, cujo pedido foi atendido por Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa. Também refere as boas relações com os índios Gamelas. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//110, fólios 216-217.

DOCUMENTO N.º 86

1757, Outubro, 28, Maranhão – [Carta de Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa, Governador da Capitania do Maranhão, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre assuntos relacionados com fortaleza de Vera Cruz do Itapucurú].

Refere a ida de Diogo da Costa e Silva para a fortaleza da Vera Cruz do Itapucurú, no dia 22 de Outubro de 1757, tendo chegado no dia 25. Destaca uma ordem que levava para o capitão João de Mattos Amado, relacionada com uma escolta armada. Refere uma confirmação da Sesmaria, assim como a chegada do capitão João Mattos Amado à fortaleza do Itapucurú no dia 25 de Outubro de 1757. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//111, fólios 218-219.

DOCUMENTO N.º 87

1757, Outubro, 28, Maranhão – [Carta de Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa, Governador da Capitania do Maranhão, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre assuntos relacionados com a administração, as finanças e os termos dos índios do Maranhão].

Inclui a conta dos rolos de pano que foram comprados por ordem do governador do Maranhão e por conta da fazenda Real da Cidade do Pará (Belém). Refere a ida de Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa numa galera, que partiria no dia 29, ao encontro de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para lhe apresentar os rendimentos devidos. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//112, fólios 220-222.

DOCUMENTO N.º 88

1757, Novembro, 9, Maranhão – [Carta de Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa, Governador da Capitania do Maranhão, a Francisco Xavier Mendonça Furtado sobre vários assuntos, com destaque para o Convento de Santo António].

Refere assuntos relacionados com a saúde de Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa. Destaca a entrega de cartas do Convento de Santo António, com referência a Fr. Matias que se dispõe a ir para o reino. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//113, fólios 223-224.

DOCUMENTO N.º 89

1757, Novembro, 9, Maranhão – [Carta de Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa, Governador da Capitania do Maranhão, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre assuntos relacionados com o Maranhão, com uma descrição do mau estado da Sé].

Refere a ida do tenente Fernando José Lobo para o Reino. Destaca o miserável estado em que se encontra a Sé, que piorou depois do último inverno. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//114, fólios 225-226.

DOCUMENTO N.º 90

1757, Novembro, 9, São Luís do Maranhão – [Carta do Bispo do Maranhão, António de São José Moura Marinho, a Francisco Xavier Mendonça Furtado sobre uma petição remetida por ordem do rei].

Carta do bispo do Maranhão sobre uma petição enviada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, por ordem do rei. Refere que esta petição passou primeiro pelo Pará. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//115, fólios 227-228.

DOCUMENTO N.º 91

1757, Novembro, 9, Maranhão – [Carta de Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa, Governador da Capitania do Maranhão, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre assuntos relacionados com os índios e os padres da Companhia de Jesus].

Esta carta descreve diversas situações relacionadas com os índios e a Companhia de Jesus, ao longo do Rio Negro. Refere os problemas causados pelo Desembargador Manuel Sarmento, destacando Diogo da Costa e o tenente João Brandão. Contém informações sobre a transferência de índios para a Vila de Vinhais e para o Lugar de São José. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//116, fólios 229-230v.

DOCUMENTO N.º 92

1757, Novembro, 10, Maranhão – [Carta de Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa, Governador da Capitania do Maranhão, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre diversos assuntos relacionados com o Maranhão, com destaque para um empréstimo pedido à Companhia de Jesus].

Descreve a intenção do Governador em pagar dez meses ao regimento, ficando em dívida de dezasseis, solicitando a autorização de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para pedir dinheiro emprestado à Companhia de Jesus. Contém referências ao Fr. José Jansen, que foi persuadido pelo Bispo da cidade do Maranhão a apresentar as suas desculpas a Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 625//117, fólios 231-232v.

PBA. 626

DOCUMENTO N.º 93

1751, Janeiro, 17, Madrid – [Declaração dos ministros plenipotenciários de Portugal e Espanha, Visconde Thomaz da Silva Telles e Joseph de Carvajal y Lancaster, sobre o Tratado de Limites da América].

Trata de uma declaração dos ministros plenipotenciários de Portugal e Espanha, Visconde Thomaz da Silva Telles e Joseph de Carvajal y Lancaster, respetivamente, sobre a demarcação de Limites da América, referindo que se têm governado por uma carta geográfica manuscrita para formar este Tratado e as instruções para a sua execução. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//2, fólio 2.

DOCUMENTO N.º 94

[1751], [Brasil] – Reflexoens sobre as instruçoens.

Referem-se em detalhe as instruções 6-16, 29, 33, contidas nos fols. 7-19 deste códice: [Instruções régias para Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre limites territoriais, administração, missões e índios, repressão do poder ecclesiástico, doutrina veiculada pela Companhia de Jesus, representação do Padre Malagrida e privilégios do Maranhão. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//3, fólios 3-6.

DOCUMENTO N.º 95

1751, [Brasil] – [Instruções régias para Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre limites territoriais, administração, missões e índios, repressão do poder eclesiástico, doutrina veiculada pela Companhia de Jesus, representação do Padre Malagrida e privilégios do Maranhão].

Contém as assinaturas do Rei D. José I e de Diogo de Mendonça Corte-Real, Secretário de Estado da Marinha e dos Negócios Ultramarinos. Constituído por 39 instruções. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//4, fólios 7-19.

DOCUMENTO N.º 96

1752, Junho, 24, Aranjuez – Tratado das Instruções dos Commisarios da parte do Norte.

Contém o Tratado relacionado com as instruções dadas aos comissários sobre a delimitação dos limites do Brasil. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//5, fólios 20-30 v.

DOCUMENTO N.º 97

1752, Julho, 5, Belém (Lisboa) – [Carta recibo de Sebastião José de Carvalho e Melo dirigida ao Visconde Tomás da Silva Teles sobre o Tratado das Instruções dos Comissários].

Trata de uma carta recibo do Marquês de Pombal sobre o Tratado de Instruções dos Comissários que iam demarcar os limites dos dois domínios pela parte do Maranhão. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//6, fólios 31-31 v.

DOCUMENTO N.º 98

1752, Julho, 6, Belém (Lisboa) – [Carta original e autógrafa de Sebastião José de Carvalho e Melo ao seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará e Maranhão sobre vários assuntos].

Trata de vários assuntos, nomeadamente sobre as demarcações dos limites do Brasil, instruções para tratar com os espanhóis, a organização das tropas, divisão do trabalho, etc.. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//7, fólios 32-38.

DOCUMENTO N.º 99

1753, Maio, 18, Lisboa – [Circular do Secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte-Real, para os superiores das Missões fornecerem os índios necessários para o Serviço Real].

Data referida no título: "Do Secret.o de Est.o Diogo de Mendonça Corte-Real em 18 de Mayo de 1753 p.a os Superiores das Missões fornecerem os Indios necess[ari]os p.a o Serv[iç]o Real". Cópia

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//8, fólios 39-39 v.

DOCUMENTO N.º 100

1754, Abril, 30, Lisboa – Instrução q[ue] S. Mag[estad]e mandou expedir ao sobretido seo Principal Comissario para se regular na execução e inteligencia dos Tratados abaixo declarados.

Para dar cumprimento ao tratado de limites entre Portugal e Espanha, Francisco Xavier Mendonça Furtado criou, em 3 de Março de 1755, a Capitania de São José do Rio Negro (estado do Amazonas), dependente do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Trata de instruções régias para Francisco Xavier Mendonça Furtado passar ao Rio Negro e outros rios e lugares da região do Grão-Pará e Maranhão, como primeiro e principal comissário nas conferências sobre o Tratado de Limites das Conquistas, assinado a 13 de Janeiro de 1750 entre D. João V e D. Fernando VI. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//9, fólios 40-47.

DOCUMENTO N.º 101

1754, Rio Grande de São Pedro – [Cópias das cartas dirigidas por Manuel da Silva Neves a Gomes Freire de Andrada sobre diversos assuntos].

Trata de vários assuntos, nomeadamente sobre a navegação do Rio Jaury e Rio Pardo, fortificações do Estado, demarcações dos limites do Brasil, relações com os espanhóis e os índios, provisões de guerra, etc. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//11, fólios 49-58.

DOCUMENTO N.º 102

1754, Setembro, 23, Campo do Rio Jacui (Rio Grande do Sul) – [Carta de Gomes Freire de Andrada dirigida a Sebastião José de Carvalho e Melo sobre assuntos relacionados com negócios, relações com os castelhanos e administração do Estado].

Trata vários assuntos relacionados com franquias, negócios e administração do Rio Grande, contendo algumas informações sobre os índios daquela região, relatando determinados episódios de fuga. Aborda ainda as relações com os castelhanos sobre o Tratado dos Limites. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//12, fólios 59-63.

DOCUMENTO N.º 103

1754, Novembro, 22, Campo do Rio Jacui (Rio Grande do Sul) – Com a carta de Joseph Antonio Fr[eir]e de Andrada na data de 22 de Novembro de 1754, veyo o papel seguinte. Cópia da carta em Língua Tapê traduzida em Espanhola, q[ue] escreveram os Caciques, e mais Officiaes do seo Exercito.

Trata de uma cópia da carta em língua tapê traduzida em espanhol sobre assuntos relacionados com a ida de índios para o Rio Grande que provocou uma grande mortandade. Refere ainda a necessidade de um reforço de tropas para a região. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//13, fólios 64-65.

DOCUMENTO N.º 104

1754, Outubro, 21, Belém (Lisboa) – Carta para o Conde de Perelada, embaixador extr[ordinário] de ElRey Cath[ólico] em 21 de Outubro de 1754.

Trata da cópia de uma carta recebida da corte espanhola relacionada com o Tratado de limites. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//14, fólios 66-67.

DOCUMENTO N.º 105

1754, Outubro, 22, Belém (Lisboa) – Cartas e Despachos q[ue] expedi a Gomes Freire de Andr[ad]a, e outros pela Nao de Licença q[ue] partiu para o Rio de Janeiro em 23 de Outubro de 1754 e que foram duplicados em seguinte via pela Frota do Rio, que parte em 2 de Janeiro de 1755.

Trata de cartas e despachos enviados por Sebastião José de Carvalho e Melo sobre vários assuntos, com destaque para o Tratado de Limites. Refere a sublevação de índios Tapés do Rio Pardo. Aborda o contrato dos diamantes e o comércio de fazendas nas terras demarcadas. Cópia

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//15, fólios 68-72.

DOCUMENTO N.º 106

1754, Outubro, 22, Belém (Lisboa) – Carta familiar do Ill[ustríssimo] e Ex[celentíssimo] S[enhor] Secretario de Est[ado] Sebastião Joseph de Carvalho e Mello para Gomes Freire de Andr[ad]a na data de 22 de Outubro de 1754.

Trata de uma carta relacionada com assuntos de índole familiar, com informações sobre a saúde dos membros da família e promoções militares. Refere ainda a falta de notícias do Maranhão. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//16, fólios 73-74.

DOCUMENTO N.º 107

1754, Novembro, 4, Rio Grande – Cópia da carta do Governador do Rio grande Paschoal de Azevedo p[ar]a Jospeh Antonio Freire.

Trata de informar sobre os problemas causados pelos índios Tapés ao Exército espanhol, apesar de terem morto 250 índios e aprisionado outros 70 que foram enviados para Buenos Aires. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//17, fólios 75.

DOCUMENTO N.º 108

1754, Dezembro, 3, Rio de Janeiro – Cópia do Capítulo de huma Carta de José Antonio Freire de Andr[ad]e escrita do Rio de Janeiro em 3 de Dezembro de 1754.

Trata de informar que entrou no porto do Rio de Janeiro uma embarcação do Rio Grande com uma carta de Pascoal de Azevedo. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//18, fólios 76.

DOCUMENTO N.º 109

1754, Dezembro, 30, Lisboa – Carta familiar do Ill[ustríssi]mo e Ex[celentíssi]mo S[enho]r Secret[ári]o de Est[ad]o Sebastião José de Carvalho e Melo na data de 30 de Dezembro de 1754 para Gomes Freire de Andr[ad]a, escrita pela Frota do Rio de Janeiro.

Trata vários assuntos relacionados com o início da "marcha" do governador do Pará para o Rio Negro, onde lhe foi necessário mandar fazer sementeiras para aí subsistir. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//19, fólios 77-78.

DOCUMENTO N.º 110

1755, Janeiro, 27, Salvaterra de Magos – [Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo a João Bernardo Gonzaga, Ouvidor e Presidente da Casa de Inspeção de Pernambuco, sobre assuntos relacionados com as Mesas da Inspeção].

Trata vários assuntos relacionados com o exercício e as funções das Mesas de Inspeção, contendo informações sobre as cargas dos navios, as novas minas da Capitania de Pernambuco, os Engenhos de Açúcar, as Ordens Militares e o envio de escravos para a cidade do Rio de Janeiro. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//20, fólios 79-81.

DOCUMENTO N.º 111

1755, Março, 14, Lisboa – [Carta enviada por Sebastião José de Carvalho e Melo ao Governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a petição de Valentim Ribeiro da Silva, tenente de Infantaria da Guarnição desse Estado].

Trata de uma instrução régia que está assinada por Sebastião José de Carvalho e Melo relacionada com uma petição de Valentim Ribeiro da Silva, pedindo que o Governador do Grão-Pará e Maranhão interponha o seu parecer sobre o conteúdo da petição. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//21, fólio 82.

DOCUMENTO N.º 112

1755, Lisboa – Anno de 1755. Rellação das Cartas, e Ordens expididas pela Frota que partio em 22 de Março entregues ao Capitão de Mar e Guerra Francisco de Guíar, e Souza.

Contém várias cartas do rei e de Sebastião José de Carvalho e Melo para o governador Grão-Pará e Maranhão, sobre vários assuntos relacionados com os negócios mais importantes e urgentes daquele Estado. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//22, fólios 83-84.

DOCUMENTO N.º 113

1755, Março, 15, Lisboa – [Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo para o seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará e Maranhão sobre assuntos relacionados com o estabelecimento das Casas de Inspeção e os respetivos Regimentos].

Refere o Real Decreto de 28 de Novembro de 1753 e o Alvará de 29 de Novembro de 1753 sobre as Casas de Inspeção e a regularidade da partida das frotas. Aborda ainda a frota do Pará e os navios do Maranhão, assim como uma Real Resolução de 16 de Outubro de 1752. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//23, fólios 85-86.

DOCUMENTO N.º 114

1755, Março, 17, Lisboa – [Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo para o seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará e Maranhão sobre o Tratado de Limites das Conquistas].

Refere o Tratado de Limites das Conquistas e a sua execução, contendo informações sobre a criação do novo governo de São José do Rio Negro. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//24, fólios 87-91.

DOCUMENTO N.º 115

1755, Março, 18, Lisboa – [Carta familiar "secretíssima" de Sebastião José de Carvalho e Melo para o seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará e Maranhão sobre os novos hóspedes que devem chegar ao Estado, juntamente com a frota].

O primeiro hóspede referido era o bispo do Maranhão, Fr. António de São José, religioso Agostinho Calçado, homem letrado, de bons costumes, um preferido do rei, afável no trato com os governadores; o segundo era António Carlos Pereira de Sousa, coronel do antigo Regimento de Gonçalo Pereira Lobato; o terceiro era João Egas de Bulhões, irmão do "digníssimo prelado" Miguel de Bulhões, que tinha como destino o cargo de governador da nova província de São José do Rio Negro; o quarto era o Ouvidor do Piauí, Manuel Cipriano da Silva Lobo, nomeado pelo rei, antigo juiz de fora de Santarém; o último era Diogo da Costa Silva, Ouvidor do Maranhão, antigo juiz de fora de Montemor-o-Novo. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//25, fólios 92-93.

DOCUMENTO N.º 116

1755, Maio, 12, Lisboa – [Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo para o seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará e Maranhão sobre assuntos relacionados com três grandes negócios].

Trata de referir três grandes negócios: estabelecimento da Companhia para o Comércio e a introdução dos negros no Estado do Pará; taxaço das cõngruas aos Regulares; liberdade dos índios. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//26, fólhos 94-97.

DOCUMENTO N.º 117

1755, Agosto, 4, Belém (Lisboa) – [Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo para o seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará e Maranhão sobre assuntos relacionados com a Companhia Geral do Comércio e os Padres da Companhia de Jesus].

Aborda algumas polémicas com os Padres da Companhia, incluindo um religioso que, no dia 15 de Junho de 1755, na Igreja Matriz de Santa Maria Maior, "tomou a liberdade de impropriar o Evangelho e de torcer a sua Santa Doutrina para o referido fim de suscitar uma sedição contra a dita Companhia de Comércio: exclamando que as pessoas que entrassem nela não seriam da Companhia de Cristo, antes seriam leprosos e condenados ao fogo eterno. De sorte que causou aquele temerário religioso aos ouvintes capazes de censura um notável escândalo". Trata ainda de outras polémicas com os Jesuítas, temendo uma sedição no Estado do Grão-Pará e Maranhão. No verso do último fólho (101 v.) contém um "post-scriptum" escrito pela mão do Marquês de Pombal, em que ordena a expulsão dos Regulares que se revoltarem e o castigo para os que instigarem os tumultos. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//27, fólhos 98-101.

DOCUMENTO N.º 118

1755, Agosto, 4, Belém (Lisboa) – [Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo para o seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará e Maranhão sobre proibições impostas aos missionários relacionadas com o comércio, de acordo com as constituições apostólicas, assim como outros assuntos sobre os rendimentos dos religiosos].

Trata de assuntos relacionados com a proibição dos missionários em serem mercadores, referindo os padres da Companhia de Jesus, os religiosos do Carmo, das Mercês, de Santo António, da Conceição e da Piedade. Destaca a publicação do estabelecimento das Leis de Liberdade e do Governo Temporal dos índios. Refere ainda a saída de três navios com escravos negros para o Pará, vindos da Costa de África. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//28, fólhos 102-103.

DOCUMENTO N.º 119

1755, Agosto, 4, Belém (Lisboa) – [Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo para o seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará e Maranhão, sobre a Companhia Geral do Comércio].

Refere o estabelecimento da Companhia Geral do Comércio no Estado do Grão-Pará e Maranhão, mencionando a necessidade de extrair um mapa com todas as rendas reais desse Estado, de 1750 a 1754.

Original assinado

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//29, fólio 104.

DOCUMENTO N.º 120

1755, Agosto, 4, Lisboa – [Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo para o seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará e Maranhão, relativos à Lei da Liberdade dos Índios, à Companhia Geral do Comércio, ao Regimento das Missões, entre outros].

Trata de vários assuntos, com destaque para a questão dos índios, referindo que eram muito "propensos à preguiça e a viver na inacção". Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//30, fólios 105-106.

DOCUMENTO N.º 121

1755, Agosto, 4, Belém (Lisboa) – [Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo para o seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará e Maranhão, sobre assuntos relativos à Companhia Geral do Comércio].

Refere a ruína do comércio dos mercadores nacionais e a consequente ruína do reino, em benefício dos mercadores estrangeiros e dos outros países concorrentes. Destaca a ordem de mandar "franquear aos caixas da mesma companhia nas duas alfândegas do Grão-Pará e Maranhão, todos os livros de abertura, para deles tirarem as Relações das Fazendas que foram para esse Estado pela última frota". Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//31, fólios 107-108.

DOCUMENTO N.º 122

1755, Dezembro, 3, Belém (Lisboa) – [Carta para Gomes Freire de Andrade, escrita por Sebastião José de Carvalho e Melo em 30 de Dezembro de 1754, ordenando-lhe que parta com a frota do Rio de Janeiro, que se deveria fazer à vela em 2 de Janeiro de 1755].

Apesar da carta original ter sido redigida em 30 de Dezembro de 1754, esta cópia foi escrita em 3 de Dezembro de 1755. Refere o envio de cartas do Maranhão e a necessidade de evacuar quatro aldeias que foram fundadas junto ao Rio da Madeira. Destaca os administradores dos diamantes e a permanência de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Pará. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//32, fólios 109-110.

DOCUMENTO N.º 123

1756, Abril, 14, Belém (Lisboa) – Cópia da carta circular, que se escreveu ao chanceler do Rio de Janeiro, ao da Bahia, e aos governadores das capitanias do Brasil.

Corresponde a uma carta circular de Sebastião José de Carvalho e Melo e Wenceslau Pereira da Silva, participando as reformas efetuadas no reino depois do terramoto. Refere que a frota da Companhia do Grão-Pará e Maranhão está pronta para partir com a carga mais importante e com os melhores navios das capitanias. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//33, fólios 111-112.

DOCUMENTO N.º 124

1756, Julho, 6, Belém (Lisboa) – [Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo para o seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará e Maranhão, pedindo que favoreça o tenente Joseph Pedro da Costa Souto-Maior].

Refere a necessidade de favorecer o tenente Joseph Pedro da Costa Souto-Maior devido ao interesse manifestado por uma criada predileta da rainha. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//34, fólio 113.

DOCUMENTO N.º 125

[Depois de 1756], [Belém do Pará] – [Carta com o pedido a Sebastião José de Carvalho e Melo para que recomende o tenente Joseph Pedro da Costa Souto-Maior ao seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará e Maranhão].

Pede que o tenente seja transferido da guarnição da cidade de Belém do Pará para a fortaleza do Gurupá, pois encontra-se num estado de grande pobreza, juntamente com a sua mulher e quatro filhos. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//35, fólio 114.

DOCUMENTO N.º 126

[Depois de 1756], [Pará] – [Carta sobre o Principal e os índios da Aldeia de Guaricuru da nação Nhengayba].

Trata de assuntos sobre os índios da Aldeia de Guaricuru, com destaque para o direito de fazer roças naquela região. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//36, fólio 115.

DOCUMENTO N.º 127

[Depois de 1756], [Pará] – [Carta do Bispo do Pará sobre assuntos relacionados com a jurisdição espiritual do Estado].

Destaca os missionários que se encontram no Rio Madeira. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//37, fólio 116.

DOCUMENTO N.º 128

1756, Outubro, 18, Arraial do Rio Negro (Pará) – [Certidão passada pelo escrivão da Fazenda Real, Manuel Pinheiro de Lacerda, sobre o serviço prestado por Manuel da Silva Alves, tenente de Infantaria do Regimento do Pará].

Contém a certidão passada pelo escrivão da Fazenda Real, referindo que Manuel da Silva Alves era tenente de Infantaria do Regimento do Pará na Companhia do sargento-mor Gabriel de Sousa, mencionando o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//38, fólio 117.

DOCUMENTO N.º 129

1756, Novembro, 24, Belém do Pará – [Carta de Pascoal de Abranches Madeira, Desembargador e Ouvidor Geral no Crime Cível da cidade de Belém do Pará sobre assuntos relacionados com a guerra e expedições].

Refere uma certidão sobre assuntos relativos à guerra e expedições aos domínios da Coroa. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//39, fólio 118.

DOCUMENTO N.º 130

1756, Novembro, 10, Belém (Lisboa) – [Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo dirigida ao seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará e Maranhão sobre diversos assuntos].

Refere a substituição de Diogo de Mendonça Corte-Real por Tomé Joaquim da Costa Corte-Real, a quem Francisco Xavier de Mendonça Furtado deve agora dirigir as suas cartas referentes ao Estado do Pará. Aborda a Companhia do Comércio e a proibição de extrair algodão em rama e em fio, sendo necessário fabricar os fardamentos no Pará. Destaca ainda os estragos provocados pelo terramoto de 1755 em Oeiras e Lisboa. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//40, fólios 119-120.

DOCUMENTO N.º 131

1756, Novembro, 20, Belém do Pará – [Carta de João Ignácio de Brito e Abreu, juiz de fora e provedor da fazenda real da cidade de Belém do Pará, sobre a certidão passada ao tenente Manuel da Silva Alves].

Trata de uma carta que tem como intuito informar acerca da certidão passada ao tenente Manuel da Silva Alves. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//41, fólio 121 r.

DOCUMENTO N.º 132

1756, Novembro, 24, Belém do Pará – [Carta de Pascoal de Abranches Madeira, do Desembargo de Sua Majestade, seu Ouvidor Geral com alçada no crime cível na cidade de Belém do Pará e sua Comarca, auditor geral da gente de guerra, chanceler corregedor da Comarca].

Trata de uma carta dirigida a Cláudio António de Almeida e refere-se a uma certidão relacionada com assuntos de guerra. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//42, fólio 121 v.

DOCUMENTO N.º 133

1756, Novembro, 24, Belém do Pará – [Carta de Gabriel de Sousa Filgueiras, dirigida a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará e Maranhão, certificando a vinda do tenente Manuel da Silva Alves para o Arraial do Rio Negro, vindo da cidade do Pará].

Contém uma carta de Pascoal de Abranches Madeira sobre uma certidão relacionada com assuntos de guerra. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//43, fólio 122.

DOCUMENTO N.º 134

1753, Outubro, 25, Belém do Pará – [Certidão passada por Matias da Costa Souza, provedor da fazenda Real da Capitania-mor do Pará, sobre o capitão do Fortim de São Pedro Nolasco, Manuel da Silva Álvares].

Refere que Manuel da Silva Álvares era um homem de "boa estatura, sobancelhas grossas e pretas, nariz afilado e trigueiro de rosto de trinte e sete anos", que assentou praça de soldado por sua vontade na Companhia de Infantaria do capitão Domingos da Silva Pinheiro, por ordem de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//44, fólio 123.

DOCUMENTO N.º 135

1753, Outubro, 25, Belém do Pará – [Requerimento de Cláudio António de Almeida sobre uma matrícula da Companhia].

Contém ainda uma carta de Pascoal de Abranches Madeira, sobre uma certidão relacionada com assuntos de guerra. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//45, fólio 124.

DOCUMENTO N.º 136

1756, Dezembro, 2, Belém (Lisboa) – [Carta autógrafa de Sebastião José de Carvalho e Melo dirigida ao seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará e Maranhão sobre diversos assuntos].

Trata de vários assuntos pessoais, nomeadamente a preocupação de Sebastião José de Carvalho e Melo com a saúde do irmão, pois sofria muito com a permanência no sertão. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//46, fólio 125.

DOCUMENTO N.º 137

1757, Junho, 11, Belém (Lisboa) – [Carta de Tomé Joaquim da Costa Corte-Real para Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre uma petição de Manuel da Silva Alves].

Pede a Francisco Xavier de Mendonça Furtado que observe a "petição inclusa de Manuel da Silva Alves e os documentos juntos, (e) informe do conteúdo nela interpondo o seu parecer". Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//47, fólio 126.

DOCUMENTO N.º 138

[Depois de 1757], [Lisboa] – [Carta régia confirmando que o tenente Manuel da Silva Alves deve ter lugar nas "primeiras vacaturas" que houver em qualquer dos dois regimentos requeridos por ele da guarnição de Belém do Pará].

Refere ainda que o tenente Manuel da Silva Alves não pode subsistir no mesmo Estado com a grande família que tem, em que as despesas são muito excessivas, e poderá viver melhor, juntamente com a sua mulher e filhos, se tiver a patente e soldo de capitão de Infantaria. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//48, fólio 127.

DOCUMENTO N.º 139

[Depois de 1757], [Pará] – [Carta com um pedido do Bispo do Pará a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para que interceda junto do seu irmão, Sebastião José de Carvalho e Melo, de forma a autorizar a sua renúncia como Bispo].

Trata de um pedido de renúncia por parte do Bispo do Pará, pois padece de muitos problemas, principalmente de gota, que o têm fragilizado muito. Refere ainda a instrução dos índios e a falta de missionários para essa tarefa. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//49, fólio 128.

DOCUMENTO N.º 140

1757, Junho, 16, Belém (Lisboa) – [Carta de Tomé Joaquim Costa Corte-Real dirigida a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, elogiando-o pelo seu zelo e incansável trabalho no que respeita aos índios].

Refere o zelo e incansável trabalho com que Francisco Xavier de Mendonça Furtado "se aplica a tudo o que é do aumento do Estado e civilidade dos seus vassallos (índios), aos quais o descuido dos que tinham por obrigação educá-los, tem concorrido para que se conservassem no irraciocínio em que nasceram". Apresenta algumas críticas aos Jesuítas e refere a elevação da antiga Aldeia de São Francisco Xavier do Javari a Vila, tendo passado a chamar-se Vila Nova de São José do Javari. Destaca ainda a Vila de Borba-a-Nova e a Aldeia de Tronaco, mencionando o casamento dos soldados portugueses com índias, que deveriam ser favorecidos pelo Governador. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//50, fólios 129-130.

DOCUMENTO N.º 141

[Depois de 1757], Alter do Chão (Pará) – [Lista com os pagamentos devidos aos pescadores e a outras pessoas de Alter do Chão no Estado do Pará].

Trata de uma lista com os pagamentos devidos a pescadores e a outras pessoas relacionadas com as canoas, referindo ainda que "o mais favor que pede o Reverendo Padre Silvestre de Oliveira é que podendo ser, se faça sargento-mor ao capitão Teodósio". Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//51, fólio 131.

DOCUMENTO N.º 142

1757, Julho, 7, Belém (Lisboa) – [Carta enviada por Tomé Joaquim Costa Corte-Real ao Governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o Ouvidor do Maranhão, Diogo da Costa Silva, que foi juiz de fora em Montemor-o-Novo].

Trata de informar Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre Diogo da Costa Silva, que apesar de ser um homem de talentos e bons costumes, foi corrompido por "uma intriga tal, e tão negra, como a de escreverem os Padres da Companhia do Colégio do Maranhão a outro padre chamado Valério Jorge, da mesma Companhia, morador nesta Corte, e primo de tal ministro, para que lhe propusesse fazer com eles padres uma liga a bem dos seus interesses; e por consequência, prejudicial à sua fidelidade, e às suas maiores e mais impreteríveis obrigações. Sortiu esta execranda intriga o efeito, a que a ordenou a cobiça dos referidos padres, de sorte, que o pobre Bacharel caiu no laço daquela tentação, que depois mostraram

os factos, que se armou de maior força contra a sua pobreza, em forma, que dela saiu logo imediatamente, mandando para esta Corte não menos de cinco mil cruzados por via dos mesmos padres, que o perderam (...)"'. Tomé Joaquim Costa Corte-Real pede ao rei para que o Ouvidor do Maranhão seja suspenso das suas atividades, posteriormente expulso e preso numa fortaleza, de onde sairá apenas para um navio com destino ao Limoeiro de Lisboa. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//52, fólios 132-133.

DOCUMENTO N.º 143

1757, Julho, 7, Belém (Lisboa) – [Cópia de uma carta régia dirigida a Gonçalo Pereira Lobato de Sousa, Governador da Capitania do Maranhão, sobre a suspensão do Ouvidor Geral do Maranhão, Diogo da Costa Silva].

Refere que Diogo da Costa Silva deverá ser enviado para uma fortaleza e posteriormente para a Cadeia do Limoeiro em Lisboa. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//53, fólio 134.

DOCUMENTO N.º 144

1757, Julho, 7, Belém (Lisboa) – [Cópia de uma intimação que o Governador da Capitania do Maranhão, Gonçalo Pereira Lobato de Sousa, deve fazer ao Ouvidor Geral do Maranhão, Diogo da Costa Silva].

Informa que a intimação deve ser feita na presença do juiz de fora e dos oficiais da Câmara de São Luís do Maranhão, depois de suspenderem o Ouvidor Geral, em conformidade com a carta régia Informa que a intimação deve ser feita na presença do juiz de fora e dos oficiais da Câmara de São Luís do Maranhão, depois de suspenderem o Ouvidor Geral, em conformidade com a carta régia. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 626//54, fólios 135-136.

PBA. 642

DOCUMENTO N.º 145

1713, Abril, 11, Lisboa – Traslado da Ordem de S. Mag[estad]e sobre os Navios Estrangeiros, q[ue] vierem a este Porto.

Corresponde a um Alvará do Rei acerca dos navios que chegavam às capitanias do Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraíba. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//30, fólios 58-60.

DOCUMENTO N.º 146

1720, Dezembro, 2, Lisboa Ocidental – Alvará de divisão que S. Mag[estad]e fez entre os governos desta cap[ita]nia, Minas Geraes e R[i]o de Jan[ei]ro.

Corresponde a uma carta de José Romão Jeunot, secretário do Governo, sobre a divisão e delimitação dos territórios das capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Refere ainda a comarca da Ouvidoria de S. Paulo, do Rio das Mortes, Porto Santos, a Vila de Paraty, de Obatuba e a ilha de São Sebastião. Cópia. B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//31, fólio 61.

DOCUMENTO N.º 147

1733, Agosto, 11, Belém do Pará – [Carta de João da Serra, governador e capitão general do Estado do Maranhão, chefe de esquadra das Armadas Navais, contendo uma ordem que proibia as escravas e servas de pernovernarem fora da casa dos seus senhores].

É uma carta sobre legislação, contra a devassidão das escravas e servas, em que é referido o castigo que lhes deve ser aplicado. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//32, fólio 62.

DOCUMENTO N.º 148

[Ca 1730], [Grão-Pará e Maranhão] – Resposta ao papel com q[ue] o P[adr]e Jacinto de Carvalho da Comp[anhia], refutou os requerimentos q[u]e Paulo da S[ilv]a Nunes fez a S[ua] Mag[estad]e como Proc[urador] das Camaras do Maranhão e Pará, no qual o mencionado P[adr]e critica o honrado procedimento do Gov[ernad]or actual Alexandre de Sousa Fr[eir]e q[ue] agora também neste papel responde ao mesmo P[adr]e.

Resposta ao papel com que o Padre Jacinto de Carvalho, da Companhia de Jesus, refutou os requerimentos que Paulo da Silva Nunes fez ao rei, como procurador das Câmaras do Maranhão e Pará, contra os missionários jesuítas. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//33, fólios 63-84.

DOCUMENTO N.º 149

1732, Dezembro, 3, Rio de Janeiro – [Traslado passado por um tabelião com uma petição de Domingos Martins Brito relacionada com a construção de um cais na Prainha, contendo ainda despachos e aforamentos].

Refere Domingos Martins Brito, que tem aforado aos padres do Mosteiro de São Bento a terra que vai desde as casas de Pedro Domingues, indo para o Trapiche da Prainha, até ao Penedo Grande. Destaca a necessidade de construir um novo cais na Prainha e de alargar o caminho até aos 15 palmos, para permitir a passagem de carros. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//35, fólios 86-91v.

DOCUMENTO N.º 150

1732, Dezembro, 6, São Paulo – Sesmaria passada a Jozé F[e]r[nande]z de Carvalho no Cam[inh]o de Guratinguetá p[ar]a o Rio de Jan[eir]o.

Corresponde à cópia de uma carta de António Luís de Távora, aprovada pelo secretário do governo, José Romão Jeunot, em que refere a abertura de um caminho que se estende desde a Vila de Guratinguetá até ao Rio de Janeiro. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//36, fólios 92-93.

DOCUMENTO N.º 151

1709, Dezembro, 23, Lisboa Ocidental – Carta de S. Mag[estad]e sobre as ltuosas q[ue] levava o Arcebispo da Bahia, e sobre os Musicos.

Contém as ordens do rei ao arcebispo da Bahia, sobre os procedimentos que devem ser seguidos quando ocorre o falecimento de um clérigo naquele Arcebispado. Proíbe ainda a utilização de músicos nas festas e celebrações dos Santos, sem a sua autorização prévia. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//38, fólio 95.

DOCUMENTO N.º 152

1713, Abril, 7, Lisboa – [Carta sobre a expulsão dos estrangeiros que partem às conquistas na Capitania do Pernambuco].

Corresponde a uma ordem régia acerca da expulsão de estrangeiros, na Capitania de Pernambuco. Refere que podem ficar se forem casados com portuguesas e tiverem filhos. Aqueles que forem comerciantes, devem usufruir de tempo suficiente para vender os seus negócios e se retirarem para a Europa com as suas famílias. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//39, fólio 96.

DOCUMENTO N.º 153

1726, Janeiro, 16, Lisboa Ocidental – [Carta Régia sujeitando a Vila de Paraty ao Governador do Rio de Janeiro].

Esta carta é dirigida a Rodrigo César de Menezes, Governador e Capitão General da Capitania de S. Paulo, referindo que a Vila de Paraty deve ficar incorporada no governo do Rio de Janeiro, sujeita à correição daquela capitania. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//40, fólios 97-98.

DOCUMENTO N.º 154

1738, Agosto, 11, Lisboa Ocidental – Sobre se unir ao Governo do Rio de Jan[eir]o a Ilha de S[an]ta Catharina e Rio de São Pedro do Sul.

Carta Régia de D. João V, dirigida ao Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo ordenando que do porto do Rio de Janeiro devem sair todo o género de socorro e ordens necessárias para a defesa da nova colónia do Sacramento, assim como o auxílio ao novo estabelecimento do Rio de São Pedro do Sul, sendo conveniente que fiquem todos os portos e lugares da marinha sob um só comando. Refere a separação da ilha de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro do Sul do governo de São Paulo, devendo unir-se ao governo do Rio de Janeiro. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//41, fólio 99.

DOCUMENTO N.º 155

1739, Agosto, 10, Belém do Pará – [Processo da índia Francisca contra D. Anna da Fonte, viúva de Nicolau da Costa, que pretendia reduzi-la à escravidão].

Contém a parte inicial do processo que a índia Francisca moveu contra D. Anna da Fonte, principalmente os interrogatórios efetuados às testemunhas, à ré, à vítima e a outras pessoas com informações importantes. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//42, fólios 99-136.

DOCUMENTO N.º 156

[Ca 1788], Macapá (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta sobre os problemas que Francisco Portilho de Melo, capitão dos descimentos da fortaleza do Macapá, tem causado nos sertões, juntamente com os padres das Mercês].

Descreve os problemas que Francisco Portilho de Melo tem causado, colocando em perigo a vida dos seus homens, que navegam naqueles sertões entre os índios. Refere ainda outras situações, como o que aconteceu a um escravo negro que partiu com uma escolta de índios da nação Ariquenos. Menciona ainda a fortaleza do Rio Negro. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//43, fólios 137-140v.

DOCUMENTO N.º 157

[Depois de 1739], Vila da Vigia (Grão-Pará e Maranhão) – Lista dos officiaes tanto militar, como das ordenanças desta cid[ad]e como da villa da Vegia, que se acham nesta cid[ad]e.

Contém uma lista de oficiais e ordenanças. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//44, fólios 141.

DOCUMENTO N.º 158

1740, Março, 2, Belém do Pará – [Continuação do processo da índia Francisca contra D. Anna da Fonte, viúva de Nicolau da Costa, que pretendia reduzi-la à escravidão].

Contém a última parte do processo que a índia Francisca moveu contra D. Anna da Fonte, nomeadamente a sentença do julgamento. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//45, fólios 142-147.

DOCUMENTO N.º 159

1742, Janeiro, 4, Lisboa – Sobre se separar desta Capitania a Villa da Laguna e se unir ao gov[ern]o do Rio de Jan[e]iro.

Descreve que a Vila da Laguna fica muito distante da capital da Capitania de São Paulo e, como tal, deve unir-se à Capitania do Rio de Janeiro. A cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do governo. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//46, fólio 149.

DOCUMENTO N.º 160

1748, Agosto, 2, Lisboa – [Carta dirigida a Dom António Rolim de Moura, governador e capitão general de Mato Grosso, sobre o novo governo desta capitania e as novas delimitações].

Carta régia que marca os limites do governo de Mato Grosso. Esta cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do governo. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//47, fólio 150.

DOCUMENTO N.º 161

[Ca 1750], Rio Negro (Grão-Pará e Maranhão) – [Carta sobre as principais causas que levaram à fuga dos aldeanos de Maripi].

Contém a lembrança das principais causas que tiveram os aldeanos de Maripi para fugirem. Destaca a chegada do missionário José Lopes à aldeia de Maripi, que tinha o objetivo de se encontrar com o Principal Cobati. Refere ainda o padre visitador José da Madalena, os índios das nações Mariarana em Manaus, os índios Tapuya e outras situações sobre escravos. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//48, fólios 151-160v.

DOCUMENTO N.º 162

1751, Outubro, 8, São Luís do Maranhão – [Carta sobre a chegada do Governador à cidade de S. Luís do Maranhão, com as felicitações da Câmara do Maranhão].

É uma carta escrita pelos membros da Câmara do Maranhão, a felicitar o governador. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//49, fólio 161.

DOCUMENTO N.º 163

1725, Março, 3, Lisboa Ocidental – Registo de huma carta de S[ua] Mag[estad]e que D[eu]s goarde vinda ao Governador e Capp[it]am General do Estado João da Maya da Gama sobre o Vedor Geral dar baychas aos soldados emcapazes e q[u]e estes sempre venção soldos.

É uma carta régia para o Vedor Geral no Maranhão dar baixa aos soldados que se encontram incapazes de cumprir o seu serviço e para que estes sempre vençam soldo. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//50, fólio 162.

DOCUMENTO N.º 164

[Depois de 1749], São Paulo – Modo de Regim[en]to das Misois da capetania de São Paulo.

Corresponde a uma lista de obrigações e direitos dos índios, missionários e moradores nas missões da Capitania de São Paulo. Está assinada por José dos Santos Lopes Ferreira e João de Sousa Azevedo. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//51, fólio 163.

DOCUMENTO N.º 165

1758, Agosto, 14, Belém do Pará – [Carta régia que eleva à categoria de vilas as aldeias que eram administradas pelos padres jesuítas, separando-se delas a jurisdição espiritual dos párocos da jurisdição secular dos magistrados].

Contém várias censuras relativamente à má administração dos jesuítas e aos seus escândalos, elogiando os párocos seculares e provendo à arrecadação das cõngruas. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//52, fólios 164-165.

DOCUMENTO N.º 166

1751, Outubro, 28, Cametá (Grão-Pará e Maranhão) – [Petição do padre missionário Gabriel de Malagrida, da Companhia de Jesus, para erigir o seminário de Cametá].

Refere o pedido do jesuíta Gabriel de Malagrida para erigir o seminário do Cametá, para o qual alcançou do bispo a presente provisão. Destaca ainda o número de seminaristas com que quer fundar este seminário. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//53, fólio 166.

DOCUMENTO N.º 167

[Ca 1754], São Luís do Maranhão – [Lista de pagamentos, receitas e despesas do Almojarifado do Maranhão].

Descreve os pagamentos, as receitas e as despesas do Almojarifado do Maranhão, relativamente a contratos, dízimos, subsídios, câmbios monetários, etc., referentes à catedral de São Luís do Maranhão, aos soldados das guarnições, despesas com os índios, entre outros assuntos. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//54, fólios 167-172v.

DOCUMENTO N.º 168

[Ca 1751], São Luís do Maranhão – Do Rendim[en]to da Faz[en]da R[e]al no Almojarifado do Mar[anh]ão pella Ordem dos Contractos: a forma com q[ue] se cobrão e pagão os Dizimos nesta Capp[ita]nia, e as Despesas Ordin[á]r[i]as, excepto a Sexta Ordinária.

Esta carta está assinada por Faustino da Fonseca Freire e Melo, provedor-mor da Fazenda Real. Descreve novos contratos e novas formas de cobranças e pagamentos; destaca as despesas com consertos de armas, embarcações, azeite para alumiar as fortalezas, breu para a artilharia, socorros prestados às aldeias; correio para o Pará e Piauí. Refere ainda alguns assuntos relacionados com os índios Gamela e a Sé Catedral. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//55, fólios 173-175v.

DOCUMENTO N.º 169

[Ca 1753], São Luís do Maranhão – Lista do q[ue] comprehende pagar Subsídios nesta cid[ad]e de São Luiz do Mar[anh]am feyta a conta por cada hum dos generos; e o preço por q[ue] anda rematado este contracto.

Esta lista está assinada por Faustino da Fonseca Freire e Melo, provedor-mor da Fazenda Real. Contém dados relativos às despesas da Fazenda Real, com destaque para gastos com panos, solhas, carne picada no açougue, couros em cabelo, escravos vendidos em praça, molinotes para fazer aguardente, etc. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//56, fólios 176-177v.

DOCUMENTO N.º 170

1752, Agosto, 7, Belém do Pará – [Certidão de António Gonçalves, capitão superintendente das obras e fortificações de Belém do Pará, sobre a visitação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a várias aldeias de índios].

Nesta certidão, António Gonçalves refere que os Jesuítas instigaram os índios a não venderem farinha e outros mantimentos aos portugueses aquando da visitação do governador do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//58, fólio 179.

DOCUMENTO N.º 171

[Depois de 1750], Lisboa – [Notícia dada por Bonifácio José Paes sobre um índio que andava fugido, chamado Francisco].

Descreve uma notícia dada por um assistente no Rio de Irituia, Bonifácio José Paes, acerca do índio Francisco que andava fugido e foi visto na cidade. Refere a Tropa de Resgates de Belchior Mendes e um morador na Vila da Vigia, chamado Gerónimo Gomes da Silva. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//59, fólio 180.

DOCUMENTO N.º 172

[Depois de 1750], São José de Macapá (Grão-Pará e Maranhão) – Pedido de autorização de Maria da Conceição, moradora em São José de Macapá, para ir à cidade comprar vestuário.

Refere uma assistente na nova povoação de São José de Macapá, chamada Maria da Conceição, natural da Ilha Graciosa e casada com Manuel de Espinosa, que pretende uma licença para se deslocar até à cidade para comprar vestuário. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//60, fólio 181.

DOCUMENTO N.º 173

1752, Setembro, 12, Santa Ana de Macapá (Grão-Pará e Maranhão) – [Lista dos índios da Aldeia de Santa Ana de Macapá, assinada pelo comandante João Baptista de Oliveira].

Contém uma lista com os índios da Aldeia de Santa Ana de Macapá, nomeadamente as nações Ariquena e Aroaqui. Refere ainda os religiosos do Carmo e o Rio Negro. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//61, fólios 182-186.

DOCUMENTO N.º 174

[Depois de 1750], Pará – [Carta com o pedido de transferência de um índio chamado Bonifácio para a aldeia de Porto Grande, devido aos problemas causados por um sargento-mor].

Refere os problemas causados pelo sargento-mor ao índio Bonifácio, que o acusa de molestar a sua família. O índio pede transferência para a aldeia de Porto Grande pois temia uma desgraça. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//62, fólio 187.

DOCUMENTO N.º 175

1753, Agosto, 23, Pará – [Carta dirigida a Gonçalo Pereira Lobato de Sousa, governador da Capitania do Maranhão, para que solte da prisão o soldado Francisco Xavier Liz].

Trata de um pedido de libertação do soldado Francisco Xavier Liz, que se encontra muito doente, em virtude de ser muito pobre e não ter meios para se sustentar. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//63, fólio 188.

DOCUMENTO N.º 176

1753, Novembro, 20, Lisboa – [Carta sobre um soldado chamado João dos Santos acusado de ter escondido um fugitivo de uma roça].

Refere um soldado preso há cinco meses, de seu nome João dos Santos, que era acusado de ter escondido um fugitivo de uma roça. Descreve ainda uma situação em que o soldado tentou desertar juntamente com Luís Francisco Jordão. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//64, fólio 189.

DOCUMENTO N.º 177

[Depois de 1750], Pará – [Petição do soldado Manuel dos Santos a pedir que não o mandem para o Macapá].

Trata do pedido do soldado Manuel dos Santos, que não quer ser transferido para o Macapá, pois tem pessoas que lhe dão esmola e caridade no local em que se encontra. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//65, fólio 190.

DOCUMENTO N.º 178

1754, Maio, 22, Lisboa – [Lista do dinheiro que entrou no cofre dos oficiais e soldados destacados na Companhia de Salgado e na Companhia de Barão].

Trata de uma lista com soldados de duas companhias, a de Salgado e a de Barão, provenientes do Pará, Rio Negro, Gurupá, Macapá, Pauxis e Tapajós. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//66, fólios 191-192v.

DOCUMENTO N.º 179

[Depois de 1750], Belém do Pará – Rellação dos créditos q[ue] se achão no poder do cappitão mor Balthazar do Rego Barbosa residente no Pará, pertencentes ao cappitão mor governador do Gurupá, Calisto da Cunha Valladares.

Trata dos créditos de diversas pessoas do Pará, Gurupá, Maranhão e Cametá. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//67, fólio 193.

DOCUMENTO N.º 180

1756, Junho, 20, Vila de Borba-a-Nova (Grão-Pará e Maranhão) – Rol de alguns trastes da Missão q[ue] era dos Tocano, hoje Villa de Borba a Nova depositados na ditta Villa por serem empedidos por ordem do Ex[celentíssi]mo Governador e Cappitam Gen[er]al deste Estado, S[e]n[ho]r Fran[cis]co Xavier de Mendonça Furtado, pertendendo Eu levallos pella ordem que tinha do meu Prelado o M[uito] R[everen]do P[adre] Fran[cis]co de Toledo da Co[m]p[anhi]a de JESUS, Visitador geral, e vice Provincial da Prov[inci]a do Maranhão.

Lista elaborada pelo jesuíta Anselmo Eckart sobre algumas peças de pouco valor que estavam na antiga Missão dos índios Tocano. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//68, fólio 194.

DOCUMENTO N.º 181

1756, Setembro, 11, Belém do Pará – [Cartas sobre os negócios da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, dirigidas aos provedores e deputados deste Estado].

Trata de vários assuntos sobre os negócios da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Refere a entrada de seis navios carregados no porto da cidade do Pará (Belém), em Agosto de 1755, destacando o capitão de mar-e-guerra João da Silva. Contém ainda informações sobre a venda de escravos negros que vieram na galera São José, do capitão José Ferreira de Azevedo, assim como uma referência ao governador do Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, acerca de uma plantação de amoreiras. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//69, fólios 195-196.

DOCUMENTO N.º 182

[Depois de 1750], Sylvis (Silves, Amazonas, Grão-Pará e Maranhão) – [Lista dos moradores da Vila de Sylviz, antiga Saracá, que estão ao serviço do rei, juntamente com os Principais das aldeias e os seus vassalos].

Trata de uma lista dos moradores da dita vila, que se encontram ao serviço do rei, incluindo os índios e os principais das nações Aruaqui, Baré e Pupuri. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//70, fólios 199-202.

DOCUMENTO N.º 183

[Depois de 1750], Pará – [Carta de António Nunes de Sousa, morador na Capitania do Grão-Pará, acerca de um requerimento relacionado com a Companhia Geral do Comércio].

Trata de um pedido ao governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, da parte de António Nunes de Sousa, piloto e patrão-mor, sobre um requerimento relacionado com o comércio. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//71, fólio 203.

DOCUMENTO N.º 184

1593, Abril, 24 a 1608, Dezembro, 5, Lisboa – [Diversos documentos relativos ao Almojarifado da Capitania de Pernambuco, assinados por Luís Siqueira, sobre traslados, rendas, fianças, entre outros assuntos].

Estes documentos estão certificados e assinados por Luís Siqueira, do Almojarifado da Capitania de Pernambuco, sendo o primeiro de 24 de Abril de 1593 e o último de 5 de Dezembro de 1608. Trata de diversos assuntos, nomeadamente rendas, terrenos, licenças, fianças e traslados. Contém ainda algumas referências às naus que passam pela Capitania de Pernambuco. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//72, fólios 204-235.

DOCUMENTO N.º 185

1756, Dezembro, 30, Belém do Pará – [Carta de João António Pinto da Silva, Secretário do Estado do Grão-Pará e Maranhão, sobre a Lei da Liberdade dos Índios e outra referente à administração das aldeias].

Esta carta foi escrita por João António Pinto da Silva, que era Cavaleiro da Ordem de Cristo, Secretário de Estado do Grão-Pará e Maranhão e Secretário da Junta das Missões do rei D. José. Descreve duas leis, uma respetiva à Liberdade Geral dos Índios e outra ao Governo Temporal que os Regulares administram nas aldeias de índios. Refere o bispo do Pará Miguel de Bulhões, o governador do Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o desembargador intendente - geral João da Cruz Dinis Pinheiro, o desembargador ouvidor-geral Pascoal de Abranches Madeira Fernandes e o desembargador juiz de fora João Ignacio de Britto e Abreu. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//74, fólio 242.

DOCUMENTO N.º 186

1757, Janeiro, 28, Belém do Pará – [Alvará com força de Lei sobre o comércio que devem fazer os índios nas aldeias do Estado do Grão-Pará e Maranhão, com referências aos eclesiásticos e à proibição de se envolverem com o governo secular, de acordo com o direito canónico].

Refere João António Pinto da Silva, secretário do Estado e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, comendador de Santa Marinha de Mata de Lobos na Ordem de Cristo, Governador e Capitão General do Estado do Maranhão, que apresentou o dito Alvará em bando, ao som de caixas, nas praças e ruas públicas da cidade de Belém do Pará. Trata do comércio que os índios podem fazer nas aldeias do Grão-Pará e Maranhão e da proibição, por direito canónico, a todos os eclesiásticos, de se envolverem no governo secular, que deve ser alheio às obrigações do sacerdócio. Refere ainda os padres jesuítas e os religiosos capuchos. Destaca as leis relativas aos índios, de 1653 e 1655. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//75, fólios 243-244.

DOCUMENTO N.º 187

1757, Março, 1, Rio Negro (Grão-Pará e Maranhão) – [Lista dos soldados que desertaram do Arraial no dia 1 de Março de 1757].

Apresenta uma lista dos soldados que desertaram, contendo diversas referências a soldados do Rio Negro. Está assinada pelo capitão José de Sá Barreto Souto Maior. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//76, fólios 245-246.

DOCUMENTO N.º 188

1757, Março, 11, Pará – [Carta relativa a remessas de farinha e caranguejos com destino a Belém do Pará].

Trata de remessas de farinha e caranguejos com destino a Belém do Pará, em que uma parte deveria ser entregue aos índios. Contém referências a uma viagem à Vila da Vigia, ao Bispo do Pará e a Florentino da Silveira Frade. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//77, fólio 247.

DOCUMENTO N.º 189

1757, Março, 22, Pará – [Carta sobre a viagem da canoa do cabo de esquadra João de Sousa Falcão para a Vila da Vigia].

Refere que a canoa levava uma remessa de rolos de pano e outros géneros, destinados a um Principal do Japorá. O original teria sido assinado pelo Bispo do Pará e pelo tenente Diogo António de Castro e Menezes. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//78, fólio 248.

DOCUMENTO N.º 190

1757, Março, 12, Belém do Pará – [Carta sobre as ordens relativas ao estabelecimento da Vila da Vigia, que foram cumpridas pelo Desembargador Intendente Geral João da Cruz Dinis Pinheiro].

Trata das ordens relativas às obras necessárias para o estabelecimento da Vila da Vigia, destacando João da Cruz Dinis Pinheiro e o ajudante José de Barros Machado, que foi o responsável pelas pessoas envolvidas nas obras que decorreram na dita vila, que possui uma localização muito importante para o Estado, pois é uma praça fronteiria. O original estava assinado pelo Bispo do Pará e pelo tenente Inácio Soares de Almeida. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//79, fólio 249.

DOCUMENTO N.º 191

1757, Março, 15, Belém do Pará – [Carta do Bispo do Pará, Miguel de Bulhões e Souza, ao governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre vários assuntos referentes ao Pará].

Trata de vários assuntos relativos ao Pará, nomeadamente uma notícia que o Bispo do Pará recebeu da parte de Gaspar da Costa, acerca da saúde de Francisco Xavier de Mendonça Furtado que vinha padecendo de um grande defluxo. Destaca a Vila de Bragança e a entrega de farinha, tabaco e frangos, assim como a chegada do procurador da Vila do Conde e o Procurador dos índios. Refere a fundação da nova Vila de Colares. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//80, fólio 250.

DOCUMENTO N.º 192

[Depois de 1750], Pará – [Lista com os salários dos soldados pertencentes a vários Regimentos do Pará].

Trata dos salários dos soldados que estão no Macapá, Gurupá, Parú, Topajós, Pauxis e Rio Negro. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//81, fólios 251-254.

DOCUMENTO N.º 193

1757, Novembro, 22, Belém do Pará – [Processo sobre os soldados que se sublevaram no dia 1 de Março de 1757 e desertaram do Arraial do Rio Negro].

Trata de todo o processo referente à deserção dos soldados do Rio Negro, começando com uma carta do Desembargador e Ouvidor Geral ao Governador do Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Refere o regimento do coronel Luís de Vasconcelos Almeida Castelo Branco e o capitão mandante Domingos da Silva Pinheiro, assim como o auto de devassa que mandou fazer em Belém do Pará o Desembargador Auditor Geral da gente da guerra, Pascoal de Abranches Madeira Fernandes. Descreve a

inquirição das testemunhas e de todos os soldados envolvidos no processo, que teve o seu início em 22 de Novembro de 1757, tendo terminado em 19 de Dezembro de 1757. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//84, fólios 263-293.

DOCUMENTO N.º 194

[Ca 1758], Vila de Souzel (Grão-Pará e Maranhão) – Relação dos Índios que se destribuirão desta Villa de Souzel pellas Portarias do Ill[ustríssi]mo e Ex[celentíssi]mo S[e]n[h]or g[e]n[er]al, Anno de 1758.

Lista com os índios que deveriam ser entregues como pagamento por serviços prestados, ou por troca de géneros. No final da lista refere que somam todos oitenta e um índios. Está assinado por Cosme Damião da Silva. A data é referida no fól. 294 r. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//85, fólios 294-295.

DOCUMENTO N.º 195

[Ca 1759], Rio da Prata (Colónia do Sacramento) – [Relatório do novo governador do Rio da Prata, Vicente da Silva da Fonseca, sucessor de Luiz Garcia de Bivar].

Trata de diversos assuntos do Rio da Prata, ou Colónia do Sacramento, nomeadamente negócios, comércio, índios, obras em edifícios militares e religiosos, temporais, entre outros. Refere ainda a morte de Luiz Garcia de Bivar no dia 16 de Fevereiro. A data é referida no fól. 311 r. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//86, fólios 296-312.

DOCUMENTO N.º 196

1759, Dezembro, 22, Luanda – [Cartas dirigidas ao Capitão João Xavier de Proença e Silva, capitão da guarda em Luanda, referindo assuntos sobre a administração da Companhia de Pernambuco].

Trata de diversos assuntos, destacando Francisco Bruno de Lemos, administrador da Companhia de Pernambuco que segue numa galera para estabelecer a sua casa na dita companhia. Contém ainda duas listas com pagamentos e contas. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//87, fólios 313-318.

DOCUMENTO N.º 197

1760, Julho, 4, Luanda – [Cópia de duas cartas escritas em Luanda pelo capitão João Xavier de Proença e Silva, dirigidas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão].

Trata de pedidos do capitão da guarda em Luanda, João Xavier de Proença e Silva, para que Francisco Xavier de Mendonça Furtado auxilie e favoreça um juiz de fora que tinha ido para o Brasil, contendo ainda uma recomendação para António de Campos Rego. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//88, fólio 319.

DOCUMENTO N.º 198

1758, Vila de Souzel (Grão-Pará e Maranhão) – Relação de todos os Índios que fizerão Roças nesta Villa de Souzel este prez[en]te anno de 1758.

Trata de uma lista com os nomes dos índios que trabalham nas roças, contendo ainda um grupo de índios solteiros que não trabalhavam nessas roças. Está assinada por Cosme Damião da Silva. Original assinado. Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//91, fólio 335.

DOCUMENTO N.º 199

1763, Fevereiro, 4, Rio de Janeiro – [Carta dirigida ao capitão da guarda João Xavier de Proença e Silva sobre assuntos relacionados com a venda de escravos].

Trata de uma carta escrita por Manuel Roiz Ferreira e dirigida ao capitão João Xavier de Proença e Silva sobre uma ordem remetida por Tomé da Silva Coutinho, sobre a venda de escravos. Refere ainda o conde de Bobadela. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//92, fólio 336.

DOCUMENTO N.º 200

[1760-1770], [Brasil] – [Carta dirigida a Manuel Roiz Ferreira, escrita por António Rola sobre um cozinheiro chamado Felipe].

Refere um jovem chamado Felipe que veio aprender o ofício de cozinheiro e revela uma grande apetência para tal trabalho, pois é livre de vícios, e dá boa conta de si. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//93, fólio 337.

DOCUMENTO N.º 201

1764, Julho, 29, Belém do Pará – [Petição para que os carpinteiros e calafates avaliem o estado do navio Nossa Senhora da Conceição, comandado pelo capitão Félix de Oliveira, que se dirigia para o Grão-Pará e encalhou num recife a 2 de Junho de 1764].

Refere a partida de Felix de Oliveira da cidade de Lisboa para a cidade do Grão-Pará no dia 25 de Abril de 1764, como capitão do navio Nossa Senhora da Conceição, que ficou encalhado num recife no dia 2 de Junho. É uma petição para que carpinteiros e calafates avaliem o estado do navio de forma a proceder à sua descarga de forma segura, passando assim a respetiva certidão. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//95, fólio 340.

DOCUMENTO N.º 202

1764, Julho, 30, Belém do Pará – [Certidão passada pelos carpinteiros e calafates, atestando das condições do navio encalhado num recife desde o dia 2 de Junho de 1764].

Esta certidão está assinada pelo mestre calafate Silvestre Francisco e Luís Isidoro de Gouveia. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//96, fólio 341.

DOCUMENTO N.º 203

1764, Setembro, 10, Pilgrim (Barbados?) – [Petição apresentada pelo capitão Félix de Oliveira aos responsáveis pela administração da região das Caraíbas, para auxílio do navio Nossa Senhora da Conceição encalhado num recife].

Trata de uma petição aos responsáveis pela administração da região das caraíbas, que estava sob domínio da coroa inglesa, para auxiliar o navio encalhado num recife perto de Carlisle, desde o dia 2 de Junho de 1764, para que pudesse prosseguir até ao porto de Bridge Town (atual capital de Barbados). Está assinada por Pinfold. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//97, fólio 342.

DOCUMENTO N.º 204

1764, Novembro, 23, [Barbados] – [Carta escrita a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão por Félix de Oliveira, capitão do navio Nossa Senhora da Conceição, justificando os seus procedimentos relativamente a este navio, que encalhou num recife nas Caraíbas].

Trata da justificação de Félix de Oliveira acerca do seu navio que tinha como destino Belém do Pará e encalhou num recife nas Caraíbas. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//98, fólio 343.

DOCUMENTO N.º 205

[1760-1770], Vila de Pitangui (Minas Gerais) – [Carta com o pedido de promoção do furriel António Gonçalves da Cunha, da Capitania de Minas Gerais].

Trata do pedido de promoção do furriel António Gonçalves da Cunha, que serviu durante 17 anos numa das Companhias do 1.º Regimento de Cavalaria de Milícias, que guarnecia a Capitania de Minas Gerais. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//103, fólio 349.

DOCUMENTO N.º 206

1767, Fevereiro, 25, São Paulo – Termo de Junta que se fes com os Procuradores das Camaraz das Villas de Serra acima, pertencentes a esta Capitania, para effeito de se estabelecer rendimento p[ar]a se pagarem os soldos aos Sargentos Morez de Cavallaria, e Infantaria, e seus Ajudantes das Tropas Auxiliares desta Capitania, na forma da Ordem de S. Mag[estad]e de 22 de Março de 1766.

Trata de um termo de junta relacionado com o pagamento dos soldos aos sargentos-mores. A cópia está assinada pelo secretário do governo, José Romão Jeunot. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//104, fólhos 350-351.

DOCUMENTO N.º 207

1767, Maio, 29, São Paulo – Termo de Junta que se fes com os Procuradores das Camaras das Villas pertencentes a Comarca de Parnaguá, p[ar]a effeito de se estabelecer Rendimento p[ar]a pagar os soldos do Sargento Môr, e Ajudante de Auxiliares daquela Marinha.

Trata de um termo de Junta cujos assuntos estão relacionados com o pagamento dos soldos devidos a um Sargento-mor e ao seu ajudante. Refere o Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, D. Luís António de Souza Botelho Mourão e o Ouvidor geral da comarca de Parnaguá, o Doutor Salvador Pereira da Silva. A cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do governo. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//105, fólhos 352-353.

DOCUMENTO N.º 208

1767, Novembro, 12, São Paulo – Carta do Ex[celentíssi]mo D. Luiz António de Souza, sendo General da Capitania de S. Paulo, dirigida ao Ex[celentíssi]mo Conde de Oeyras, Secretário de Estado, sobre a providencia para serem pagos dos seus soldos os Sargentos Mores, e Ajudantes de Auxiliares.

Trata de assuntos relacionados com o pagamento dos soldos aos sargentos-mores e ajudantes de auxiliares da Capitania de São Paulo, sem excepção de nobres, plebeus, brancos e mestiços. A cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do governo. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//106, fólho 354.

DOCUMENTO N.º 209

1767, Novembro, 12, São Paulo – Carta do Ex[celentíssi]mo D. Luiz António de Souza dirigida, sendo Governador e Cap[ita]m General da Capitania de São Paulo ao Ex[celentíssi]mo Conde de Oeyras, Secretário de Estado, a respeito do q[ue] produzio o Termo de Junta celebrado com os Procuradores das Camaraz p[ar]a effeito de se pagarem os soldos aos Sargentos mores, e Ajudantes das Tropas Auxiliares.

Trata de assuntos relacionados com o pagamento dos soldos aos sargentos-mores e ajudantes das tropas de auxiliares da Capitania de São Paulo. A cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do governo. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//107, fólho 355.

DOCUMENTO N.º 210

1767, Dezembro, 5, São Paulo – Carta q[ue] escreveo Dom Luiz António de Souza sendo Gov[erna]dor e Cap[it]am General da Capitania de S. Paulo, ao Ex[celentíssi]mo Conde de Oeiras, Secretário de Estado, sobre o Termo de Junta q[ue] se fez com os Procuradores das Camaras de Serra acima, p[ar]a effeito de se estabelecer rendimento p[ar]a pagamento dos soldos aos Sargentos Mores, e Ajudantes das Tropas Aux[iliar]es.

Trata de assuntos relacionados com o pagamento dos soldos aos sargentos-mores e ajudantes das tropas de auxiliares da Capitania de São Paulo, com referências à Câmara da Vila de Parnaguá. Aborda ainda um

ataque à Vila do Rio Grande e o envio de quinhentos homens dos Campos Gerais de Curitiba para socorrerem a dita vila. A cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do governo. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//108, fólio 356.

DOCUMENTO N.º 211

1768, Março, 15, São Paulo – Offício ao Conde de Oeyras, Secretário de Estado dirigido pelo General, que foi desta Capitania, o Ex[celentíssimo]mo D. Luiz António de Souza.

Trata de vários assuntos, com destaque para o donativo que foi organizado na cidade de São Paulo em 12 de Agosto de 1765, para ajudar na reconstrução da cidade de Lisboa, devastada pelo terramoto de 1755. Refere que o dinheiro recolhido nesses três anos havia sido extraviado, pois existia uma grande desordem na sua arrecadação. Contém ainda uma carta da Câmara da Vila de Parnaguá referente a 2 de Março de 1767 e um ofício dirigido ao Conde de Oeiras sobre o pagamento dos soldos aos sargentos-mores de 6 de Dezembro de 1767. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//109, fólios 357-359.

DOCUMENTO N.º 212

1769, Julho, 10, Rio Iguatemi (Mato Grosso) – [Carta sobre a expedição de Luís de Araújo Coura e outros negociantes moradores em Araytaguaba, que procuravam passagem do rio Guatemi para o rio da Prata].

Contém o pedido de auxílio de Luís de Araújo Coura e António de Anhaya Lobo, comerciantes que queriam levar o seu negócio para as minas de Cuyabá. Tiveram vários contratempos até alcançarem a barra do rio Pardo, pois fugiram vários escravos, perderam trabalhadores e embarcações, assim como as respetivas cargas e mantimentos. Refere ainda os ataques dos índios Gayapó, que os obrigaram a atravessar o rio Guatemi de forma a chegar ao rio Paraguai. A cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do governo. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//111, fólio 361.

DOCUMENTO N.º 213

1769, Agosto, 20, Cordilheira do Sertão de Guatemi (Rio Iguatemi, Mato Grosso) – [Carta sobre a expedição de Luís de Araújo Coura e outros negociantes moradores em Araytaguaba, que procuravam passagem do rio Guatemi para o rio da Prata].

Descreve o que sucedeu ao comerciante Luís de Araújo Coura e seus companheiros no momento em que tentou achar vazadouro do rio Guatemi para o rio da Prata. Refere que não houve problemas com os índios, excepto algumas mostras de fogo que fizeram ao longe. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//112, fólios 362-363.

DOCUMENTO N.º 214

1769, Dezembro, 19, São Francisco de Paula (Rio Grande do Sul) – [Carta do Capitão de Infantaria João Álvares Ferreira sobre os acontecimentos que têm vindo a suceder no estabelecimento do povoado de São Francisco de Paula, junto ao Rio Guatemi].

Refere o vice-rei Conde de Cunha e descreve várias situações relacionadas com confrontos que opuseram os portugueses e os espanhóis aos índios. Descreve a chegada do comerciante Luís de Araújo Coura e informa que o general do Paraguai anda a listar gente, ignorando-se as suas intenções e o seu destino. A cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do governo. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//113, fólio 364.

DOCUMENTO N.º 215

[Depois de 1760], São Paulo – Projecto para a Demarcação dos Limites das Capitanias de São Paulo e Mato Grosso conforme a Divisão mais natural, que oferecem os Mapas, e as primeiras Navegações praticadas pelos Paulistas, que vierão fundar a Colónia do Cuyabá.

Trata da demarcação dos limites das duas capitanias, referindo os seguintes locais: Rio Grande ou Paraná, Rio Pardo, Rio Claro, Rio Anhaduy, Rio Ninduy-Guaçu, Capitania de Goiás, Ribeirão Claro, Campos da Vacaria e Fontes do Imbotatuy. A cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do governo. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//114, fólio 365.

DOCUMENTO N.º 216

1770, Fevereiro, 12, Vila Bela (Mato Grosso) – [Carta dirigida a D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, Governador da Capitania de São Paulo, sobre o estabelecimento de uma nova colónia, no sítio denominado Fecho dos Morros, na margem oriental do Rio Paraguai].

Trata de dar conhecimento de uma outra carta que tinha o objetivo de informar a Corte a respeito do estabelecimento da nova colónia no Fecho dos Morros, que se destinava a proteger a navegação do Rio Paraguai contra os índios Payaguá. Contém ainda um pedido formal de um mapa individual da Capitania de São Paulo. Foi escrita por Luís Pinto de Sousa Coutinho e a cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do governo. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//115, fólio 366.

DOCUMENTO N.º 217

1770, Setembro, 18, Asunción (Paraguai) – Carta [que] ao Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo escreveu o Governador da Província do Paraguay.

A carta é dirigida a D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, Governador da Capitania de São Paulo e foi escrita por Carlos Morphi, Governador da Província do Paraguai. Trata da demarcação da linha divisória que se fez no Rio Guatemi no ano de 1752, destacando a anulação do Tratado dos Limites. Aborda ainda a Colónia do Sacramento e os sete povoados do Uruguai, assim como outros assuntos, principalmente relacionados com os limites e fronteiras do Paraguai. A cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do governo. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//116, fólios 367-371.

DOCUMENTO N.º 218

1770, Dezembro, 12, Palácio de Nossa senhora da Ajuda (Lisboa) – Alvará em que se declaram as Pessoas, q[ue] devem suceder no caso de falecerem, ou se auzentarem alguns dos Governadores, e Capitaens Generaes, ou Governadores dos Estados do Brazil, e Pará, do Reino de Angola, e Ilhas adjacentes a estes Reinos, tudo na forma abaixo declarada.

Trata de assuntos relacionados com a sucessão dos governadores em caso de morte, assim como assuntos sobre legislação. A cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do governo. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//117, fólios 372-373.

DOCUMENTO N.º 219

1771, Abril, 1, Villa Bella (Mato Grosso) – [Provisão expedida ao governo de Mato Grosso pelo Conselho Ultramarino, na qual se determinam os limites da Capitania de Mato Grosso com a Capitania de São Paulo].

Trata de assuntos relacionados com os limites das capitanias de Mato Grosso e São Paulo, em que o curso do Rio Grande deveria servir de raia e baliza natural entre as duas capitanias. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//118, fólio 374.

DOCUMENTO N.º 220

[Ca 1794], [Brasil] – Sistema da Arrecadação Diamantina p[e]la Mineração franca e livre comprando S. Mag[estade] os Diamantes aos Mineiros que os extrahirem.

Trata de assuntos sobre o método de arrecadação dos diamantes provenientes do Brasil, assim como da extração do ouro, principalmente nas margens do Rio Claro em Goiás e em certas zonas de Mato Grosso. Os diamantes deviam ser avaliados e arrecadados pela Junta da Real Fazenda. Contém informação sobre legislação relacionada com a prospecção de diamantes, como leis, regimentos e alvarás. Inclui ainda um alvará sobre o comércio de lojas e tabernas e o imposto que devia ser pago à Real Fazenda, assim como uma lista com o rendimento e as despesas da Real Extração dos diamantes. A data é referida na resposta, no fól. 378 r. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//119, fólios 375-380.

DOCUMENTO N.º 221

1774, Outubro, 11, São Paulo – [Carta dirigida ao Alferes Jerónimo Dias Ribeiro da parte de D. Luís António de Sousa para que cumpra uma ordem que não foi acatada pelo Tenente Manuel Pais Garcia].

Trata de uma carta que contém uma ordem de D. Luís António de Sousa para que o Alferes Jerónimo Dias Ribeiro tome todas as diligências possíveis para que seja cumprida uma ordem anterior (não explicitada na carta), que deveria ter sido executada pelo Tenente Manuel Pais Garcia. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//120, fólio 381.

DOCUMENTO N.º 222

1775, Outubro, 18, São Paulo – [Carta com ofícios de Martim Lopes Lobo de Saldanha, dirigidos a Martinho de Melo e Castro sobre a tomada de posse da Capitania de São Paulo em 13 de Junho de 1775].

Trata de assuntos sobre a Capitania de São Paulo, sendo que num dos ofícios, Martim Lopes Lobo de Saldanha refere que passou por várias aldeias de índios completamente destruídas e despovoadas, destacando o facto de muitos índios estarem cativos de forma ilegal. Refere ainda as fazendas confiscadas aos "proscritos denominados Jesuítas", que estavam praticamente destruídas e nada rendiam. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//121, fólios 382-386.

DOCUMENTO N.º 223

1776, Fevereiro, 18, São Paulo – [Ofício de Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador da capitania de São Paulo, dirigida ao Marquês de Pombal sobre vários assuntos].

Contém referências a um escrivão deputado da Junta da Fazenda da Bahia, chamado Sebastião Francisco Betamio, que deveria exercer o mesmo cargo na cidade de São Paulo. No entanto, o Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Estado mandou-o para o Sul. Martim Lopes Lobo de Saldanha considera que este escrivão seria mais útil em São Paulo, pois está tudo numa grande confusão, devido ao mau trabalho do seu antecessor, pedindo assim ao Marquês de Pombal que interceda no sentido de trazer o dito escrivão para a capitania de São Paulo. A cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do governo. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//122, fólios 387-388.

DOCUMENTO N.º 224

1776, Agosto, 31, Vila de São Pedro do Rio Grande – [Cartas de João Henrique de Bohm dirigidas a Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador da capitania de São Paulo, sobre assuntos militares].

Refere a chegada de três companhias de voluntários a cavalo, em muito mau estado, totalmente incapazes de cumprir o seu serviço. Trata ainda de situações relacionadas com a saúde e moral das tropas, destacando a existência de um surto de bexigas entre os soldados de Infantaria. A cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do governo. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//123, fólios 389-390.

DOCUMENTO N.º 225

1778, Agosto, 8, São Paulo – Carta do General Martim Lopes Lobo de Saldanha escripta ao Marq[ue]s de Lavradio.

Trata de uma carta escrita pelo Governador da Capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ao Marquês do Lavradio, D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão d'Eça e Melo Silva Mascarenhas, sobre as contendas relacionadas com os limites da Capitania de São Paulo, referindo a abertura de um caminho entre a Vila de Guratinguetá e o Rio de Janeiro. Destaca várias situações

relacionadas com a usurpação de terrenos por parte de outras capitanias vizinhas, contendo uma queixa dos oficiais da Câmara de Guratinguetá. Refere ainda várias cartas de sesmarias, com destaque para o capitão da Freguesia de São João Marcos. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//124, fólios 391-392.

DOCUMENTO N.º 226

[Ca 1779], [Brasil] – Cópia da instrução que se deu ao G[e]n[er]al castilhano D. Pedro Ceballos para saquiar Cuyabá e Mato groço em Mayo 1779.

Refere que a povoação de Cuyabá não tinha muita "gente branca" no ano de 1754, embora fosse de grandes dimensões, tendo cerca de 200 pessoas brancas e que todos os mais moradores eram "mestiços, mulatos e negros escravos". Destaca os escravos que trabalhavam na lavagem do ouro e outras situações com os índios que podiam ser muito importantes na luta contra os portugueses. Descreve as viagens que faziam as pessoas de São Paulo para o Cuyabá, explicando o modo de viajar dos portugueses, pois em cada canoa costumavam ir sempre dois portugueses brancos, 5 ou 6 negros que remavam com umas pás semelhantes às usadas pelos índios Paiagua. Trata ainda de explicar como eram constituídas as Canoas de guerra que saíam do Cuyabá para o Rio Taquari. A data é referida no fól. 393 r. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//125, fólios 393-400.

DOCUMENTO N.º 227

1780, Junho, 19, São Paulo – [Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador da Capitania de São Paulo, dirigida ao Marquês de Angeja sobre a sua insatisfação em relação aos membros que compõem a Junta da Arrecadação da Real Fazenda da Capitania de São Paulo].

Nesta carta dirigida ao Marquês de Angeja, D. Pedro José de Noronha Camões de Albuquerque Moniz e Sousa, o Governador da Capitania de São Paulo refere diversos casos de corrupção e outros vícios por parte dos membros da Junta. A cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do governo. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//126, fól. 401.

DOCUMENTO N.º 228

1780, Setembro, 2, São Paulo – [Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador da Capitania de São Paulo, dirigida ao Capitão-mor Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, sobre assuntos pessoais].

O Governador de São Paulo escreve ao seu afilhado, o Capitão-mor Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, dando conta da sua preocupação pela dificuldade em encontrar alguém capaz para lhe suceder "singularmente nas circunstâncias presentes". Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//127, fól. 402.

DOCUMENTO N.º 229

[Ca 1786], Mato Grosso – [Carta que refere diversos assuntos sobre o Rio Cuiabá e os índios Payagua].

Trata de diversos assuntos, nomeadamente a navegação de canoas do Pará para o Mato Grosso e o restabelecimento dos espanhóis no Paraguai que representam um obstáculo para os portugueses. Destaca ainda várias missões, como a de Mochos, S. Miguel, S. Pedro e Nossa senhora do Loreto, assim como o caminho antigo de Cuiabá para o Mato Grosso. A data é referida no fól. 403 r. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//128, fólios 403-404.

DOCUMENTO N.º 230

[Ca 1788], Minas Gerais – Cópia do Calculo, e Methodo que formou o Ill[ustríssi]mo e Ex[celentíssi]mo Senhor Luiz da Cunha Menezes Gov[ernad]or e Cap[it]am General, que foi desta Capitania de Minas Geraes para se regular por elle a Despeza do Regimento de Cavalaria regular da dita Capitania, que se tem observado desde o 1o de Janeiro d' 1787 até o presente em virtude do Assento da Fazenda d' 18 d' Outubro d' 1786, e aprovação do Real Erario d' 6 de Mayo d' 1788.

Trata de assuntos relacionados com as despesas do Regimento de Cavalaria regular da Capitania de Minas Gerais. A data é referida no fól. 405 r. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//129, fólios 405-407.

DOCUMENTO N.º 231

[Ca 1793], São Paulo – [Cópias de várias cartas referentes às Câmaras da Capitania de São Paulo, sobre diversos assuntos].

Trata de diversos assuntos referentes a obras de pavimentação, extração de ferro, abastecimento, comércio, entre outros. Refere uma situação relacionada com a vila de Itú, em 23 de Abril de 1791, acerca de uma embarcação vinda de Benguela com mais de trezentos escravos. Para além desta vila, destaca ainda a vila de Sorocaba. As cópias estão assinadas por José Romão Jeunot, secretário do governo. A data é referida no fól. 412 v. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//130, fólios 408-414.

DOCUMENTO N.º 232

[1778-1779], São Paulo – Diario da viagem q[ue] de Villa Bella de Matto-Grosso fiz para a Ci[da]de de S. Paulo pelas ordin[ári]as derrotas da terra, e rios q[ue] delle constar no anno de 1788.

Trata do diário de viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida, relatando a navegação de Vila Bela até à cidade de São Paulo, entre 13 de Setembro de 1788 e 10 de Janeiro de 1789, com rotas, descrição do clima e vegetação, população, etc., mencionando as distâncias, e os cálculos de latitudes e longitudes. Francisco José de Lacerda e Almeida era formado em matemática, recebeu a incumbência de demarcar os limites fronteiriços com as colónias castelhanas, e prestou serviço como geógrafo, matemático e

astrónomo. Atuaria ainda na localização dos rios, rumos, correntes, etc. e notificaria sobre a existência de minas de ouro e diamantes. Durante dez anos, percorreu o sertão do Brasil e escreveu um diário registando informações de carácter geográfico, e sobre botânica, zoologia e mineralogia. Em 1791, voltando à Europa, foi eleito sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//131, fólios 415-422.

DOCUMENTO N.º 233

1788, Novembro, 14, Curitiba (São Paulo, Paraná) – [Carta de Joaquim José de Macedo Leite sobre diversos assuntos relacionados com o Regimento militar de Curitiba].

Trata de assuntos relacionados com o regimento militar de Curitiba, nomeadamente mantimentos, munições, medicamentos, escravos, diamantes, entre outros. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//132, fólios 423-424.

DOCUMENTO N.º 234

[Antes de 27 de Novembro de 1788], São Paulo – [Carta do astrónomo Francisco de Oliveira Barbosa, predizendo o eclipse do sol, visível em S. Paulo, em 28 de Novembro de 1788].

Trata do original da carta que o astrónomo Francisco de Oliveira Barbosa dirigida, de São Paulo (Brasil), a destinatário não mencionado, em letra da época, predizendo o eclipse do sol, visível em S. Paulo, na tarde do dia 27 de Novembro de 1788. Contém a "descrição" do dito fenómeno, com referência às horas da possível ocorrência. A datação do manuscrito foi estabelecida com base na data prevista para a ocorrência do eclipse do Sol – «tarde do dia 27 de Novembro de 1788» – (f. 425). Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//133, fólio 425.

DOCUMENTO N.º 235

[Ca 1792], São Paulo – Rellação dos Contractos, e Officios Judiciais desta Capitania, arrematados pelo Tribunal da Junta da Real Fazenda da mesma Capitania, com a declaração dos preços do triennio passado, e do prezente para se conhecer o aumento delles, a saber.

Trata do triénio que decorre de 1789 a 1792, relacionado com a Capitania de São Paulo. Refere o Registo de Curitiba, o de Santa Vitória do Rio Grande de São Pedro, o de Sorocaba e as vilas de São Sebastião e Ubatuba. Está assinado por João Vicente da Fonseca. A data é referida no fól. 427 r. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//135, fólio 427.

DOCUMENTO N.º 236

1789, Santos (São Paulo) – Mappa da carga que transporta desta Villa de Santos para a cidade de Lisboa o Navio Santos Marteris Triunfo do Mar de q[ue] hé cap[it]ão António Luís da Piedade, neste prez[en]te anno 1789.

Contém uma lista de géneros, como açúcar, goma, arroz, anil, café, aguardente, couros secos, tabacos, etc. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//136, fólio 428.

DOCUMENTO N.º 237

1789, Outubro, 1, Rio Pardo (São Paulo) – Mappa do Mes de O[utu]bro do Regimento de Dragoens de que hé Coronel Gaspar Jozé de Matos Ferreira Lucena.

Trata de enumerar diversos assuntos relacionados com o Regimento de Dragões, como armamento, munições, oficiais doentes, oficiais ausentes, etc. No verso contém um "Mappa do armamento, barracamento, ferramentas e petrexos". Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//137, fólio 429.

DOCUMENTO N.º 238

[Entre Setembro e 2 de Novembro de 1789], São Paulo – [Eclipses da lua, visíveis em S. Paulo, anunciados e explicados por Bento Sanches Dorta].

Trata, possivelmente, de uma carta (cfr. f. 432 v.) destinada a Bernardo José Maria de Lorena (?), onde são anunciados e explicados vários eclipses da Lua a ocorrer entre 2 de Novembro de 1789 e 11 de Outubro de 1791. Bento Sanches de Orla (1739-1795), astrónomo e geógrafo, foi enviado ao Brasil em 1781 para fazer parte da Comissão encarregada de demarcar os limites do território pertencente a Portugal. Publicou: «Observações dos eclipses dos satellites de Jupiter, feitas em S. Paulo (1787); «Observações astronomicas feitas junto ao castello do Rio de Janeiro, para determinar a latitude e longitude da dita cidade» (1797); Observações metheorologicas feitas na cidade do Rio de Janeiro» ((1797); «Descripção de um monstro de especie humana, existente na cidade de S. Paulo» (1797), etc. Contém 3 desenhos geométricos à pena, sépia, ocupando a metade superior das f., representando os eclipses da Lua; aparado na margem exterior esquerda. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//138, fólhos 430-32.

DOCUMENTO N.º 239

[Depois de 1790], Minas Gerais – Resumo da Pólvora, Ferro e Asso que entrou nesta Capitania de Minas Geraes em os cinco annos decorridos de 1790 a 1794 segundo a liquidação feita pelas Facturas das Fazendas que entrarão pelos Registos nos ditos annos.

Contém ainda um resumo do custo ordinário de géneros comprados no Rio de Janeiro. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//141, fólio 457.

DOCUMENTO N.º 240

1790, Junho, 1, Santos (São Paulo) – Mapa da carga que transporta desta V[il]a de Santos p[ar]a a cid[ad]e de L[i]x[bo]a o Navio N[ossa] S[e]n[ho]ra da Pied[ad]e, e Albuquerque, de que hé Cap[it]am Jozé Al[vare]z Leal, em o 1o de Junho de 1790.

Contém uma lista de géneros, como açúcar, arroz, anil, café, melaço, aguardente, barbatana, couros secos, etc. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//142, fólio 458.

DOCUMENTO N.º 241

1791, Rio Grande (São Pedro do Rio Grande do Sul) – Relação das Embarcaçoens q[ue] sahirão carregadas do Porto do Rio Gr[an]de no anno de 1791, e rezumo do valor das mencionadas cargas.

Refere 106 embarcações e a lista com os géneros carregados: trigo, farinha de trigo, carne seca, sebo, couros em cabelo, queijos, manteiga, erva de mate, pesos fortes. Contém ainda uma lista com os géneros que entravam no porto: sal, farinha, arroz, tabaco em rolo, pipas de vinho, aguardente, vinagre, azeite, açúcar. Refere também a entrada de escravos. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//143, fólio 459.

DOCUMENTO N.º 242

1791, Dezembro, 12, Rio Grande (São Pedro do Rio Grande do Sul) – [Escritura do contrato celebrado entre a Câmara de São Paulo e as vilas de de Itu, Jundiai, Atibaia, Parnaíba, Mogi das Cruzes, Sorocaba e Jaracatui].

Trata das escrituras do contrato assinado em 5 de Fevereiro de 1791, juntamente com o "termo de vereança" feito em 10 de Setembro de 1791. Está assinado por Pedro Alexandrino Rangel e Francisco José de S. Payo. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//144, fólios 460-464.

DOCUMENTO N.º 243

1791, Santos (São Paulo) – Mappa da carga que transporta da Villa de Santos o Bergantim Carmo & Bom Fim de que hé Capp[it]am Francisco de Faria Salgado este anno de 1791.

Contém uma lista de géneros, como açúcar, arroz, anil, café, mel aguardente, miudezas, sola, couros secos, etc. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//145, fólio 465.

DOCUMENTO N.º 244

1791, Santos (São Paulo) – Mappa da carga q[ue] transporta da Villa de Santos o Navio S[an]tos Martires Triunfo do Mar de q[ue] hé Capp[it]am António Luis da Piedade este anno de 1791.

Contém uma lista de géneros, como açúcar, arroz, anil, café, mel, aguardente, miudezas, sola, couros secos, etc. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//146, fólio 466.

DOCUMENTO N.º 245

1791, Santos (São Paulo) – Mappa da carga q[ue] transporta da Villa de Santos p[ar]a Lisboa o Navio Mercurio de que he Cap[ita]m Joao Fran[cis]co Lima este anno de 1791 a saber.

Contém uma lista de géneros, como açúcar, arroz, tábuas de canela preta, café, mel, aguardente, miudezas, sola, couros secos, etc. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//147, fólio 467.

DOCUMENTO N.º 246

1791, Santos (São Paulo) – Mappa da carga que transporta da Villa de Santos a galera Penha de França & Silveira de q[ue] he Capp[it]am António Jozé de Carv[alho] este anno de 1791.

Contém uma lista de géneros, como açúcar, arroz, tábuas de canela preta, café, mel, aguardente, miudezas, sola, couros secos, etc. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//148, fólio 468.

DOCUMENTO N.º 247

1791, Abril, 4, São Paulo – Copia dos Autos de avaliação do novo Quartelamento da Legião de Voluntarios Reaes, a que se procedeu pelo Juizo Ordinario desta cidade, cujos Autos originaes se remeterão ao Real Erario em o Officio de treze de Abril de mil setecentos noventa e hum.

Trata dos autos de avaliação do novo aquartelamento da Legião de Voluntários Reais, a que mandou proceder o juiz ordinário, o capitão José Mendes da Costa, em cumprimento da ordem da Real Fazenda da Capitania de São Paulo. A cópia está assinada por João Vicente da Fonseca. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//149, fólhos 469-471.

DOCUMENTO N.º 248

1792, São Paulo – Mappa da carga q[ue] transporta da Villa de Santos p[ar]a L[i]x[bo]a o Berg[ant]im Carmo & Bom Fim de q[ue] hé Capp[it]am Joao dos Banhos Souto este prezente anno de 1792.

Contém uma lista de géneros, como açúcar, goma, arroz, miudezas, etc. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//150, fólhos 472.

DOCUMENTO N.º 249

1792, Santos (São Paulo) – Mappa da carga q[ue] transporta da Villa de Santos p[ar]a Lisboa o navio S[an]tos Mart[ire]s Triunfo do Mar de q[ue] hé Capp[it]am Antonio Luis da Pied[ad]e este prezente anno de 1792.

Contém uma lista de géneros, como açúcar, goma, arroz, aguardente, melaço, couros secos, tábuas, algodão, sola, farinha de pão, café, anil, miudezas, etc. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//151, fólio 473.

DOCUMENTO N.º 250

1792, Santos (São Paulo) – Mappa da carga que transporta da V[il]a de Santos p[ar]a Lisboa a curveta Senhor dos Passos & S[an]to Antonio de que hé Capp[it]am Sebastiao Jozé de Vasconcelos, este prezente anno de 1792.

Contém uma lista de géneros, como açúcar, goma, arroz, aguardente, couro, tábuas, algodão, sola, café, anil, miudezas, etc. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//152, fólio 474.

DOCUMENTO N.º 251

1792, Santos (São Paulo) – Mappa da Carga que a Galera N[ossa] S[e]n[ho]ra da Madre de Deos & S. Jozé Belona de que hé Capp[it]am Feleciano Jozé Pereira, leva da V[ila] & Praça de Santos para a cid[ad]e de Lisboa.

Contém uma lista de géneros, como açúcar, goma, arroz, farinha de pão, aguardente, mel, café, anil, etc. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//153, fólio 475.

DOCUMENTO N.º 252

1792, Santos (São Paulo) – Relação dos efeitos q[ue] se exportarão em 112 embarcaçoens q[ue] sahirão do Porto do Rio Gr[and]e no ano de 1792.

Contém uma lista de géneros: trigo, farinha de trigo, carne seca, sebo, couros em cabelo, queijos, manteiga e pesos de prata forte. Refere os géneros que entraram no porto: escravos, sal, farinha de guerra, arroz, tabaco, pipas de vinho, vinagre, aguardente, azeite, açúcar e fazenda seca. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//154, fólio 476.

DOCUMENTO N.º 253

1792-1793, Rio Vermelho (Bahia) – Navegação o R[i]o vermelho, vista, e examinada p[o]r Thomaz de Souza V[il]a Real p[o]r ordem do Ill[ustriss]mo, e Ex[celentiss]mo S[enho]r D. Fran[cis]co de Souza Coutinho Gov[ernad]or e Cap[it]ão da Ci[da]de de S[an]ta M[ari]a de Bellem do Gram Pará.

Diário de viagem onde é narrada a navegação do Rio Vermelho (Brasil), examinada por Tomás de Sousa Vila Real e mandado executar por Francisco de Sousa Coutinho. A viagem começou no dia 22 de Dezembro de 1792 e terminou no dia 27 de Fevereiro de 1793. Ao longo desta viagem refere a chegada a uma ilha chamada Bananal e o encontro com os índios das nações Tapirapé, Tesemadu e Carajás. Descreve os diversos confrontos com índios das nações Ximbevá e Apinajé armados com arcos e flechas, assim como a captura de uma índia com duas filhas junto a um campo de mandioca, bananas e batatas. Refere a Fortaleza de Alcobaça, perto do Rio Paramirim. Contém ainda a viagem de regresso, que começou no dia 10 de Julho de 1794 e terminou a 9 de Novembro de 1794, relatando mais confrontos com índios Apinajé e a chegada a uma aldeia de índios Carajás. Tomás de Sousa Vila Real (fl. 1792) terá nascido no Brasil; empreendeu a navegação do Rio Vermelho (1792-1793), a mando de Francisco de Sousa Coutinho. Publicou «Viagem pelos rios Tocantis, Araguaya, e Vermelho», inserta na «Revista trimestral do Brasil», vol. suplementar (1848), p. 401-444. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//155, fólios 477-489.

DOCUMENTO N.º 254

1793, Santos (São Paulo) – Mapa da Carga que transporta da Vila de Santos para Lisboa o Navio Santo António, e S[an]ta Anna Cisne, Cap[i]t[ã]o Felix Joze de Souza este prez[ent]e anno de 1793.

Contém uma lista de géneros, como açúcar, goma, arroz, aguardente, mel, algodão em rama, couros em cabelo, miudezas, etc. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//156, fólio 490.

DOCUMENTO N.º 255

1793, Santos (São Paulo) – Mappa da carga que transporta da V[il]a de Santos p[ar]a Lisboa a Curveta Nossa S[e]n[ho]ra do Carmo & e São Jozé Capp[ita]m Elias Francisco X[avi]er este prezente anno de 1793.

Contém uma lista de géneros, como açúcar, arroz, mel, algodão em rama, couros, café, banha, miudezas, etc. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//157, fólio 491.

DOCUMENTO N.º 256

1793, São Paulo – Rezumo em conta corrente da Receita e despeza, q[ue] por ordem do Ill[ustrissi]mo e Ex[celentissi]mo S[e]n[ho]r General teve o Cap[ita]m Antonio Jozé Vaz na administração da obra do novo xafariz, a q[ue] se deo principio em 5 de Fevereiro de 1791, e findou a 24 de Fevereiro de 1793.

Trata de enunciar as receitas e as despesas relacionadas com a construção de um chafariz. Está assinado por António José Vaz. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//158, fólio 492.

DOCUMENTO N.º 257

1793, Abril, 10, São Paulo – [Carta relativa à autenticação das receitas e despesas contraídas pelo capitão António José Vaz relacionadas com as obras de um chafariz novo].

Trata de uma autenticação de gastos, estando assinada por Bernardo José de Lorena, José Arouche de Toledo, Gabriel José Rodrigues da Silva, José Maria da Cruz Almada e Joaquim Barbosa de Araújo. A cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do governo. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//162, fólio 523.

DOCUMENTO N.º 258

1793, Abril, 11, São Paulo – [Carta sobre as despesas dos membros da Junta, relacionadas com pagamentos da Real Fazenda, de acordo com as determinações régias e provisões do Real Erário].

O original estava assinado por Bernardo José de Lorena (Governador do Estado de São Paulo), Caetano Luís de Barros Monteiro (Doutor Ouvidor Juiz Executor da Real Fazenda), Miguel Carlos Aires de

Carvalho (Doutor Procurador da Fazenda), Francisco Xavier dos Santos (Tesoureiro Geral) e João Vicente da Fonseca (Escrivão da Junta). Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//163, fólio 524.

DOCUMENTO N.º 259

1793, Agosto, 23, Bahia – [Carta de Marcelino Pereira Cleto, Juiz de Fora da Vila de Santos, a Bernardo José de Lorena, governador de São Paulo, acerca de assuntos sobre a capitania].

Nesta carta, Marcelino Pereira Cleto trata de informar o governador de São Paulo que se encontra na Bahia por motivos de saúde, referindo o bom trabalho que o governador tem feito em São Paulo. Destaca algumas situações sobre o contrabando do ouro proveniente de Minas Gerais, que deve ser acautelado pelo novo sistema, assim como a quantidade de ouro que cada escravo costuma extrair das minas. Refere ainda o comércio entre Santos e o Rio de Janeiro. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//164, fólios 525-526.

DOCUMENTO N.º 260

1793, Julho, 10, Bahia – [Carta de Marcelino Pereira Cleto, Juiz de Fora da Vila de Santos, a Bernardo José de Lorena, governador da Capitania de São Paulo, acerca de assuntos relacionados com o contrabando do ouro e a guerra contra a França].

Marcelino Pereira Cleto informa o governador de São Paulo que se encontra na Bahia por motivos de saúde, referindo o bom trabalho que o governador tem feito em São Paulo. Destaca algumas situações sobre o contrabando do ouro proveniente de Minas Gerais, que deve ser acautelado pelo novo sistema, assim como a quantidade de ouro que cada escravo costuma extrair das minas. Refere o comércio entre Santos e o Rio de Janeiro. Aborda outros assuntos relacionados com a Nau da Índia e a guerra que Portugal e Espanha estão a mover contra a França, referindo que na Bahia existem 13 navios de guerra portugueses preparados para partir até Lisboa de forma a auxiliar na guerra. Destaca ainda a partida de Tomás Inácio de Moraes Sarmento para Lisboa, pois terminou o seu tempo na Relação da Bahia. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//165, fólios 527-528.

DOCUMENTO N.º 261

1733, Outubro, 24, São Paulo – Sesmaria passada a João Fran[cis]co de Crasto de duas leguas de terras no cam[inh]o que vai da V[il]a de Guratinguetá para o Rio de Janeiro.

Trata da cópia de uma sesmaria passada a João Francisco de Castro, referindo ainda a Fazenda de Santa Cruz dos padres da Companhia de Jesus da cidade do Rio de Janeiro, com destaque para o governador Rodrigo César de Menezes. O original estava assinado pelo Conde de Sarzedas e Governador General da Capitania de São Paulo, António Luís de Távora. A cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do governo. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//166, fólios 529-530.

DOCUMENTO N.º 262

1793, Outubro, 11, Rio de Janeiro – [Cópia de uma resolução régia de D. Maria I, de 3 de Agosto de 1792, negando ajuda de custo na ida e volta a D. Luís da Cunha e Meneses, antigo governador da Capitania de Minas Gerais].

Para além de D. Luís da Cunha e Meneses, também nega ajuda de custo na ida e volta a todos os governadores das outras capitanias. O original estava assinado por José Pereira Leão, oficial maior da secretaria por impedimento do secretário do estado. A cópia está assinada por Francisco Bento Maria Targini. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//167, fólio 531.

DOCUMENTO N.º 263

1794, Outubro, 31, São Paulo – [Carta referente ao Regimento de Infantaria da Praça de Santos, em São Paulo].

Trata de informar os oficiais para tirarem as suas patentes. O original estava assinado por Martinho de Melo e Castro e Bernardo José de Lorena. A cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do governo. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//168, fólio 532.

DOCUMENTO N.º 264

1794, Santos (São Paulo) – Mapa da carga que transporta da V[il]a de Santos para Lisboa a Sumaca Nossa Senhora da Vitória, Capp[ita]m João Pedro Viegas este presente anno de 1794.

Contém uma lista de géneros, como açúcar, arroz, café, couros, mel, etc. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//169, fólio 533.

DOCUMENTO N.º 265

1794, Santos (São Paulo) – Mappa da carga que transporta a Galera Flor d'America de que he Cap[ita]m Antonio Luis Pereira da Villa de Santos p[ar]a a cid[ad]e de Lisboa, o prez[ent]e anno 1794.

Contém uma lista de géneros, como açúcar, arroz, café, couros, algodão, miudezas, etc. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//170, fólio 534.

DOCUMENTO N.º 266

1794, Santos (São Paulo) – Mapa da carga que transporta da Vila de Santos para a cid[ad]e de L[i]x[bo]a o Navio Santos Martires Triunfo do Mar Capp[ita]m Antonio Luis da Piedade este presente anno de 1794.

Contém uma lista de géneros, como açúcar, goma, arroz, aguardente, mel, café, couros, sola, algodão, anil, farinha, miudezas, etc. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//171, fólio 535.

DOCUMENTO N.º 267

1794, Santos (São Paulo) – Mappa da carga do Navio Invencível de q[ue] hé Capp[ita]m Antonio Joze Roiz, da Villa de Santos para a cidade de Lisboa, neste presente anno de 1794.

Contém uma lista de géneros, como açúcar, algodão, café, arroz, couros, anil, miudezas, pipas, etc. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//172, fólio 536.

DOCUMENTO N.º 268

1794, Santos (São Paulo) – Mappa da carga que transporta o Navio Santo António Voador de que hé Cap[ita]m Thomas Antonio Pereira, da Praça de Santos p[ar]a Lisboa no anno de 1794.

Contém uma lista de géneros, como açúcar, algodão, café, arroz, couros, anil, miudezas, pipas, etc. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//173, fólio 537.

DOCUMENTO N.º 269

[Depois de 1788], [São Paulo] – [Cópias de várias cartas reunidas num mesmo conjunto, de Bernardo José de Lorena, Governador da Capitania de São Paulo, sobre diversos assuntos relacionados com as capitanias do Brasil].

A primeira carta é de 18 de Julho de 1788 e foi escrita em São Paulo, tratando de assuntos relacionados com carregamentos de açúcar para a Europa e é dirigida ao capitão-mor da Vila de São Sebastião. Nas outras cartas existem referências a uma epidemia de bexigas e o receio que se alastre aos escravos de Santos, que devem ser colocados em casas apropriadas para que não estejam em contacto com a população. A última carta é de 27 de maio de 1795 e trata do contrabando de géneros escondidos nos navios com destino à Europa. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//174, fólhos 538-551.

DOCUMENTO N.º 270

1795, Julho, 20, Santos (São Paulo) – Mapa da carga que transporta da Villa de Santos para a cidade do Porto o Navio S[antí]s[sí]m[o] Sacramento & Conceição de Maria: Protector, de que hé cap[ita]m Joze Al[vare]z de Souza Virafolha em 20 de Julho de 1795.

Contém uma lista de géneros, como açúcar, aguardente, arroz, couros secos do rio, anil, café, tábuas, etc. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//175, fólio 552.

DOCUMENTO N.º 271

1795, Agosto, [São Paulo] – Legião de Voluntarios Reaes da Cidade de S. Paulo de que Vossa Ex[celência] Ill[ustríssima] e Ex[celentíssima] Sen[ho]r Bernardo Jozé de Lorena hé Cor[on]el. Quartel da dita Legião. Mapa de Agosto de 1795.

Trata de uma lista com os voluntários, que contém ainda as licenças e os respetivos motivos, as listas dos soldados presos, etc. Está assinada por António Luís da Rocha Pereira de Magalhães, tenente-coronel e comandante. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//176, fólio 553.

DOCUMENTO N.º 272

1795, Julho, 20, Santos (São Paulo) – Mappa da carga que transporta da Vila de Santos para Lisboa o Navio o Senhor da Canna Verde, Capp[it]am Felis Carneiro dos Santos este prez[en]te anno de 1795.

Contém uma lista de géneros, como açúcar, aguardente, arroz, couros, café, miudezas, etc. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//177, fólio 554.

DOCUMENTO N.º 273

1795, Santos (São Paulo) – Mappa da carga q[ue] transporta da V[il]a de Santos p[ar]a a Cid[ad]e de Lisboa a Galera N[ossa] S[e]n[ho]ra da Esperança Carlota de q[ue] hé Capp[ita]m Antonio Al[vare]z Costa este presente anno 1795.

Contém uma lista de géneros, como açúcar, goma, aguardente, arroz, couros, mel, 273, anil, café, miudezas, etc. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//178, fólio 555.

DOCUMENTO N.º 274

1796, Santos (São Paulo) – Mappa da Carga que transporta que transporta da V[il]a de Santos para Lisboa, o Bragantim Nossa S[e]n[ho]ra do Pilar e Bom Fim de que hé Capp[i]t[ão] Antonio Caetano Firme, este anno de 1796.

Contém uma lista de géneros, como açúcar, aguardente, arroz, couros, mel, anil, tábuas, café, miudezas, etc. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//179, fólio 556.

DOCUMENTO N.º 275

1796, Santos (São Paulo) – Mappa da Carga que transporta da Villa de Santos p[ar]a a cid[ade] de L[i]x[bo]a o Berg[anti]m N[ossa] S[e]n[ho]ra do Carmo Leão de que hé Capp[ita]m Francisco Thomas da Silveira, este anno de 1796.

Contém uma lista de gêneros, como açúcar, goma, arroz, couros, sola, café, miudezas, etc. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José Antônio Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//180, fólio 557.

DOCUMENTO N.º 276

1796, Abril, 6, São Paulo – [Carta dos oficiais da Câmara de São Paulo a Bernardo José de Lorena, Governador da Capitania, sobre assuntos relacionados com o comércio livre e o desenvolvimento da agricultura].

Trata de informar o governador Bernardo José de Lorena sobre a extinção do contrato do sal, que viria a ter comércio livre, e o levantamento dos direitos reais impostos sobre o ferro, com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento da agricultura. Os oficiais da Câmara são os seguintes: Salvador Nardi de Vasconcelos Noronha, Manuel de Jesus Costa e Sintra, Joaquim Francisco de Vasconcelos, António Bernardo Bueno da Veiga e Manuel Álvares Alvim. Cópia.

Não referido no Inventário de José Antônio Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//181, fólio 558.

DOCUMENTO N.º 277

1796, Maio, 30, Paranaguá (São Paulo, Paraná) – [Carta de Manuel Lopes Branco e Silva dirigida a Bernardo José de Lorena, congratulando-o pela nomeação para governador general da Capitania de Minas Gerais].

Trata de congratular o novo governador de Minas Gerais, referindo o enorme pesar sentido pelos habitantes da Capitania de São Paulo graças à partida de Bernardo José de Lorena. Cópia.

Não referido no Inventário de José Antônio Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//182, fólio 559.

DOCUMENTO N.º 278

1796, Setembro, 27, Palácio de Queluz – [Carta escrita por D. Rodrigo de Sousa Coutinho dirigida a Bernardo José de Lorena, Governador da Capitania de São Paulo, sobre assuntos relacionados com a administração da Capitania de Minas Gerais].

Trata de informar o ainda governador da Capitania de São Paulo, Bernardo José de Lorena, sobre a entrada e saída de escravos da capitania de Minas Gerais. Refere a necessidade de aplicar em todos os Estados da América um sistema de taxaço mais eficaz, de acordo com os "luminosos" princípios, introduzindo o uso do papel selado para os contratos, testamentos e outros autos judiciais. Destaca a baixa dos direitos do sal e o estabelecimento da sua livre circulação, abordando a necessidade de exercer um maior controlo na qualidade das aguardentes e nos licores consumidos no Brasil. Refere a moeda que deve circular na Capitania, para as "regulares e diárias transações". Contém ainda algumas informações sobre a construção do Palácio Real da Ajuda. A cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do governo. Cópia.

Não referido no Inventário de José Antônio Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//183, fólio 560.

DOCUMENTO N.º 279

1796, Agosto, 30, São Paulo – [Carta régia dirigida à Junta da Administração da Real Fazenda da Capitania de São Paulo sobre assuntos relacionados com as contas dessa Capitania].

Refere a desordem que existe no trabalho da repartição, devido às muitas intrigas e paixões particulares, pois ocorrem diversos conflitos de jurisdição e desrespeito pelas hierarquias. A rainha ordena nesta carta que a Junta deve declarar ao escrivão e ao contador as suas obrigações e jurisdições, contendo uma lista com as devidas recomendações e ordens. A carta original estava assinada por Inácio Pedro Damásio de Aguiar, Luís José de Brito (Contador Real do território da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa) e pelo Marquês de Ponte de Lima (Mordomo-mor). A cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do governo. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//184, fólios 561-562.

DOCUMENTO N.º 280

1796, Novembro, 5, Palácio de Queluz – [Carta régia sobre a nomeação de António Manuel de Melo e Castro como Governador da Capitania de São Paulo, sucedendo a Bernardo José de Lorena].

Trata de informar o ainda governador da Capitania de São Paulo, Bernardo José de Lorena, que deve instruir o seu sucessor, pois o seu trabalho enquanto governador da capitania de São Paulo foi exemplar, devendo explicar por isso qual foi o sistema que implementou com tanto sucesso. Refere ainda a partida de Bernardo José de Lorena para a Capitania de Minas Gerais, onde irá exercer o cargo de Governador, tendo sido instruído por carta régia de 7 de Agosto de 1795. A carta original estava assinada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho. A cópia está assinada por José Romão Jeunot, secretário do governo. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//185, fólio 563.

DOCUMENTO N.º 281

1797, Fevereiro, 18, [Brasil] – [Carta de Caetano Luís de Barros Monteiro dirigida a Bernardo José de Lorena, governador da Capitania de São Paulo].

Trata de uma carta pessoal, referindo apenas assuntos relacionados com a saúde e a amizade entre ambos. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//186, fólio 564.

DOCUMENTO N.º 282

1797, Santos (São Paulo) – Mapa do mes de Abril de 1797 do Regimento de Infantaria da Praça de Santos de que hé Coronel Manuel Mexia Leite.

Contém uma lista com as várias companhias e os respetivos soldados da Praça de Santos. Está assinada pelo Coronel Manuel Mexia Leite. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//188, fólio 566.

DOCUMENTO N.º 283

1797, São Paulo – [Mapa com o número de cavalos e bestas existentes para o serviço da Cavalaria Real].

Contém uma lista com o número de cavalos para os esquadrões e capineiros, assim como o número de bestas disponíveis. Está assinada pelo sargento-mor comandante Joaquim José de Macedo Leite. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//189, fólio 567.

DOCUMENTO N.º 284

1797, Maio, 1, São Paulo – Mapa do Mez de Abril do Regimento de Cavallaria Ligeira e Auxiliar de q[ue] hé Coronel Joaquim M[ano]el da S[ilv]a e Castro.

Trata de uma lista com as diversas Companhias do Regimento de Cavalaria Ligeira e Auxiliar de São Paulo com os respetivos oficiais de patente, oficiais inferiores, trombetas e soldados. Está assinada pelo Tenente Coronel Francisco Pinto Ferraz. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//190, fólio 568.

DOCUMENTO N.º 285

1797, Maio, 1, São Paulo – Mapa do mes de Abril das tres Comp[anhi]as dos Homens pardos auxiliares desta cid[ad]e de q[ue] hé Capitão Mand[ant]e M[anu]el Jozé Ribeiro.

Trata de uma lista com as três Companhias, juntamente com os respetivos oficiais de patente, oficiais inferiores, tambores e soldados. Está assinada pelo Capitão Mandante Manuel José Ribeiro. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//191, fólio 569.

DOCUMENTO N.º 286

1797, Maio, 1, São Paulo – Legião de Voluntários Reaes da Cidade de São Paulo de que Vossa Ex[celênci]a Ill[ustríssi]mo e Ex[celentíssi]mo S[e]n[h]or Bernardo Jozé de Lorena hé Cor[on]el. Quartel da d[it]a Legião. Mapa do mez de Abril.

Trata de uma lista com as várias Companhias de voluntários reais, juntamente com os respetivos oficiais e soldados. Contém ainda os pagamentos devidos. Está assinada pelo Sargento-mor comandante Joaquim José de Macedo Leite. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//192, fólio 570.

DOCUMENTO N.º 287

1797, Maio, 1, Santos (São Paulo) – Mappa da artelharía, sua palamenta, muniçoens de guerra, petrexos e ferragens q[ue] se achão pelas Fortalezas e Trem da Praça de Santos o 1.º de Mayo de 1797].

Trata de uma lista com os vários tipos de munições, ferramentas e outros materiais existentes nas fortalezas. No verso contém um Mapa do Destacamento do Regimento de Infantaria da Praça de Santos, uma lista de ornamentos pertencentes à Capela de Santo Amaro na Fortaleza da Barra Grande e ao Oratório de São João na Fortaleza da Bertioga. Possui ainda uma lista com três prisioneiros, as respectivas culpas e sentenças. Está assinada pelo Sargento-mor comandante Manuel José da Graça. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//193, fólio 571.

DOCUMENTO N.º 288

1797, Maio, 1, São Paulo – Mappa do mez d' Abril do Segundo Terço de Inf[antari]a Auxiliar de que he Sargento Mor Manoel Joze da Graça.

Trata de uma lista com as diversas Companhias do Segundo Terço de Infantaria Auxiliar com os respectivos oficiais de patente, oficiais inferiores, tambores e soldados. Contém ainda algumas observações relacionadas com as licenças concedidas aos soldados. Está assinada pelo Capitão comandante José Correia de Moraes. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//194, fólios 572-573.

DOCUMENTO N.º 289

1797, Maio, 5, São Paulo – Mappa do Primeiro Terço de Infantaria Auxiliar de que he Francisco Xavier dos Santos Mestre de Campo.

Trata de uma lista com as diversas Companhias do Primeiro Terço de Infantaria Auxiliar com os respectivos oficiais de patente, oficiais inferiores, tambores e soldados. Está assinada pelo Mestre de Campo Francisco Xavier dos Santos. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//195, fólios 574-575.

DOCUMENTO N.º 290

1797, Maio, 24, São Paulo – Mapa da Legião Aux[ili]ar da Marinha da V[il]a e Comarca de Parnagua de que he Mestre de Campo Agostinho Delgado Arouxe. São Paulo, 24 de Maio de 1797.

Trata de uma lista com as diversas Companhias de Infantaria e Cavalaria com os respectivos oficiais de patente, oficiais inferiores, cabos de esquadra, tambores, trombetas e soldados. Está assinada por Agostinho Delgado Arouxe. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//196, fólio 576.

DOCUMENTO N.º 291

1797, Maio, 7, São Paulo – [Processo de atestação de nobreza de D. Ana Leoniza de Abelho Fortes e D. Mariana Angélica Fortes de Bustamante Sá Leme].

Trata de um pedido de certidão sobre a atestação de nobreza, que está registada nos livros do Arquivo do Senado de São Paulo. Está assinada pelo escrivão António José de Lima. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//197, fólios 577-580.

DOCUMENTO N.º 292

[Depois de 1790], Minas Gerais – O Plano mais regular, e de interesse p[ar]a a Faz[en]da R[ea]l , sem que hajão os Povos de concorrer mais, do q[ue] com a fiel entrega do ouro extrahido da terra, p[ar]a pagar o R[ea]l Quinto, hé o q[ue] sigo a propôr segundo o conhecim[en]to do estado da Cap[ita]nia.

Trata de apresentar um plano à Capitania de Minas Gerais, informando que a moeda provincial será o meio mais acertado, juntamente com barras de ouro fundido "pelo método actual", para fazer o giro de todo o negócio. Cópia (?).

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//198, fólios 581-584.

DOCUMENTO N.º 293

[Ca 1799], [Brasil] – Os Officiais da Camara desta V[il]a em c[onta]/c[orrente] com o liquido q[ue] produzirão as Lotarias p[ar]a as obras da cadeia desde o anno d' 1797 até 1799.

Trata de uma lista com os ganhos e as despesas relacionadas com as obras da cadeia. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//199, fólio 585.

DOCUMENTO N.º 294

1797, Outubro, 17, Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto (Minas Gerais) – [Autos relacionados com uma justificação de António Gonçalves da Cunha perante o fiscal da Intendência de Minas Gerais].

Trata da justificação de António Gonçalves da Cunha, gravador e abridor de letras, perante o fiscal da Intendência de Minas Gerais, a quem requereu uma petição de itens justificativos. O traslado é de 10 de Junho de 1800 e foi escrito em Lisboa, estando assinado por Mathias Gomes Ribeiro. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//200, fólios 586-601.

DOCUMENTO N.º 295

1800, Dezembro, 11, Vila do Príncipe (Minas Gerais) – [Carta de António de Seabra da Motta e Silva, Ouvidor Geral e Intendente da Comarca de Vila do Príncipe, sobre a deposição de Francisco Miguel, por incumprimento da Lei].

Trata de uma carta de António de Seabra da Motta e Silva, congratulando-se pela deposição de Francisco Miguel, que seria um negociante que não cumpria a Lei estabelecida. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//201, fólio 602.

DOCUMENTO N.º 296

1801, Abril, 23, Lisboa – [Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, do Conselho de Estado e Presidente do Real Erário, com uma ordem régia para que a Junta da Fazenda do Rio de Janeiro pague uma determinada quantia ao Visconde de Barbacena].

Trata de uma carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho com uma ordem régia para que a Junta da Fazenda do Rio de Janeiro pague uma determinada quantia ao Visconde de Barbacena, ex-governador de Minas Gerais, relativa a ajudas de custo para a sua volta ao reino. A cópia está assinada por Francisco Bento Targini. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//202, fólio 603.

DOCUMENTO N.º 297

1801, Setembro, 17, Palácio de Queluz – [Alvará concedendo a mercê de um lugar ordinário de conselheiro de capa-e-espada no Conselho Ultramarino a Bernardo José de Lorena, Governador da Capitania de Minas Gerais].

Trata de um Alvará concedendo carta de conselheiro do Conselho Ultramarino a Bernardo José de Lorena, Governador de Minas Gerais e antigo governador de São Paulo, entre 1788 e 1797. O original tinha a rubrica do príncipe regente, D. João. A cópia está assinada por Luís Maria da Silva Pinto, oficial da secretaria, servindo no impedimento do secretário do governo. Cópia

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//203, fólio 604.

DOCUMENTO N.º 298

1801, Outubro, 1, [São Paulo] – [Mapas estatísticos sobre os destacamentos que se encontram no Porto de Lorena e Rio Doce no terceiro trimestre de 1801].

Corresponde a listas sobre as Companhias destacadas no Porto de Lorena e Rio Doce, com diversas informações referentes aos respetivos destacamentos. Está assinado por Salvador Gonçalves de Assunção, tenente comandante. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//204, fólios 605-606.

DOCUMENTO N.º 299

1802, Fevereiro, 25, São Paulo – [Cópias de despachos da contadoria da Junta da Real Fazenda da Capitania de São Paulo relacionados com pagamentos de 1793 a 1802, assinados pelo contador Manuel José Gomes].

Os despachos estão assinados pelo contador Manuel José Gomes e contém as respostas do Doutor Procurador da Coroa, sendo que o último despacho foi escrito a 25 de Fevereiro de 1802 pelo Procurador da Fazenda e da Coroa. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//205, fólios 607-608.

DOCUMENTO N.º 300

1802, Dezembro, 31, Vila de Pitangui (Minas Gerais) – [Carta relativa à nomeação de Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo para Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais, sucedendo a Bernardo José de Lorena].

Está assinada por José António de Morais Pessoa, José Correia e Melo, Manuel Cordeiro, João Clemente de Morais Navarro Leme e José Pereira Lima. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//206, fólio 609.

DOCUMENTO N.º 301

1802, Dezembro, 31, Sabará (Minas Gerais) – [Carta de Francisco de Paula Beltrão, Intendente do Ouro, sobre diversos assuntos relacionados com a Intendência e os respetivos livros de registos].

Francisco de Paula Beltrão trata de descrever a vergonha que sentiu por ter deixado passar uma certidão pedida por António Eulálio, que lhe tem causado muitos problemas. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//207, fólio 610.

DOCUMENTO N.º 302

[Depois de 1800], Cubatão (São Paulo) – [Lista com as câmaras que devem contribuir com uma determinada quantia anual para a Câmara do Cubatão].

Trata de uma lista assinada por Francisco José de Sampaio. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//208, fólio 611.

DOCUMENTO N.º 303

1803, Maio, 28, Minas Gerais – [Documentos relativos aos abusos da Junta da Fazenda e à prisão de Manoel Pinto Coelho, Intendente do Ouro em Minas Gerais].

A primeira carta foi escrita por Filipe Neri da Silva, presbítero secular do Hábito de São Pedro e vigário encomendado da Igreja da Senhora Santa Ana. Contém referências ao extravio de ouro por parte da Junta da Fazenda e refere a partida do tenente Joaquim Leite do Amaral Coutinho que deveria passar pelo Rio Araguaya, considerado muito perigoso devido às epidemias, cachoeiras e índios. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//209, fólios 612-633.

DOCUMENTO N.º 304

1803, Maio, 17, Vila de São João d'El-Rei (Minas Gerais) – [Carta do Vigário António Caetano de Almeida Villas-Boas sobre os donativos do Capitão Luís Cardoso Fonte, do Capitão Gonçalo Ferreira de Freitas e de outras cinco pessoas para as comemorações do aniversário do príncipe regente, D. João].

Trata de assuntos relacionados com o aniversário do príncipe regente, D. João, referindo as melhoras da saúde do Governador da Capitania de Minas Gerais, Bernardo José de Lorena. Destaca que o Vigário

António Caetano de Almeida Villas-Boas era formado nos Sagrados Cânones pela Universidade de Coimbra, Protonotário Apostólico de Sua Santidade e Vigário "Collado na paroquial Villa de São João d'ElRey" da Comarca do Rio das Mortes do Bispado de Mariana. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//210, fólio 634.

DOCUMENTO N.º 305

1803, Junho, 1, Minas Gerais – Mapa do Regimento de Cavallaria de Minas Geraes de que V[oss]a Ex[celênc]ia Ill[ustríssi]mo e Ex[celentíssi]mo S[enh]or Bernardo Jozé de Lorena he chefe.

Trata de uma lista com as diversas Companhias do Regimento de Cavalaria de Minas Gerais com os respectivos oficiais de patente, oficiais inferiores, trombetas, ferradores e soldados. Está assinada pelo Coronel Pedro Afonso Galvão de São Martinho. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//211, fólio 635.

DOCUMENTO N.º 306

1803, Junho, 1, Minas Gerais – Mapa da Companhia de Caçadores de Infantaria agg[rega]da ao Regimento de Cavallaria de Minas Geraes.

Trata de uma lista com as diversas Graduações militares, os destacamentos e os respectivos pagamentos. Contém ainda uma lista com os presos militares. Está assinada pelo Coronel Pedro Afonso Galvão de São Martinho. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//212, fólio 636.

DOCUMENTO N.º 307

1803, Julho, 4, Vila Rica (Minas Gerais) – [Carta escrita por Carlos José da Silva, Coronel do Primeiro Regimento de Milícias da Comarca de Vila Rica da Capitania de Minas Gerais, em que atesta a conservação dos contratos na Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda, durante o governo de Bernardo José de Lorena].

Trata de uma carta escrita por Carlos José da Silva, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Coronel do Primeiro Regimento de Milícias da Comarca da Vila Rica da Capitania de Minas Gerais e escrivão deputado da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda, em que atesta que se conservaram na Administração Real os contratos das entradas e os dízimos da Capitania de Minas Gerais durante o governo de Bernardo José de Lorena. Está assinada por Carlos José da Silva. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//213, fólio 637.

DOCUMENTO N.º 308

1803, Outubro, 3, São Paulo – [Carta sobre o pagamento dos ordenados do escrivão deputado João Vicente da Fonseca, por parte da Junta de Administração e Arrecadação da Real Fazenda da Capitania de São Paulo].

Refere o pagamento dos ordenados devidos ao escrivão João Vicente da Fonseca. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//214, fólio 638.

DOCUMENTO N.º 309

1803, Outubro, 27, Vila do Príncipe (Minas Gerais) – [Carta sobre a arrecadação dos bens de António Pinto Guimarães].

Refere a falecida Rosa Ribeiro da Costa e Manuel Ribeiro da Motta. A cópia está assinada por Caetano José de Souto (escrivão do contencioso) e Belchior Pinheiro de Oliveira (escrivão dos diamantes). Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//215, fólio 639.

DOCUMENTO N.º 310

1803, Outubro, 19, Vila do Príncipe (Minas Gerais) – [Carta sobre as heranças de António Pinto Guimarães e do guarda-mor José Soares].

Trata de referir a necessidade de proceder ao inventário dos referidos bens, contendo os juramentos das testemunhas e de outras pessoas envolvidas no processo. A cópia está assinada por Caetano José de Souto (escrivão do contencioso) e Belchior Pinheiro de Oliveira (escrivão dos diamantes). Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//216, fólio 640.

DOCUMENTO N.º 311

1803, Novembro, 10, Arraial do Tijuco Continente Diamantino (Minas Gerais) – [Carta com pedido de inventário e avaliação dos bens de Rosa Ribeiro da Costa].

Trata de referir a necessidade de proceder ao inventário e avaliação dos bens de Rosa Ribeiro da Costa que estava casada com João Camello Pereira, tendo oito filhos. A cópia está assinada por Caetano José de Souto (escrivão do contencioso) e Belchior Pinheiro de Oliveira (escrivão dos diamantes). Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//217, fólio 641.

DOCUMENTO N.º 312

1803, Novembro, 8, Vila do Príncipe (Minas Gerais) – [Carta com o pedido de Domingos Rodrigues Fraga, feitor da Real Extração dos Diamantes, ao escrivão dos orfãos, para que passe uma certidão a averiguar se foi feito um inventário dos bens do falecido Manuel Ribeiro da Motta].

Trata de uma certidão sobre o inventário dos bens de Manuel Ribeiro da Motta, sogro de Domingos Rodrigues Fraga, que morava na Demarcação Diamantina. A cópia está assinada por José Ribeiro Peixoto (escrivão dos orfãos) e Caetano José de Souto (escrivão do contencioso). Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//218, fólio 642.

DOCUMENTO N.º 313

1803, Outubro, 18, São Paulo – [Carta de Manuel José Gomes, contador da Contadoria da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda da Capitania de São Paulo, sobre o pagamento do ordenado de João Vicente da Fonseca, deputado escrivão da Junta e inspector da Contadoria].

Trata também de assuntos de legislação, destacando a Régia Provisão de 30 de Agosto de 1796, que serve de regulamento sobre a autoridade dos empregos de inspector e contador. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//219, fólio 643.

DOCUMENTO N.º 314

1803, Dezembro, 6, São Paulo – [Carta sobre o pagamento do ordenado de João Vicente da Fonseca, deputado escrivão da Junta e inspector da Contadoria].

Trata de uma situação relativa ao pagamento do ordenado de João Vicente da Fonseca, que se sente prejudicado com a demora, destacando o balanço das contas da Contadoria. Refere ainda a Provisão de 30 de Agosto de 1796 e o Real Decreto de 15 de Abril de 1801. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//220, fólhos 644-645.

DOCUMENTO N.º 315

1803, Dezembro, 6, São Paulo – [Carta sobre o pagamento do ordenado de João Vicente da Fonseca, deputado escrivão da Junta e inspector da Contadoria, contendo um despacho assinado por António José da Franca e Horta, João Procópio Picão Salgado, Francisco Xavier dos Santos e José Aroche de Toledo Rendon].

Refere João Vicente da Fonseca, escriturário do Real Erário, nomeado pela Coroa através do Decreto de 6 de Outubro de 1788 para exercer o cargo de escrivão deputado da Junta e inspector da sua Contadoria. Trata de assuntos relacionados com o pagamento do seu ordenado, contendo um despacho assinado pelo general presidente António José da Franca e Horta, pelo desembargador ouvidor Joaquim Procópio Picão Salgado, pelo tesoureiro geral Francisco Xavier dos Santos e pelo procurador da Coroa e Real Fazenda, José Aroche de Toledo Rendon. A cópia está assinada pelo contador Manuel José Gomes. Cópia.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//221, fólio 646.

DOCUMENTO N.º 316

1803, Dezembro, 10, São Paulo – [Carta de Francisco Xavier dos Santos, tesoureiro geral a Bernardo José de Lorena, governador de Minas Gerais, acerca de requerimentos relacionados com pagamentos].

Trata de assuntos relacionados com pagamentos, referindo ainda a vontade de António de Melo em ir para Lisboa com a sua família no navio Pensamento Ligeiro, que deveria sair do porto de Santos. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//222, fólio 647.

DOCUMENTO N.º 317

1803, Janeiro, 6, Sabará (Minas Gerais) – [Carta do intendente Francisco de Paula Beltrão sobre um ofício que pede a suspensão da execução de um despacho].

Trata de pedir a suspensão da execução de um despacho, de acordo com o procedimento verificado num outro caso semelhante. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//223, fólio 648.

DOCUMENTO N.º 318

1803, Janeiro, 15, Sabará (Minas Gerais) – [Portaria do intendente Francisco Xavier de Paula Beltrão sobre uma ordem de despacho do governador de Minas Gerais, Bernardo José de Lorena, ao escrivão das forjas, António Gomes Baptista, para tratar de assuntos pendentes].

Esta portaria está assinada por António Manuel Pereira da Silva, Domingos Gonçalves da Cruz, António Gomes Baptista, António dos Santos Pereira, Manuel Gomes Baptista e Manuel Joaquim Leitão. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//224, fólio 649.

DOCUMENTO N.º 319

1803, Janeiro, 15, Sabará (Minas Gerais) – [Carta sobre uma certidão do intendente Francisco de Paula Beltrão relacionada com os problemas causados por um oficial de uma Intendência de Minas Gerais].

Trata de pedir que os outros oficiais ultrajados sejam desagravados e atendidos pelo governador Bernardo José de Lorena, não referindo o nome do oficial acusado. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//225, fólio 650.

DOCUMENTO N.º 320

1803, [Minas Gerais] – [Lista dos lucros que tem tido a Fazenda Real na extração dos diamantes durante os anos de 1801, 1802 e 1803].

Trata de uma demonstração dos lucros que tem tido a Fazenda Real relativamente à extração dos diamantes, que estavam regulados pelo preço médio de 150\$000rs por oitava, tendo servido de intendente Modesto António Mayer. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//226, fólio 651.

DOCUMENTO N.º 321

1804, Setembro, 3, Lisboa – [Cartas de atestação e confirmação dos serviços prestados por militares na região de Vila Rica do Ouro Preto (Minas Gerais), durante o governo de Bernardo José de Lorena].

Trata de cartas de atestação e confirmação dos serviços prestados por militares de Minas Gerais, com destaque para António Gonçalves da Cunha, cabo de Esquadra de uma Companhia do Regimento de Afonso Dias Pereira; José Pinto de Madureira, sargento-mor graduado tenente-coronel no Primeiro Regimento de Cavalaria de Milícias da Vila Rica do Ouro Preto; Carlos José da Silva, coronel do Primeiro Regimento de Cavalaria de Milícias da Vila Rica do Ouro Preto. Estão assinadas por José Manuel d' Antas Barbosa. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//227, fólios 652-657v.

DOCUMENTO N.º 322

1805, Maio, 3, Lisboa – [Carta em que o capitão-mor Manuel José Penna faz escritura de cessão, doação e trespasse da mercê do Hábito de Cristo, ao seu sobrinho o reverendo Sebastião José de Carvalho Penna].

Trata de referir que, a 20 de Julho de 1803, em Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, o outorgante, capitão-mor Manuel José de Penna, cavaleiro professo na Ordem de Cristo e morador na Freguesia de Santa Bárbara da Comarca do Sabará (Minas Gerais), pede a cessão, doação e trespasse a seu sobrinho, o reverendo Sebastião José de Carvalho Penna, residente em Portugal e que possa em seu nome próprio requerer a mesma mercê do Hábito de Cristo. Contém ainda duas justificações, com referências ao Doutor Luís José de Carvalho e Melo e ao Doutor Thomas José Nepomuceno Ferreira da Veiga. Está assinada pelo tabelião António Nunes Soares Correa. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//228, fólios 658-659.

DOCUMENTO N.º 323

[Depois de 1805], [Lisboa] – [Carta com o pedido de aprovação da cessão que Sebastião José de Carvalho Penna obteve do seu tio, Manuel José Penna].

Trata do pedido de aprovação da cessão que Sebastião José de Carvalho Penna obteve do seu tio, o capitão-mor Manuel José Penna, para que possa usufruir da mercê do Hábito de Cristo. Está assinado por Sebastião José de Carvalho Penna. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

DOCUMENTO N.º 324

1805, Dezembro, 3, Lisboa – [Carta com uma determinação régia para que o coronel Joaquim de Araújo Magalhães marche com o seu Regimento para a Praça do Rio de Janeiro].

Trata de uma determinação régia para que Joaquim de Araújo Magalhães, coronel do 1.º Regimento de Cavalaria de Milícias da Comarca do Rio das Mortes (Minas Gerais) marche com o seu Regimento para a Praça do Rio de Janeiro, com o objetivo de reforçar a guarnição em tempo de guerra. Original assinado.

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//230, fólio 661.

DOCUMENTO N.º 325

1808, Fevereiro, 27, Londres – [Aviso (circular) de D. Domingos António de Sousa Coutinho, em nome de D. João, o Príncipe Regente, em consequência da invasão francesa, para que todos os navios portugueses, que estão ancorados nos portos da Ásia de torna viagem para o reino, se dirijam para o Brasil, onde se encontra a família real portuguesa, ou para os portos de Angola e Benguela].

Contém ainda outros documentos relativos a este aviso, escritos em inglês e francês, com a assinatura de George Canning, primeiro-ministro do Reino Unido. Tanto a cópia como o original estavam assinados por D. Domingos António de Sousa Coutinho, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do rei na Corte de Londres. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//232, fólio 663-667.

DOCUMENTO N.º 326

1808, Fevereiro, 28, Londres – [Ofício de D. Domingos António de Sousa Coutinho ao Conde de Sarzedas, Bernardo José de Lorena, vice-rei e capitão general das possessões portuguesas na Índia, sobre a partida da família real para o Brasil em 29 de Novembro de 1807, juntamente com toda a marinha de guerra e mercante, devido à invasão francesa].

Destaca as más intenções dos franceses e o perigo que seria se a família real tivesse ficado em Portugal, reforçando a mágoa pela invasão ter sido feita sem qualquer resistência por parte dos portugueses. Refere a reunião com a esquadra de Sir Sydney Smith, destacando ainda Mr. Robert Dundas Saunders, presidente do "Board of Control". No fól. 669 r., contém um "post-scriptum" secretíssimo, em que reporta a notícia dada pelo secretário de Estado, George Canning, de que Sua Majestade Britânica revoga da sua parte a capitulação da Ilha da Madeira. Desaprova ainda o insulto do artigo 2o da mesma, dando ordem ao dito secretário de Estado para proceder com D. Domingos António de Sousa Coutinho a um ajuste, cujas bases serão a restituição do governo ao governador de Sua Alteza Real, excepto o comando das tropas das duas nações que se reservará, até à paz definitiva entre a Grã-Bretanha e a França, ao comandante das tropas inglesas, o qual receberá para este ofício uma patente de Sua Alteza Real. Está assinado por D. Domingos António de Sousa Coutinho, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Sua Alteza Real na Corte de Londres. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//233, fólio 668-669.

DOCUMENTO N.º 327

1809, Junho, 1, Ribandar (Goa) – Memoria economico-política, que sobre as finanças do Estado da Índia Portuguesa offerese ao Ill[ustríssi]mo e Ex[celentíssi]mo S[e]n[ho]r Conde de Sarzedas, Vice-Rey do Estado, o Des[embargad]or Pro[cura]dor da Coroa e Fazenda, Diogo Vieira de Tovar e Albuquerque.

Contém vários documentos estatísticos, referindo inclusive viagens para o Brasil, nomeadamente para o Rio de Janeiro, na Fragata Princesa do Brasil. Refere ainda as circunstâncias políticas da Europa e Brasil, destacando as finanças dos cofres do Rio de Janeiro. Algumas partes da carta estão escritas em francês. Está assinado pelo Desembargador Procurador da Coroa e Fazenda, Diogo Vieira de Tovar e Albuquerque e é dirigida a Bernardo José de Lorena. Original assinado.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//237, fólio 677-682.

DOCUMENTO N.º 328

1810, Março, 12, Rio de Janeiro – [Ofício do Conde das Galveias, D. Francisco de Almeida Melo Castro, para o Conde de Sarzedas e Vice-Rei da Índia, Bernardo José de Lorena, sobre assuntos de administração].

Trata de assuntos relacionados com a administração do reino, referindo a nomeação do Conde das Galveias para a direção da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, após a morte do Conde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo. Destaca a estada da família real no Brasil e a sua satisfação pela demonstração de fidelidade dos vassalos europeus e nacionais, assim como dos índios brasileiros. Refere a captura da nau Nossa Senhora da Conceição por um corsário francês nos mares adjacentes às Ilhas Maurícias. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//240, fólio 688-689.

DOCUMENTO N.º 329

1811, Fevereiro, 27, Rio de Janeiro – [Ofício do Conde das Galveias, D. Francisco de Almeida Melo Castro, para o Conde de Sarzedas e Vice-Rei da Índia, Bernardo José de Lorena, sobre a recuperação da correspondência do Conde de Anadia, que foi salva aos corsários franceses e uma expedição em socorro de Macau].

Refere que a notícia da captura dos piratas foi enviada pelo governador de Macau, Lucas José de Alvarenga, e anunciada na Gazeta de Bombaim. Cópia.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//241, fólio 690-691.

DOCUMENTO N.º 330

[Depois de 1811], Minas Gerais – [Carta sobre Tristão José de Araújo, ajudante da Contadoria da Junta da Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais, que pretendia ser transferido para o Erário Régio].

Trata de um pedido de transferência da Contadoria para o Erário Régio. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//247, fólio 706.

DOCUMENTO N.º 331

[Depois de 1811], Minas Gerais – [Pedido de atestação dos serviços prestados por Manuel Peixoto de Sá, que serviu no posto de furriel do Regimento de Cavalaria de Milícias da Comarca do Rio das Mortes e na tropa da linha de Cavalaria de Vila Rica (Minas Gerais)].

Refere que perdeu os documentos relativos ao seu serviço e pede ao governador da Capitania de Minas Gerais que ateste os seus serviços como soldado de conduta exemplar, tal como atesta uma carta do coronel Francisco Joaquim de Araújo Magalhães. Cópia (?).

Não referido no Inventário de José António Moniz.

B.N.P., *Colecção Pombalina*, PBA. 642//250, fólio 709.

Anexo A – Parecer dos responsáveis da BNP sobre o trabalho de estágio.



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA CULTURA

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

Declaração

Para os devidos efeitos, declara-se que João André Castela Pereira da Luz Oliveira realizou estágio curricular na Área de Manuscritos – Serviço de Reservados – Direção de Serviços de coleções Especiais da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), durante o período que decorreu entre 2 de novembro de 2015 e 30 de março de 2016. Este estágio compreendeu o estudo, a descrição bibliográfica e a catalogação em formato UNIMARC na base de dados da BNP, de parte significativa da denominada «Coleção Pombalina», que reúne o mais vasto e relevante conjunto de documentação original sobre o Brasil existente na Biblioteca Nacional de Portugal. O trabalho foi desenvolvido com elevado grau de qualidade, tendo um impacto extremamente positivo na disponibilização desta coleção ao investigador.

Helena Simões Patrício

Helena Patrício
Diretora de Serviços de Coleções Especiais

Anexo B - Outros códices da Coleção Pombalina que contém informações relativas ao Brasil, de acordo com o Inventário de José António Moniz, excluindo as cotas PBA 625, 626 e 642 (com a grafia utilizada no inventário)

PBA. 4 – Livro dos óbitos dos Religiosos da Companhia de Jesus pertencentes a este Collegio de Sto Alexandre – 1660-1737.

Rol dos casamentos feytos nesta Igreja de San Francisco Xavier. Brasil – 1670-1724 (fl.18 a 22)

Baptisados na Igreja de S. Francisco Xavier – 1670-1737 (fl. 24 a 55)

Dos óbitos de alguns de fóra que houveram sepultura nesta Igreja e seu adro – 1737-1752 (fl. 57 a 61).

PBA. 51 – Collecção manuscrita do 2º Visconde de Santarem. Volume collegido no Rio de Janeiro em 1818.

PBA. 115 – Livro dos acentos da Junta de Mições, Cartas ordinárias, Ordens e Bandos que se escreveram em Pernambuco no tempo do Governador Felix José Machado – 1712 a 1715.

PBA. 121 – Registo de documentos relativos ao Governo da Capitania de Pernambuco e anexas, nos anos de 1755 a 1761.

PBA. 126 a 132 – Miscellanea litteraria – Collecção de poesias e prosas de diferentes auctores que ajuntou a curiosidade de José Freire de Monterroyo Mascarenhas – Lisboa, 1726-1748.

Primeira noticia e relação do que succedeu em a Nao N. Sr.^a e S. José, em a frota que veio para o Rio de Janeiro, partida em 16 de Fevereiro do anno de 1741, compostas em decimas, que tive de um amigo que nella veio – S.n.a – (fl. 76-81).

PBA. 139 – Conquista recuperada e liberdade restituída. Promovida uma e outra felicidade nas Capitánias do Gram Pará e Maranhão, no tempo em que o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado...foi governador e Captam Generl d’aquelles Estados. Em um discurso encomiástico dedicado ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Sebastião José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras, etc., etc. Por José Gonçalves da Fonseca, Secretario que foi d’aquelles Estados sinco triénios... - Anno de 1759.

PBA. 140 – Compendio de los Reyes de Portugal, escrito por Duarte de Albuquerque Coello, Marques del Basto, Conde y Señor de Pernambuco: Gentil hombre de la Camara de Su Mag.^d el Rey D. Felipe quarto Nx.^o S.^{or} Año 1652 – Finda no Cardeal D. Henrique.

PBA. 147 – Miscellanea. Obras varias, dos seculos XV e XVI:

Catalogo de «Auctores que (ácêrca) de Lisboa escreverão» das egrejas e conventos, - da historia da China, - da Guiné, - de Maluco, - do Brasil, - da conversão da gentildade pelos portugueses. – (fl. 334-339v.).

PBA. 148 – Defeza do Marechal de Campo Antonio Carlos Furtado de Mendonça, no processo que lhe foi instaurado pela perda da Ilha de Santa Catharina no Brasil – 1755.

PBA. 149 – Diario da viagem de uma armada portugueza, desde a sua sahida de Lisboa, em 21 de Agosto de 1736, visitando as costas do Brasil e voltando a Lisboa em 10 de Julho de 1738. Contém várias noticias curiosas das terras que visitou. – S. n. a.

PBA. 159 a 163 – Registos das Cartas em geral das duas Capitánias do Pará e Rio Negro, que escreve o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador e Capitão General do Estado do Grão Pará e Maranhão. – Correspondência official. – 1754-1758.

PBA. 170 – Diario de uma viagem feita do Rio de Janeiro até Villa Bella, capital de Mato Grosso, em 1775. Com observações geográficas e astronómicas – (Assignado) Luiz d’ Albuquerque de Mello Pereira Caceres – Villa Bella, 3 de Novembro de 1775. Em forma de mappa. Não tem título, e parece faltar-lhe uma carta geográfica de eu se faz menção.

PBA. 239 – Brasil. Governo de Pernambuco – 1690-1693 – Portarias, Ordens, Bandos, Editais, etc., sendo D. Antonio Felix Machado, Marquez de Montebello, Governador de Pernambuco.

PBA. 249 – Miscellanea histórica. Contém:

Relação das cousas que ha, se tem visto, e achado nas terras e ilhas do Pará e rio de Amazonas, de 19 meses a esta parte. S. d. (fl. 239)

PBA. 453 a 468 – Collecção Josephina – Leis, Decretos, Alvarás, etc. Compilados e anotados por Alberto Rodrigues Lage. É miscelânea de papeis vários, relativos, na maior parte, aos reinados de D. José e de D. Maria I, com índices chronologicos e muitas anotações...

Tomo I – (Cod. 453)

Instituição da Companhia Geral de Pernambuco e Parahiba – 1759 – Impr.

Tomo V – (Cod. 457)

Collecção dos Breves Pontifícios e Leis Regias desde o anno 1741, sobre a liberdade das pessoas, bens e commercio, das Indias, do Brazil, dos excessos dos Jesuitas, etc., etc., até 1758. Supplemento à Collecção dos Breves Pontifícios, etc., etc., até Junho de 1760. Impressas na Secretaria d'Estado. Com anotações mss.

Tomo VI – (Cod. 458)

Ordem regia concedendo a Manuel de Bitancourt Vasconcelos Prestrello que receba o que se lhe deve, e embarque com os colonos alistados na Ilha da Madeira, com destino ao Brasil – Ms. Original, com a cópia da Petição do supplicante.

Cartas regias para a Capitania da Bahia – 1769-1772 – Mss.

PBA. 472 a 477 – Miscellanea. Papeis vários, legislação, cartas, documentos officiaes, noticias históricas, etc.

Tomo III – (Cod. 474)

Informacion del caso, sacada de la carta del P.^e Luis Figuera de la Compañia de Jesu, superior de las Capitanias del Marañon y Gran Pará, de la compra y venta de los indios – 16..

Tomo IV – (Cod. 475)

Relação de algumas cousas tocantes ao Maranhão e Grão-Pará, escripta pelo Padre Luiz Figueira da Companhia de Jesus – 1629 ou 1630. Tomo II – (Cod. 473)

Papeis de Alexandre de Gusmão – Cálculo sobre a perda de dinheiro do reino – 1748 – Discurso e consultas acerca de limites no Brasil e permutação da Colonia do Sacramento com a Hespanha – 1750-1751...

Tomo III – (Cod. 474)

Informacion del caso, sacada de la carta del P.^e Luis Figuera de la Compañia de Jesu, superior de las Capitanias del Marañon y Gran Pará, de la compra y venta de los indios – 16..

Tomo IV – (Cod. 475)

Relação do successo da esquadra portugueza, que sahiu de santa Catharina para o Rio Grande do Sul, dada pelo Sargento-mór Manoel Soares Coimbra, que tudo presenceou – 1776.

Lista de marinheiros de varias comarcas, pilotos, etc. destinados à Índia e aos Brasil – Relações de mantimentos, etc. – 1680-1681. Documentos authenticos.

Relação de algumas cousas tocantes ao Maranhão e Grão-Pará, escripta pelo Padre Luiz Figueira da Companhia de Jesus – 1629 ou 1630.

Lei sobre os índios do Brasil, que não podem ser captivos – 1637.

Pleito com os Jesuítas sobre terrenos de sesmarias no Brasil.

Carta do P.^e Manoel de Oliveira, Jesuíta, ao Reitor, queixando-se de padres potentados, sobre negócios financeiros, etc. – Collegio da Bahia, 1668. Original autografado.

Tomo V- (Cod. 476)

Lei sobre navegação das Ilhas para o Brasil.

Tomo VIII – (Cod. 460)

Contracto que se fez no Conselho Ultramarino com João da Costa Soares, do rendimento do direito de 10 tostões, que paga cada escravo na alfandega de Pernambuco – 1755 – Impr.

PBA. 479 – Brasil. Minas Geraes – Primeiro copiador das respostas dos Senhores Governadores d'esta Capitania às Ordens de Sua Magestade, e contas que lhe deram, que principia no governo do Sr. Antonio de Ibuquerque Coelho de Carvalho – 1720-1721.

PBA. 480 e 481 – Brasil. Colonia do Sacramento – Copias de cartas, Pareceres, Resoluções, Tratados, Bullas, e vários papéis relativos ao território da Colonia do sacramento e aos tres navios de Buenos Ayres.

PBA. 484 – Miscellanea

Descurço astronómico sobre o estupendo e fatal cometta ou nuncio pella Divina providencia enviado aos mortaes, o qual foy visto a primeira vez a 6 de Dezembro do anno de 1689, ao romper da aurora, neste nosso orizonte oriental Pernambuco na altura austral 8 gr. No signo Escorpião – S.n.a. – (fl. 170)
Papel do Conde de Vimioso ao Cardeal da Cunha, sobre a capitania de Pernambuco – (fl. 199).

PBA. 495 – Miscellanea. Papeis vários.

Parecer sobre a cultura da canella pelos Padres Jesuítas da Bahia – S.n.a.n.d. (fl.38)
Representação contra privilégios dos Capitães môres, causa da decadência do commercio na India. Com outros papeis relativos a direitos e privilégios do commercio com a Índia e Brasil – 16.. (fl. 39)
Projecto de uma nova Companhia de Commercio, com vários privilégios, e com o exclusivo do commercio da escravatura em toda a costa d’Africa para o Brasil. S.n.a.n.d. (fl. 45-48).

PBA. 526 – Miscellanea. Legislação, Officios, Noticias históricas, etc.

Instituição da Companhia para o Brasil – 1649 – Impr. (fl. 23)
Pernambuco, 1710-1714 – Vários papeis officiaes pertencentes a este governo, e cartas particulares, de Felix J. Machado de Mendonça, António Barbosa de Lima, etc – (fl. 220).

PBA. 527 – Miscellanea. Cartapacio de curiosidades de história, chronologia, geografia, zoologia, heráldica, etc – 1680

Brasil, em que tempo foi descoberto (fl. 144).

PBA. 611 – Cartas dirigidas por diversos ao Conde d’Oeiras (Sebastião José de carvalho e Mello) e a outros. Do mesmo. Sobre os perniciosos projectos das côrtes de Paris e Madrid com respeito ao Brasil, etc. Intervenção da Inglaterra – 1764 – (fl. 262).

PBA. 616 – Cartas e papeis vários.

Cartas dirigidas a Sebastião José de Carvalho e a outros, sobre negócios de administração civil, militar e ecclesiastica, assignadas por Fr. João dos Prazeres, do Convento de S. Francisco (Lisboa, 1755)... – Fernando da Costa de Athaide Teive (Pará, 1770).

PBA. 617 – Cartas diversas. Collecção de varia correspondência.

Carta de Alexandre de Sousa Freire para o Arcipreste da Patriarchal. Descreve a viagem em canôa do Maranhão ao Pará em 25 dias, e a experiência de 20 homens por terra, queixas dos vassallos, etc. – Pará, 1728 (fl. 4).

PBA. 618 – Cartas dirigidas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Maranhão e Grão-Pará, com muitos documentos relativos a construcções navaes, côrtes de madeiras, etc. – 1751-1753. São escriptas por diversos, e entre eles: D. Francisco de Azevedo Coutinho – Joao Manoel de Mello – Francisco de Vasconcelos e Rohan – Anna Joaquina de Lencastre (prima) – Bernardo de Almada Castro e Noronha – Barão Conde D. Fernando – Marquez de Fronteira – Ayres de Saldanha de Albuquerque – D. Rodrigo de Lencastre – D. Carlos de Menezes – Duque de Lafões – D. Victória de Lencastre – D. Anna Moscoso – Marquez Estribeiro-mór – Conde de Unhão – Marquez de Tancos – Condessa do Rio Grande – Principal Telles – Pedro de Mello de Atahide – Marquez de Abrantes, etc.

PBA. 620 – Miscellanea – Cartas officiaes e particulares, papéis vários.

Cartas officiaes de Diogo de Mendonça Côrte Real para o Bispo do Grão-Pará. Com documentos vários – 1755-1756.

PBA. 621 a 624 – Cartas diversas – Collecção de correspondência vária.

Cartas dirigidas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão general dos Estados do Maranhão e Grão-Pará, escriptas por diversos e entre outros pelos seguintes: Paulo caetano de Amorim – Fr. José Jansen – Manoel Sarmento, ouvidor geral – Francisco das Chagas Cordeiro d’Affonseca – Severino de Faria – José Meirelles Maciel Parente – Catenado Xavier – Faustino d’Affonseca Freire de Mello – Antonio Machado – Ricardo Antonio da Silva e itão – Francisco Xavier de Andrade – Fr. José da Natividade – João Rodrigues da Cruz – José António de Freitas Guimarães – Fr. Dionízio de S. Francisco – Fr. Luiz de S. José Castello Branco – José António da Companhia de Jesus – Fr. António de Faria – Fr. M. Bispo do Pará (sobre os índios, etc) – Fr. António Gnçalves – António Meisterburg – Francisco Rodrigues de Rezende, juiz de fora no Pará, etc. – Documentos relativos ao governo do mesmo estado,

carats de varias autoridades sobre administração pública, processos por descaminhos de fundos da fazenda, conquistas, índios, missões, etc – 1752-1758.

PBA. 627 e 628 – Cartas e papeis officiaes, dirigidos a Francisco Xavier de Mendonça, governador do Maranhão e Grão-Pará, e a outras auctoridades no seu governo, etc. – Da Câmara do Maranhão – de J. da Cruz Diniz Pinheiro, ouvidor do Pará – de Gonçalo Pereira Lobato Sousa – dos índios da aldeia de S. Miguel – de Gomes Freire de Andrade – de Manoel Sarmento – do bispo do Grão Pará, etc. Com muitos outros documentos relativos ao mesmo governo, contendo notícias de muito interesse – 1754-1756.

PBA. 629 – Miscellanea de cartas e papéis vários. Collecção curiosíssima para a história do Brasil. Cartas dirigidas a Francisco Xavier de Mendonça, governador do Maranhão e Grão-Pará, por diversos, sendo muitas de D. António Rollin de Moura, governador da capitania de Matto Grosso – 1752-1757. Papéis relativos aos governos do Maranhão e Grão-Pará e do Brasil em geral, contendo: Notícias do que ha ocorrido por esta parte do Sul do Brasil – 1752 (fl. 3 a 5) Notícia geográfica e diária do Rio Grande de S. Pedro do Sul, remetida pelo Conde dos Arcos ao Governador de Matto Grosso – 1757 (fl. 21 a 23) Annaes de Villa Bella, desde o descobrimento d'este sertão de Matto Grosso no anno de 1734 até 1754 (fl. 29 a 59). Cartas autographas de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dirigidas a seu irmão Paulo de carvalho de Mendonça e a outros, dando, em algumas, notícias de assumptos administrativos – Governo do Pará – 1755 (fl. 62 a 84, 100 a 114, 154 a 191).

PBA. 630 – Cartas autographas dirigidas do Pará, Maranhão, Bombaim e Lisboa, por diversos a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão general do Maranhão e Grão-Pará. Com muitos documentos públicos e particulares, e noticias relativas ao governo. Para o secretario do estado do Grão-Pará, etc. – 1761-1751 (???) – Entre outras assignaturas, notam-se as seguintes: José de Meirelles Maciel Parente (Engenheiro do Roir.º) – Francisco Pedro de M. Gorjão (Pará) – Bispo do Maranhão (Maranhão) – Francisco Xavier de Barros Alvim (Pará) – Manoel Maciel Parente (Pará) – Bispo do Pará (Pará) – António Ferreira Ribeiro (Engenheiro de sato António) – Manoel Luíz Pereira de Mello – Officiaes do Senado do Pará – Luiz José Duarte Freire (Pará) – Fr. Antonio de Santa Helena (Maranhão, Aldeia do Porto Grande) – André T. (Mojú) – João Nunes de Mello (Stª Cruz d Cametá) – Manoel Ignacio Sarmento (Pará) – Isidoro José Esteves (Lisboa) – Theodoro Gonçalves (Ribeira do Moim) – Manoel de Mendes Castro (Rio Negro) – Francisco Portilho do Mello (Rio Negro) – Fr. João de Santa Thereza (Igarapé Grande) – Fr. Lino José Freire (Convento de N. S. das Mercês) – Caetano Corrêa Pinto (Pará) – Fr. José da Trindade (Cubraré) – Desidério de Sousa Corrêa (Pará) – Gonçalo Pereira Lobato e Sousa (Maranhão).

PBA. 631 – Miscellanea. Cartas e papeis vários – 1738-1780.

Cartas dirigidas por diversos a Francisco Xavier de Mendonça, governador do Maranhão e Grão-Pará. São escriptas do Brasil e do Reino, com vários papéis reativos ao governo, missões, índios, etc – 1751-1758 (fl. 16 a 156, 166, 167-169, 170)

Carta escripta do Pará ao Padre Achilles Maria, missionário da tropa dos resgates, por José Lopes, sobre libertações de escravos, etc. – 1738 (fl. 1)

Carta de João d' Abreu para o cabo das mesmas tropas – Pará, 1758 (fl. 2-3).

PBA. 632 – Miscellanea. Cartas e documentos vários – 1672-1792.

Cartas dirigidas por diversos a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Maranhão e Grão-Pará, sobre negócios administrativos – 1751. Entre estes papeis há muitas petições recomendadas por Paulo de Carvalho em notas autographas; vários documentos relativos à Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão; uma carta do Bispo do Pará, dando notícia do lamentável terremoto de 1755 (fl. 150-151); carta do Conde de Bobadella sobre a administração militar – 1762 (fl. 182). As cartas restantes acham-se dispersas (fl. 11, 35 a 89, 93 a 164, 182).

PBA. 633 – Miscellanea. Cartas e papes vários – 1697-1818

Ordens de Martim Lopes Lobo de Saldanha para o coronel Manuel Mexia Leite, sobre promoções militares no Brazil – S. Paulo, 1755 (fl. 45-46)

Assento que se fez em Junta de 23 de Junho de 1789 sobre o dinheiro da herança de Pedro Machado, aplicado por empréstimo «à factura da estrada de S. Paulo a Santos» pela Serra de Cubatão. Cópia authentica com vários documentos relativos ao assumpto (fl. 68, 79, 87)

Carta do astrónomo Francisco de Oliveira Barbosa, determinando a situação geográfica da cidade de S. Paulo, no Brasil (fl. 80)

Cartas dirigidas por diversos a Jose Bernardo de Lorena, governador da Capitania de S. Paulo, com muitos documentos sobre negócios de administração, questão de limites, descobertas de minas, navegação interior, loterias, etc. Entre outras assignaturas notam-se as seguintes: Conde de Rezende – Manoel Mexia Leite – António José Vaz Couto – Balthazar José pereira Chaves – Fr. Mathias de Santa Thereza de Jesus – D. Rodrigo de Menezes – Manoel Jacintho Nogueira da Gama (fl. 77-78, 80 a 86, 88 a 165, 170, etc).

PBA. 635 – Miscellanea. Cartas officiaes e particulares, documentos diplomáticos – 1740-1772

Documentos officiaes dos embaixadores hespanhoes e portuguezes, do Conde da Cunha, do Conde de Oeiras, etc, sobre a invasão do Rio Grande do Sul e Colonia do Sacramento pelos hespanhoes, guerras em Portugal, auxílio pedido à Inglaterra, tratado de paz, etc – 1765 (fl. 38 sqq)

Cartas de Francisco de Mello e Carvalho, enviado extraordinário em Londres, para D. Luiz da Cunha e para o Conde d'Oeiras, sobre a política da Inglaterra em 1770; armada hespanhola em 1769; discurso real na camara dos comuns, etc.; projectos de companhias inglesas para pesca da baleia no Brasil – 1760-1772 – Com anotações autographas do Marquez de Pombal (fl. 324 a 500)

Lettre des Commissaires du Bureau de Commerce et des Plantations au Comte de Rochefort – Whitehall, 1770 – Tratado do commercio do tabaco no Brasil e da África. Tem relações com insultos feitos pela Companhia Holandesa na África (fl. 312-313).

PBA. 636 – Miscellanea. Cartas officiaes e particulares, memoris, notícias, leis, etc – 1700-1771.

Artigos de tratados entre Portugal e Hespanha (1700) – Portugal, Inglaterra e Hollanda (1730) – Portugal e Hespanha (Utrecht, 1715) – anulando os limites no Brasil (Madrid, 1771). (fl. 250 a 273).

PBA. 637 – Miscellanea. Cartas officiaes e particulares, memorias, leis, processos, etc. – 1715-1775

Alvarás, etc., sobre a navegação nos portos do Brasil – 1715-1719-1757-1761 (fl. 2 a 5, 20 a 24).

PBA. 638 – Miscellanea. Cartas officiaes e particulares, memorias, leis, processos, etc. – 1705-1711

Relação de tudo que se passou em Londres a respeito da livre entrada que os inglezes pretendiam ter dos seus navios nos portos do Brasil, no tempo em que na dita côrte (Londres) era enviado extraordinário D. Luíz da Cunha, e consta dos seus officios até o anno de 1712 – 1705-1710. Incompleto (fl. 1 a 12) V. fl. 207.

Cartas officiaes do Marquez de Laradio, Vice-rei do Brasil, acerca de diversos navios inglezes processados nos portos do Brasil por contrabando e violação dos tratados. Com muitos documentos, correspondência com auctoridades inglesas, e respectivos processos – 1770-1771 (fl. 12 a 194)

Inglezes no Brasil e costas d'Affrica - «O Inviado Roberto Walpote apresentou em 29 de Março de 1772 ao Secretario d'estado Martinho de Mello e Castro umas fortíssimas queixas, etc...ratificand-se a prohibição de navegarem os inglezes para o Brasil...». Esta nota, autographa do Marquez de Pombal Sebastião J. de Carvalho e Mello, serve de título a uma grande colecção de documentos originaes que se acham dispersos em vários d'estes codd., encontrando-se muito aqui reunidos (fl. 207 a 388, 655 a 629)

Carta de Ch. Stuart, para o Conde de Rio Maior, participando que, para evita compromettimentos, vae remeter-lhe toda a correspondência que venha do Brasil «relativamente ao Sr. Saldanha» (João de Saldanha e Oliveira) – 1811 (fl. 485)

Supplemento aos paragrphos 5, 6, 7 e 8 da carta instructiva expedida em 5 de Novembro de 1734 a Ayres de Sá e Mello, para partir para a Côrte de Madrid. Trata da questão de limites no sul do Brasil, invocando o auxílio da Inglaterra pelos tratados que tem obrigação de manter. Com a traducção interlinear, em francez, por letra de Sebastião J. de Carvalho (fl. 500-501).

PBA. 641 – Miscellanea. Processos civis e eclesiásticos, Inquisição, Bullas, papéis relativos aos judeus, documentos históricos importantes dos reinados de D. Sebastião até Philippe II, de D. João V a D. José I – 1669 a 1745. Têm relação com os docs. Do cod. 648.

Representação de Alexandre de Sousa Freire a S. M., queixando-se dos abusos e indignidades commettidas no Maranhão e Pará, e achando injusta a sua demissão. Parecer relativo a estes papeis – Brasil, 1732 (fl. 118 a 128, 258).

PBA. 643 – Miscellanea. Cartas e vários papeis relativos aos governos da Índia e do Brasil – 1697 a 1831.

Cartas officiaes, alvarás, etc., relativos ao governo de Francisco Xavier de Mendonça no Maranhão e Pará – 1751 (fl. 71 a 74, 88 a 93).

PBA. 644 – Caderno das consultas que vão a S. Magestade, de todos os tribunaes de sde 24 de Julho de 1589 até 10 de Maio de 1590. Tratam de...Lembrança das capitanias do Brazil.

PBA. 645 – Miscellanea. Papeis vários relativos à Mesa da Consciência e Ordens, originaes, muitos autógrafos e outros com as assignaturas de El-Rei, de Francisco de Lucena, Paulo de Carvalho, Primaz das Indias, Lourenço de Carvalho, Patriarcha de Lisboa, etc – 1608 a 1755. Contém os seguintes: Consultas, decisões, decretos, processos de habitação pela Mesa da Consciência e auctoridades eclesiásticas do Reino, capitanias do Brasil e da India, desde 1608 a 1755, sendo os mais notáveis os seguintes:

Petição dos índios do Maranhão, e outros papéis relativos a Lopo de Sousa, jesuíta, Principal da Aldeia de Maracanã, com um escripto do Padre António Vieira, 1661 – Publica-forma de 1755 (fl. 525 a 534).

PBA. 647 – Miscellanea. Legislação e papeis vários – 1552-1754.
Brasil. Estado das cousas no Rio Grande, Maranhão e Pará – 16.. (fl. 106 a 114).

PBA. 648 – Miscellanea. Documentos históricos – 1437-1667.
Carta do Conde Meirinho-mór D. Duarte de Castello Branco para El-Rei. Propõe bispo para Lamego, governador para o Brasil e capitão para Tanger, fundamentando as propostas – 1598 (fl. 63 a 638).

PBA. 649 – Miscellanea. Legislação e papeis vários. É digno de menção especial o doc. De fl. 153, que contém 7 assignaturas authenticas dos homens mais notáveis na política da época.
Brasil. Representação do Padre Manoel Botelho d'Almeida, sobre a exploração do rio S. Matheus, etc. Original incompleto (fl. 205 a 213)
Representação do governador da bahia, relativa à arribada da dicisão franceza àquelle porto, prohibição da venda dos navios inglezes apresados, incendio de uma galera, etc – 1806 (fl. 434 a 436).

PBA. 650 – Miscellanea. Legislação, processos, sentenças, petições, etc.
Provisão regia nomeando Mathias da Costa e Sousa, para o logar de Provedor da Fazenda Real da capitania do Pará – 1751 (fl. 502 a 505).

PBA. 651 – Miscellanea. Cartas, documentos officiaes, etc.
Lista de cartas para o governador do Maranhão e Pará – Março, 1755 (fl. 34)
Carta de Fernando da Costa de A. Freire, dirigida do Pará ao Marquez de Pombal, acerca da família de Helena Silvana (16 índios) ilegalmente escravizados – 1772 (fl. 243 a 245).

PBA. 653 – Miscellanea. Legislação, cartas.
Carta de Sebastião José de Carvalho para o Bispo do Pará, determinando que a guarnição da nau N. Senhora da Nazareth, volte para o Reino – 1756 (fl. 284)
Relação dos papéis pertencentes às dúvidas que o Ouvidor geral Manoel Luiz Pereira de Mello teve com o governador do Maranhão e Pará – 1751-1753 (fl. 412).

PBA. 706 - Cartas particulares originaes, de diversos, relativas a negocios da casa do Marquez de Pombal, no período de 1780 a 1799.— Entre ellas, são de maior interesse as seguintes:
Cartas originaes de João Pereira Caldas e de José de Nápoles Tello de Menezes, dirigidas ao Marquez de Pombal, dando-lhe noticias do Brasil, e cumprimentando-o.—Pará, abril de 1780.—(fl. 15 a 17).

PBA. 672 – Miscellanea. Cartas e papeis vários.
Noticias de Pernambuco, da conjuração contra o governador Felix José Machado, e rol dos presos.—S. d.— (fl. 75-76). Attestado das rifas «que fez D. Rodrigo Cesar de Menezes, assim que chegou ás Minas do Cuyabá, antes de erigir villa.»—1732.—(fl. 101)
Carta escripta de Villa Rica (Brasil). Dá noticias do governo, minas de ouro, etc.—15 d'outubro de 1732.—Copia.—(fl. 104 a 109)
Noticia da chegada a Pernambuco do governador Duarte de Sá Pereira, fundação do collegio de Jesuítas no Ceará, etc.—S. d.—(fl. 114)
Noticia da morte e milagres de Fr. Antonio de S. Gregorio, Capucho de S.º Antonio do Rio de Janeiro.— Lisboa, 1723.—(fl. 116)
Sentença «nos autos de que eram RR. Ignacio de Sousa e outros, pelo crime da casa da moeda em Minas» (Brasil).—1732.—(fl. 121-122)

Carta «que o capitão-mór Nicolau Carvalho de Azevedo mandou do Rio de Janeiro, a D. Lourenço de Almeida, governador que foi nestas Minas». Dá notícia das satyras, más ausências e censuras que fazem áquelle ex-governador.—Villa Rica, 1732.—Copia.—(fl. 123 a 142)

Carta «que escreveu Manoel Luiz Ferraz ao Conde de Assumar D. Pedro d'Ameida, no anno de 1737, em que dá a noticia, entre outras, de se haver descoberto caminho da nova colonia para a capitania de S. Paulo» sendo a viagem de mais de um anno.—(fl. 14S a 150).

PBA. 678 - Miscellanea. Apologias, cartas, papeis vários

— «Confutação das duas miseráveis calumnias, de que a praça d'Almeida se entregou no anno de 1762 aos Castelhanos pelo governador d'ella, por ordem que para isso tivera do Marquez de Pombal: e que semelhantemente foi agora entregue a Ilha de Santa Catharina, por outra ordem expedida pelo mesmo Marquez de Pombal ao General Governador d'ella.»—(fl. 748).

PBA. 679 - Miscellanea. Escriptos vários ácerca dos Jesuítas e dos fidalgos executados.—1748-1759

«Notizie anecdote dell'anno 1755: all anno 1759 tanto riguardo agl'affari del Paraguaj, quanto a le persecutione de' Padri della Compagnia di Gesu in Portogallo».—(fl. 309 a 313).

PBA. 683 - Miscellanea. Papeis vários relativos á Universidade de Coimbra, estatua equestre de D. José I, politica externa, etc.

Novidades de Buenos Ayres. Levantamento de um imperador, que se diz descendente dos incas. «Bando do imperador Tupa Amaro.»—1780.—(fl. 1-2)

Carta de José de Mello, commandante da nau Prazeres, narrando o desastre succedido entre este navio e outros também portuguezes, que por equivoco se bombardearam mutuamente á sahida de Santa Catharina (Brasil).—13 de junho de 1777.—Copia.—(fl. 12 a 15).

PBA. 686 - Miscellanea. Papeis vários.

«Apologia á menos observância dos Capítulos e Alvarás do Regimento e Leis das Missões na fôrma. abaixo declarada.»—S. Luiz do Maranhão, 2 de maio de 1730.—S. n. a.—(fl. 82 a m)

Carta pela qual S. M. faz mercê de dar o nome de cidade á Villa de S. Paulo.—Lisboa, 24 de julho de 1711.—Copia authentica.—(fl. 186)

Dissertação a respeito da capitania de S. Paulo e sua decadência, e sobre o modo de restablecel-a.—Santos, 25 de outubro de 1781.—S. n. a.—(fl. 546 a 571)

«Memoria sobre a producção do frio artificial. Lida nas sessões de 5 e 19 de julho de 1787, na Sociedade Literária do Rio de Janeiro, pelo sett socio Bento Sanches de Orta.»—(fl. 674 a 685)

«Derrota do Rio de Janeiro a Santos.» Tirada da Arte de navegar, de Pimentel.—(fl. 823 a 831).

PBA. 687 - Miscellanea. Noticias históricas. Papeis vários.

Jesuítas.—«Exposição sobre o domínio que os Jesuítas exerciam em materia de estudos sobre a religião dos Eremitas de S. Paulo, e sobre os meios de remediar este mal.»—S. n. a. n. d.—(178 a 1S1)

«Mappas cm que se mostra todo o ouro que foi apresentado nesta Real Casa de Fundição da cidade de S. Paulo, e quinto que d'elle se extrahi para S. M.» nos annos de 1789 a 1792. São quatro mappas cuidadosamente ordenados, e o primeiro ornado com tarja e centro bem desenhados.—(fl. 183 a 1S6)

«Compendio das mais substanciaes razões e argumentos que provam que a capitania chamada do Norte, situada na bocca do Rio Amazonas, legitimamente pertence á coroa de Portugal».—S. n. a. n. d.—(fl. 193-194)

«Descripção dos desposorios de Seren.ma Sr.a Princeza D. Maria Thereza, com o Seren.mo Sr. Infante D. Pedro Carlos, celebrados no dia 13 de maio de 1840.»—Rio de Janeiro.—(fl. 305 a 307).

PBA. 690 - Miscellanea. Papeis vários sobre diamantes do Brasil, reforma da Universidade de Coimbra. Cartas inglezas. Ministério da Suécia, etc.—Contém os seguintes:

=Diamantes do Brasil:

- Regimento para os administradores do contracto dos diamantes.—1771.

—Impr.—(fl. 1 a 11)

—Balanço da Caixa de Administração dos diamantes, em 1771.—(fl. 13)

—Despeza com extracção dos diamantes por conta da Fazenda Real, no

i.º semestre de 1772, e orçamento do 2.º semestre.—(fl. 14)

--Decreto de 17 de dezembro de 1771, auctorisando empréstimos á Administração dos diamantes.—(fl. 15)

—Calculo dos saques que fez o Dr. João Fernandes de Oliveira por occasião da sua retirada do contracto dos diamantes em 1770.—(fl. 16 a 18)

—Projecto de reforma ou concordata com os contratadores fallecidos. Vem junto a uma petição do Dr. João Fernandes de Oliveira, em 4 de junho de 1771.— (fl. 19 a 29)

Decreto de 2 de agosto de 1771, dando Regimento á Administração das minas de diamantes por conta da Fazenda Real. Minuta em borrão e o original, com rubrica d'El-Rei e assignatura do Marquez de Pombal, autographas.— (fl. 31 a 67)

Cartas regias e Decretos ácêrca da exploração e administração das minas de diamantes do Brasil.— 1771.—Copias.— (fl. 68 a 73).

PBA. 695 - Miscellanea. Apologias. Papeis vários colleccionados pelo Marquez de Pombal, depois da sua demissão.

Apologia segunda.—O texto d'esta Apologia, que versa sobre o commercio dos diamantes, frotas estrangeiras excluídas do commercio no Brasil, fraudes dos testamentos, abolição do Puritanismo, distincção dos christãos novos, encontra-se disperso em vários destes codd. Acha-se aqui unicamente a «Introdução prévia adperpetuam rei memoriam», autographa.—(fl. 82 a 85)

Apologia quinta. «Sobre a calumnia de que demorei os felicíssimos desposórios da Sereníssima Senhora Princeza do Brazil.» — Autographa. — (fl. 91 a 95)

Apologia decimaquarta. «Confutação d.is calumnias de que a praça d'Almeida e a Ilha de Santa Catherina foram entregues aos castelhanos por ordens particulares» do Marquez de Pombal.—Copia.—(fl. 177-178).

PBA. 697 - Miscellanea. Avisos régios e outros papeis.—1780-1799.—Todos estes papeis conteem assignaturas authographas de vários funcionarios públicos

Cartas officiaes para o Intendente geral dos diamantes, afim de pôr cobro aos abusos e escandalosos extravios no Brasil, etc.—7 de julho, 21 de outubro de 1789.—Copias.—(fl. 142 a 152, 154 a 158).

PBA. 698 - Miscellanea. Avisos régios e outros papeis.—1800-1859.—Todos estes documentos teem assignaturas de vários funcionarios públicos

Carta de nomeação do Marquez de Pombal para a dignidade de par do reino.—Rio de Janeiro, 30 de abril de 1826.—Com a rubrica d'El-Rei.—Programma para o juramento da Carta Constitucional, em 31 de julho de 1826, enviado ao marquez de Pombal em aviso de 21 de julho.—Impr.— (fl. 134 a 136).

PBA. 704 - Cartas familiares originaes e petições de diversos, para o Marquez de Pombal e pessoas de sua familia, ácêrca de negocios da casa, cumprimentos de cortezia, pedidos, agradecimentos de beneficios recebidos, etc.—1777.

Carta de Antonio Mendes Bordalo, auctor de uma Ode dedicada ao Marquez de Pombal. Sollicita empenho para alcançar collocação na secretaria do Governo de Minas Geraes.—25 de março de 1779.— (fl. 143 a 146).

PBA. 706 - Cartas particulares originaes, de diversos, relativas a negocios da casa do Marquez de Pombal, no período de 1780 a 1799.—Entre ellas, são de maior interesse as seguintes:

Carta de José Geraldo Tavares ao Marquez de Pombal, p.cJinJo que lhe alcance o logar de secretario do Governo de Minas Geraes.—Villa Bella, 16 de agosto de 1780.—(fl. 41).

PBA. 716 - Correspondência dos Marquezes de Pombal e de diversos. Trata de negocios relativos á administração da casa e vários assumptos.— 1800-1859. — Encerra varias noticias da corte no Brasil. No período de 1826 a 1836 ha algumas cartas, que teem interesse histórico, com relação á organização do systema de governo constitucional, vinda do infante D. Miguel, etc.

PBA. 710 - Miscellanea. Papeis vários

Carta de Luiz da Cunha Menezes para Bernardo José de Lorena (?) recommendando José Pedro Alves de Barros, «guarda-mór das terras e aguas mineaes de um dos districtos dessa capitania» (?)—Lisboa 12 de fevereiro de 1796.—(fl. 165)

Carta familiar de Francisco Antonio de Sant'Anna Galvão. Dá noticias de diversos pessoas de Cuyabá, Paraty, etc.—S. P. (Brasil), iS de novembro de 1797.—(fl. 197-198)

Carta do Marquez de Rezende para Bernardo Antonio de Lorena, tratando negocios relativos á loteria.—Rio de Janeiro, 13 de junho de 1798. —(fl. 21 x)

Cartas dirigidas a Bernardo José de Lorena por seu filho Francisco de Assis Lorena da Silveira.—S. Paulo, 1799.—(fl. 215-216).

PBA. 720 - «Memoria sobre as minas de colbato da capitania de Minas Geraes.» Dedicada ao Príncipe Regente por José Vieira Couto.—1805.—Original.— (fl. 196 a 230)
Itinerário da villa de Santos á cidade de S. Paulo. Com o horário da viagem, forma do terreno, paragens, etc.—(fl. 231).

PBA. 721 - Miscellanea. Papeis vários

Brasil. Entrada da Corte portugueza no Rio de Janeiro. .«Resumo do diário dos dias 22, 23 e 24 de janeiro de 1808.» S. n. a.—Copia.— (fl. hi a 114)

«Roteiro que mostra em legoas o caminho da cidade de S. Paulo athé o Rio Pardo (continente do Rio Grande de S. Pedro do Sul) pelos pousos que fiz na viagem principiada em 23 de setembro de 1788.» Assignado Joaquim José de Macedo Leyte.—Original.—(fl. 147)

«Observações astronómicas feitas por toda a costa da Capitania de S. Paulo da America Meridional, por Francisco de Oliveira Barbosa, astrónomo de S. M. F. no anno de 1791»—Original, autographo, com figuras.—(fl. 149 a 157).

PBA. 736 - Diário original autographo do 2.º Marquez de Pombal, Henrique José de Carvalho Daun. Noticias da Corte e da presidência do Senado, escriptas em Lisboa, desde 1801 a 1806. Noticias da residência da Corte no Rio de Janeiro, desde 1809 a 1811.—Sem titulo.

PBA. 738 - Miscellanea. Papeis vários relativos ás dissidências de D. João IV com a Santa

Sé; regencia de D. Luiza de Gusmão; pareceres jurídicos, cartas, etc.

Parecer no pleito de Francisco João Lambert, fiador de Diogo Soares, thesoureiro do almoxarifado da Bahia.—1713.—(fl. 167)

Carta original dirigida a Belchior do Rego de Andrade sobre a administração dos quintos do ouro de Minas.—Villa Rica, 11 de abril de 1634. —(fl. 249-250)

Relatório sobre a província de Minas.—S. n. a. n. d.—E' do sec. XVII. —(fl. 251 a 257)

Meios para Portugal se fazer opulento e poderoso.—Minuta.—S. d.— (fl. 258 a 262)

Parecer acerca das casas da moeda nos portos do Brasil e conquistas. —(fl. 263 a 265, 271)

Arrecadação dos quintos dos diamantes no Brasil.—S. d.—(fl. 266 a 287)

Diamantes, ouro e tabaco do Brasil. Meios de evitar a sua desestimação e extracção.—S. d.—(fl. 267 a 270)

Diamantes e ouro.—Impostos sobre os escravos de Minas. — Roubos e descaminhos de ouro; providencias para os evitar. Conveniência de existir a casa da moeda em Minas, etc.—Pareceres vários sobre estes assumptos. —S. d.—(fl. 281 a 286, 396, 400)

Parecer relativo ao lançamento de um tributo sobre os diamantes do Brasil.—S. d.—(fl. 295-296)

Termo da Junta que se fez para se escolher o meio mais conveniente para a cobrança dos quintos. Aos 24 de março de 1734, em casa do Conde das Galveas André de Mello e Castro, capitão-general de Minas.—Copia.—(fl. 297-298)

Parecer do Conselho... sobre o trafico de negros para o Brazil, commercio com os castelhanos, etc.—9 de agosto de 1652.—Copia.— (fl. 436).

PBA. 740 - «Debuxos pertencentes ao palacio que o Ill.mo e Ex.mo Sr. Fernando da Costa de

Ataide Teive, Governador e Capitam General da Cidade de Belem do Grão Pará, mandou nella edificar por ordem de S. Magestade, 1771.—Antonio José Landi Bolonhês Architect, fecit.»—Contém 22 desenhos de alçado de plantas aquarellados.

PBA. 741 - Regimentos de vários estabelecimentos de caridade, leis, alvarás, etc.—Sem titulo geral. Contém os seguintes:

«Regimento de que hã de usar os Provedores, Thesoueiros e Escrivães e mais officiaes da Fazenda dos defuntos e ausentes de Guiné, Brasil, Mina, Ilhas dos Açores e mais portos ultramarinos.» —14 de setembro de 1644. -(A- S3)

PBA. 753 - Taboa perpetua do principio e fim do crepúsculo e da sua sahida e entrada do sol em todos os mezes do anno, de dois em dois dias. Para a cidade de S. Paulo na America Meridional, situada na latitude austral de 23º 33' 15", e na longitude de 33º 24' 30" contada da ponta occidental da I. do Ferro. Calculada por Francisco de Oliveira Barbosa, geographo e astrónomo de S. M. I.—Em 1789.»